

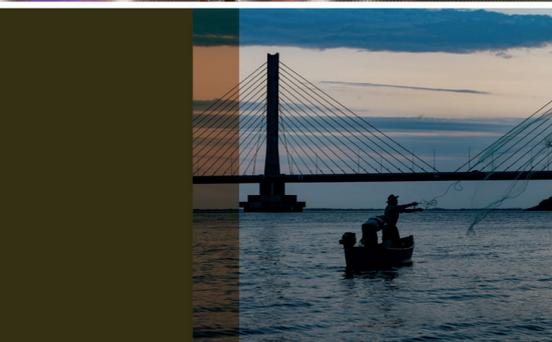


Volume 1
Relatório Contábil de
Propósito Geral - RCPG



BALANÇO GERAL 2021

SANTA CATARINA



DIRETORIA DE
CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS

SECRETARIA
DE ESTADO
DA FAZENDA

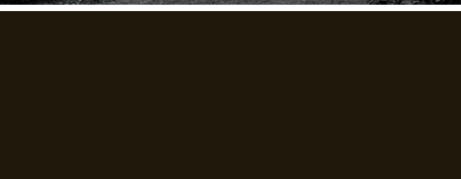
GOVERNO DE
SANTA CATARINA



CONSISTÊNCIA E RESULTADOS

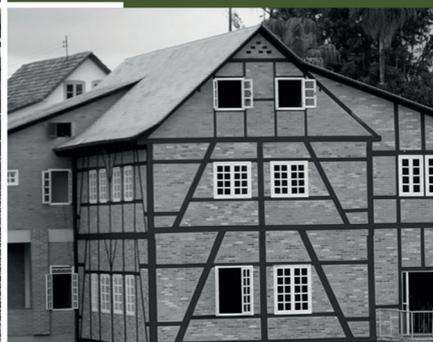


Volume 1
Relatório Contábil de
Propósito Geral - RCPG



BALANÇO GERAL 2021

SANTA CATARINA



DIRETORIA DE
CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS

SECRETARIA
DE ESTADO
DA FAZENDA

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



CONSISTÊNCIA E RESULTADOS

BALANÇO GERAL DE 2021

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS (DCIF)

DIRETOR

Jefferson Fernando Grande

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO VOLUME 1 DO BALANÇO

| | |
|--------------------------------------|---|
| Andréa Terezinha Vitali | Maria Luiza Seemann |
| Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena | Raquel Costa Pereira |
| Geraldo Catunda Neto | Roberto Mosanio Duarte de Carvalho Junior |
| Graziela Luiza Meinheim | Rosangela Della Vechia |
| Janice Vilsélia Pacífico da Silveira | Sandro Robson Pontes |
| Jefferson Fernando Grande | Tatiana Borges |
| Kely Cristina da Silva Truppel | Vagner Alonso Pacheco |

COLABORAÇÃO

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Graziela Luiza Meinheim (Gerente)
Andréa Terezinha Vitali
Fabiana Santana Correa
Guilherme Cerutti Bueno
Ísis Paz Portinho
Jorge Luiz Alves
Loreni Pizzi
Neusa Ivete Müller
Raquel Costa Pereira
Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E GERENCIAIS

Maria Luiza Seemann (Gerente)
Alice Luciane Rhoden
Gilceu Ferreira
Gilmar de Oliveira Amorim
Heber Lima da Costa
Marcelo Fernandes Pedrosa
Márcio Studart Nogueira
Mário Wendhausen Gentil
Paulo Rodrigo Capre
Tatiana Borges
Vagner Alonso Pacheco

GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO

Rosangela Della Vechia (Gerente)
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Geraldo Catunda Neto
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira
Kely Cristina da Silva Truppel
Roberto Mosanio Duarte de Carvalho Junior

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)
Daniela de Souza Pereira
Elizabeth Salazar da Silva
Ivan Grave
Michele da Silva Espindola

AUDITORES ESTADUAIS DE FINANÇAS PÚBLICAS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

| | | |
|-------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| Abel Guilherme da Cunha | Elisa Mayer | Michely Bernardini Schweitzer |
| Adalberto Cervino Ventura | Enalto de Oliveira Gondrige | Nadieg Sorato Pacheco |
| Alexandra Mara de Brito Mafra | Erci Velho de Melo Petronilio | Ozemar Nascimento Willmer |
| Anderson Pereira | Everaldo Elias Vieira | Patrick Estevão Imeton Pereira |
| André Amaral Medeiros | Graziela Gesser | Paulo Guilherme Orcioli Belvedere |
| André Luis Steffen | Isac Garcia Fernandes | Priscila Tais Schulle |
| Arcangelo Felisberto | Ivana Kretzer Santos | Rinaldo José Vales |
| Bruno Hubacher da Costa | Júlio Cesar Siqueira | Sandro Medeiros Alves |
| Cristiano Severo Martins | Laizy da Silva | Vera Lúcia Hawerth Santana |
| Dielis Heder Fiorentini | Luana Claudia Torres | Wilson Henrique Fetzner Filho |
| Eliana Amorim Rosa | Marcelo Carlos Botelho | |

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS QUE COLABORARAM COM A ELABORAÇÃO DO BALANÇO

| | |
|--|---|
| Assessoria de Comunicação – SEF | Gabinete da Secretária Adjunta da Fazenda |
| Diretoria de Administração | Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda |
| Tributária – SEF | Grupo de Trabalho de Informações para a Prestação de Contas Anual do Governador, criado pela Portaria SEF nº 217/2019 |
| Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF | |
| Diretoria do Tesouro Estadual – SEF | |

REVISÃO TEXTUAL

Oficina do Texto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Nuovo Design

FOTOS DA CAPA

Julio Cavalheiro (policiais militares e operários)
Márcio Henrique Martins (ballet)
Maurício Vieira (ponte de Laguna e viaturas da Polícia Civil)
Ricardo Wolffenbüttel (mãe e criança, agricultura, educação, pôr do sol, indústria, vacina e Complexo Turístico Jardim do Imigrante)

INFORMAÇÕES

Gerência de Prestação de Contas do Governo
balancogeralsc@sef.sc.gov.br
(48) 3665 2684

DIRETORIA DE
CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS



Centro Administrativo do Governo
Rodovia SC-401, nº 4600 – Saco Grande II –
Florianópolis – SC

Consistência e Resultados

Santa Catarina

Balanço Geral de 2021

Volume 1

Carlos Moisés da Silva

GOVERNADOR DO ESTADO

Daniela Cristina Reinehr

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Paulo Eli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Michele Patricia Roncalio

SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA

Jefferson Fernando Grande

DIRETOR DE CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS



MENSAGEM DO GOVERNADOR

2021: Um Ano de Entregas e Conquistas para Todos os que Vivem em Santa Catarina

Em apenas três anos, cumprimos muitos dos compromissos assumidos com a população de Santa Catarina. Tem sido um período bastante produtivo e de grandes resultados, que vão desde investimentos massivos em infraestrutura, passando pela modernização da máquina pública, contas no azul, diminuição de despesas, ampliação de serviços, valorização de categorias estratégicas, até o desenvolvimento de novos programas. Os números e os fatos comprovam: avançamos significativamente, mesmo atravessando a maior crise sanitária do planeta.

Desde 2019, Santa Catarina seguiu crescendo acima da média do País, gerando empregos e proporcionando um ambiente seguro para a abertura de novas empresas.

O Estado continuou investindo, com recursos próprios, em obras há muito demandadas em todas as regiões, abrindo novos programas e fortalecendo a relação com os municípios catarinenses. Somos, acima de tudo, um governo municipalista e, por meio do Plano 1000, estamos fortalecendo o maior projeto municipalista da história de Santa Catarina.

Em 2021, na área da educação, superamos pela primeira vez o mínimo constitucional de 25% e concretizamos o maior investimento em educação até então realizado no Estado. Também investimos na valorização do magistério e na ampliação do acesso ao ensino superior por meio do Uniedu, nosso programa de bolsas universitárias.

Lançamos uma série de novos programas para atender as necessidades da população de Santa Catarina em diferentes áreas, dos quais destaco SC Mais Renda, SC Mais Renda Empresarial, SC Mais Inclusiva, SC Mais Asfalto e SC Mais Segura.

Também a carreira da segurança pública teve muitos avanços, com a nova remuneração mínima, as regulamentações da Polícia Científica, da Polícia Penal e a formalização do bem-sucedido Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial. Todos esses investimentos se traduzem em resultados efetivos para a população: fechamos 2021 com os menores índices de criminalidade da série histórica.

Na gestão dos recursos públicos, a responsabilidade tem sido uma constante, o que nos permitiu aumentar a capacidade de pagamento do Estado, que passou de C para B e devolveu o bom nome de Santa Catarina ao mercado.

Na saúde, cabe destacar o trabalho em prol da vacinação, com Santa Catarina figurando entre os estados que mais vacinaram em todo o Brasil.

E, por fim, é preciso falar da infraestrutura, área que elegemos como prioritária desde o nosso primeiro dia de governo. Na infraestrutura viária, avançamos no encaminhamento de demandas históricas, como a pavimentação da Serra do Corvo Branco, a recuperação de encostas na Serra do Rio do Rastro, a pavimentação da Serra do Faxinal e o apoio para a finalização da Serra da Rocinha, esta última uma obra federal, mas para a qual asseguramos os recursos necessários.

Aliás, fizemos um movimento inédito em 2021: garantimos o repasse de recursos para obras nas rodovias federais que cortam o Estado. Destinamos 465 milhões de reais para as BRs 470, 280, 163 e 285, além de reservar outros 50 milhões para a BR-282 tão logo o Governo Federal tenha projetos para as terceiras faixas.

Somos um governo que já realizou muito, que já cumpriu com a maior parte dos compromissos assumidos e que busca sempre trabalhar para ir além.

Carlos Moisés da Silva

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA



MENSAGEM DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Quando a Consistência Garante Bons Resultados

O encerramento positivo de 2020 trouxe fôlego e motivação para alcançar resultados ainda melhores no ano que estava por vir. Quando iniciamos 2021, já sabíamos que muitos desafios e incertezas em relação ao futuro nos esperavam. O Estado se preparava tanto para as novas variantes de Covid-19 quanto para a elevação dos índices de contaminação, bem como para a aquisição das doses de esperança que começavam a se espalhar nos braços dos catarinenses ainda em janeiro e, assim, Santa Catarina dava início à maior campanha de vacinação da sua história.

Com gestão tributária e combatendo a sonegação, Santa Catarina retomou bons resultados na economia e registrou equilíbrio financeiro ao longo do ano, sem aumento de impostos. Isso fez com que o Estado conseguisse cumprir seus compromissos e superar os desafios do ano anterior.

Ainda no primeiro semestre, o Estado celebrou importantes conquistas, entre as quais a aprovação da prestação de contas do Poder Executivo pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) por unanimidade. Além disso, Santa Catarina evoluiu de C para B nos indicadores que avaliam a Capacidade de Pagamento (CAPAG), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O cálculo, relativo aos três últimos anos – 2018, 2019 e 2020 –, resulta em notas imputadas ao Estado de acordo com a situação fiscal de cada exercício. Com contas saneadas e equilíbrio, Santa Catarina voltou a ter condições de contrair empréstimos e financiamentos com o aval da União junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras. E mais uma vez, o Estado executou todas as metas e compromissos de ajuste fiscal estabelecidos pela STN no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF).

Para minimizar as perdas econômicas causadas pela pandemia de Covid-19, o Governo catarinense lançou dois importantes programas em 2021: o SC Mais Renda e o SC Mais Renda Empresarial. O primeiro foi destinado às famílias inscritas no Cadastro Único que não receberam o benefício do Programa Bolsa-Família nem o auxílio emergencial federal e a trabalhadores que perderam o vínculo formal de emprego nos setores mais afetados. Já o SC Mais Renda Empresarial, em parceria com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC), foi criado para atender micros e pequenas empresas (MPes) e microempreendedores individuais (MEIs). Além

disso, em julho o Governo implementou mais uma edição do Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2021 (PREFIS-SC/2021), que ofereceu descontos sobre multas e juros de até 90% para débitos de impostos estaduais, incluindo ICMS, IPVA e ITCMD.

Em 2021, o Poder Executivo catarinense investiu também em novos programas, e entre eles estão: o Gente Catarina, que visa elevar os indicadores de municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado; o SC Mais Inclusiva, com o maior aporte da história para a educação especial; o SC Mais Segura, para melhorias na segurança pública; e o SC Mais Asfalto, para fortalecer os investimentos em infraestrutura, ainda tão necessários em nosso Estado. É importante citar, ainda, a aprovação da Emenda Constitucional nº 83/2021, que estabeleceu remuneração mínima garantida devida aos integrantes da carreira do magistério público estadual.

Superamos os índices e cumprimos, no exercício, o mínimo constitucional de repassar 25% da receita para a educação, excluindo os inativos. Para a saúde, ultrapassamos o percentual mínimo exigido por lei, aplicando mais de 14% da Receita Resultante de Impostos (RRI).

Todas essas conquistas foram alcançadas com recursos próprios. São resultado de boa gestão, eficiência e controle dos recursos públicos e, sobretudo, de planejamento. Afinal, que Santa Catarina queremos para os próximos 20 anos?

Foi pensando no Estado que deixaremos para os nossos filhos e netos que foi lançado o maior projeto municipalista da história de Santa Catarina: o Plano 1000. O programa está destinando R\$ 7,3 bilhões para projetos estruturantes nos 295 municípios catarinenses. Esses municípios recebem recursos equivalentes a R\$ 1 mil por habitante, conforme a estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Projetos que estavam engavetados estão saindo do papel e se tornando realidade para melhorar a vida dos catarinenses, gerar mais empregos e desenvolver as potencialidades de todas as regiões do Estado.

O Plano 1000 foi concebido a partir do compromisso do Governo Estadual com o desenvolvimento dos municípios catarinenses mediante a realização de obras públicas estruturantes que possam contribuir para a evolução econômica e social de Santa Catarina. Esse plano foi gestado considerando as históricas dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios, as quais foram agravadas pela pandemia e pela necessidade de atuação conjunta e cooperativa entre entes federados distintos para viabilizar serviços públicos, equipamentos locais e permitir entregas efetivas de serviços à população. O objetivo do projeto é garantir aos catarinenses o acesso a serviços básicos de saúde, educação, mobilidade urbana e escoamento da produção, abastecimento de água e saneamento básico, macrodrenagem e contenção de encostas, infraestrutura de transporte coletivo, obras de interesse turístico, esportivo e cultural com o conseqüente crescimento da economia, melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento em geral do Estado e de seus municípios.

A execução do Plano 1000 e dos demais projetos pensados para Santa Catarina só está sendo possível graças ao saneamento financeiro do Estado, fruto dos esforços realizados na gestão financeira e de ajustes pontuais na administração tributária, que resultaram em economia de recursos e incremento da arrecadação. Todos esses resultados positivos surgem a partir de muito trabalho, da consistência nas ações, do diálogo, do planejamento, da união de esforços com o setor produtivo, com os Poderes e demais instituições que fortalecem Santa Catarina. A cada ano, enfrentaremos mais desafios, e o nosso trabalho hoje é garantir que tenhamos um estado cada vez mais preparado para o futuro.

Paulo Eli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Michele Patricia Roncalio

SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA



MENSAGEM DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Balanço Geral do Estado Gerando Informação

O ano de 2021 pode se resumir em uma palavra: esperança! Iniciamos o ano com a expectativa pela vacinação, por números melhores na pandemia, por uma retomada econômica e, conseqüentemente, por uma volta progressiva à normalidade.

Em Santa Catarina, do ponto de vista econômico e fiscal, vivenciamos um ano de avanços, expressos em fatores como melhorias na arrecadação, no desempenho orçamentário e financeiro, nos dados do mercado de trabalho e, especialmente, no cumprimento, por parte do Poder Executivo, dos indicadores e limites constitucionais e legais.

Nesse contexto, a contabilidade estadual desempenha o seu papel ímpar de registrar os recursos públicos arrecadados e os dispêndios com eles realizados, bem como a composição do patrimônio público e, sobretudo, de apurar e evidenciar o desempenho fiscal e orçamentário de Santa Catarina.

O Balanço Geral do Estado (BGE) – cuja publicação é coordenada pela Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda – expressa a importância da contabilidade e, além de ser um instrumento de prestação de contas governamental e de cumprimento das disposições legais, permite a evidenciação e a transparência das finanças públicas estaduais.

A edição de 2021 é dividida em quatro volumes, sendo que o Volume 1 - Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) contém informações de natureza administrativa, econômica, social, fiscal e orçamentária do Estado, assim como as demonstrações contábeis e suas notas explicativas. Compõem ainda o BGE o Volume 2 - Anexos do Balanço, o Volume 3 - Relatório de Atividades do Poder Executivo e o Volume 4 - Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

Desejamos que o Balanço Geral do Estado de 2021 cumpra com o seu papel, principalmente levando ao cidadão catarinense informações tão importantes ao completo exercício da cidadania. Boa leitura!

Jefferson Fernando Grande

DIRETOR DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| SANTA CATARINA | 16 |
| <hr/> | |
| GESTÃO ADMINISTRATIVA | 19 |
| <hr/> | |
| Ranking de Competitividade dos Estados | 21 |
| Reforma da Previdência | 22 |
| Pandemia, Gestão e Retomada Econômica | 23 |
| Recursos Recebidos | 24 |
| Recursos Destinados ao Enfrentamento da Pandemia | 25 |
| Enfrentamento da Pandemia, dos Desastres Naturais e Retomada Econômica | 31 |
| Reforma Administrativa | 39 |
| <hr/> | |
| ECONOMIA CATARINENSE | 43 |
| <hr/> | |
| Produto Interno Bruto | 46 |
| Comércio Exterior | 50 |
| Exportações Catarinenses | 50 |
| Importações Catarinenses | 51 |
| Mercado de Trabalho | 52 |
| Estoque de Empresas e Empregos | 52 |
| Evolução do Emprego e da Taxa de Desocupação | 54 |
| <hr/> | |
| DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO | 57 |
| <hr/> | |
| Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural | 58 |
| Saúde | 63 |
| Educação | 69 |
| Cultura | 75 |
| Esporte | 78 |

| | |
|--|-----|
| Defesa Civil | 80 |
| Segurança Pública | 85 |
| Administração Prisional e Socioeducativa | 92 |
| Desenvolvimento Social | 96 |
| Desenvolvimento Econômico-Sustentável | 102 |
| Turismo | 108 |
| Infraestrutura e Mobilidade | 111 |

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA **119**

| | |
|--|-----|
| De Onde Vieram os Recursos de 2021 | 121 |
| Para Onde Foram os Recursos em 2021 | 122 |
| Planejamento e Orçamento | 122 |
| Receitas | 123 |
| Receitas Correntes | 126 |
| Receitas de Capital | 134 |
| Participação dos Poderes e Órgãos nas Receitas do Estado | 134 |
| Despesas | 136 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 140 |
| Manutenção dos Serviços Públicos | 142 |
| Investimentos | 143 |
| Dívida Pública | 145 |
| Resultado da Execução Orçamentária | 146 |
| Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores | 146 |
| Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2021 | 147 |
| Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores | 148 |

INDICADORES FISCAIS **151**

| | |
|---|-----|
| Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal | 154 |
| Despesa com Pessoal | 155 |
| Dívida Consolidada Líquida | 156 |
| Operações de Crédito | 156 |
| Garantias e Contragarantias | 156 |
| Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar | 157 |
| Resultado Primário | 158 |

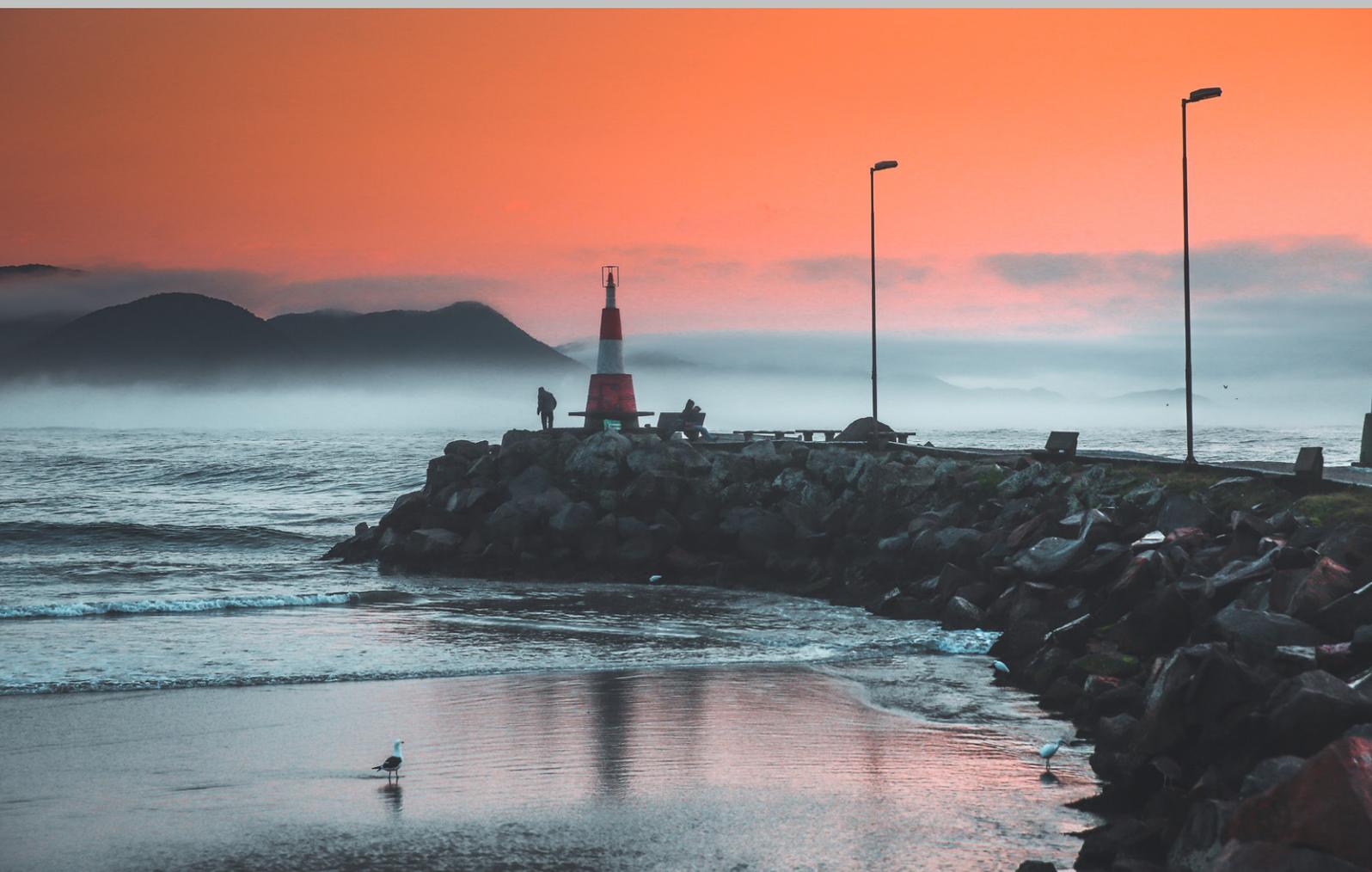
| | |
|---|-----|
| Resultado Nominal | 159 |
| Receitas e Despesas | 159 |
| Receitas e Despesas Previdenciárias | 159 |
| Limites Constitucionais Federais | 161 |
| Receita Resultante de Impostos | 161 |
| Saúde | 161 |
| Educação | 162 |
| Relação Despesas e Receitas Correntes | 163 |
| Limites Constitucionais e Legais Catarinenses | 164 |
| Educação Superior | 164 |
| Ciência e Tecnologia | 165 |
| Emendas Individuais de Parlamentares | 166 |
| Educação Especial | 167 |

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **169**

| | |
|---|-----|
| Balanço Orçamentário | 170 |
| Balanço Financeiro | 174 |
| Balanço Patrimonial | 177 |
| Demonstração das Variações Patrimoniais | 187 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 190 |
| Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido | 195 |

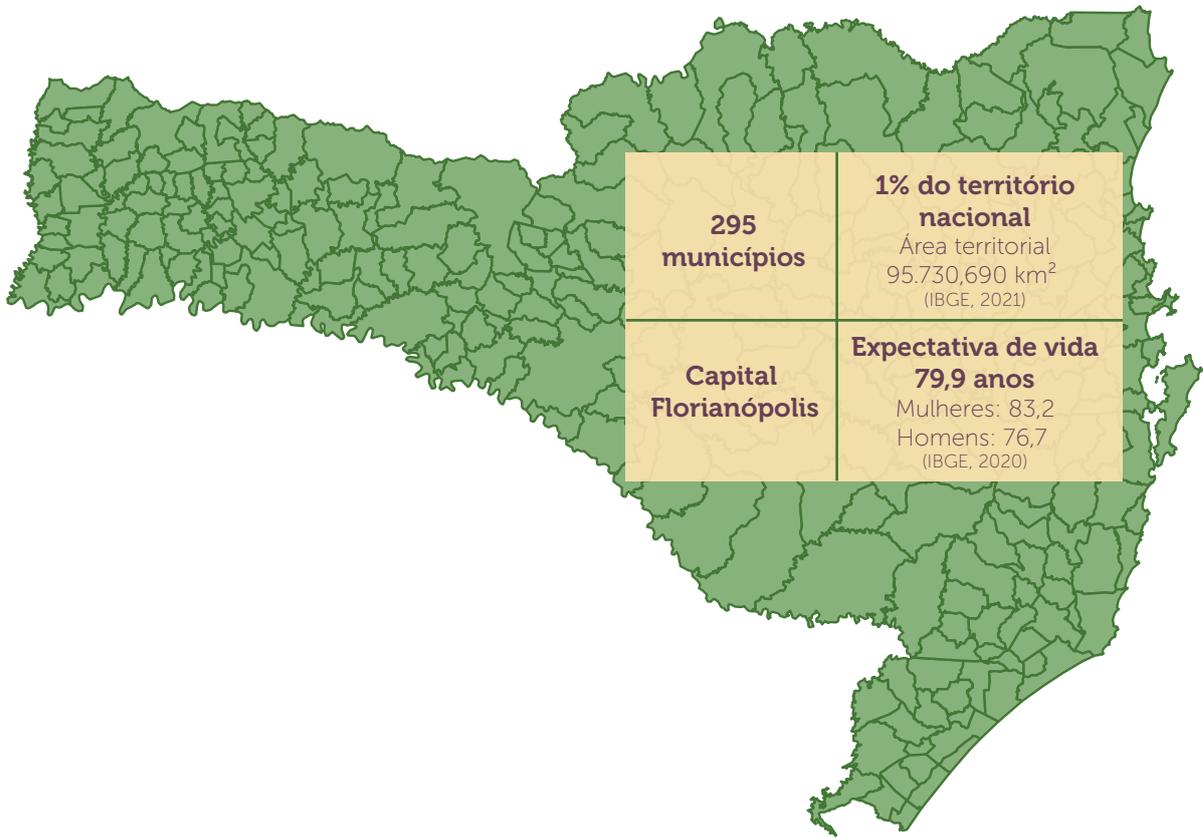
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **197**

| | |
|--|-----|
| Relação de Notas Explicativas | 198 |
| Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis | 200 |
| Balanço Patrimonial (BP) | 217 |
| Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) | 273 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) | 277 |
| Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) | 279 |
| Balanço Orçamentário (BO) | 279 |
| Balanço Financeiro (BF) | 281 |
| Outras Notas Relevantes | 282 |



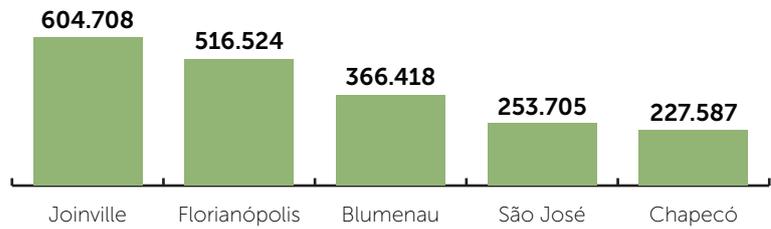
Praia da Barra da Lagoa, em Florianópolis
Foto: Felipe Carneiro (Santur)

SANTA CATARINA

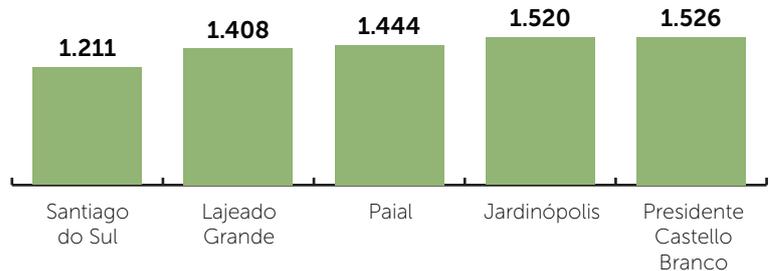


3% da população do Brasil
População estimada 7.338.473 pessoas
(IBGE, 2021)

Municípios mais Populosos de Santa Catarina



Municípios menos Populosos de Santa Catarina



Receita realizada líquida

R\$ 34,16 bilhões
↑ 14,0%
2021/2020

Despesa empenhada

R\$ 33,75 bilhões
↑ 20,1%
2021/2020

6º maior PIB nacional

R\$ 323,26 bilhões
↑ 3,8%
(IBGE, 2019)

Exportações

US\$ 10,296 bilhões
↑ 26,7%
2021/2020

Importações

US\$ 24,917 bilhões
↑ 54,9%
2021/2020

Saldo da balança comercial

US\$ -14,621 bilhões
Deficit
2021

3,68%

Participação nas
exportações
nacionais

8º

Ranking de
exportações

11,36%

Participação nas
importações
nacionais

2º

Ranking de
importações

| | R\$ bilhões | |
|---------------------------|-----------------|------------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo | | |
| Bens e Direitos | 62,147 | 56,251 |
| Passivo | | |
| Obrigações | 124,616 | 253,249 |
| Patrimônio Líquido | (62,469) | (196,998) |
| Ativo - Passivo | | |

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESTADO EM 2021

25 Secretarias de Estado e Órgãos

6 Secretarias Executivas

46 Fundos

6 Fundações

7 Autarquias

4 Empresas Estatais Dependentes
(2 em liquidação)

13 Empresas Estatais não Dependentes
(2 em liquidação)



Vista aérea de Florianópolis: capital catarinense e sede administrativa do Governo do Estado
Foto: Ricardo Wolffenbüttel



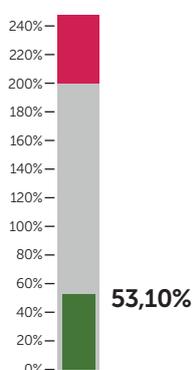
GESTÃO
ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Enquanto 2020 trouxe obstáculos sem precedentes em âmbito global, com reflexos diretos na Administração Pública catarinense, com a chegada de 2021 vieram os desafios do retorno à normalidade e da concretização de projetos importantes. Vacinação contra a Covid-19, Reforma da Previdência, assistência ao cidadão, reequilíbrio econômico, fortalecimento do mercado e entregas de obras estruturantes foram algumas das prioridades do Poder Executivo no intuito de recolocar Santa Catarina nos eixos e devolver ao Estado a competitividade e o ritmo constante de desenvolvimento.

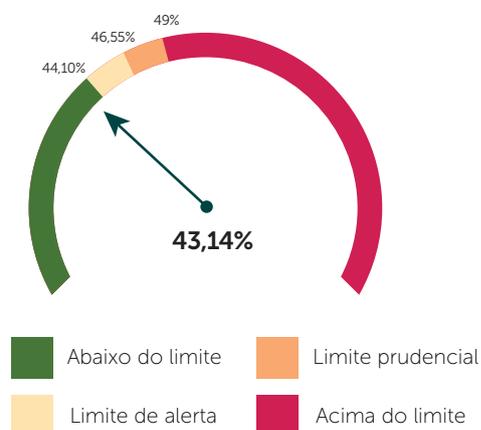
Santa Catarina alcançou também muitos resultados positivos na gestão financeira e fiscal, reflexos da consistência do trabalho realizado pela gestão estadual.

Dívida Consolidada Líquida



- ✓ Adimplência financeira
- ✓ Encaminhamento das contas anuais
- ✓ Aplicação mínima de recursos em saúde
- ✓ Aplicação mínima de recursos em educação
- ✓ Cumprimento pelo terceiro ano consecutivo de todas as metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF)
- ✓ Maior destinação de recursos próprios para investimentos dos últimos 10 anos

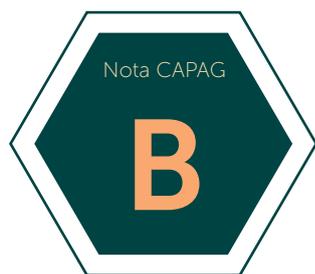
Despesa com Pessoal - Poder Executivo



- ✓ Atendimento do compromisso de repassar aos municípios os recursos destinados às emendas parlamentares impositivas¹
- ✓ Cumprimento da meta de resultado primário
- ✓ Cumprimento da meta de resultado nominal
- ✓ Aplicação mínima em ciência e tecnologia
- ✓ Aplicação mínima em assistência financeira aos alunos de educação superior
- ✓ Aplicação mínima em educação especial
- ✓ Elevação do Estado para a nota B no indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG²), o que torna Santa Catarina elegível para contratar operações de crédito com a garantia da União

1 O detalhamento dos valores pagos referentes às emendas parlamentares impositivas é apresentado no capítulo Indicadores Fiscais deste Balanço.

2 A Capacidade de Pagamento (CAPAG) é um indicador criado pela Secretaria do Tesouro Nacional que tem como objetivo padronizar os critérios de avaliação dos entes federados que pleiteiam garantia ou aval da União, além de definir os níveis de exposição creditícia do Governo Federal a cada ente de acordo com sua situação fiscal e com uma estimativa de sua capacidade de honrar compromissos futuros.



Fonte: SICONFI

CAPAG - Capacidade de Pagamento

| | |
|----------------------------------|---|
| Indicador I - Endividamento | Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida B (89,84%) |
| Indicador II - Poupança Corrente | Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada B (92,40%) |
| Indicador III - Liquidez | Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa A (5,45%) |

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

O bom desempenho estadual também pode ser observado no Ranking de Competitividade dos Estados, conforme consta na publicação do Centro de Liderança Pública (CLP). Em 2021, Santa Catarina obteve a segunda colocação.

Dos dez pilares avaliados pelo ranking, Santa Catarina obteve o primeiro lugar em dois (Segurança Pública e Sustentabilidade Social), segundo lugar em dois (Eficiência da Máquina Pública e Educação) e terceiro lugar em mais dois (Infraestrutura e Inovação).



Santa Catarina obteve ainda a segunda colocação nas duas novidades do ranking: o levantamento que considera os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e também os critérios ESG (*environmental, social and governance*, isto é, ambiental, social e governança).

- | | |
|--|---|
| <p>1º lugar Segurança Pública</p> | <p>1º lugar Sustentabilidade Social</p> |
| <p>2º lugar Educação</p> | <p>2º lugar Eficiência da Máquina Pública</p> |
| <p>3º lugar Infraestrutura</p> | <p>3º lugar Inovação</p> |
| <p>4º lugar Sustentabilidade Ambiental</p> | <p>7º lugar Potencial de Mercado</p> |
| <p>13º lugar Solidez Fiscal</p> | <p>15º lugar Capital Humano</p> |

O Estado também foi reconhecido com o “Destaque Internacional” do Prêmio de Competitividade dos Estados. A conquista se deve em razão de Santa Catarina ser a unidade da Federação com mais indicadores acima da média da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) pelo segundo ano consecutivo.

Os principais fatores que contribuíram positivamente no resultado do ranking foram a melhor avaliação da educação, maior cobertura vacinal, formalidade do mercado de trabalho e inserção econômica, bem como o fato de Santa Catarina estar entre os estados com os menores índices de desnutrição e obesidade infantil, além de ter o segundo menor custo de energia elétrica.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

No exercício de 2021 foi aprovada a Lei Complementar nº 773/2021, que trata da reforma previdenciária estadual.

A Reforma da Previdência abrange todos os servidores estaduais que integram o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC), incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público. Os militares não integram o projeto em razão da Lei Federal nº 13.954/2019, que implantou o chamado regime de proteção social dos militares, desvinculando essa categoria do RPPS/SC.

A lei contempla adequações na idade mínima para aposentadoria, no tempo de contribuição, nas alíquotas, no limite de isenção e cálculos dos benefícios, além de regras de transição.

As alterações foram necessárias para adaptar as regras de concessão de benefícios previdenciários ao aumento da expectativa de vida dos servidores, às relações trabalhistas e à capacidade financeira do Estado de honrar os pagamentos de benefícios previdenciários.

Além da Lei Complementar, a reforma também contemplou a Emenda Constitucional nº 82/2021, que altera a idade para concessão de aposentadoria.

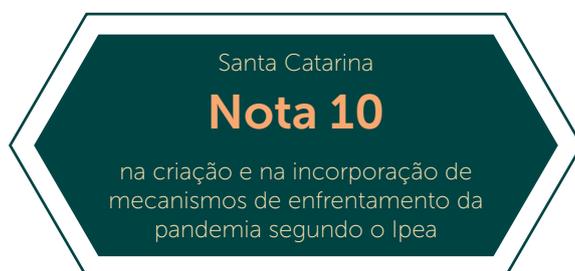
Reforma da Previdência

| | |
|---|--|
| Lei Complementar nº 773/2021 | Altera a Lei Complementar nº 412/2008, que dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências. |
| Emenda Constitucional nº 82/2021 | Altera o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina, nos termos da Emenda à Constituição da República nº 103/2019, e estabelece outras providências. |

PANDEMIA, GESTÃO E RETOMADA ECONÔMICA

Desde o surgimento dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil, o Governo de Santa Catarina realizou ações para mitigar o avanço da doença e enfrentar os seus impactos negativos em território catarinense. As medidas legais e as estratégias de restrições e de isolamento social foram adotadas com base em dados e informações processadas pelo Núcleo Intersetorial de Inteligência de Dados³. A gestão da pandemia também contou com o Centro de Operações em Emergências de Saúde, criado para coordenar as ações estaduais de enfrentamento à Covid-19, tais como publicação de notas técnicas, portarias, notas de alerta e de orientação aos cidadãos.

O trabalho conjunto e de excelência fez com que Santa Catarina se classificasse entre os quatro estados brasileiros que atingiram a nota máxima (10) na criação e na incorporação de mecanismos de enfrentamento da pandemia, de acordo com estudo preliminar do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



Desde o início da pandemia de Covid-19, 1,2 milhão de catarinenses foram infectados, o que ocasionou mais de 20 mil mortes no Estado. Mesmo assim, Santa Catarina segue com a menor taxa de letalidade do Brasil. Aproximadamente 1,6% das infecções registradas no Estado desde 2020 resultaram em óbito (o índice nacional é de 2,8%).

A Pandemia em Santa Catarina

| Municípios Atingidos | Pessoas Infectadas | Pessoas Recuperadas | Óbitos |
|----------------------|--------------------------------|---------------------|---------------------|
| 295 | 1.243.535 | 1.219.027 | 20.186 |
| 100% dos municípios | 16,9% da população catarinense | 98% dos infectados | 1,6% dos infectados |



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde

As notícias sobre as medidas para conter a propagação de Covid-19 em Santa Catarina e os boletins atualizados com a situação do Estado podem ser acessados em www.coronavirus.sc.gov.br.

Mais informações como vacinação, leitos de UTI, monitoramento de casos, receitas e despesas realizadas para o enfrentamento da pandemia são apresentadas no Portal Transparência Covid-19 do Governo de Santa Catarina, disponível em transparenciacovid19.sc.gov.br.

³ O Núcleo Intersetorial de Inteligência de Dados é formado por órgãos do Governo do Estado como o Centro de Informática e Automação (CIASC), as Secretarias de Estado da Administração, da Saúde e do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPESC). Também integram o núcleo profissionais das áreas de inteligência de dados do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e entidades sociais como a Associação Catarinense de Medicina, o laboratório Engin da UFSC e a Social Good Brasil, que reúne dezenas de voluntários na equipe.

A seguir, o Estado presta contas dos recursos que recebeu em 2021 para enfrentamento dos efeitos da pandemia e detalha a destinação desses recursos.

RECURSOS RECEBIDOS

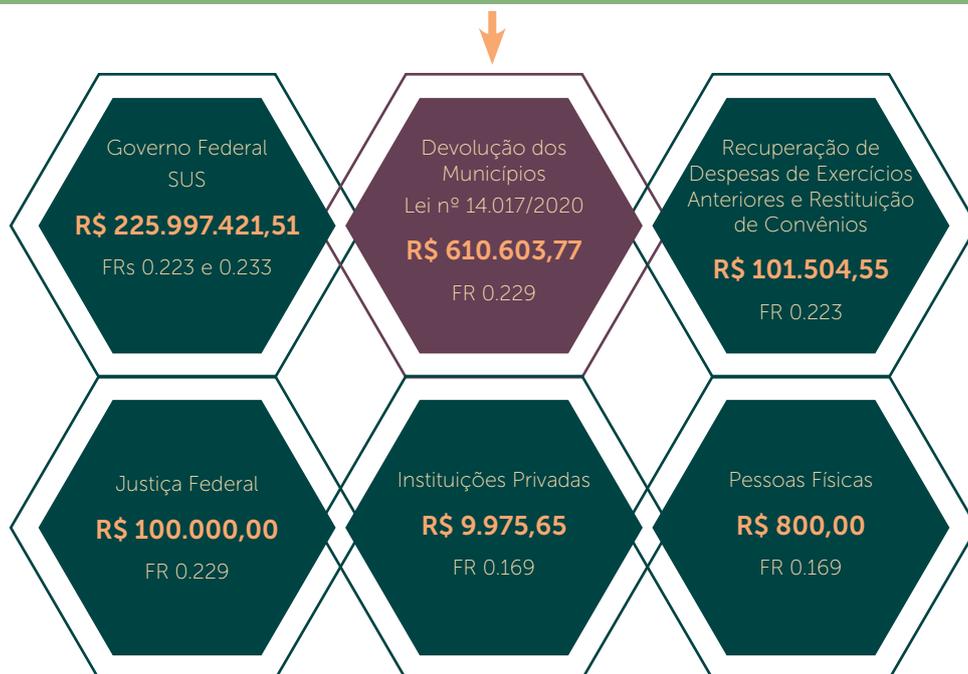
Em 2021, Santa Catarina recebeu R\$ 226,82 milhões para enfrentamento da pandemia. Grande parte do valor (99,6%) foi proveniente do Governo Federal, sendo recursos extraordinários repassados diretamente pelo Ministério da Saúde e com destinação específica para o combate da Covid-19. O montante de R\$ 610,60 mil foi recebido para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, sendo proveniente de municípios estaduais que não utilizaram no prazo previsto⁴ o recurso recebido por meio da Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

A Justiça Federal também destinou R\$ 100 mil da prestação pecuniária, da transação penal e da suspensão condicional para enfrentamento da pandemia.

Por último, R\$ 112,28 mil foram provenientes de restituições de convênios, de recuperação de despesas de exercícios anteriores, além de doações de instituições privadas e de pessoas físicas.

R\$ 226.820.305,48

Recursos externos recebidos em 2021 por Santa Catarina para enfrentamento da pandemia e para mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública



■ Aplicação obrigatória vinculada ao enfrentamento da Covid-19

■ Aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural

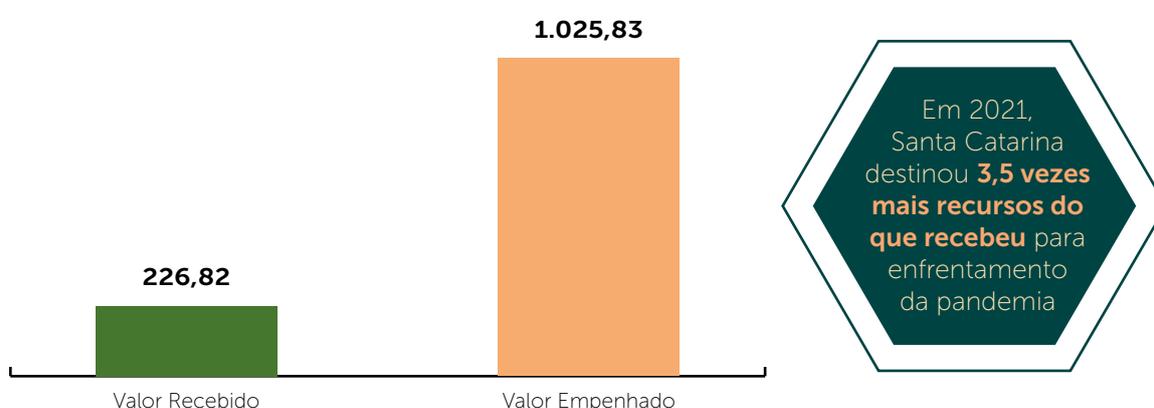
⁴ Os recursos que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da descentralização aos municípios, deverão ser automaticamente revertidos ao Fundo Estadual de Cultura do estado onde o município se localiza ou, na falta deste, ao órgão ou à entidade estadual responsável pela gestão desses recursos (Lei Federal nº 14.017/2020, art. 3º, parágrafo único).

RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Dos repasses federais vinculados, os valores relacionados à saúde (R\$ 226,21 milhões) foram rigorosamente aplicados no combate da Covid-19, o que se comprova pelo aumento de R\$ 620,82 milhões nas despesas com a função Saúde no ano. O mesmo se deu com os repasses da Lei Aldir Blanc (R\$ 610,60 mil), que estão contemplados no aumento de R\$ 10,22 milhões de gastos na função Cultura. O aumento dos gastos em valor superior ao recebido demonstra que, além dos recursos externos, Santa Catarina também destinou recursos próprios do ano ou recursos economizados em 2020 para atender a população catarinense.

No total, as despesas estaduais empenhadas de 2021 diretamente relacionadas ao enfrentamento da pandemia corresponderam a R\$ 1.025.827.964,78. Além desse valor, o Estado aplicou outros recursos sem vinculação específica.

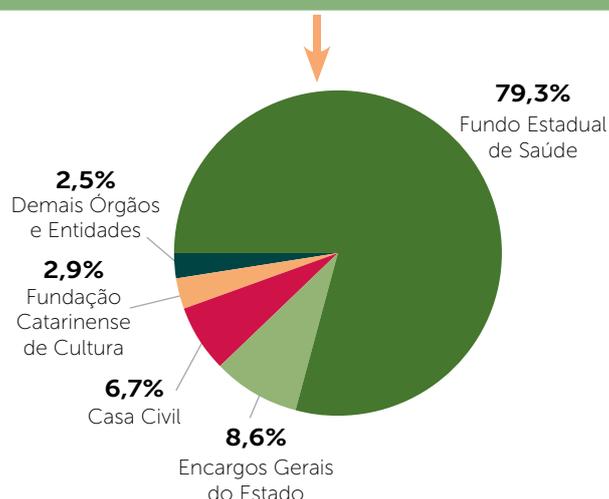
Valores para Enfrentamento da Covid-19 em 2021 (R\$ milhões)



As unidades gestoras estaduais que mais destinaram recursos em 2021 para combater os reflexos econômicos e sociais advindos da pandemia foram o Fundo Estadual de Saúde (R\$ 813.055.170,54), os Encargos Gerais do Estado (R\$ 88.541.039,26), a Casa Civil (R\$ 68.385.625,54) e a Fundação Catarinense de Cultura (R\$ 30.019.199,49). Os demais órgãos e entidades destinaram R\$ 25.826.929,95 diretamente para ações de enfrentamento da pandemia.

Recursos destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 em 2021

R\$ 1.025.827.964,78



A maior parte do valor de R\$ 813,06 milhões destinado pelo Fundo Estadual de Saúde foi gasta com remuneração de profissionais de saúde, repasses a hospitais e instituições de saúde, serviços médicos e laboratoriais, assim como com materiais farmacológicos e hospitalares.

O valor de R\$ 88,54 milhões destinado pela unidade gestora Encargos Gerais do Estado para o enfrentamento da Covid-19 diz respeito aos repasses feitos para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e para a Agência de Fomento de Santa Catarina (BADESC). O BRDE recebeu R\$ 1,13 milhão referente ao subsídio da taxa de juros remuneratórios do Programa SC Mais Renda Empresarial, e o BADESC recebeu R\$ 87,41 milhões referentes ao Programa Emergencial previsto na Lei nº 17.935/2020 (R\$ 4,70 milhões), ao adiantamento de capital para formação do Fundo de Aval para atendimento de micros e pequenas empresas catarinenses na obtenção de crédito (R\$ 82 milhões) e ao Programa SC Mais Renda Empresarial (R\$ 711,93 mil). Os referidos programas e outros de enfrentamento da pandemia são detalhados mais adiante, ainda neste capítulo.

O valor empenhado pela Casa Civil foi destinado, quase em sua totalidade, à contratação de emissoras de rádio e de televisão para orientar os cidadãos sobre a prevenção e os cuidados relacionados à Covid-19 e à campanha de vacinação.

Dos valores da Fundação Catarinense de Cultura para o enfrentamento da pandemia, 97% destinaram-se a pagamentos de premiações culturais previstas na Lei Aldir Blanc de Incentivo à Cultura, que objetivou atender o setor cultural do Estado e dos municípios diretamente impactados. Mais de 1.100 projetos e ações culturais foram contemplados no Estado.

Detalhamento dos Valores Gastos Vinculados Diretamente ao Enfrentamento da Covid-19 em 2021

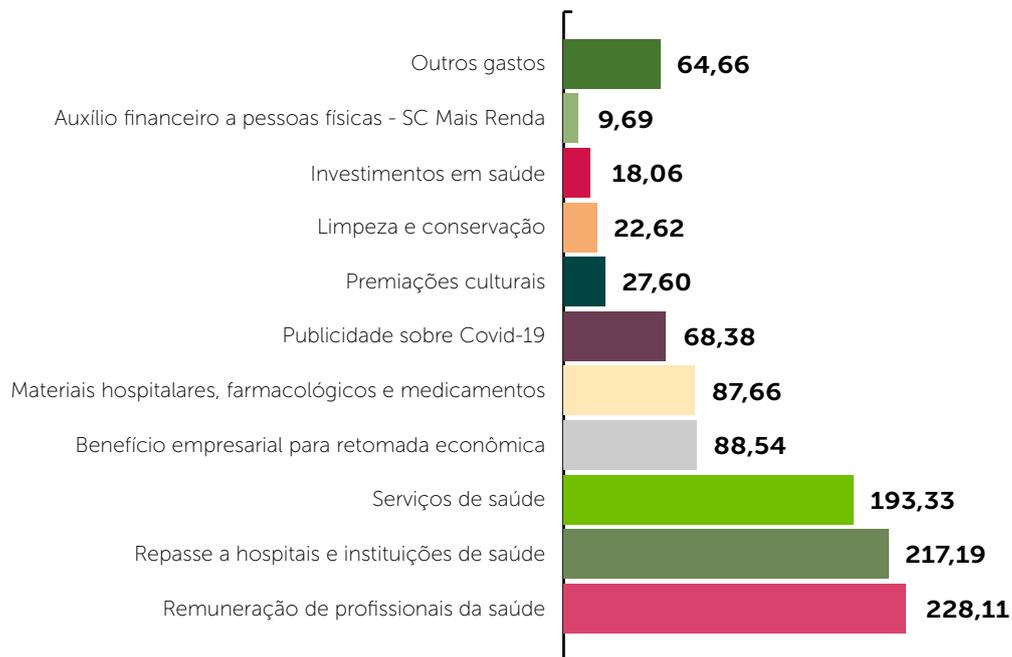
| Despesa | Subelemento | Detalhamento | Valor (R\$) | Representatividade |
|--|----------------------|--|----------------|--------------------|
| Serviços médicos e laboratoriais | 33903950 | Serviços médicos e laboratoriais, como custeio de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) para pacientes com Covid-19 | 193.329.226,97 | 18,8% |
| Despesa com entidades de direito privado | 33504102 | Repasses a hospitais e instituições de saúde | 172.612.996,89 | 16,8% |
| Capital de sociedades de economia mista | 45906502 | Integralização de capital social do BADESC para constituição do Fundo de Aval do Estado de Santa Catarina | 81.999.996,00 | 8,0% |
| Retribuição de produtividade médica | 31900412 31901152 | Remuneração de profissionais de saúde | 71.156.199,64 | 6,9% |
| Serviços de publicidade e propaganda | 33903988 | Publicidade sobre Covid-19 | 68.380.633,54 | 6,7% |
| Gratificação especial transitória | 31901154 31900414 | Remuneração de profissionais de saúde | 53.699.075,06 | 5,2% |
| Serviços temporários de agentes de saúde | 31900402 | Remuneração de profissionais de saúde | 46.106.198,90 | 4,5% |
| Material farmacológico | 33903009 | Medicamentos | 34.424.332,49 | 3,4% |

Continua na próxima página

Continuao da página anterior

| Despesa | Subelemento | Detalhamento | Valor (R\$) | Representatividade |
|--|----------------------------------|---|-------------------------|--------------------|
| Material hospitalar | 33903036 | Máscaras, luvas, aventais cirúrgicos, etc. | 33.512.877,29 | 3,3% |
| Premiaes culturais | 33903101 33909231 | Premiaes culturais: Lei Aldir Blanc e Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural | 27.603.120,00 | 2,7% |
| Transferência por meio de contrato de gestão | 33508501 | Transferências a hospitais e instituies de saúde | 25.660.346,94 | 2,5% |
| Parcela complementar transitória | 31900415 31901155 | Remunerao de profissionais de saúde | 23.469.369,60 | 2,3% |
| Limpeza e conservao | 33903978 33903702 | Limpeza e conservao das 13 unidades hospitalares próprias do Estado | 22.619.154,61 | 2,2% |
| Material de proteo e segurança | 33903028 | Equipamentos de proteo individual, máscaras, etc. | 19.719.964,75 | 1,9% |
| INSS | 31900410 31900411 | Contribuio sobre remunerao de profissionais de saúde | 19.452.156,13 | 1,9% |
| Outros serviços temporários | 31900499 | Remunerao de profissionais de saúde | 14.228.433,91 | 1,4% |
| Despesas com transferências a instituies sem fins lucrativos para aplicao em despesas de capital | 44504201 | Reformas, ampliaes, aquisio de equipamentos e materiais permanentes para hospitais e instituies de saúde (emendas impositivas) | 12.590.115,93 | 1,2% |
| Despesas com outras entidades de direito público | 33204101 33404101 | Custeio e manuteno de entidades hospitalares | 11.333.975,58 | 1,1% |
| Outros auxílios financeiros a pessoas físicas | 33904899 | Pagamento a pessoas físicas referentes ao Programa SC Mais Renda | 9.686.700,00 | 0,9% |
| Transferências Fundo a Fundo | 33419202 33414103 33419241 | Manutenço de leitos de UTI exclusivos para tratamento de Covid-19 | 7.579.200,00 | 0,7% |
| Cobertura de parcela de encargos de empréstimos e financiamentos | 33604505 | Subsídio na taxa de juros remuneratórios de operaes de crédito (SC Mais Renda Empresarial (Lei n 18.140/2021) e Programa Emergencial (Lei n 17.935/2020)) | 6.541.043,26 | 0,6% |
| Aparelhos, equipamentos, utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares | 44905208 | Sistema de videoendoscopia digestiva, sistema de broncoscopia, central de monitorizao, lavadora ultrassnica, aparelho de hemodiálise, microscópio, oxímetro, etc. | 5.467.570,70 | 0,5% |
| Outros gastos | Subelementos diversos | Outros gastos | 64.655.276,59 | 6,3% |
| TOTAL | | | 1.025.827.964,78 | 100,0% |

Resumo dos Valores Gastos Vinculados Diretamente ao Enfrentamento da Covid-19 em 2021 (R\$ milhões)



Dos valores destinados diretamente ao enfrentamento da Covid-19, 64,3% foram pagos com recursos aportados pelo Tesouro Estadual (fontes de recursos 0.100 e 0.300). A segunda maior destinação de recursos (30,8%) foi proveniente do Sistema Único de Saúde, com receitas do exercício de 2021 e do exercício anterior (fontes de recursos 0.223 e 0.623). Os gastos com outras origens de recursos representam 4,9% do total.

Enfrentamento da Covid-19 – Valores Gastos por Fonte de Recursos em 2021

| Fonte de Recursos | Descrição | Valor (R\$) | % |
|-------------------|--|-------------------------|-------------|
| 0.100 | Recursos ordinários do Tesouro | 654.462.252,78 | 63,8% |
| 0.223 | Recursos do Sistema Único de Saúde | 197.702.044,85 | 19,3% |
| 0.623 | Superavit de recursos do Sistema Único de Saúde | 118.135.495,00 | 11,5% |
| 0.629 | Superavit de outras transferências ao Tesouro | 28.666.994,80 | 2,8% |
| 0.261 | Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente | 7.590.640,00 | 0,7% |
| 0.699 | Não primárias - outras receitas | 6.090.887,61 | 0,6% |
| 0.628 | Superavit de convênios, ajustes e acordos administrativos | 4.631.095,42 | 0,5% |
| 0.324 | Superavit de convênio - Programa de Educação | 3.287.157,48 | 0,3% |
| 0.299 | Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente | 1.935.987,15 | 0,2% |
| 0.633 | Enfrentamento do coronavírus - investimentos na rede de serviços públicos de saúde - exercícios anteriores | 1.149.012,27 | 0,1% |
| 0.111 | Taxas da segurança pública | 919.081,64 | 0,1% |
| 0.285 | Remuneração de disponibilidade bancária - fundos e administração indireta | 508.120,00 | 0,05% |
| 0.320 | Cota-parte da contribuição do salário- -educação - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 428.305,14 | 0,04% |
| 0.120 | Cota-parte do salário-educação | 90.061,14 | 0,01% |
| 0.119 | Outras taxas vinculadas da administração direta | 77.326,98 | 0,01% |
| 0.240 | Receitas de serviços - fundos e administração indireta | 45.799,99 | 0,004% |
| 0.669 | Superavit de outros recursos primários - fundos e administração indireta | 32.689,34 | 0,003% |
| 0.228 | Convênios, ajustes e acordos administrativos | 18.900,00 | 0,002% |
| 0.219 | Outras taxas vinculadas - fundos e administração indireta | 17.773,08 | 0,002% |
| 0.619 | Superavit de outras taxas vinculadas | 15.979,02 | 0,002% |
| 0.640 | Superavit de receitas de serviços - fundos e administração indireta | 11.901,20 | 0,001% |
| 0.319 | Superavit de outras taxas vinculadas | 6.507,00 | 0,001% |
| 0.260 | Receitas patrimoniais - fundos e administração indireta | 3.850,00 | 0,0004% |
| 0.685 | Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - demais receitas de fontes detalhadas | 102,89 | 0,00001% |
| TOTAL | | 1.025.827.964,78 | 100% |

Síntese da Utilização dos Recursos no Enfrentamento da Covid-19 em 2021

| Quem empenhou | Recursos utilizados | Objeto do gasto |
|--|---|--|
| 79,3% - Fundo Estadual de Saúde 8,6% - Encargos Gerais do Estado 6,7% - Casa Civil 2,9% - Fundação Catarinense de Cultura 2,5% - Demais órgãos e entidades | 64,3% - Recursos do Tesouro Estadual (Fontes 0.100 e 0.300) 30,8% - Recursos do SUS 4,9% - Recursos de outras origens | 22,2% - Remuneração de profissionais de saúde 21,2% - Repasses a hospitais e instituições de saúde 18,8% - Serviços de saúde 8,6% - Benefício empresarial para retomada econômica 8,5% - Materiais hospitalares, farmacológicos e medicamentos 6,7% - Publicidade sobre Covid-19 2,7% - Premiações culturais 2,2% - Limpeza e conservação 1,8% - Investimentos em saúde 0,9% - Auxílio financeiro a pessoas físicas (SC Mais Renda) 6,3% Outros gastos |



Distribuição de vacina para os municípios catarinenses
Foto: Julio Cavalheiro (Secom)

ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA, DOS DESASTRES NATURAIS E RETOMADA ECONÔMICA

No ano de 2021, além da pandemia de Covid-19, Santa Catarina também foi afetada pela estiagem em algumas regiões e por chuvas intensas em outras. Com a intenco de amenizar os reflexos econômicos e sociais oriundos da pandemia e dos desastres naturais, o Governo Estadual criou alguns programas cujos objetivos são resumidos a seguir.

| Programa | Objetivo |
|---------------------------|---|
| SC Mais Renda Empresarial | Dar suporte aos empreendedores catarinenses na recuperao e na manuteno de suas atividades com garantia de empregos, sobretudo nos setores mais afetados pela pandemia de Covid-19. |
| SC Mais Renda | Dar suporte financeiro para as famílias em vulnerabilidade social que não receberam nenhum auxílio federal ou que perderam o emprego e a fonte de renda em setores mais afetados pela pandemia de Covid-19. |
| SC Mais Segura | Aumentar a segurança do cidadão por meio da aquisio de viaturas, carros, caminhões, ambulâncias, ônibus, quadriciclos e motoaquticas, além de armamentos, sistemas de tecnologia e outros equipamentos. |
| Recomeça SC | Estimular a rápida reconstruo e recuperao dos empreendimentos produtivos afetados por desastres naturais, catástrofes climáticas e situaes correlatas, localizados nos municípios catarinenses em estado de calamidade pública, visando minimizar os efeitos econômicos e sociais negativos deles decorrentes e preservar os níveis de emprego e renda nas regiões afetadas. |
| SC Mais Pesca | Disponibilizar infraestruturas adequadas ou melhorar as existentes para o desenvolvimento da atividade pesqueira ou da maricultura nos municípios litorâneos de Santa Catarina. O programa, que é destinado a pescadores artesanais, prevê investimentos de R\$ 30 milhões. |
| SC Mais Esporte | Desenvolver o esporte catarinense por meio de investimentos e de projetos. |
| SC Mais Cultura | Desenvolver o setor cultural, com investimentos estimados em R\$ 129 milhões para aplicao em projetos e aes em todas as regiões do Estado. O SC Mais Cultura prevê também investimentos em editais (Prêmio Elisabete Anderle de Estimulo  Cultura, Prêmio Catarinense de Cinema, Edital Aldir Blanc SC 2021 e Salão Nacional Victor Meirelles), conservao de patrimônio, capacitao, exposies, tecnologia, eventos de grande porte e apoio a projetos culturais de entidades conveniadas. |
| SC Mais Inclusiva | Investimentos na mobilidade e na inclusão, visando autonomia, independência, dignidade e melhoria da qualidade de vida dos 25 mil educandos com deficiência atendidos no Estado. Os recursos disponibilizados pelo Programa SC Mais Inclusiva (mais de R\$ 100 milhões) são destinados a instituies especializadas em educaço especial. Esse montante vai permitir a realizao de projetos como a implantao de parques adaptados, academias acessíveis e jardins sensoriais, assim como reformas, ampliaes de sedes, construo de novas sedes, compra de equipamentos de informática e eletrnicos, aquisio de veículos e ônibus adaptados, salas de psicomotricidade e de integrao sensorial, móveis adaptados para sala de aula, entre outros. |
| SC Mais Asfalto | Fomentar a construo de usinas de asfalto em todas as regiões de Santa Catarina, buscando reduzir o custo de pavimentao de ruas e estradas rurais. |
| SC Mais Confiança | Desburocratizar, simplificar e digitalizar o maior número possível de processos internos e serviços públicos para garantir celeridade, economia e desenvolvimento. |
| Gente Catarina | Elevar o ndice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos 61 municípios que apresentam os menores indicadores, com aes focadas nas áreas que mais impactam na qualidade de vida dos moradores, como gerao de renda, evasão escolar, mortalidade infantil e morte precoce. |
| Invest SC | Propor atividades que incentivem a atrao de negócios nas regiões com menor ndice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado, além de identificar fontes de financiamento para investimentos e setores ou investidores potenciais para essas regiões. O programa também terá a atribuio de auxiliar na criao e na manuteno de mecanismos que disponibilizem ao investidor informaes sobre setores e negócios estratégicos no Estado, assistir o investidor na análise de viabilidade e na decisão de investir, estabelecer e manter negócios, facilitar os investimentos mediante a concentrao de serviços em um só lugar, além de acompanhar as etapas de concretizao dos negócios. |

Na sequência, apresentam-se os valores investidos em 2021 nos principais programas desenvolvidos.

SC Mais Renda Empresarial

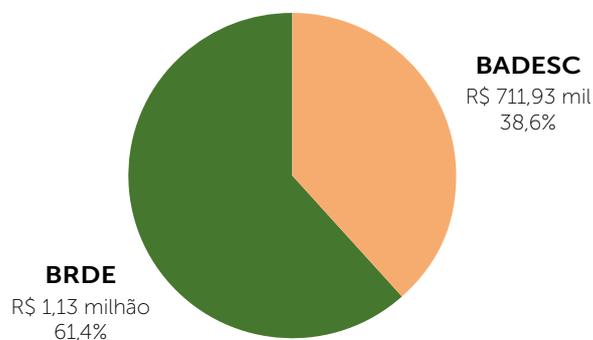
Em 2021, foi criado o Programa SC Mais Renda Empresarial, objetivando auxiliar os microempreendedores individuais e os micros e pequenos empreendedores com sede no Estado no enfrentamento dos prejuízos econômicos e sociais advindos da pandemia de Covid-19. A Lei nº 18.132/2021 regulamentou a concessão do auxílio emergencial, na forma de subsídio integral da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito a esses empreendedores, e o Decreto nº 1.341/2021 dispôs sobre a concessão do SC Mais Renda Empresarial.

O programa, coordenado pela Secretaria de Estado da Fazenda, ofereceu linhas de crédito de até R\$ 100 mil com juros subsidiados integralmente pelo Governo Estadual para aqueles que estiverem adimplentes. Os recursos foram operacionalizados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), em parceria com cooperativas, e pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC).

A linha de crédito pôde ser solicitada por microempreendedores individuais e por micros e pequenos empreendedores com sede em Santa Catarina e com faturamento bruto de até R\$ 4,8 milhões por ano, desde que tenham a atividade principal ou secundária nos setores de turismo, bares, restaurantes, eventos, educação e transportes, salão de beleza, contabilidade, entre outros, conforme prevê a legislação. O prazo de carência é de 12 meses, com 36 meses para amortização.

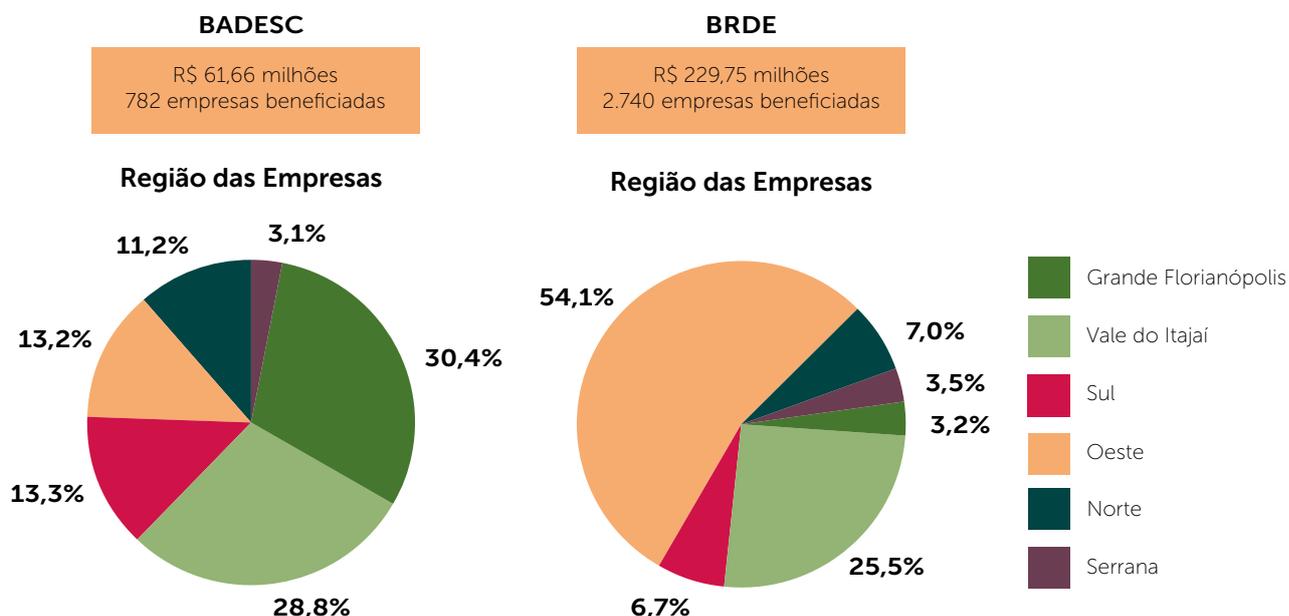
Em 2021, o Estado repassou R\$ 711,93 mil para o BADESC e R\$ 1,13 milhão para o BRDE, a fim de subsidiar integralmente a taxa de juros remuneratórios de operações de crédito concedidas por essas instituições financeiras.

Ressarcimento Estadual da Taxa de Juros Remuneratórios



No ano foram disponibilizados R\$ 291,41 milhões em empréstimos para 3.522 micros e pequenas empresas catarinenses, sendo R\$ 61,66 milhões provenientes do BADESC e R\$ 229,75 milhões do BRDE.

SC Mais Renda Empresarial – Empréstimos Concedidos em 2021

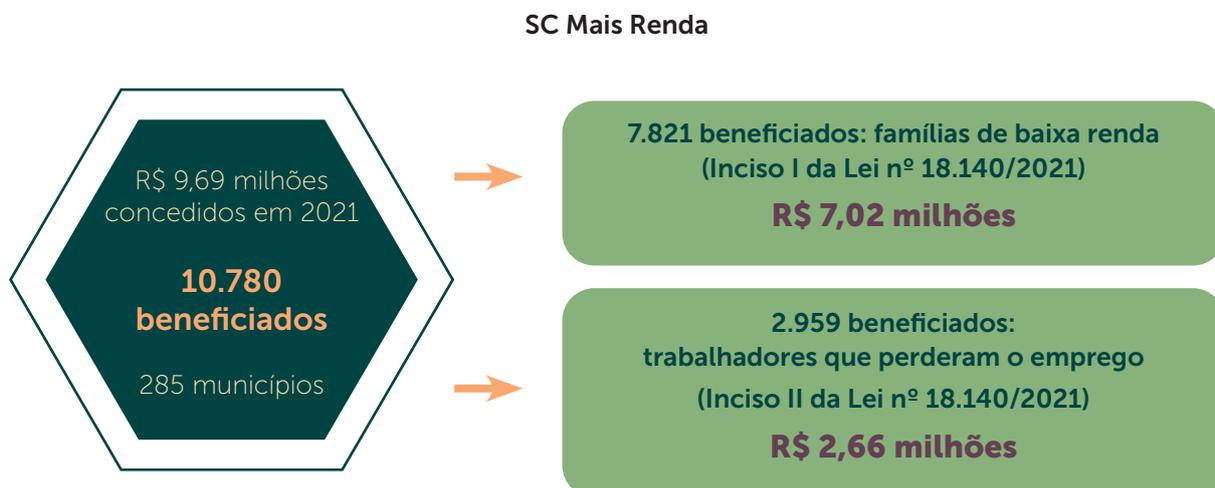


Fonte: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

SC Mais Renda

Em 2021, para enfrentamento das consequências econômicas e vulnerabilidades sociais advindas da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19, o Governo do Estado instituiu o auxílio emergencial denominado SC Mais Renda. Esse auxílio é um apoio financeiro fornecido às famílias catarinenses em vulnerabilidade social ou que perderam o emprego e a fonte de renda durante a pandemia, conforme critérios de concessão estabelecidos na Lei nº 18.140/2021.

O SC Mais Renda foi concedido em três parcelas mensais no valor de R\$ 300,00, totalizando R\$ 900,00 por beneficiário. O valor do auxílio concedido em 2021 foi de R\$ 9,69 milhões e beneficiou 10.780 pessoas.



Fundo de Aval

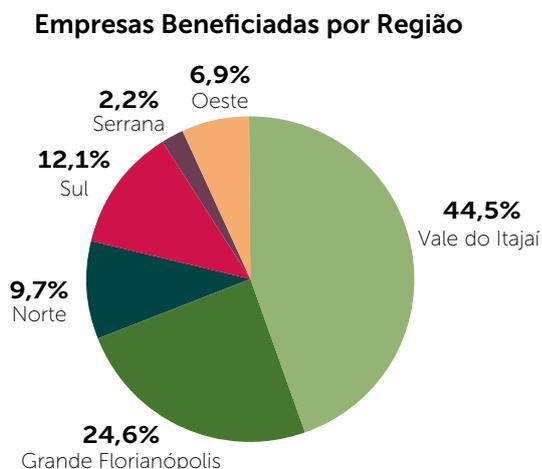
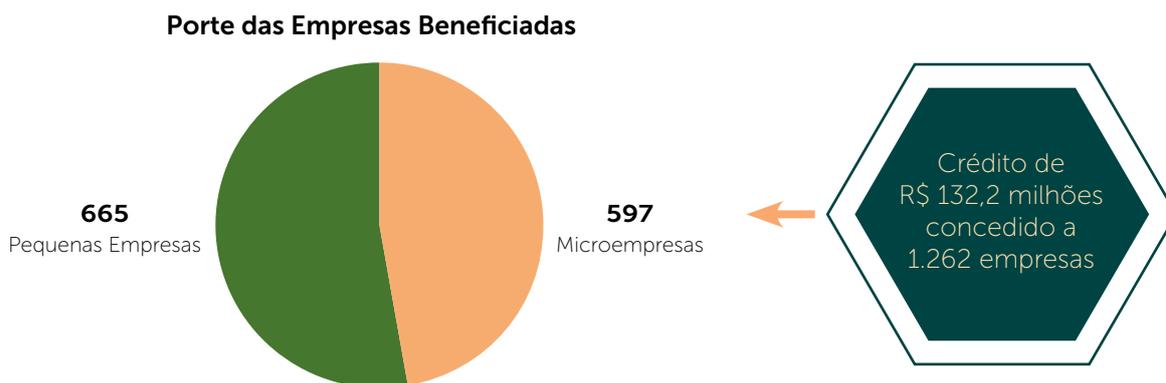
Em 2020, por meio do Decreto nº 906/2020, foi instituído o Fundo de Aval do Estado de Santa Catarina, um programa público cuja finalidade é facilitar a concessão de crédito, via BADESC, para pessoas jurídicas catarinenses com até R\$ 96 milhões de faturamento anual e que não possuam garantias reais disponíveis.

O aporte do Poder Executivo será de R\$ 164 milhões, divididos em 24 parcelas, sob a forma de integralização no capital social do BADESC. Por meio da alavancagem financeira dos recursos aportados, o Estado busca auxiliar as micros e pequenas empresas, objetivando promover o desenvolvimento e a retomada do crescimento econômico e social de Santa Catarina.

Em 2021 foram repassados ao BADESC R\$ 82 milhões, o equivalente a doze parcelas do valor previsto, que, somados aos valores repassados em 2020 (R\$ 20,50 milhões), totalizaram R\$ 102,50 milhões.

Também em 2021, o BADESC concedeu o crédito de R\$ 132,2 milhões a 1.262 empresas.

Fundo de Aval em 2021

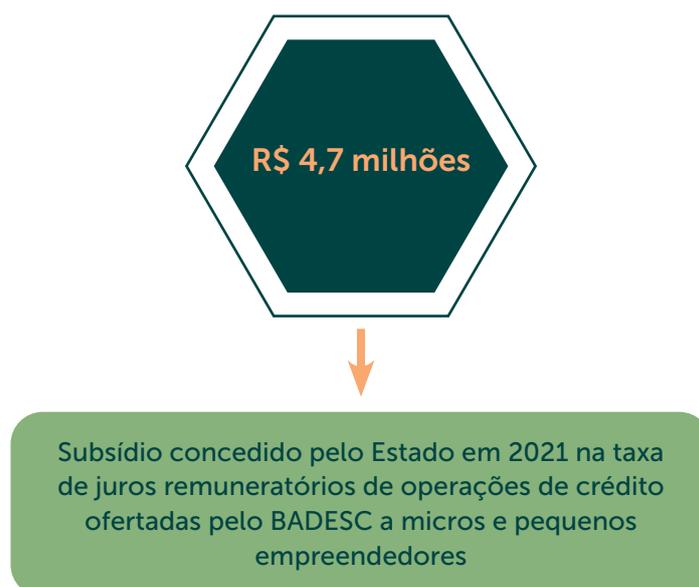


Fonte: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)

Subsídios Concedidos em Função da Lei Estadual nº 17.935/2020

A Lei nº 17.935/2020 autorizou o Poder Executivo a conceder subsídio parcial da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado para enfrentamento dos prejuízos econômicos advindos da pandemia de Covid-19. Essas operações foram ofertadas pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) e pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Em 2021, o Estado ressarciu ao BADESC o valor de R\$ 4.695.633,11 referente às despesas decorrentes da execução da Lei nº 17.935/2020.



RECOMEÇA SC

O Programa RECOMEÇA SC, instituído pela Lei nº 18.096/2021, possibilita a concessão de subsídio financeiro destinado, exclusivamente, ao custeio dos valores correspondentes aos juros remuneratórios das operações de financiamento realizadas por meio das linhas de crédito da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) voltadas ao atendimento do objetivo do programa.

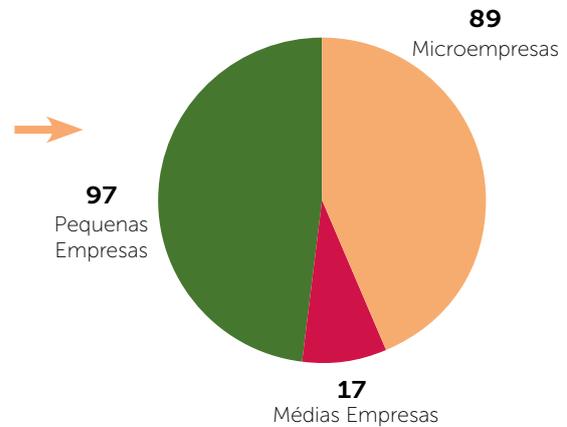
Podem ser beneficiárias do RECOMEÇA SC as pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio porte localizadas nos municípios catarinenses em estado de calamidade pública, diretamente afetadas por desastres naturais, catástrofes climáticas e situações correlatas.

A primeira região a ser beneficiada pelo programa foi o Alto Vale do Itajaí, que em 2021 recebeu R\$ 25,44 milhões em crédito com juros subsidiados para auxiliar a reconstrução e a retomada de negócios de 203 micros, pequenas e médias empresas dos municípios de Rio do Sul, Ibirama e Presidente Getúlio. Esses municípios foram atingidos por uma enxurrada no final do ano de 2020 e tiveram o estado de calamidade pública homologado por meio do Decreto Estadual nº 1.059/2020.

RECOMEÇA SC em 2021

| Setor | Empresas Beneficiadas | Valor (R\$ milhões) |
|-------------------|-----------------------|---------------------|
| Comércio/Serviços | 146 | 17,44 |
| Indústria | 55 | 7,83 |
| Agropecuária | 2 | 0,16 |
| TOTAL | 203 | 25,44 |

| Municípios Beneficiários | Operações Concedidas | Valor (R\$ milhões) |
|--------------------------|----------------------|---------------------|
| Presidente Getúlio | 149 | 18,30 |
| Ibirama | 40 | 5,20 |
| Rio do Sul | 14 | 1,94 |
| TOTAL | 203 | 25,44 |



Fonte: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)

PREFIS

Outra ação estadual que objetivou auxiliar os empreendedores afetados pela pandemia foi o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2021 (PREFIS-SC/2021), instituído por meio da Lei nº 18.165/2021 para os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) e ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Com a medida, empresas em dívida com o Fisco estadual puderam regularizar eventuais débitos fiscais gerados durante a pandemia, com redução do valor de multa e juros de até 90%.

Para as empresas que tiveram dificuldades de manter o pagamento do ICMS em dia durante a pandemia, houve a possibilidade de parcelamento, com abatimentos que variaram de 30% até 80% sobre as multas e os juros, sendo possível parcelar os débitos em até 60 vezes, com desconto gradativo da multa e dos juros.

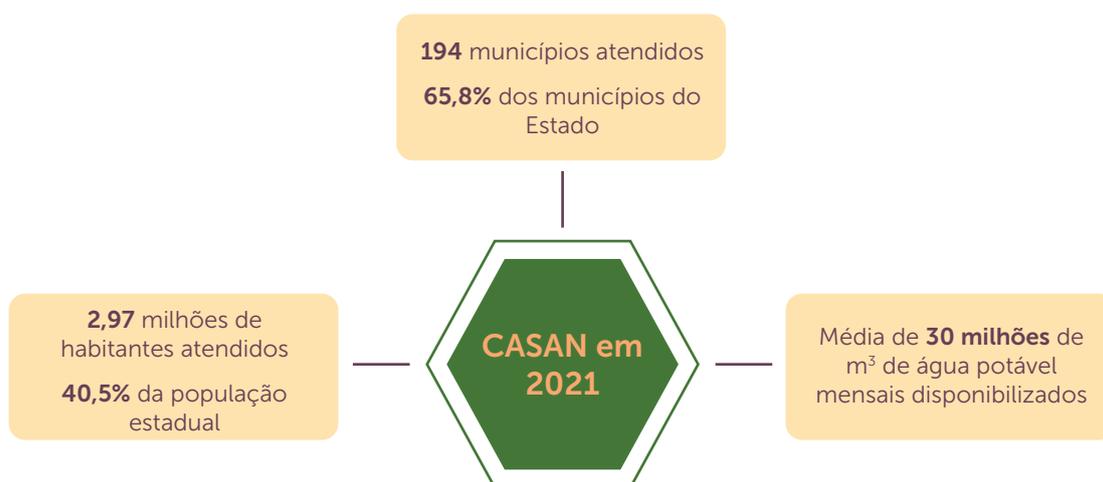
Como resultado do programa no ano de 2021, aproximadamente R\$ 54 milhões em débito foram regularizados (considerando pagamentos e parcelamentos).

Enfrentamento da Estiagem

Nos anos de 2019 e 2020, o Estado enfrentou uma das piores estiagens dos últimos tempos. A falta de chuva trouxe prejuízos para o meio rural e preocupação para o setor produtivo, além de prejudicar o abastecimento de água em várias regiões catarinenses. Com o objetivo de preparar Santa Catarina para o enfrentamento de períodos de estiagem, cada vez mais severos e recorrentes, o Governo do Estado, por meio da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), prevê ampliar os investimentos em infraestrutura de abastecimento.

Em 2021, Santa Catarina investiu R\$ 127,83 milhões na CASAN através de aporte de capital. O aporte de recursos do Estado está sendo utilizado pela CASAN para ampliação da capacidade de produção de água, para melhoria e modernização de estações de tratamento de água bem como para implantação de novas unidades. Os recursos também são destinados à ampliação da capacidade de reserva de água nos municípios atendidos pela CASAN.

Atualmente, a CASAN atende 194 dos 295 municípios catarinenses, com um total de 215 sistemas de abastecimento de água. Em 2021, de janeiro a novembro, uma média mensal de 30.094.381 m³ de água potável foi disponibilizada para 2.972.661 habitantes do Estado.



Fonte: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)

SC Mais Segura

O Programa SC Mais Segura, lançado em 2021, prevê investimentos de R\$ 343 milhões nos exercícios de 2021 e 2022 em novas tecnologias de inteligência, análise de dados, perícia criminal e de comunicação para reequipar as forças de segurança do Estado de Santa Catarina. Do valor previsto, R\$ 133,52 milhões foram investidos já em 2021 nas polícias Militar, Civil e Científica, bem como no Corpo de Bombeiros Militar.



| Polícia Militar | Polícia Civil | Polícia Científica | Corpo de Bombeiros Militar |
|---|---------------------------|---|--|
| R\$ 91,81 milhões | R\$ 34,03 milhões | R\$ 5,81 milhões | R\$ 1,86 milhão |
| Aquisição: - Material bélico: pistolas e munição - Sistema de rádio - Viaturas - Material de informática e inovação: notebooks, tablets, smartphones, estações de trabalho, impressoras, etc. Obras: construção da Organização Policial Militar de Ibirama, do Batalhão da Polícia Militar de Indaial e de destacamentos | Aquisição de 242 viaturas | Aquisição: - Veículos: 1 carro pantográfico, 1 furgão e 105 viaturas - Material de informática: 543 estações de trabalho, 7 copiadores e duplicadores forenses, 50 leitores biométricos, nobreaks, licenças de softwares, etc. - Móveis e utensílios: mesas, cadeiras, armários, bebedouros e aparelhos de ar-condicionado - Móveis e materiais de perícia criminal Obras: reformas do prédio do Instituto Médico-Legal de Concórdia e da edificação que abrigará o Instituto Geral de Perícias, em São José | Aquisição: - 432 conjuntos de equipamentos de proteção individual para combate a incêndio estrutural - 19 conjuntos de equipamentos de proteção respiratória |

Fonte: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

REFORMA ADMINISTRATIVA

Em 2021, por meio da Lei Complementar nº 789, de 29 de dezembro de 2021, a estrutura administrativa do Estado foi alterada, e os reflexos dessa modificação devem começar a valer a partir de 2022.

Principais Alterações na Estrutura Administrativa do Estado a Partir de 2022



Alterações nas Vinculações dos Órgãos Estaduais

| Entidade | Vinculação anterior Lei nº 741/2019 | Nova vinculação Lei nº 789/2021 |
|--|--|---|
| Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR) | Gabinete do Governador | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável |
| Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) | Gabinete da Chefia do Executivo | Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial |
| Escritório de Gestão de Projetos | Gabinete da Chefia do Executivo | Secretaria de Estado da Administração |
| Fundação Catarinense de Cultura (FCC) | Gabinete do Governador | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável |
| Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE) | Gabinete do Governador | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável |
| Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais | Gabinete do Governador | Casa Civil |
| Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF) | Casa Civil | Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade |

A Emenda Constitucional nº 84/2021 também alterou a nomenclatura do Instituto Geral de Perícias, que passou a se chamar Polícia Científica.





Bandeira de Santa Catarina na Sede do Centro Administrativo do Governo do Estado
Foto: Ricardo Wolffenbüttel (Secom)



Bom Jardim da Serra
Foto: Julio Cavalheiro



**ECONOMIA
CATARINENSE**



ECONOMIA CATARINENSE

O ano de 2021 iniciou com a expectativa da vacinação e com a conseqüente volta da “normalidade”, tanto em âmbito pessoal quanto na atividade econômica.

No decorrer do ano, felizmente a vacinação virou realidade, e a atividade econômica, mesmo que de forma heterogênea, vivenciou uma retomada. Prova disso é a diminuição na taxa de desemprego no País, que, apesar de ainda ser maior do que a taxa de antes da pandemia, alcançou o menor patamar desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2020.

Destaque também para o desempenho da balança comercial brasileira, que resultou num crescimento de 21,1% no superavit em relação a 2020, além de ultrapassar o recorde de US\$ 56 bilhões alcançado em 2017.

Por outro lado, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um desempenho controverso em 2021. Apesar de o último dado publicado ter demonstrado um crescimento acumulado de 3,9% nos 12 meses até setembro, a análise de trimestre para trimestre mostrou uma queda de 0,1% no terceiro trimestre de 2021 quando comparado ao trimestre anterior. Como já havia sido registrada uma queda no segundo trimestre de 0,4%, ocorreu a denominada recessão técnica, quando se registra redução em dois trimestres consecutivos. Isso demonstra uma diminuição no ritmo de recuperação da economia após o período mais crítico da pandemia.

A inflação também foi motivo de preocupação em 2021 e encerrou o ano acima dos dois dígitos (10,06%), a maior taxa acumulada anual desde 2015. Esse resultado teve influência principalmente do preço da gasolina, que terminou o ano com uma alta acumulada de 47,49%. O etanol, por sua vez, subiu 62,23%.

Outro fator que contribuiu para que a inflação subisse de forma considerável foi o aumento na fatura da energia elétrica, impactada pela estiagem que afetou os reservatórios usados para a produção de energia. Os reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, por exemplo, que são responsáveis por cerca de 70% da geração hídrica do Brasil, alcançaram níveis baixíssimos, sendo considerada a maior estiagem dos últimos 91 anos.

Em contrapartida, como forma de tentar conter a escalada dos preços, a taxa SELIC teve sete altas seguidas e encerrou o ano em 9,25%, maior patamar desde 2017.

Ainda nesse cenário de incertezas, medidas realizadas em nível nacional procuraram garantir uma renda mínima àqueles mais fortemente atingidos pela pandemia. O auxílio emergencial criado em 2020 teve prorrogação em março de 2021¹, chegando a um total de sete parcelas pagas até novembro. Além disso, com o fim do auxílio emergencial, criou-se o Auxílio Brasil², um novo programa social que substituiu o Bolsa-Família. O novo benefício, destinado a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, começou a ser pago em novembro.

1 Por meio da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

2 Criado pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, convertida na Lei nº 14.284, de 2021.

Em Santa Catarina, a economia continuou o processo de retomada já iniciado em 2020. Além das características do Estado, que favorecem a diversificação econômica, e de um equilíbrio demográfico e social, programas de fomento como o SC Mais Renda Empresarial e o SC Mais Renda deram suporte financeiro aos empreendedores catarinenses na recuperação e na manutenção de suas atividades, assim como às famílias em vulnerabilidade social.

Em 2021, apesar da inflação alta e das incertezas – que ainda afetam a economia por causa da pandemia –, o Estado conseguiu se manter em destaque no País novamente. A manutenção de Santa Catarina como o estado com o menor nível de desemprego do Brasil e inserido entre os estados que mais criaram empregos em 2021 é prova disso. Outro dado importante é que em 2021 o Estado teve o menor número de pedidos de seguro-desemprego dos últimos dez anos.



Os indicadores de confiança na economia catarinense continuaram demonstrando um ambiente positivo.

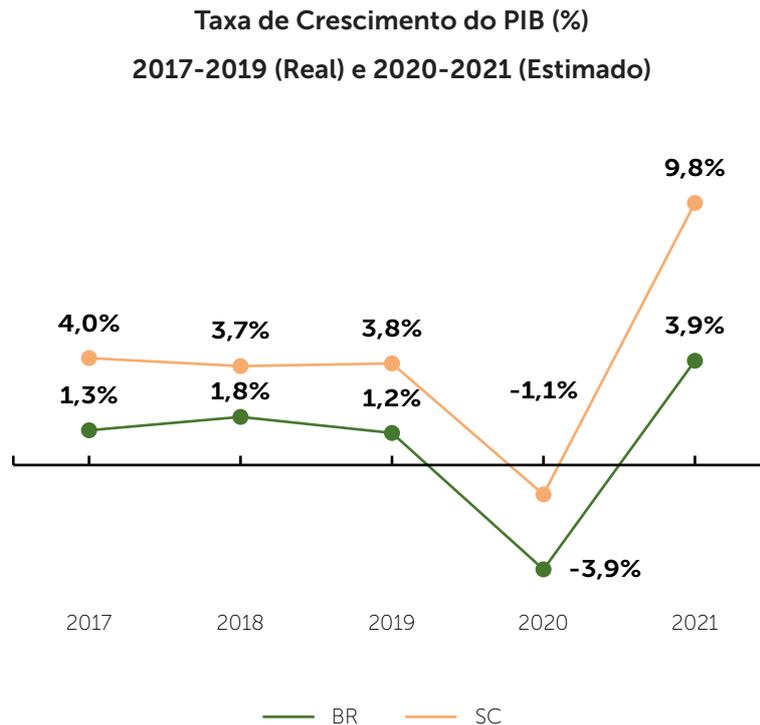
No entanto, no setor industrial, questões relacionadas à dificuldade de insumos e ao aumento de preços vêm refletindo numa confiança mais comedida. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) em Santa Catarina registrou recuo de 0,8 ponto no mês de outubro de 2021 – último período divulgado. Apesar da queda, o indicador ainda se mantém acima da linha divisória dos 50 pontos, com valor de 57,7 pontos, o que indica um ambiente de confiança entre os empresários industriais catarinenses. Em âmbito nacional observa-se o mesmo cenário, com uma confiança menos disseminada e intensa do que a verificada no final de 2020.

No setor comercial, os índices de confiança encerraram 2021 em alta, no maior patamar otimista do ano. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) de Santa Catarina encerrou 2021 num patamar 9,5% maior do que no mês anterior. No entanto, embora o resultado seja positivo, a confiança segue menor em comparação com o início da crise, sendo que em nenhum período após fevereiro de 2020 os empresários do comércio recuperaram ou alcançaram o mesmo nível de antes da pandemia.

O desafio para 2022 é garantir que a economia continue crescendo, que os níveis de emprego sejam mantidos ou aprimorados e que o catarinense melhore a sua renda média.

PRODUTO INTERNO BRUTO

Em 2021, a economia catarinense mostrou sinais de recuperação, e depois da retração identificada em 2020, voltou a crescer. Conforme estimativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), considerando os quatro últimos trimestres encerrados em setembro de 2021, a economia catarinense cresceu 9,8% nesse ano.



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina

Como se percebe, o crescimento estimado do PIB catarinense para 2021 é mais do que o dobro do previsto quando se compara com o PIB nacional (3,9%) do mesmo período, como mostram os indicadores parciais disponíveis até setembro de 2021. O crescimento na economia catarinense foi o maior observado após o período da crise de 2015 e 2016, quando o PIB estadual caiu 4,2% e 2%, respectivamente.

A indústria teve maior destaque no Estado, apresentando um crescimento de 10,3% em 2021 – a média nacional foi de 4,3%. O único segmento que retraiu foi o da fabricação de produtos alimentícios (-10,4%). Com esses resultados, a indústria catarinense vem superando o nível de produção pré-pandemia, sendo Santa Catarina um dos poucos estados brasileiros a conseguir esse feito.

O setor do comércio catarinense vivenciou um ano de recuperação que acarretou alta de 1,5% no acumulado anual no volume de vendas no Estado. Esse resultado é similar ao do cenário nacional, que cresceu 1,4%. No entanto, a trajetória de recuperação do comércio perdeu fôlego no decorrer do ano, e as vendas começaram a retrair a partir de julho como consequência da inflação e da diminuição do poder de compra dos consumidores catarinenses.

Destaque para os setores de veículos, motocicletas, partes e peças (26%), de outros artigos de uso pessoal e doméstico (17,6%) e de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (13,9%), que demonstraram os maiores crescimentos em 2021.

O setor de serviços também evidenciou desempenho positivo em 2021, com um aumento de 14,7% no volume de serviços produzidos no Estado – a média brasileira foi de 10,9%. Esse desempenho corresponde ao quinto maior crescimento entre todas as unidades federativas, sendo o maior do Centro-Sul do País. Destaca-se também o setor de atividades turísticas, que teve um crescimento de 18,9% no ano de 2021 em comparação com 2020.

A construção civil foi outro setor que continuou se restabelecendo. A recuperação do mercado imobiliário e a autoconstrução (residencial e comercial), intensificada na pandemia, colaboraram para um crescimento de 8,6% no setor em Santa Catarina em 2021, enquanto a média nacional ficou em 5,6%.

Por outro lado, a agropecuária catarinense retraiu 1% em 2021 – considerando os doze meses acumulados até setembro. O destaque positivo ficou por conta da pecuária, que cresceu 2,5%. A agricultura retraiu 4%. Problemas de ordem climática, em especial as estiagens, frustraram a safra agrícola, principalmente de grãos. No entanto, o setor foi favorecido pelo aumento das exportações e dos preços, com destaque para carnes suínas, grãos e soja.

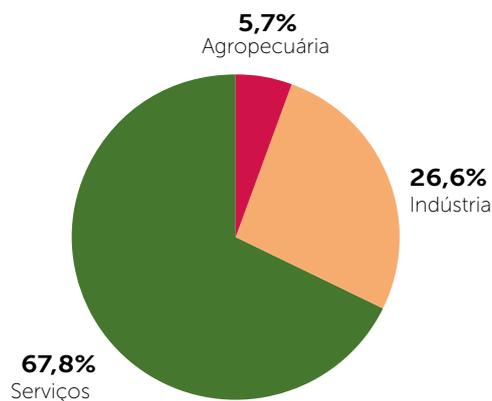
Uma análise mais completa do PIB, fundamentada em dados finais, pode ser feita com base no ano de 2019, que é o último publicado. Naquele ano, o PIB estadual alcançou R\$ 323,26 bilhões, resultando numa taxa de crescimento de 3,8%, três vezes acima do crescimento observado no PIB nacional, que foi de 1,2%. O PIB catarinense foi o terceiro que mais cresceu (havia sido o quarto em 2018), empatado com o de Roraima.

Esse desempenho manteve Santa Catarina no posto de sexta economia do País, posição que ocupa desde 2017. No que se refere à contribuição para o PIB nacional, o Estado colaborou com 4,4%, pouco acima dos 4,3% observados em 2018.

As principais atividades que cooperaram para o crescimento do PIB catarinense em 2019 foram comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, assim como atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, cujas elevações foram de 7,5%, cada uma.

Quanto à participação dos setores na formação do PIB do Estado, verifica-se que praticamente não houve alteração em referência a 2018: serviços (67,8%), indústria (26,6%) e agropecuária (5,7%). Numa análise mais detalhada, observa-se que os três subsetores com maior participação foram indústria de transformação (19,6%), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (16,4%) e administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (14,1%).

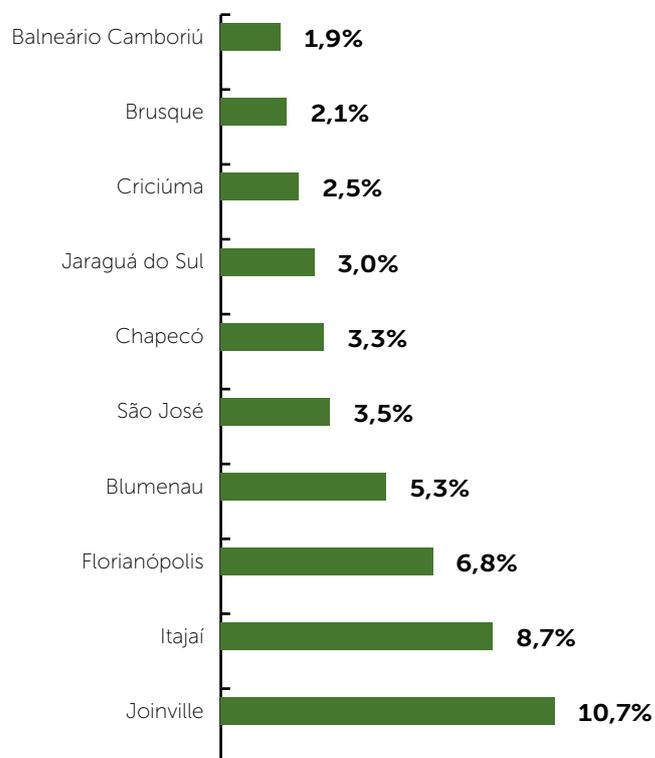
PIB de Santa Catarina por Setor em 2019



Fonte: IBGE/Contas Regionais

Em 2019, quatro municípios catarinenses apareceram entre os 100 maiores PIBs do País: Joinville (26º), Itajaí (34º), Florianópolis (46º) e Blumenau (61º). Em âmbito estadual, os dez maiores municípios de Santa Catarina concentravam 47,9% do PIB catarinense em 2019. A ordem de participação dos três primeiros seguiu a mesma observada em 2018: Joinville (10,7%), Itajaí (8,7%) e Florianópolis (6,8%). O Vale do Itajaí foi a região que teve maior participação no PIB estadual (30,1%).

Participação dos 10 Maiores Municípios Catarinenses no PIB Estadual em 2019



Fonte: IBGE/Contas Regionais

Em relação ao PIB per capita, o Estado manteve a posição no ranking dos maiores PIBs per capita do Brasil, ficando atrás apenas do Distrito Federal, de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que já havia ocorrido em 2018. O valor do PIB per capita catarinense observado em 2019 foi de R\$ 45.118,41, maior que a média nacional, que ficou em R\$ 35.161,70.

Os números de 2019 comprovaram um ano de crescimento, conforme já mostravam as estimativas. Com esse desempenho, foram três anos consecutivos de crescimento, iniciados em 2017, após a recessão verificada em 2015 e 2016. As estimativas para 2020 apontam retração nos PIBs catarinense e nacional, o que já era esperado em função dos acontecimentos daquele ano. No entanto, o dinamismo e a diversidade da economia estadual garantiram um crescimento acima do nacional em 2021, de acordo com as estimativas existentes até o momento.

No entanto, apesar da retomada econômica observada em 2021, as famílias catarinenses ainda demonstraram cautela, o que acarretou menor consumo e fez com que houvesse um ciclo de mínimas históricas na taxa de endividamento em Santa Catarina. Prova disso é que no segundo semestre de 2021 o endividamento dos catarinenses passou a estar numa sequência de mínimas históricas. Em dezembro, por exemplo, as famílias endividadas no Estado atingiram 39,6%, o 5º menor resultado da série iniciada em 2013 e o menor no comparativo com igual período dos anos anteriores.

No que tange à inadimplência dos catarinenses, os resultados também são bons. Em 2021, o índice fechou em 7,7%, convertendo-se no 6º menor da série histórica e no menor resultado no comparativo com o mesmo mês dos anos anteriores.

Percepção do Nível de Endividamento dos Catarinenses

| Categoria | dez/10 | dez/20 | jan/21 | mar/21 | ago/21 | nov/21 | dez/21 |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Muito endividado | 11,8% | 6,8% | 6,5% | 6,2% | 4,1% | 3,5% | 4,0% |
| Mais ou menos endividado | 23,2% | 20,7% | 21,6% | 22,0% | 18,9% | 18,1% | 18,3% |
| Pouco endividado | 21,1% | 13,8% | 14,3% | 13,9% | 13,5% | 16,0% | 17,3% |
| Não tem dívidas desse tipo | 43,9% | 58,6% | 57,7% | 57,9% | 63,5% | 62,4% | 60,4% |

Fonte: Fecomércio SC/Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

As famílias "muito endividadas" representaram apenas 4,0% das famílias em dezembro de 2021, o quinto menor resultado da série histórica. Esses resultados comprovam o equilíbrio do orçamento das famílias catarinenses.

COMÉRCIO EXTERIOR

Em 2021, a balança comercial catarinense apresentou deficit, como já vem ocorrendo desde 2009. As importações estaduais superaram as exportações em US\$ 14,6 bilhões, resultado muito superior ao de 2020, quando o saldo foi de US\$ 7,96 bilhões. A localização estratégica do Estado, aliada à sua estrutura portuária, é fundamental para esses resultados. A movimentação portuária catarinense, por exemplo, atingiu a marca de 65,74 milhões de toneladas em 2021, com um crescimento de 26,88%, cinco vezes maior do que a média nacional (4,75%), de acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

EXPORTAÇÕES CATARINENSES

No ano de 2021, as exportações catarinenses alcançaram o montante de US\$ 10,3 bilhões, aumentando 26,7% em comparação com 2020. Com esse desempenho – que interrompeu dois anos de queda – Santa Catarina terminou o ano como o oitavo maior exportador nacional, recuperando a posição que tinha perdido em 2020, quando obteve a nona colocação. O montante exportado equivale a 3,68% das exportações brasileiras do ano.

A principal via utilizada tanto para as exportações quanto para as importações catarinenses foi a marítima, que concentrou 82,33% e 85,59% das transações, respectivamente. Do total exportado, 73,4% dos produtos saíram pelos portos de Itajaí (50,1%) e de São Francisco do Sul (23,4%).

| Via | Exportações | | Importações | |
|--------------|-----------------------|---------------|-----------------------|----------------|
| | R\$ | % | R\$ | % |
| Marítima | 8.476.264.286 | 82,33% | 21.326.743.639 | 85,59% |
| Rodoviária | 1.505.229.477 | 14,62% | 2.032.599.625 | 8,16% |
| Aérea | 258.456.677 | 2,51% | 1.547.161.246 | 6,21% |
| Demais vias | 56.033.718 | 0,54% | 11.010.774 | 0,04% |
| TOTAL | 10.295.984.158 | 100,0% | 24.917.515.284 | 100,00% |

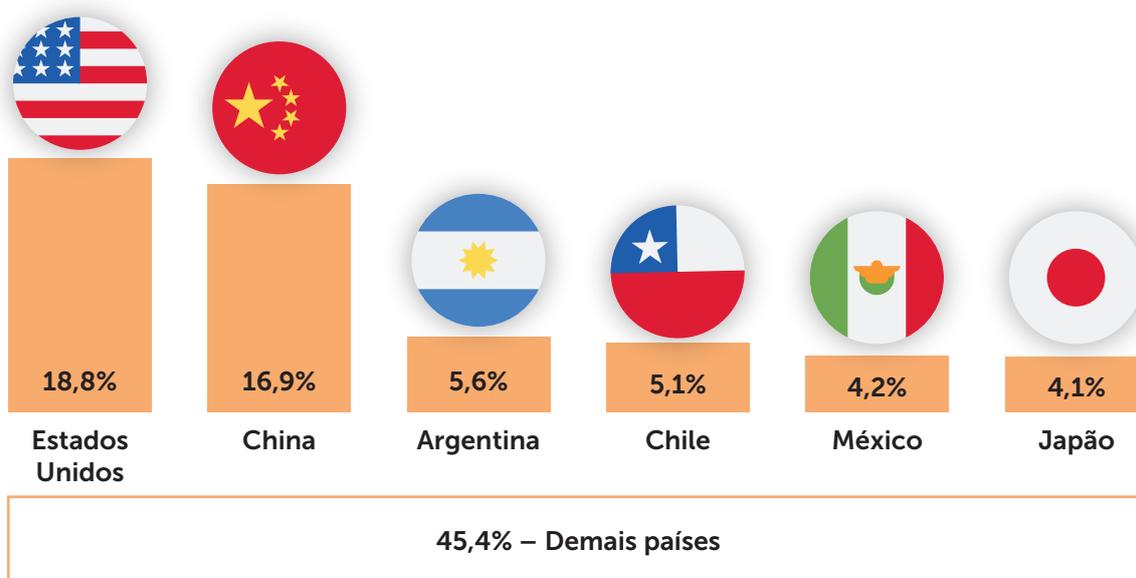
Fonte: Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint)

Do total exportado, 91,1% foram de produtos da indústria de transformação, 7,67% de produtos agropecuários, 0,069% de produtos da indústria extrativista e 1,16% de outros produtos.

A carne suína, principal produto exportado, apresentou um crescimento de 18,6% em relação a 2020. A carne de frango, segundo produto mais exportado pelo Estado em 2021, evidenciou um crescimento de 25,6%, colaborando com o desempenho das exportações. Por outro lado, a soja – terceiro produto mais exportado – teve um crescimento de apenas 0,5% nas exportações.

Quanto ao destino das exportações estaduais, verifica-se que este seguiu bastante diversificado em 2021. Os principais destinos das vendas catarinenses continuam sendo Estados Unidos (18,8%) e China (16,9%), porém em ordem inversa ao que se observou nos últimos anos. As exportações para a Argentina representaram 5,6%, resultado que manteve os nossos vizinhos no posto de terceiro maior destino, superando o Chile (5,1%), o México (4,2%) e o Japão (4,1%). O restante das exportações (45,4%) teve como destino diversos países diferentes.

Principais Destinos das Exportações Catarinenses em 2021



Fonte: Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint)

IMPORTAÇÕES CATARINENSES

As importações catarinenses alcançaram US\$ 24,9 bilhões em 2021, acarretando um aumento de 54,9% em relação a 2020. Com esse resultado, Santa Catarina passou a ser o segundo maior importador do País, sendo que as importações catarinenses representaram 11,36% do total importado pelo Brasil – acima dos 10,6% de 2020.

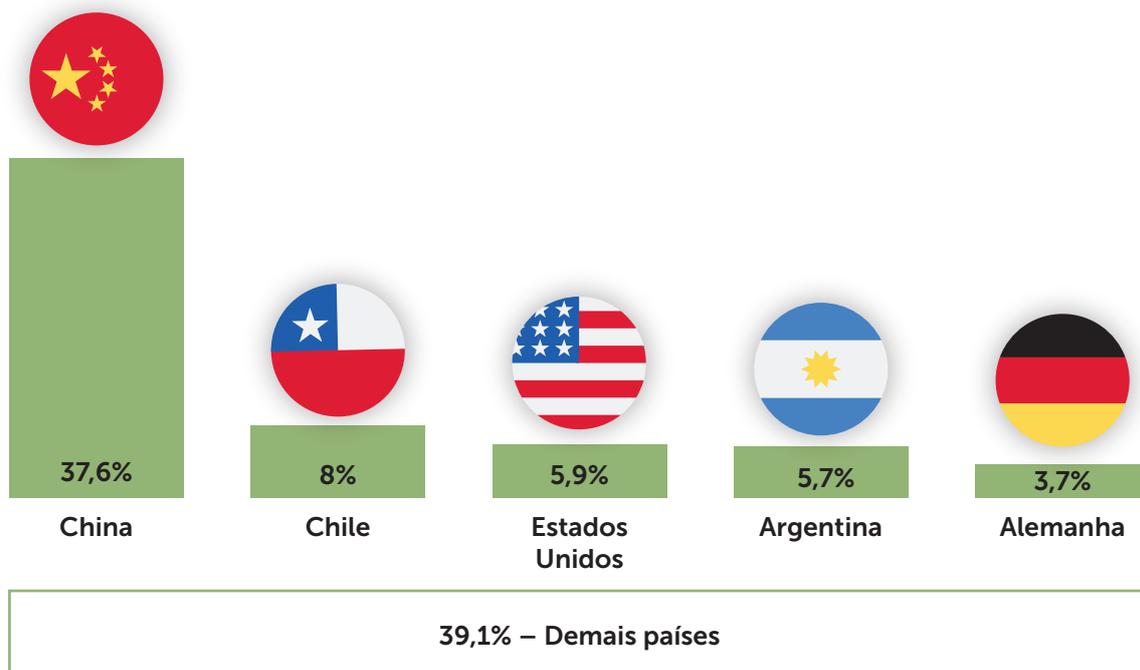
A via marítima foi a mais utilizada para a entrada das importações no Estado em 2021 (85,59%), seguida pelas vias rodoviária (8,16%) e aérea (6,21%). Os principais portos para atender as importações catarinenses foram os de Itajaí (47%) e São Francisco do Sul (31,6%).

Em Santa Catarina, as importações compuseram-se predominantemente de produtos da indústria de transformação (95,4%). Produtos agropecuários (2,52%), produtos da indústria extrativista (1,22%) e outros produtos (0,88%) complementaram as importações realizadas em 2021.

Apesar da concentração das importações em produtos da indústria de transformação, percebe-se uma diversificação nos produtos, sendo que o valor dos cinco principais importados representa apenas 19,8% das importações totais.

No que diz respeito à origem das importações catarinenses, a maior fornecedora seguiu sendo a China, que respondeu por 37,6% do que foi importado em âmbito estadual. Junto com a China, Chile (8%), Estados Unidos (5,9%), Argentina (5,7%) e Alemanha (3,7%) completam os nossos cinco maiores fornecedores do exterior. As importações catarinenses são bem mais concentradas do que as exportações, de modo que esses cinco países juntos responderam por 60,9% de tudo o que foi importado em 2021.

Origem das Importações Catarinenses em 2021



Fonte: Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint)

MERCADO DE TRABALHO

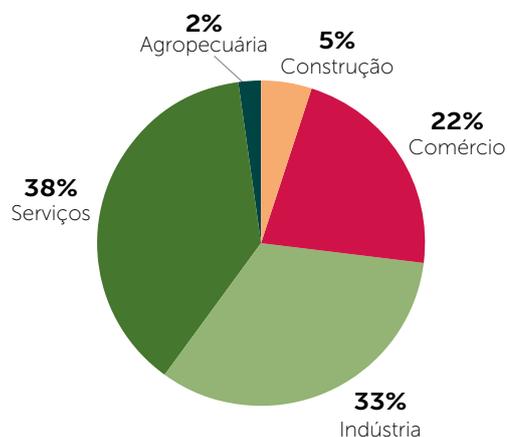
A expectativa de que 2021 seria um ano de retomada e de recuperação no que se refere a 2020 e aos efeitos da pandemia foi confirmada quanto ao mercado de trabalho. Além de permanecer como o estado com a menor taxa de desemprego do País, Santa Catarina alcançou a maior geração de empregos formais já observada, comprovando a pujança do nosso mercado de trabalho.

ESTOQUE DE EMPRESAS E EMPREGOS

O Estado encerrou o ano de 2021 com 2.282.159 trabalhadores empregados, um total 3,33% inferior ao verificado em 2020. Um fato interessante é que 48% dos trabalhadores catarinenses estavam concentrados em apenas 10 municípios: Joinville (9,6%), Florianópolis (8,6%), Blumenau (5,7%), São José (5,1%), Itajaí (4,2%), Chapecó (4%), Criciúma (3,1%), Jaraguá do Sul (3,1%), Brusque (2,3%) e Balneário Camboriú (2,2%).

Os três setores que mais empregaram em 2021 foram o setor de serviços (38%), a indústria (33,4%) e o comércio (21,9%), ordem já observada em 2020. Entre os subsetores, destacam-se as indústrias de transformação, que empregaram 31,9% dos trabalhadores no Estado em 2021, e o comércio varejista, com 14,9%.

Trabalhadores por Atividade Econômica em Santa Catarina em 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência - Painel de Informações do Novo CAGED (2021)

Outro dado relevante é que o Estado terminou o ano de 2021 com maior percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, num total de 87,9%, acima do percentual registrado no Brasil de 73,5%. Santa Catarina também encerrou o ano com a menor taxa de informalidade do País (27,3%).

Em 2020 – último ano com informações completas divulgadas – Santa Catarina contava com 2.360.682 trabalhadores, distribuídos em 229.173 estabelecimentos, sendo o quarto estado com maior crescimento no número de trabalhadores naquele ano em comparação com 2019. Do total dos trabalhadores, 86,5% eram celetistas, e 11,5% eram estatutários, enquanto outros tipos de contratação representavam 2% dos trabalhadores. Em comparação com o ano de 2019, o número de postos de trabalho aumentou 1,8%, e o de empresas 0,48%.

A remuneração média do catarinense em 2020 foi de R\$ 3.090,19, decrescendo 2,74% em relação à média de 2019. A maioria dos trabalhadores estaduais (68,2%) ganhava no máximo até 3 salários mínimos.

Os três setores que mais empregaram foram o de serviços (32,5%), a indústria de transformação (29,3%) e o comércio (19,6%), que juntos responderam por 81,4% dos trabalhadores empregados naquele ano. Destaca-se também a administração pública, que empregou 11,8% dos trabalhadores em 2020. Observou-se essa mesma sequência em 2019. No que tange aos subsetores, o comércio varejista sozinho respondeu por 15,8% dos trabalhadores.

Em 2020, as microempresas continuaram se destacando como as maiores geradoras de emprego em Santa Catarina, sendo que as 213.058 microempresas catarinenses representavam 93% do total de estabelecimentos e empregavam 31,5% dos trabalhadores.

As grandes empresas, apesar de representarem apenas 0,2% dos estabelecimentos, eram responsáveis por 27,3% do total de trabalhadores empregados em 2020. Nesse ano, a média de trabalhadores por empresa no Estado foi de 10,3.

Número de Estabelecimentos e Trabalhadores do Estado em 2020 por Atividade e Tamanho

| | Micro | Pequena | Média | Grande | Total |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| Empresas | 213.058 | 13.401 | 2.291 | 423 | 229.173 |
| Trabalhadores | 742.875 | 517.331 | 455.415 | 645.061 | 2.360.682 |
| Trabalhadores por empresa | 3,5 | 38,6 | 198,8 | 1.525,0 | 10,3 |

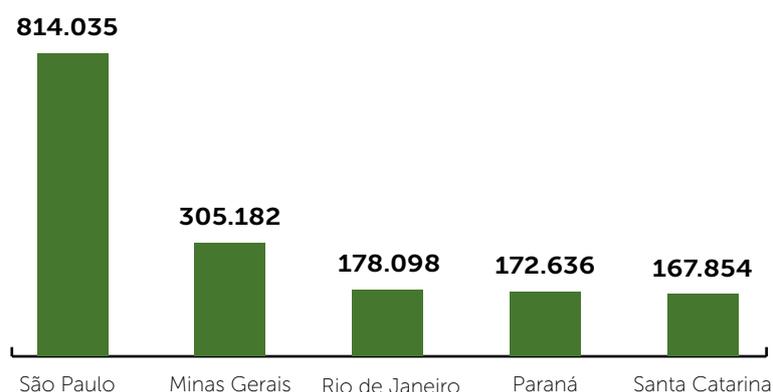
Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência – Relação Anual de Informações (2020)

No que tange à natureza jurídica, segue a predominância das Sociedades Limitadas, que empregavam 51,5% dos catarinenses em 2020. As Sociedades Anônimas – tanto fechadas como de capital aberto – empregavam 11,1% dos trabalhadores, seguidas pelas Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (8,8%).

EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO

O ano de 2021 foi histórico para Santa Catarina quanto à geração de empregos. Nesse ano, foram gerados 167.854 novos postos de trabalho, o melhor resultado da história. Com esse resultado, o Estado ocupou a quinta posição entre os estados que mais geraram empregos no País em 2021.

Estados que mais Geraram Postos de Trabalho em 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência/CAGED

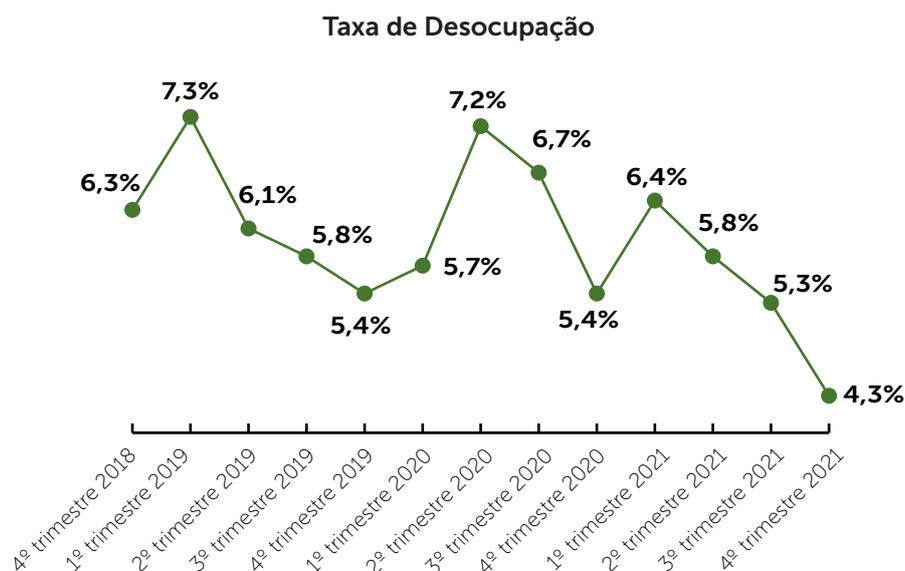
Os cinco municípios que mais geraram empregos foram Florianópolis, Joinville, São José, Blumenau e Itajaí, responsáveis por 33,7% dos novos postos criados em 2021.

A faixa etária em que houve a maior geração de empregos foi entre as pessoas de 18 a 24 anos, com 48,9%. No que concerne à instrução dos trabalhadores no Estado, a maior geração de postos de trabalho se deu entre trabalhadores com ensino médio completo (63,8%) e ensino médio incompleto (14,4%).

No Estado, o setor de serviços liderou as contratações, com 66.806 novos postos de trabalho, correspondendo a 39,8% dos novos postos de trabalho gerados em 2021. Os setores industrial e comercial resultaram em, respectivamente, 53.516 e 33.548 novas vagas.

A indústria de transformação foi o subsetor que mais gerou empregos, com 51.715 novos postos. Destaque também para o setor de alojamento e alimentação, que voltou a gerar empregos em 2021, com 8.579 novos postos de trabalho criados, sendo que em 2020 o saldo foi negativo de 12.075 postos, efeito direto das restrições trazidas pela pandemia.

Santa Catarina apresentou a menor taxa de desocupação do País, com 4,3%, enquanto a média nacional foi de 11,1%. É a menor taxa de desocupação registrada desde 2016. O rendimento médio do trabalho no Estado era de R\$ 2.823,00, acima da média nacional de R\$ 2.447,00. É o quarto maior entre os estados brasileiros.



Fonte: IBGE/PNAD Trimestral

Por fim, outro resultado também merece destaque em 2021: o Estado teve o menor número de pedidos de seguro-desemprego dos últimos dez anos. Ao todo, foram 290 mil pedidos.



Praia da Joaquina, em Florianópolis
Foto: Felipe Carneiro



DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO



AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Mesmo com grandes desafios encontrados em 2021, como a estiagem prolongada e a ocorrência da praga cigarrinha-do-milho, o agronegócio catarinense apresentou ótimo desempenho, com destaque para as atividades de suinocultura, avicultura, leite, arroz, maçã, cereais de inverno e produtos florestais.



Colheita de trigo
Foto: Divulgação SAR

DESBUROCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A redefinição de processos e de normas operacionais das políticas públicas de apoio financeiro aos agricultores tornou mais ágil a atuação dos agentes técnicos junto aos produtores rurais, proporcionando mais e melhores resultados.

ENFRENTAMENTO ESTRATÉGICO DOS PROBLEMAS

As fortes estiagens, cada vez mais frequentes, o déficit de grãos e a necessidade de fortalecer o setor levaram o Estado, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR), a intervir com políticas públicas efetivas e dirigidas, visando manter a grande força do setor agrícola catarinense.

POLÍTICAS DE APOIO AO PRODUTOR RURAL

Foram investidos R\$ 175 milhões em incentivos, aplicados diretamente nas propriedades rurais por meio dos seguintes programas: Fomento ao Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Santa Catarina (Fomento Agro SC); Programa Estadual de Conservação, Recuperação e Manejo do Solo e Água (Prosolo e Água SC); Programa Estadual de Subvenção de Juros (Investe Agro SC); Programa de Fomento para Atendimento Emergencial às Propriedades Rurais e Pesqueiras de Santa Catarina (Fomento Agro SC – Emergencial); e Programa de Formação e Apoio ao Desenvolvimento Socioeconômico de Jovens e Mulheres dos Meios Rural e Pesqueiro de Santa Catarina (Jovens e Mulheres em Ação). Parte desse montante também foi investida na indenização do abate sanitário de animais. Foram 77.066 produtores rurais beneficiados.



Captação, armazenagem e uso de água
Foto: Divulgação SAR

O Programa Prosolo e Água SC apoiou 2.426 projetos, com a aplicação de R\$ 75,97 milhões para captação, armazenagem e uso de água em propriedades rurais, mudando o cenário de escassez para um ambiente produtor e armazenador de água.

DEFICIT DE GRÃOS

A SAR criou um projeto estratégico para Santa Catarina de incentivo à produção de cereais de inverno, estimulando o cultivo de trigo, triticale, centeio, aveia e cevada, de forma a amenizar o déficit de grãos para a produção de ração animal que ocorre no Estado.

REGULARIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Por meio do Programa Terra Legal foram promovidas a regularização e a legalização fundiária de 38.504 estabelecimentos do meio rural catarinense com até quatro módulos fiscais (unidade de medida estabelecida pelo INCRA).

Na área de desenvolvimento Florestal e Ambiental estão sendo realizados procedimentos para o Inventário Florístico-Florestal de SC (IFFSC), auxiliando na análise dinamizada dos cadastros ambientais rurais/CAR. Também estão sendo feitas adequações no código Ambiental Catarinense (Lei nº 14.675, de 2009) e no pagamento por serviços ambientais (Lei nº 15.133, de 2010).

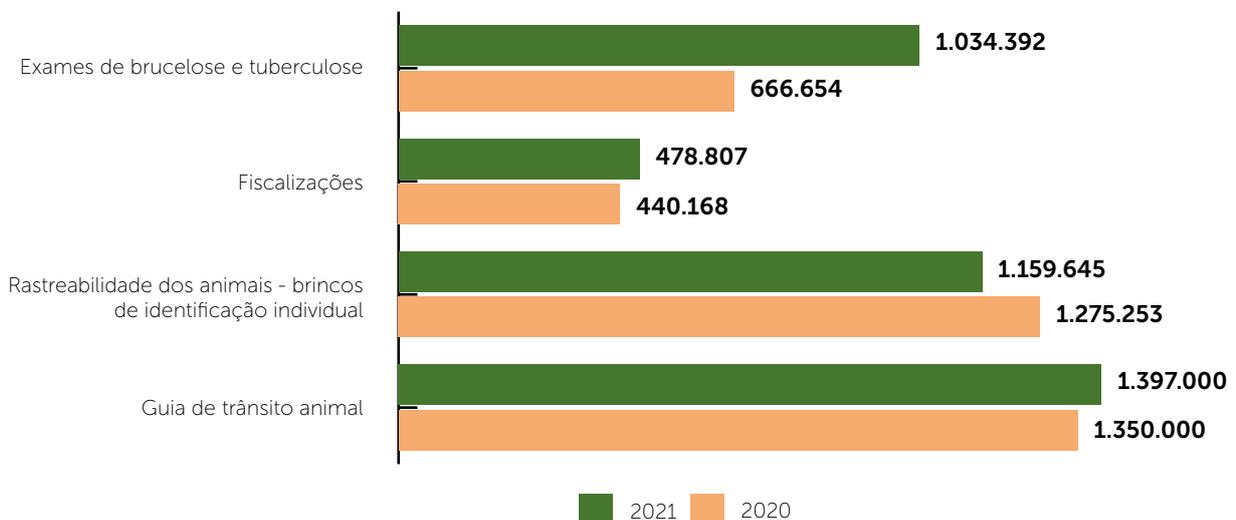
Em 2021, também foi criado o Programa SC mais Pesca, com a análise de 42 projetos de transferência de recursos aos municípios, no valor de R\$ 28,08 milhões para execução no ano de 2022.

REFERÊNCIA SANITÁRIA

Na agropecuária, Santa Catarina é referência internacional em sanidade animal. Esse diferencial proporcionou acesso aos mercados mais exigentes do comércio mundial e fez do agronegócio a força da economia catarinense. A atuação do Estado no controle e na fiscalização dos produtos agropecuários promove o acesso a produtos de qualidade que abastecem lares em todo o mundo.

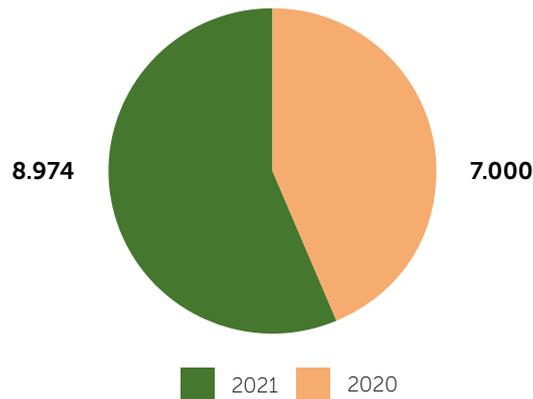
Na erradicação da brucelose e da tuberculose bovina, o Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa) investiu em 2021 R\$ 17,10 milhões na indenização de aproximadamente 900 produtores rurais pelo abate sanitário de animais doentes, possibilitando a continuidade da produção de carne e de leite, além de preservar a saúde pública.

Ações da Defesa Sanitária Animal - CIDASC

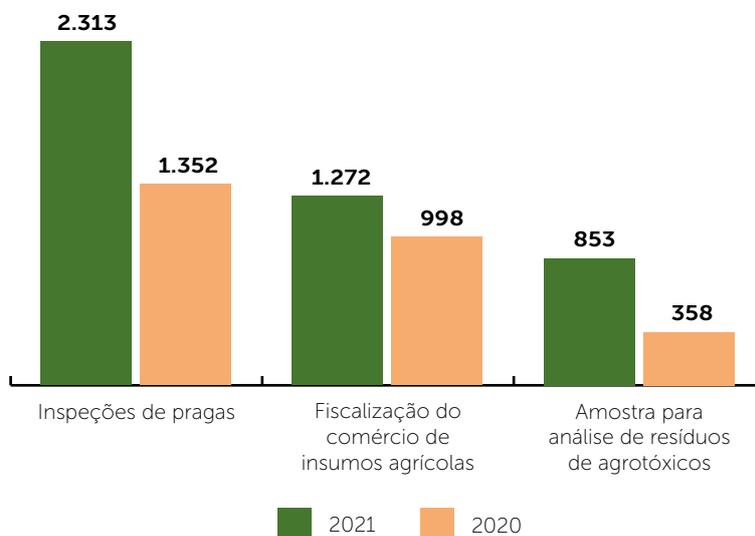


Vinte e uma empresas aderiram ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI) e, somadas às existentes, totalizam 69 estabelecimentos habilitados a comercializar a sua produção em todo o País. A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) concedeu ainda 19 Selos ARTE para produtos artesanais catarinenses, que agora podem acessar o mercado nacional. Visando resguardar a saúde pública, foram realizadas mais de 5.565 fiscalizações e mais de 7.500 análises laboratoriais de produtos de origem animal e água. Foram capacitadas 30 turmas, totalizando 10 diferentes cursos, com mais de 9.000 participantes.

Total de Inscrições/Capacitações - DEINP¹



Ações da Defesa Sanitária Vegetal - CIDASC



Fonte: SAR

Mais de 1,40 milhão de guias de trânsito animal foram emitidas para diversas espécies e finalidades. Foram realizadas reuniões, lives e palestras que atingiram mais de 4.300 participantes.

O Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos completou o seu primeiro ano com uma importante marca: a conformidade das amostras analisadas ficou acima de 90%. Isso mostra o empenho do agricultor catarinense em produzir alimentos cada vez mais saudáveis.

¹ Departamento Estadual de Inspeção de Produtos Origem Animal (DEINP)

Ainda no que se refere aos agrotóxicos, a proteção dos polinizadores também entrou em pauta na CIDASC. Com decisão que ganhou repercussão nacional, Santa Catarina foi o primeiro estado a proibir a aplicação foliar de agrotóxicos com o princípio ativo fipronil, que é letal para as abelhas.

Principais Programas/Ações de Investimentos no Agronegócio em 2021

| Programa Terra Boa | Nº de beneficiários | Valor aplicado |
|-----------------------|---------------------|--------------------------|
| Kit Apicultura | 328 | R\$ 1,06 milhão |
| Abelhas-Rainhas | 72 | R\$ 99,08 mil |
| Calcário Direto | 9.945 | R\$ 11,50 milhões |
| Calcário Cooperativas | 5.155 | R\$ 9,41 milhões |
| Kit Forrageira | 1.110 | R\$ 4,65 milhões |
| Sementes de Milho | 47.119 | R\$ 22,12 milhões |
| Kit Solo Saudável | 360 | R\$ 696,32 mil |
| Cereais de Inverno | 543 | R\$ 1,22 milhão |
| TOTAL | 64.632 | R\$ 50,77 MILHÕES |

| Demais Programas | Nº de beneficiários | Valor aplicado |
|---|---------------------|---------------------------|
| Fomento Agro SC | 1.631 | R\$ 23,04 milhões |
| Invest Agro SC | 7.408 | R\$ 7,35 milhões |
| Projeto Terra Boa – Forrageira | 39 | R\$ 94,63 mil |
| Prosolo e Água SC | 2.426 | R\$ 75,97 milhões |
| Cobertura de Pomares de Maçã, Frutas de Carço e Uva | 101 | R\$ 116,41 mil |
| Irrigar | 775 | R\$ 286,74 mil |
| Pecuária de Corte | 54 | R\$ 80,25 mil |
| TOTAL | 12.434 | R\$ 106,94 MILHÕES |



Fonte: SAR

| | |
|--|---|
| Ações de defesa sanitária animal e vegetal (CIDASC) | Inspeções de pragas: 2.313 |
| | Fiscalização do comércio de insumos agrícolas: 1.272 |
| | Total de inscrições/capacitações - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal: 8.974 |
| | Amostras para análise de resíduos de agrotóxicos: 853 |
| Ações de pesquisa e extensão (Epagri) | Publicações, incluindo trabalhos científicos publicados no ano (pesquisa): 660 |
| | Famílias rurais e pescadoras atendidas (extensão): 105.452 |
| | Entidades atendidas (associações, sindicatos, etc.): 3.778 |
| | Beneficiários capacitados (cursos, laudos técnicos, apoio na obtenção de crédito rural, etc.): 28.727 |
| | Novas tecnologias lançadas: 18 |
| | Beneficiários atendidos: 129.186 |
| | Ações realizadas com beneficiários: 233.435 |
| | Pessoas capacitadas "on-line": 7.338 |
| | Ações realizadas com entidades: 7.410 |
| | Famílias capacitadas: 22.338 |
| Famílias capacitadas "on-line": 4.527 | |

Fonte: SAR

EPAGRI 30 ANOS

Em 2021, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) completou 30 anos. Criada em 1991, uniu os trabalhos de pesquisa, extensão rural e pesqueira, somando décadas de experiência em diferentes áreas e fortalecendo ainda mais o setor. De lá para cá, a Epagri se firmou junto à sociedade como uma empresa confiável e eficiente, sempre ao lado dos catarinenses.

A Epagri está presente em todos os municípios de Santa Catarina, que podem contar com o serviço de pelo menos um extensionista rural. Dispõe de unidades de pesquisa estrategicamente distribuídas pelo Estado, a fim de desenvolver tecnologias aplicadas às necessidades dos agricultores de cada região. A estrutura da empresa conta ainda com Centros de Treinamento, também espalhados pelo território catarinense, com o objetivo de capacitar agricultores, técnicos e outros profissionais.

O sucesso de Santa Catarina no agronegócio é um dos reflexos do bom trabalho desenvolvido pela Epagri ao longo dos seus 30 anos de história.



- 1.660 colaboradores
- 13 unidades de pesquisa compostas por 4 centros especializados (CEDAP, CIRAM, CEPAF E CEPA) e mais 9 estações experimentais
- 16 gerências regionais que coordenam os trabalhos dos 13 centros de treinamento e dos 293 escritórios municipais

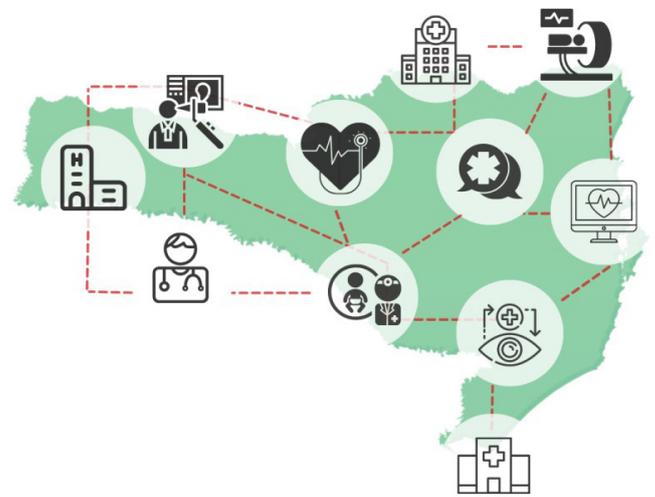
SAÚDE

As principais ações do Estado na área da Saúde, efetuadas por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), dividiram-se em: regionalização de serviços, planejamento estratégico, criação de uma nova Região de Saúde, revisão da Política Hospitalar Catarinense (PHC), referência de especialidade das unidades hospitalares (vacionamento das unidades hospitalares), descentralização de ofertas, novos programas e investimentos para portadores de necessidades especiais, e cirurgias eletivas e estruturação de regionais.

REGIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

A SES teve como principal objetivo tornar as regiões mais autossuficientes, qualificando os serviços de saúde para que as pessoas sejam tratadas em instituições próximas às suas residências. Houve, dessa forma, adesão ao Projeto de Fortalecimento dos Processos de Governança, Organização e Integração da Rede de Atenção à Saúde, tornando as 17 Regiões de Saúde estaduais mais eficazes na sua missão: fazer a interlocução entre prestadores de serviços, municípios e Estado por meio da SES.

Criou-se a 17ª Região de Saúde, atendendo-se as demandas do Vale do Itapocu e também as necessidades técnicas identificadas. A partir da aprovação da Comissão Intergestora Regional do Nordeste, a criação dessa região foi deliberada em Comissão Intergestores Bipartite (CIB) no dia 24 de agosto. A SES também estruturou as Regionais de Saúde, padronizando a organização das 17 regionais de saúde representativas da Secretaria.



Regionalização de serviços de saúde
Fonte: Banco de imagens da SES/SC

POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE

A Política Hospitalar Catarinense (PHC) passou por uma revisão em 2021. Foi feita uma releitura da PHC de 2019, incluindo mais hospitais e mais ofertas de serviços em saúde, a fim de vocacionar a rede hospitalar e fazê-la chegar ao cidadão catarinense sem que ele precise se deslocar para ser atendido. O vacionamento das unidades hospitalares feito pela SES em 2021 teve como objetivo complementar os serviços nas regiões, orientando as referências de especialidade de atendimento hospitalar regional, com instituições de saúde de menor complexidade sendo retaguarda para as de maior complexidade. Também houve implementação de novos bancos de leite humano em Concórdia, e estão em estruturação Chapecó e Xanxerê.



Modelo de leito hospitalar assistencial
Foto: Banco de imagens da SES/SC

A rede filantrópica também recebeu mais recursos: antes de 2019 eram investidos R\$ 90 milhões/ano, enquanto em 2021 foram R\$ 300 milhões/ano. A nova PHC chegará a ampliar o recurso para meio bilhão de reais/ano para unidades hospitalares que ofereçam mais serviços de saúde.

TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

No ano de 2021, o Estado aprovou a Linha de Cuidado das Pessoas com Doença Renal Crônica e a estadualização da oferta de Terapia Renal Substitutiva (TRS). A partir de novembro, iniciou o repasse de incremento estadual por produção com o objetivo de promover a assistência em toda a linha de cuidado, desde a oferta de consultas e exames ambulatoriais até a realização de hemodiálise e diálise peritoneal.



Terapia Renal Substitutiva no Estado de Santa Catarina
Fonte: Banco de imagens da SES/SC

CIRURGIAS ELETIVAS

Uma das ações mais ambiciosas da SES é a das cirurgias eletivas. Com a pactuação de novas ofertas com as unidades hospitalares e ampliando o incremento financeiro estadual, cerca de 40 mil pacientes começaram a ser atendidos.

Essa ação visa atender as pessoas que estão na fila de espera para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos.



Cirurgias eletivas no Estado de Santa Catarina
Foto: Banco de imagens da SES/SC

CENTROS ESPECIALIZADOS DE REABILITAÇÃO

A SES aprovou a implementação de novos centros especializados de reabilitação em Araranguá, Florianópolis, Joinville, Chapecó, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Tubarão, Concórdia e Mafra, com atuação de equipe multidisciplinar. Descentralizou a oferta de atendimento às doenças raras, como no caso de portadores de atrofia muscular espinhal (AME).

PROGRAMA GENTE CATARINA

A SES participa do programa com ações na Atenção Primária e na Rede de Atenção à Saúde, monitorando a mortalidade infantil e a morte prematura por doenças crônicas não transmissíveis na faixa de 30 a 69 anos. O piloto do programa é feito na região Serrana e será expandido para as demais regiões catarinenses.

SALA DE SITUAÇÃO

Em 8 de setembro de 2021, inaugurou-se a sala de situação, que serve para planejamento estratégico regionalizado. Foi efetuada a renovação de parte do portfólio tecnológico com a previsão de aquisição de um novo Data Center, computadores e telefonia VOIP. Retiraram-se sistemas legados e projetou-se uma revisão de fluxos e processos nas estruturas, de forma a eliminar burocracias, oferecer maior conforto aos servidores e concentrar sistemas.

NOVOS EQUIPAMENTOS

Serviço aeromédico estadual, com uma nova aeronave com cabine pressurizada.

Com as novas ambulâncias foi possível instituir o serviço de transporte inter-hospitalar para desafogar o alto número de transferências das Unidades de Suporte Avançado (USA) do SAMU.



Aeronave pressurizada para níveis de voos mais altos sem gerar danos ao paciente

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Fotos: Banco de imagens da SES/SC

SAÚDE EM NÚMEROS

O quadro quantitativo de servidores nas áreas específicas da saúde, em dezembro de 2021, é de 12.639 profissionais. Foram contratados profissionais admitidos em caráter temporário para atuar no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Quantitativo de Servidores da Secretaria de Estado da Saúde - SC



2.233

Médicos



6.195

Enfermeiros/técnicos em enfermagem



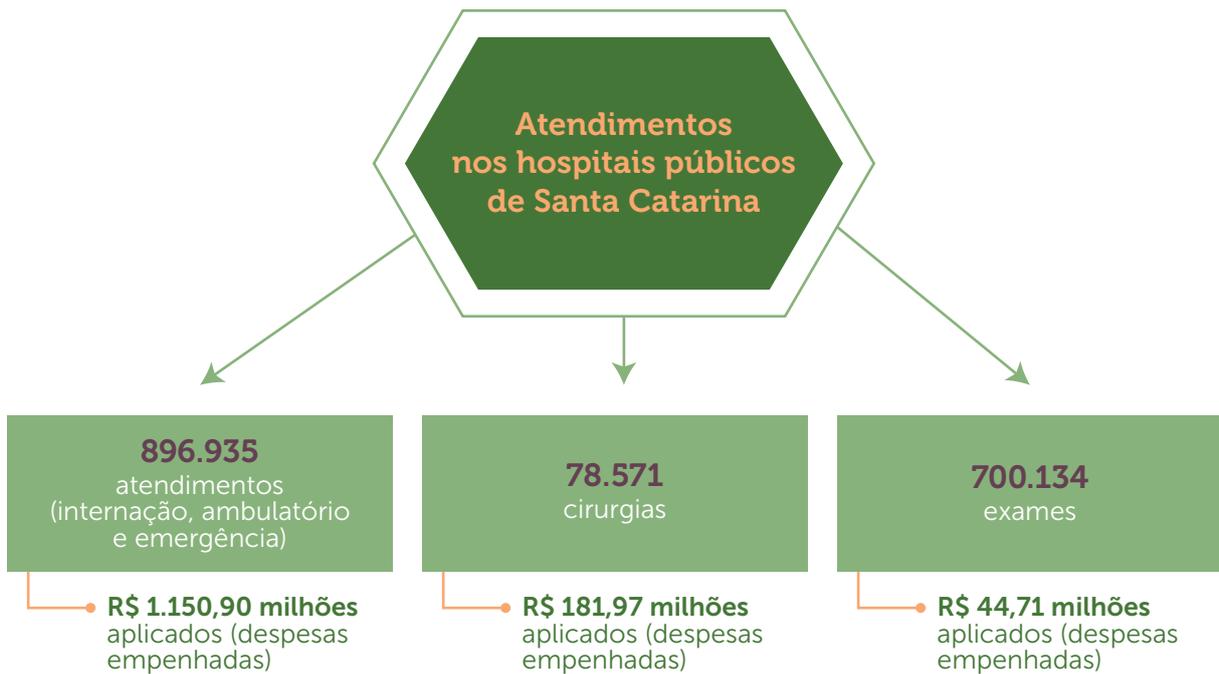
4.211

Demais servidores

Fonte: Base de dados do SIGRH

| | |
|---|---|
| Hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) em Santa Catarina: 187 | Hospitais administrados pelo Estado: 13 |
| | Hospitais administrados pela União: 1 |
| | Hospitais administrados pelos municípios: 9 |
| | Hospitais administrados por organizações sociais: 5 |
| | Hospitais filantrópicos: 50 |
| | Hospitais contratualizados ou credenciados: 109 |

Fonte: Gerência de Processamento - GEPRO/SES



Fonte: Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais - SUH/SES

NÚMERO DE LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) NO ESTADO

Em Santa Catarina, desde o início da pandemia, foram criados 1.088 novos leitos de UTI, sendo 523 apenas no ano de 2021. Esse aumento de leitos hospitalares foi uma das muitas ações estaduais de enfrentamento da pandemia.



Fonte: Gerência de Processamento - GEPRO/SES

NÚMEROS DA COVID-19 EM SANTA CATARINA

Desde o primeiro caso confirmado de Covid-19, em março de 2020, até 31 de dezembro de 2021 o Estado de Santa Catarina já registrou um total de 20.186 óbitos causados pela doença. Destes, 5.405 óbitos ocorreram em 2020 e 14.781 em 2021, representando um incremento de 173,5% dos óbitos nesse último ano. Em relação às pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2, já foram notificados 1.243.535 casos no Estado, sendo 492.583 casos em 2020 e 750.952 no ano de 2021, o que representa um incremento de 52,5% de casos em 2021. Salienta-se que os dados sofrem alterações constantemente e estão sujeitos às atualizações dos sistemas de notificação da Covid-19.

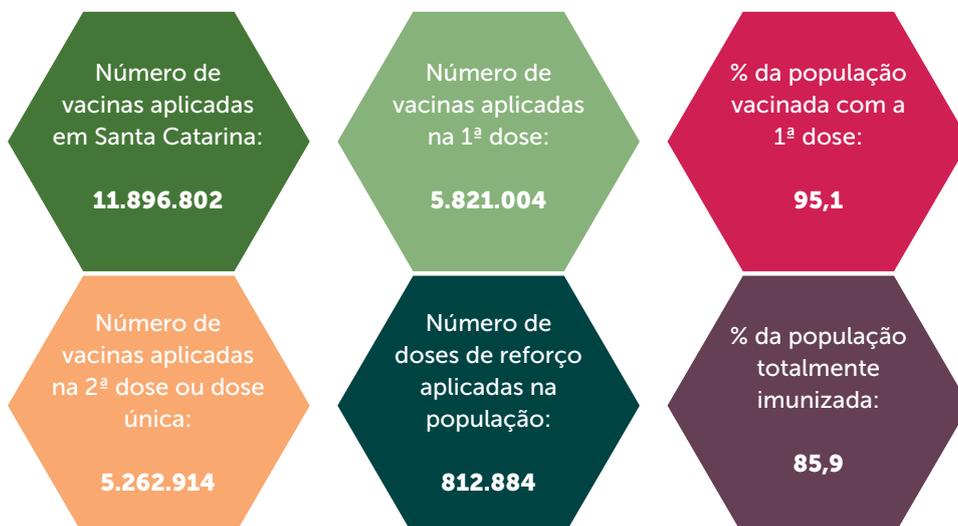


VACINA CONTRA A COVID-19

A Campanha Nacional de Vacinação Contra a Covid-19 teve início em 18/1/2021. Como no início da campanha existia uma restrição mundial do imunobiológico, foram elencados grupos prioritários, considerando-se a necessidade de se preservar o funcionamento dos serviços de saúde, a proteção dos indivíduos com maior risco de desenvolver formas graves da doença e também daqueles vulneráveis aos maiores impactos da pandemia, além de se preservar o funcionamento dos serviços essenciais.

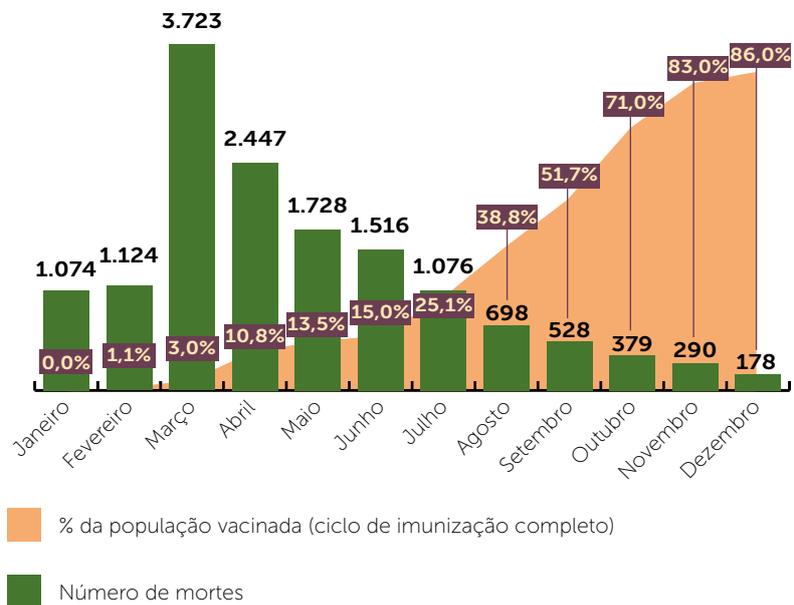
Com a vacinação das pessoas elencadas nos grupos prioritários foi iniciada a vacinação da população em geral, com mais de 18 anos de idade, pelo critério de faixa etária. Nessa etapa, a vacinação ocorreu de forma escalonada e por faixas etárias decrescentes, até o atendimento total da população catarinense com 18 anos ou mais. No dia 1º de setembro de 2021, iniciou-se a vacinação dos adolescentes de 12 a 17 anos no Estado, tendo sido aprovada pela Anvisa a vacina do laboratório Pfizer para uso nesse grupo.

Número de Vacinas Aplicadas Contra a Covid-19 em Santa Catarina - 2021



Fonte: Diretoria de Vigilância Epidemiológica - DIVE/SES (2021)

Porcentagem da População Vacinada e Número de Mortes Mensal em Santa Catarina - 2021



Fonte: Gerência de Processamento - GEPRO/SES



Hospital Tereza Ramos, em Lages
Foto: Julio Cavalheiro (Secom)

EDUCAÇÃO

O ano de 2021 marcou a retomada das aulas presenciais em Santa Catarina, com 70% dos alunos da rede estadual frequentando o ensino 100% presencial. Outro destaque foi a aplicação de R\$ 7,53 bilhões na educação. Os recursos foram destinados, por exemplo, à infraestrutura escolar e à valorização e formação continuada do magistério, bem como à distribuição de bolsas para graduação e pós-graduação.

RETORNO SEGURO ÀS AULAS PRESENCIAIS

A adoção de medidas de segurança para o retorno à sala de aula, previstas no Plano de Contingência para a Educação (PlanCon Edu), teve como resultado o baixo índice de contágio nas escolas: entre alunos, sempre inferior a 0,2%, e entre professores, nunca acima de 1%. O monitoramento foi criado pela Secretaria de Estado da Educação (SED) a partir de um formulário diário, preenchido pelos gestores escolares, e de dados compilados pela Secretaria em um painel digital e interativo atualizado em tempo real, com informações de casos suspeitos e confirmados entre toda a comunidade escolar.



Volta às aulas na rede estadual de ensino
Foto: Mauricio Vieira (Secom)

Também contribuiu para o baixo índice de contágio a vacinação antecipada dos profissionais de educação, iniciada em 26 de maio de 2021. A SED coordenou a criação do Plano de Vacinação, a partir do Censo da Educação Catarinense, que detalhou informações de 201 mil pessoas, entre professores, gestores, técnicos e demais trabalhadores que atuam no segmento (profissionais de limpeza, serviços gerais, alimentação, vigilantes e motoristas de transporte escolar).

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2021 foram nomeados 795 servidores efetivos, sendo 633 professores e 162 profissionais administrativos (assistentes de educação e especialistas em assuntos educacionais). Todos os profissionais com ensino superior e carga horária de 40 horas têm a garantia da remuneração mínima de R\$ 5 mil, retroativa a fevereiro de 2021. Além disso, nova tabela de remuneração do magistério catarinense prevê reajustes de 10% a 56%, medidas que terão impacto de R\$ 1 bilhão em 2022.

Outro estímulo à qualificação docente é a disponibilização de 1,1 mil bolsas para custear cursos de especialização, mestrado e doutorado, o que vai possibilitar ainda a progressão na carreira.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR

O setor de Infraestrutura Escolar do Estado passou por reformulação em 2021. Com 50 engenheiros atuando junto às Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), as obras avançaram, e mais de 960 unidades escolares tiveram intervenção/melhoria no ano.

Reivindicações antigas foram atendidas, como a reconstrução da EEB Neusa Ostetto Cardoso, em Araranguá, obra iniciada em novembro. Essa reconstrução era aguardada desde 2008 e está sendo realizada com um investimento de R\$ 6,38 milhões. Já em Canoinhas foi adquirido o prédio da EEF Sagrado Coração de Jesus, com um investimento de R\$ 6,9 milhões solicitado há mais de 17 anos.

Existem ainda 50 unidades escolares em obras de reformas e/ou ampliações e outras 23 com editais publicados em fase de licitação.

Uma nova unidade escolar foi inaugurada em junho, a EEB Prof. José Faria Neto, em Campos Novos. A escola, que estava em funcionamento desde o início do ano letivo de 2021, recebeu R\$ 2,38 milhões em recursos.



Obras de reforma e ampliação da Escola Jornalista Jairo Callado, em Florianópolis
Foto: Pedro Cureau (SED)



Revitalização de biblioteca e entrega de novos livros na Escola Toneza Cascaes, em Orleans
Foto: Gabriel Duwe de Lima (SED)

TECNOLOGIA NA SALA DE AULA

Para ampliar o uso da tecnologia nas escolas foram adquiridos e entregues 1.194 computadores e 15,2 mil tablets para os laboratórios de tecnologia, que também estão equipados com lousas digitais. Ainda foram destinados 239 notebooks às equipes gestoras e 479 televisores de 55" para atividades administrativas e pedagógicas.

Os professores efetivos e gestores receberam, para uso pessoal, 1.473 notebooks, investimento de R\$ 5,9 milhões.

Para a otimização das redes de ensino foi autorizado um investimento de R\$ 538 milhões em redes municipais, montante direcionado a construção, reformas e ampliação de creches, escolas e ginásios. A aplicação desses recursos está sob responsabilidade dos municípios, sendo que parte do valor já foi aplicada em 2021.



| | |
|---|--------------------|
| Equipamentos de tecnologia entregues à educação estadual | 1.194 computadores |
| | 15,2 mil tablets |
| | 239 notebooks |
| | 479 televisores |

Entrega de tablets em Aurora
Foto: Ricardo Wolffenbüttel (Secom)

OUTROS DESTAQUES



EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

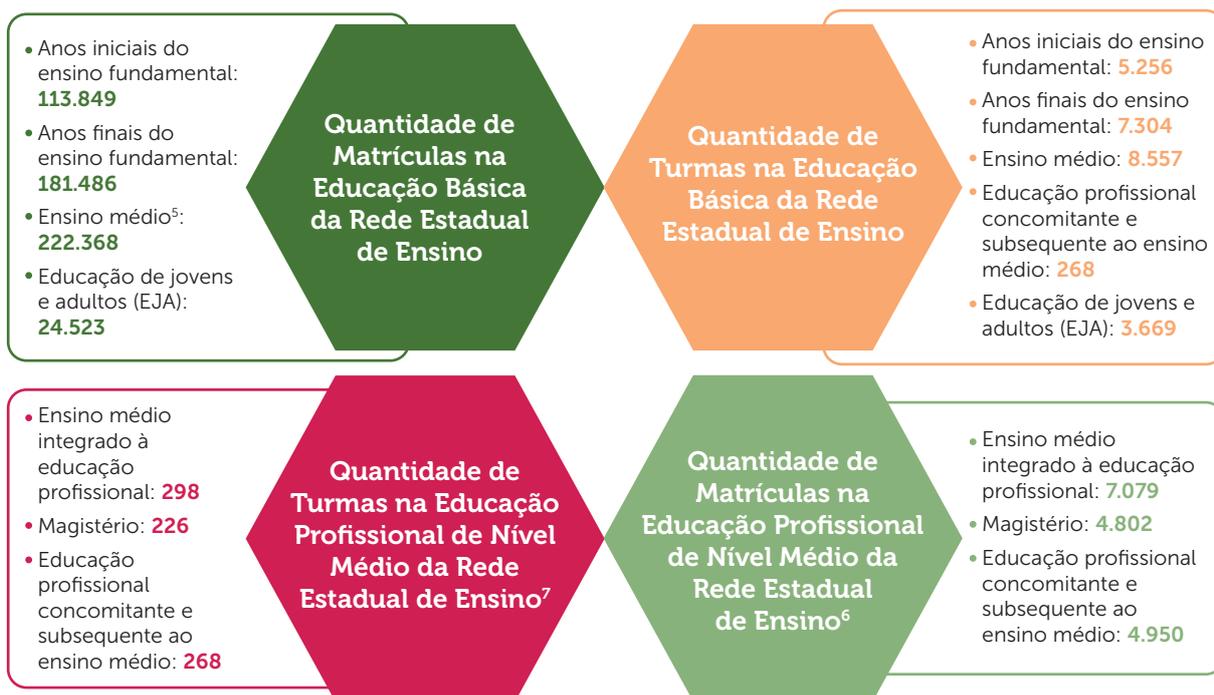
| | |
|--|---|
| Quantidade de Escolas e Matrículas da Rede Estadual de Ensino | Total de unidades escolares ² : 1.064 |
| | Total de matrículas na educação básica ^{3,4} : 547.176 |

Fonte: SED/Painel de Matrículas com base no SISGESC
Data de referência para o total de matrículas: 31/5/2021
Data de referência para o total de escolas ativas: 31/10/2021

| | |
|---|-----------------------------------|
| Número de Servidores da Rede Estadual de Ensino (Contagem por CPF) | Professores efetivos: 14.007 |
| | Professores ACTs: 23.322 |
| | Demais servidores efetivos: 4.601 |

Fonte: SED/Painel de Servidores da Educação, com base na folha de pagamento de outubro de 2021/SIGRH

2 Não foram contabilizadas as unidades descentralizadas da educação de jovens e adultos, pois essas unidades são vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos, já sendo computadas como unidades escolares.
3 O número de matrículas da educação básica, da rede estadual de ensino, é composto pela soma das seguintes etapas: ensino fundamental, ensino médio, curso técnico concomitante, curso técnico subsequente, curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) concomitante e educação de jovens e adultos.
4 Não inclui matrículas de turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).



Fonte: SED/SISGESC

| | |
|---|---------------------------|
| Quantidade de matrículas e de profissionais na Fundação Catarinense de Educação Especial | Matrículas: 21.441 |
| | Professores efetivos: 950 |
| | Professores ACTs: 1.700 |

Fonte: FCEE

Ensino Superior Estadual - Udesc

| Nível | Quantidade de alunos | Quantidade de cursos |
|-----------|----------------------|----------------------|
| Graduação | 13.404 | 61 |
| Mestrado | 1.462 | 36 |
| Doutorado | 883 | 15 |

Fonte: Udesc/Dados referentes ao dia 17/11/2021

5 O ensino médio inclui matrículas do ensino médio regular, magistério e ensino médio integrado à educação profissional.

6 Os totais das matrículas da educação profissional de nível médio não podem ser somados com o total geral de matrículas da educação básica, pois aquelas matrículas já estão sendo contabilizadas na educação básica.

7 Os totais de turmas da educação profissional de nível médio não podem ser somados com o total geral de turmas da educação básica, pois aquelas turmas já estão sendo contabilizadas na educação básica.



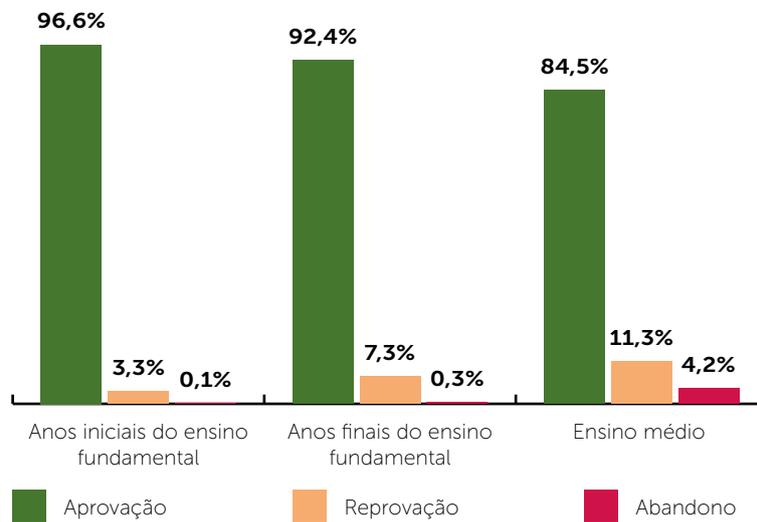
Fonte:

Alimentação escolar: SED/Diretoria de Ensino/Gerência de Alimentação Escolar

Transporte escolar: SED/Assessora de Articulação com os municípios sobre bolsas de estudo

UNIEDU: SED/Painel UNIEDU, com base no SISGESC – data de referência: 8/11/2021

Desempenho da Rede Estadual de Ensino

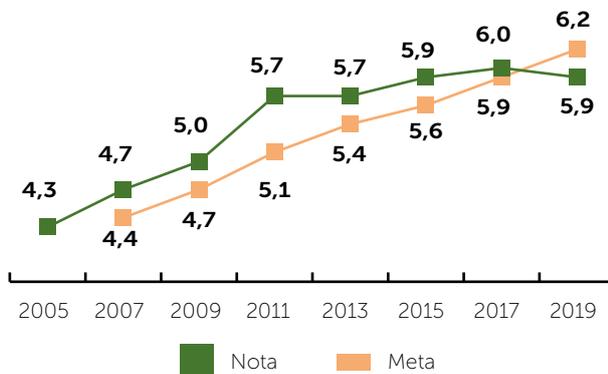


Fonte: INEP/Censo da Educação Básica 2020

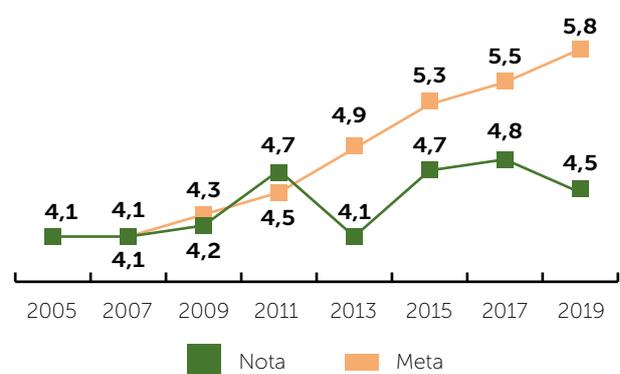
Dados referentes ao ano de 2020, visto que os resultados de 2021 são divulgados somente em 2022.

IDEB: Evolução Anual (Nota x Meta) - Rede Estadual de Ensino

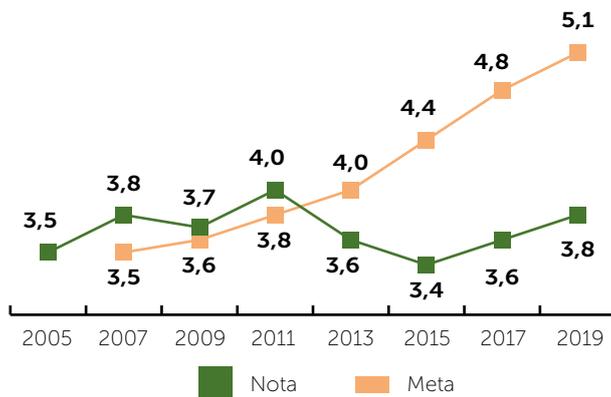
Anos iniciais do ensino fundamental



Anos finais do ensino fundamental



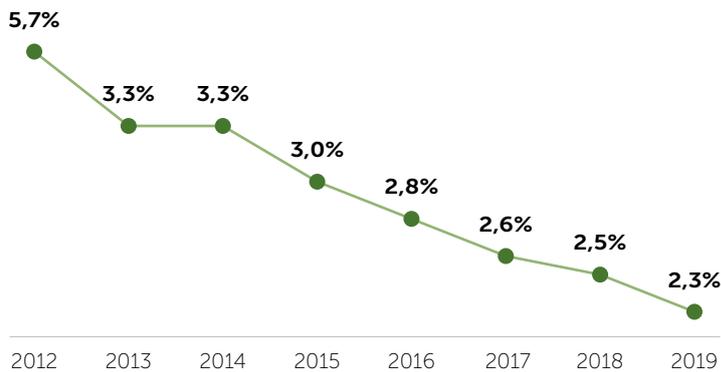
Ensino médio



Fonte: INEP/IDEB (2019 - último dado disponível)

Redução Anual da Taxa de Analfabetismo

Taxa de analfabetismo em Santa Catarina de pessoas com idade de 15 anos ou mais



Fonte: IBGE/PNAD Contínua

Nota: até a presente data, o IBGE ainda não disponibilizou os dados de 2020 e 2021.

CULTURA

O Estado, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), executa ações para estimular, promover e preservar a memória e a produção artística de Santa Catarina. A FCC atua na preservação do patrimônio móvel, imóvel e imaterial/intangível da cultura catarinense, sendo responsável pela gestão do Sistema Estadual de Cultura, com coordenação e execução de políticas públicas de incentivo às manifestações artístico-culturais no Estado.



Palácio Cruz e Sousa – Museu Histórico de Santa Catarina
Foto: Márcio H. Martins (FCC)

Assim como aconteceu em 2020, o setor cultural continuou afetado pelas medidas de distanciamento social devido à pandemia de Covid-19. A FCC buscou manter as suas ações de fomento com os editais Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura e Prêmio Catarinense de Cinema, considerando a descentralização geográfica e a contrapartida social, com a distribuição de ingressos gratuitos ou a baixo custo, como critérios na disponibilização dos recursos. A Fundação lançou ainda o edital Aldir Blanc, que teve como finalidade atender a cadeia cultural diretamente impactada pela pandemia.

DESTAQUES - PRÊMIOS OCORRIDOS EM 2021

No ano de 2021, a FCC operacionalizou vários editais. O **Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura**, instituído pela Lei nº 15.503, de 2011, pagou no ano o montante de R\$ 5,60 milhões, considerando a contratação de profissionais capacitados para emitir parecer sobre o tema e de empresa para acompanhamento do edital. O prêmio foi dividido em três editais – Patrimônio e Paisagem Cultural, Artes Populares e Artes. O Edital Patrimônio e Paisagem Cultural teve recursos financeiros de R\$ 1,96 milhão, e o Edital Artes Populares distribuiu um montante de R\$ 1,15 milhão. Já o Edital Artes teve recursos financeiros na ordem de R\$ 2,25 milhões. A edição de 2021 recebeu ao todo 1.609 inscrições e contemplou 215 projetos. Os prêmios foram divididos entre as seis mesorregiões de Santa Catarina, assim projetos de todas as regiões tiveram as mesmas oportunidades de serem contemplados.

O **Prêmio Catarinense de Cinema** é conferido anualmente a pessoas físicas e jurídicas, tendo o objetivo de fomentar a produção audiovisual. Foi instituído pela Lei nº 15.746, de 2012. Em 2021 foram distribuídos R\$ 5 milhões para 45 projetos das 6 mesorregiões em três modalidades: produção com seis categorias, desenvolvimento de projetos com uma categoria e difusão com quatro categorias.

O **Edital da Lei Aldir Blanc SC** foi viabilizado por meio da Lei Aldir Blanc de Incentivo à Cultura. O repasse dos recursos feito pelo Governo Federal visou atender o setor cultural do Estado e dos municípios que foram diretamente impactados pela pandemia. Teve como objetivo selecionar propostas culturais em várias modalidades para trabalhadores da cultura, artistas, artífices, mestres, grupos, entre outros. Foram distribuídos aproximadamente R\$ 27,40 milhões para 1.179 projetos e ações culturais em toda Santa Catarina.

PROGRAMA DE INCENTIVO À CULTURA

O Decreto Estadual nº 1.269, de 2021, regulamentou a Lei do Programa de Incentivo à Cultura (PIC). O PIC é um programa de fomento a projetos culturais catarinenses que, por meio de renúncia fiscal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), permite que o setor da cultura possa captar 0,5% da arrecadação estadual do imposto. Em virtude da sustação cautelar do PIC em dezembro de 2021 pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), não houve captação de recursos pelos proponentes que tiveram os seus projetos aprovados.

CONCURSO LITERÁRIO BICENTENÁRIO DE ANITA GARIBALDI

A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) desenvolveu outras ações em sua área finalística, como os processos de tombamento e as oficinas, adaptando-se ao ambiente on-line. Ações emergenciais e projetos especiais como a Comemoração do Bicentenário de Anita Garibaldi, por meio do Concurso Literário Bicentenário de Anita Garibaldi e do Colóquio Internacional dos 200 anos de Anita Garibaldi: história, identidade e literatura, Mostra de Filmes, entre outras, foram frentes importantes de atuação da FCC.

ESPAÇOS CULTURAIS

Em razão da pandemia de Covid-19, os espaços culturais administrados pela FCC ficaram fechados durante a maior parte do ano de 2021. No entanto, a maioria deles manteve atividades de aproximação virtual com o público em seus sites e páginas em redes sociais, somando um público virtual de 541.224 acessos/visualizações. A partir do segundo semestre, o atendimento presencial foi retomado de forma mais intensa, ainda que gradualmente, de acordo com as condições de cada local, para garantir a segurança do público e dos servidores.

| | |
|--|---|
| Público dos espaços culturais do Estado: 551.996 (presencial + virtual) | Teatro Ademir Rosa: 15.031 |
| | Teatro Álvaro de Carvalho: 412 |
| | Teatro Pedro Ivo: 187.561 |
| | Museu de Arte de Santa Catarina: 48.741 |
| | Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras: 30.793 |
| | Museu da Imagem e do Som: 28.733 |
| | Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Souza: 129.825 |
| | Museu Etnográfico – Casa dos Açores: 962 |
| | Casa de Campo Governador Hercílio Luz: 8.455 |
| | Escolinha de Arte: 7.480 |
| | Cinema do CIC: 1.781 |
| | Biblioteca Pública de Santa Catarina: 84.828 |
| | Biblioteca de Arte e Cultura: 2.883 |
| | Galeria do Artesanato: 4.411 |
| | Espaço Lindolf Bell 1, 2 e 3: 100 |

Fonte: FCC

| Oficinas realizadas (presencial + virtual) | Número de oficinas | Número de participantes |
|--|--------------------|-------------------------|
| Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) | 24 | 368 |
| Museu da Imagem e do Som (MIS/SC) | 7 | 264 |
| Oficinas de Arte | 5 | 1.516 |
| Biblioteca Pública de Santa Catarina | 26 | 779 |
| Biblioteca de Arte e Cultura | 40 | 920 |
| Diretoria de Patrimônio Cultural | 4 | 293 |
| Diretoria de Arte e Cultura | 50 | 3.548 |
| Escolinha de Arte | 27 | 13.966 |
| TOTAL | 183 | 21.654 |

Fonte: FCC

PRINCIPAIS PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS DO ESTADO

Escola de Teatro Bolshoi no Brasil: é a única extensão estrangeira do Teatro Bolshoi fora da Rússia, uma referência mundial tombada como patrimônio cultural da humanidade pela ONU e pela UNESCO. O repasse de recursos do Estado no valor de R\$ 3,60 milhões teve como objetivo manter as atividades desenvolvidas com a inclusão social e a formação técnica educacional, cultural e artística do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

FESTIVAL DE DANÇA DE JOINVILLE

O Festival de Dança de Joinville é o maior do mundo segundo o *Guinness Book*. O Estado fez o repasse de recursos no montante aproximado de R\$ 1,50 milhão para realização das atividades desenvolvidas pelo Instituto Festival de Dança.



Oficina de arte em xilogravura – Oficinas de Arte CIC
Foto: Márcio Henrique Martins (FCC)



Apresentação Ballet Bolshoi no Teatro Ademar Rosa, localizado no CIC
Foto: Márcio Henrique Martins (FCC)

ESPORTE

O Estado planeja e executa a política pública esportiva por meio da Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte). Mesmo com um cenário desfavorável em razão da pandemia causada pela Covid-19, a Fesporte desenvolveu importantes ações relativas a processos de gestão e execução de eventos.

RETOMADA DOS EVENTOS ESPORTIVOS

Em 2021, houve a retomada dos eventos esportivos no Estado. A Fesporte estabeleceu um regramento específico, em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde, o qual se tornou referência para vários estados da Federação, sendo fundamental no retorno das atividades e do setor econômico ligado ao esporte. A liberação gradativa dos eventos culminou com o retorno dos Jogos Abertos de SC, os Jogos Abertos de SC, as Olimpíadas Esportivas de SC e os Jogos Paradesportivos de SC.



Ciclismo JASC 2021
Foto: Camila Isabel Silveira

GEORREFERENCIAMENTO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS DO ESTADO

O projeto visa catalogar e mapear as instalações esportivas de propriedade pública, de forma a obter um diagnóstico da disponibilidade de espaços físicos no Estado. Serve como um mecanismo para subsidiar a tomada de decisões relativas às políticas públicas catarinenses bem como para potencializar as práticas esportivas como geradoras de desenvolvimento.

Até o final de 2021 foram cadastradas mais de 4.000 instalações esportivas, disponíveis no site da Fesporte.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA ESCOLAR (PIDE)

O projeto tem por objeto ofertar práticas esportivas no contraturno escolar a adolescentes que estejam regularmente matriculados na rede de ensino público, promovendo a iniciação esportiva. O desenvolvimento do projeto se dá a partir de parceria entre a Fesporte, as instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos e as entidades interessadas em sediá-lo. Até o final de 2021, 15 instituições estavam com o processo em andamento, já autorizado pelo Governo, apenas aguardando trâmites finais. Um total de 29 processos foram abertos para unidades executoras, sendo dessas 24 julgadas como aptas.

GESTÃO DO ESPORTE NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS (GEEM)

Em parceria com o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Fesporte está participando do projeto de pesquisa "Estrutura e Governança do Esporte em Santa Catarina", cujo objetivo é mapear informações a respeito da realidade esportiva nos municípios, a fim de subsidiar tomadas de decisões mais precisas no que tange às políticas de esporte e lazer. Até o final de 2021, havia mais de 50% dos municípios catarinenses inseridos na plataforma da pesquisa, totalizando 91 municípios com 10% do cadastro concluído dos 167 iniciados.

Esporte em Números

| Eventos presenciais/virtuais | Número de eventos | Inscritos | Municípios |
|-------------------------------------|-------------------|-----------|------------|
| JASC (9 regionais, 1 estadual) | 10 | 7.965 | 175 |
| JOGUINHOS (9 regionais, 1 estadual) | 10 | 5.377 | 146 |
| OLESC (9 regionais, 1 estadual) | 10 | 7.625 | 149 |
| PARAJASC (estadual) | 1 | 1.010 | 45 |
| DANÇA CATARINA (em 49 escolas) | 1 | 798 | 33 |

Fonte: Fesporte

DEFESA CIVIL

Em 2021, a Defesa Civil de Santa Catarina (DCSC) apresentou excelência nos processos de gestão de riscos e desastres, aprimorando a prevenção, a mitigação, a preparação, a resposta e a recuperação nas situações de eventos críticos, servindo de referência nacional e internacional às ações de proteção e de defesa civil.

GESTÃO DE RISCOS

No tocante à gestão de riscos, a Defesa Civil atuou com obras de contenção, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das estruturas das barragens e dos radares sob sua gestão.

Da mesma forma, realizou o acompanhamento de processos de licenciamento ambiental dos seus projetos, atuou no monitoramento e alerta, no mapeamento de riscos e no acompanhamento de convênios voltados para reconstrução, restabelecimento e prevenção.



Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD Florianópolis

Foto: Flávio Vieira Júnior (ASCOM/DC)

BARRAGENS

Das ações realizadas pela Defesa Civil nas barragens Sul e Oeste, em Ituporanga e Taió, respectivamente, pode-se citar: execução do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas; autorização das Licenças Ambientais de Operação (LAOs); cumprimento das condicionantes contidas nas LAOs; e manutenção das estruturas.

Já na barragem Norte, em José Boiteux, destaca-se o andamento dos processos para viabilizar a execução do canal extravasor mediante as exigências de início do Programa de Comunicação Social, estudos da componente indígena e educação ambiental, bem como finalização dos projetos de recuperação e reforma das estruturas da barragem.



Barragem Oeste no município de Taió

Foto: Flávio Vieira Júnior (ASCOM/DC)

Outra situação relevante foi a obtenção da outorga do direito de uso da água em Botuverá. Também foi autorizada pela Capitania dos Portos a dragagem em Itajaí-Mirim, Rio Itajaí em Taió, Rio do Sul e Timbó.

| Barragens | Objetivos | Reservatórios (m ³) |
|-------------------------------|---------------------|---------------------------------|
| Barragem Oeste (Taió) | Contenção de cheias | 100.000.000 |
| Barragem Sul (Ituporanga) | Contenção de cheias | 110.000.000 |
| Barragem Norte (José Boiteux) | Contenção de cheias | 357.000.000 |

Fonte: Diretoria de Gestão de Riscos - DCSC

RADARES

Está sendo colocada em prática a implantação do radar Norte, em Joinville, por meio da elaboração do projeto executivo do sítio e posterior instalação da torre do radar. Também foi realizada a recuperação do talude do radar de Lontras (Vale).



Radar do Vale, em Lontras
Foto: Flávio Vieira Júnior (ASCOM/DC)

| Radares | Cobertura de SC (%) | Localização |
|---|---------------------|-------------|
| Radar Meteorológico Fixo - Banda S com dupla polarização | 43 | Chapecó |
| Radar Meteorológico Fixo - Banda S com dupla polarização | 77 | Lontras |
| Radar Meteorológico Móvel - Banda X com dupla polarização | 19 | Araranguá |

Fonte: Diretoria de Gestão de Riscos - DCSC

MONITORAMENTO E ALERTA

Com base no monitoramento meteorológico foram enviados 553 alertas por mensagens SMS para a população cadastrada através do número 40199, sendo 487 alertas de chuvas intensas, 64 de granizo e dois de vendaval.

Destaque também para os procedimentos de implantação da expansão da Rede Estadual de Monitoramento Hidrometeorológico.



Equipe de monitoramento e alerta da DCSC
Foto: Flávio Vieira Júnior (ASCOM/DC)

GESTÃO DE EDUCAÇÃO

A Defesa Civil estadual fomentou a educação continuada de gestores, de profissionais, de organizações e da população em geral. Essa ação visa a melhoria na percepção e na gestão de riscos e de desastres, a ampliação do conhecimento e da autoproteção, o estabelecimento e o aperfeiçoamento de estratégias de inteligência na redução dos riscos e dos desastres na busca de um Estado cada vez mais resiliente.



Construção de pluvpets do Programa Defesa Civil na Escola
Foto: Flávio Vieira Júnior (ASCOM/DC)

O Decreto nº 1.382/2021 tornou o Programa Defesa Civil na Escola (PDCE) obrigatório em todas as escolas públicas e privadas no âmbito estadual. Outro destaque foi a ampliação da oferta de cursos em EaD, por meio da plataforma Moodle. No ano de 2021 foram realizadas palestras, capacitações e eventos on-line, incluindo duas campanhas nas redes sociais, o "Serviço de envio de mensagens de alerta por SMS" e o "Radar Educa", além de ter sido lançado o Podcast da DCSC, o "Radar Cast".

| Ações de educação 2021 | Quantidade | Carga horária | Número de participantes |
|--|------------|---------------|-------------------------|
| Capacitações (EaD, presencial e híbrido) | 30 | 545 | 18.480 |
| Palestras | 47 | 98,5 | 12.903 |
| Eventos | 12 | 19 | 9.308 |
| Campanhas | 4 | - | 166.160 |
| Participações em eventos externos | 65 | 988,5 | 100 |
| Hora do conhecimento | 6 | 11 | 237 |
| Defesa civil na escola | 107 | - | 8.889 |
| Visitas a estruturas DCSC | 3 | - | 96 |
| TOTAL | 274 | 1.662 | 216.173 |

Fonte: Diretoria de Gestão de Educação - DCSC

GESTÃO DE DESASTRES

Atenta às ocorrências de eventos climáticos adversos no Estado nos períodos de anormalidade, em 2021 a Defesa Civil atuou nos municípios catarinenses com foco nas ações de resposta para assistência humanitária, reabilitação e reconstrução, informação de desastres e recuperação econômica pós-desastre.

| Eventos | Decretos municipais analisados para homologação de situação de emergência |
|-----------------|---|
| Chuvas intensas | 21 |
| Enxurradas | 5 |
| Estiagem | 147 |
| Granizo | 16 |
| Tornado | 1 |
| Vendaval | 3 |
| Ressaca | 1 |

Fonte: Diretoria de Gestão de Desastres - DCSC

CONVÊNIOS

Em 2021 foram firmados 13 convênios com 12 municípios catarinenses para atendimento de situações de emergência e/ou calamidade pública homologados pelo Estado.

| Convênios | Quantidade de municípios | Valor repassado |
|--------------|--------------------------|------------------|
| Reconstrução | 12 | R\$ 9,17 milhões |

Fonte: Diretoria de Administração e Finanças - DCSC

KITS CONCRETO

No ano de 2021, 18 municípios foram contemplados com 23 kits de transposição de obstáculos em concreto (Pontes), e 68 termos de compromisso foram assinados com 35 municípios.



Montagem de kit de transposição de obstáculos no município Treze de Maio

Foto: Flávio Vieira Júnior (ASCOM/DC)

| Kits de concreto | Quantidade de municípios | Quantidade de kits | Valor investido |
|---------------------------------|--------------------------|--------------------|------------------|
| Entregues em 2021 | 18 | 23 | R\$ 2,24 milhões |
| Termos de Compromisso Assinados | 35 | 68 | R\$ 7,89 milhões |

Fonte: Diretoria de Gestão de Desastres – DCSC

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Em apoio às famílias atingidas por desastres foram disponibilizados 180.352 Itens de Assistência Humanitária (IAH), beneficiando 97.059 pessoas de 84 municípios catarinenses.



Casa destruída pela passagem de um tornado em Água Doce
Fotos: Flávio Vieira Júnior (ASCOM/DC)



Distribuição de telhas para as famílias atingidas

| Municípios atendidos | Pessoas afetadas | Quantidade de itens de assistência humanitária distribuídos | Valor investido |
|----------------------|------------------|---|-------------------|
| 84 | 97.059 | 180.352 | R\$ 11,67 milhões |

Fonte: Diretoria de Gestão de Desastres – DCSC

CENTRO INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES (CIGERD)

Administrado pela Defesa Civil Estadual, o CIGERD fortaleceu o seu papel como referência internacional na gestão de crises, permitindo a integração da estrutura do Governo do Estado. Em 2021 foram realizadas dezenas de operações que originaram ações de resposta eficientes, sempre com o foco de oferecer os melhores resultados para a população. O Centro também foi empregado em treinamentos e capacitações em apoio aos mais diferentes órgãos estaduais, favorecendo a economia de recursos públicos. No total foram realizados 2.396 eventos, presenciais e virtuais, que alcançaram 23.138 pessoas.

SEGURANÇA PÚBLICA

As ações da área de Segurança Pública realizadas em 2021 são evidenciadas por meio das atividades desenvolvidas pelas instituições que compõem o Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO): Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) e Polícia Científica de Santa Catarina (PCISC). Tais ações visam atender as demandas sociais, conforme alguns destaques apresentados na sequência.

SISTEMA DE MONITORAMENTO INTELIGENTE DE VEÍCULOS (HÓRUS)

O sistema Hórus do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO) integra os sistemas de monitoramento com tecnologia Optical Character Recognition (OCR) das prefeituras municipais e dos órgãos de segurança pública, fiscalização e controle. Atualmente o sistema possui interoperabilidade com 13 municípios do Estado, destacando-se: Balneário Camboriú, Itajaí, Chapecó, Blumenau, São José, Biguaçu, Tubarão, Criciúma, Joinville e Jaraguá do Sul.

Ao todo são mais de 800 câmeras integradas enviando ao CSSPPO mais de 2 milhões de movimentos diuturnamente. Esses dados são integrados e enriquecidos pelo Hórus e disponibilizados aos órgãos de inteligência e investigação do CSSPPO.

Novas parcerias estão sendo realizadas, tais como a integração das câmeras do Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento (SINIVEM) - (regiões de fronteira com o Paraguai, nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul) e do sistema CórteX do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Além disso, as câmeras do sistema Alerta Brasil, desenvolvido pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), também serão integradas no primeiro semestre de 2022, o que aumentará muito a capilaridade do sistema nas rodovias federais.

NOVO SISTEMA DE CONSULTAS POLICIAIS (CONECTA)

O sistema Conecta, que permite consultas policiais operacionais e de investigação, substituiu o SISP Inteligência, já defasado em termos de tecnologia e segurança. O Conecta foi desenvolvido pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC) em parceria com a Diretoria de Informação e Inteligência (DINI) do CSSPPO.

Inaugurado em novembro de 2020, já possuía no final de 2021 mais de 10 mil operadores da área de Segurança Pública cadastrados.

O sistema possui duplo fator de autenticação, o que garante mais integridade e segurança no acesso, mitigando o repasse de senhas ou uso indevido.



Além disso, tem ampla disponibilidade em todos os dispositivos e sistemas, contando ainda com uma base off-line para que o operador, mesmo sem sinal de internet, possa consultar pessoas e veículos.

O Conecta também está sendo acessado pelas Guardas Municipais que possuem acordo de cooperação técnica com o CSSPPO, pelas polícias Rodoviária Federal (PRF) e Federal (PF) e pelas Forças Armadas.

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO CSSPPO

O investimento em infraestrutura interna, ocorrido por intermédio da aquisição de servidores com alta capacidade de processamento e armazenamento, de nobreaks, da reforma do Centro de Processamento de Dados (CPD) do CSSPPO e de plataforma de análise de dados e *business intelligence*, dá ao CSSPPO as ferramentas e o suporte tecnológico necessários para atacar novas áreas como o cercamento eletrônico (busca identificar proativamente veículos com restrições que circulem por cidades e rodovias, pessoas com impeditivos judiciais, entre outros), com câmeras de leitura de placa, de reconhecimento facial, de melhoria nos processos e de automatização de relatórios de gestão interna e operacional. Além disso, auxiliou os usuários da pasta com equipe e soluções próprias para as demandas decorrentes do home office e para as atividades remotas que tiveram pico de uso no auge da pandemia.

PROGRAMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO BEM-TE-VI

Por meio do Programa Bem-Te-Vi, o CSSPPO realizou investimentos objetivando a recomposição do parque tecnológico dos sistemas de videomonitoramento urbano para fins de segurança pública.



Fonte: SSP

Em 2021 foram R\$ 2 milhões executados, que permitiram aumentar a capacidade de armazenamento dos servidores e adicionar aproximadamente 300 câmeras no sistema, instaladas pelo CSSPPO ou mediante parcerias com os municípios, o Judiciário e outras Secretarias de Estado e associações de moradores. Atualmente são 3.422 câmeras implementadas em 142 municípios, proporcionando consciência situacional e servindo



Sala de monitoramento do 21º BPM
Foto: Ricardo Sartori (DTI/CSSPPO)

como fonte de prova. Esses equipamentos estão acessíveis, em dispositivos móveis ou desktop, a todos os policiais militares, civis, bombeiros militares e peritos oficiais de qualquer lugar do Estado. Nesse ano foram mais de 136.000 pesquisas em vídeo e 7.630 vídeos exportados – em atendimento ao cidadão, à justiça, às atividades de inteligência e operacionais de segurança pública.

No final de 2021, o CSSPPO fez um investimento de R\$ 2,69 milhões para a aquisição de 1.107 câmeras que substituirão modelos antigos e ampliarão a capacidade de monitoramento disponível no Estado de Santa Catarina.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Prevenção da Covid-19

Em continuidade à atuação na pandemia de Covid-19, por meio de sistema informatizado foi viabilizada uma célere fiscalização dos estabelecimentos frente aos decretos governamentais. Além da agilidade na atuação, o sistema permite manter um histórico das ações e das fiscalizações. Totalizam mais de 590 mil fiscalizações, das quais 1,19% gerou notificação, sendo 0,09% interdições.

Investimentos em Novas Viaturas e Equipamentos

Em 2021 foram adquiridas 216 novas viaturas policiais e diversos equipamentos, totalizando R\$ 29,70 milhões, pagos em grande parte com recursos de convênios de trânsito e emendas parlamentares, complementados com recursos próprios do Fundo de Melhoria da Polícia Militar, com a finalidade de dar condição de trabalho ao policial militar bem como atender as demandas da sociedade.

Tecnologia

Em ações operacionais, a PMSC atuou com rigor em intervenções de resposta e prevenção ao crime, à violência e à desordem. Por intermédio de seus programas preventivos e com o objetivo de atuar mais próximo da população, a PMSC mantém investimento em tecnologia, buscando excelência no atendimento das ocorrências por meio do PMSC Mobile, PMSC Cidadão e PMSC Cam.

Combate às Drogas

A Polícia Militar, por meio da Agência de Inteligência, deflagrou operação em que foram apreendidos cerca de 230 mil comprimidos de ecstasy em Imaruí, no Sul catarinense. Na operação, um laboratório ilegal de drogas sintéticas foi desmontado. Trata-se da maior apreensão já registrada no Estado.

Polícia Militar em Números

| | |
|--|---|
| Quadro de pessoal e estrutura | Número de servidores efetivos na atividade-fim: 9.197 |
| | Número de servidores efetivos na atividade-meio: 848 |
| | Número de unidades: 44 quartéis da PMSC |
| Ocorrências | Boletins confeccionados: 726.730 |
| | Prisões em flagrante - Boletim de Ocorrência/Prisão e Apreensão (BO/PA): 81.937 |
| | Termos circunstanciados: 40.088 |
| | Mandados de prisão cumpridos: 5.513 |
| Índices criminais | Crimes letais: 738 |
| | Roubos: 5.208 |
| | Furtos: 33.867 |
| Programações operacionais | Rondas: 65.716 |
| | Policiaamentos: 136.005 |
| | Operações: 147.251 |
| | Fiscalizações (apenados/protetivas): 11.790 |
| Outros números | Veículos recuperados: 4.622 |
| | Armas apreendidas: 2.296 |
| | Número de atendimentos no programa Rede Catarina de Proteção à Mulher: 28.916 |
| | Número de atendimentos no programa Rede de Vizinhos: 18.670 |
| | Número de atendimentos no programa Rede de Segurança Escolar: 12.833 |
| Número de atendimentos no programa Proerd: 441 | |

Fonte: BI-PMSC. Dados de jan-dez/2021. Extração em 6/1/22.

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA

O Planejamento Estratégico da PCSC

A Polícia Civil (PCSC) concluiu cerca de 31% das 138 iniciativas ativas em aproximadamente 20 meses do período de execução do Planejamento Estratégico da PCSC 2019-2023. Como melhoria do próprio Planejamento Estratégico e também do seu respectivo Plano Estratégico, a PCSC está avançando em adaptá-lo à Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, bem como ao Guia Técnico de Gestão Estratégica, ambos do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização/Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão.



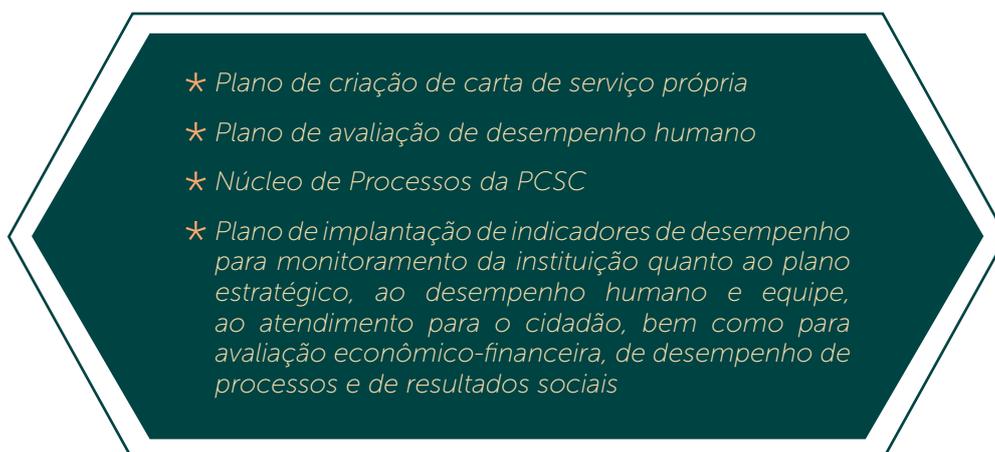
Polícia Civil de Santa Catarina
Foto: PCSC

São importantes entregas estratégicas da PCSC, entre outras, o desenvolvimento da Plataforma ACADEPOL EAD moodle e do Sistema SC Mulher, a celebração de mais de 100 convênios e acordos de cooperação técnica em execução (excluídos os convênios de trânsito), a captação de mais de R\$ 70 milhões em recursos externos em 3 anos em benefício do cidadão catarinense (entre emendas estaduais (R\$ 6,47 milhões), emendas federais (R\$ 5,79 milhões), Fundo a Fundo (R\$ 3,65 milhões) e SC Mais Segura (R\$ 44,60 milhões)), a pesquisa de clima organizacional, o mapeamento de competências dos policiais civis para melhor aproveitamento do efetivo perante a missão da PCSC e um total de 390 policiais formados entre 2019 e 2021 (31 delegados, 185 agentes e 174 escrivães).

Compromisso com a Excelência em Gestão

A PCSC aderiu recentemente ao Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr), restando ao Comitê do MEG-Tr da PCSC implantar as melhorias firmadas com o Ministério da Economia, de forma a aumentar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Entre as ações do primeiro ciclo de 6 meses, iniciadas ainda em outubro de 2021 na PCSC, destacam-se:



Polícia Civil em Números

| |
|---|
| Número de servidores efetivos na atividade-fim: 3.153 |
| Número de servidores efetivos na atividade-meio: 414 |
| Operações policiais: 1.192 |
| Boletins de ocorrência (virtual): 455.358 |
| Boletins de ocorrência (presencial): 334.219 |
| Inquéritos policiais instaurados: 47.517 |
| Termos circunstanciados instaurados: 26.617 |
| Autos de prisão em flagrante instaurados: 18.656 |
| Cumprimentos de mandado (prisão): 3.408 |
| Cumprimentos de mandado (busca e apreensão): 2.259 |
| Armas apreendidas: 607 |



Polícia Civil de Santa Catarina
Foto: PCSC

Fonte: PCSC

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA

Parcerias Internacionais e Acordo de Cooperação

Em 2021, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) se destacou pelas parcerias inéditas da corporação, duas delas internacionais. Uma foi com o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, incentivando o intercâmbio técnico, científico, cultural, administrativo, de instalações físicas, de equipamentos e de recursos humanos, com vistas ao aprimoramento profissional dos bombeiros que atuam na atividade de resgate veicular. A outra foi com o Instituto de Bombeiros de Münster, para a formação de comandantes e também intercâmbio de profissionais. Já no Brasil, a corporação catarinense foi a primeira a fazer um acordo com a Receita Federal. A parceria foi realizada tendo em vista o fornecimento de veículos para os treinamentos de resgate veicular.

Outros Destaques do CBMSC

★ Lançamento da primeira edição da operação "Serra Mais Segura", visando o cuidado com turistas e visitantes nas cidades que tiveram registro de neve.

★ Formação de 91 novos soldados, 56 novos sargentos, além do aperfeiçoamento de 31 oficiais, em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina.

★ Inclusão de 5 novos cães de busca aptos para atender a população, e mais uma vez os cinotécnicos catarinenses foram acionados para suporte a outro estado, auxiliando o Rio Grande do Sul na busca por dois integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do referido estado.

Corpo de Bombeiros Militar em Números

| | |
|--------------------------|---|
| Quadro de pessoal | Número de servidores efetivos na atividade-fim: 1.920 |
| | Número de servidores efetivos na atividade-meio: 938 |
| | Número de bombeiros comunitários ativos voluntários (com ou sem ressarcimento): 4.138 |
| Ocorrências | Atendimento pré-hospitalar: 130.256 |
| | Ações preventivas: 5.492 |
| | Salvamento, busca e resgate: 13.000 |
| | Operações aéreas: 1.103 |
| | Incêndios: 10.214 |
| Operação Veraneio | Prevenções: 8.626.725 |
| | Salvamento: 3.008 |
| | Ocorrências com água-viva: 8.051 |
| | Crianças formadas no Projeto Golfinho: 2.196 |

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar

POLÍCIA CIENTÍFICA DE SANTA CATARINA

A Emenda Constitucional Estadual nº 84/2021 alterou o Instituto Geral de Perícias para Polícia Científica. A mudança atende a padronização nacional de nomenclatura e identidade visual das perícias oficiais de natureza criminal no País.

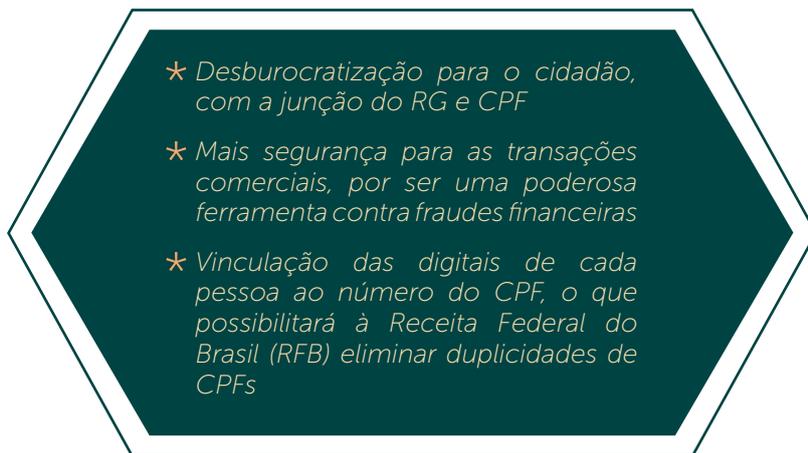


Polícia Científica
Foto: Divulgação (PCI)

Santa Catarina - Primeiro Estado do País a Adotar o CPF como Número Único de Identificação

No Brasil, a vontade de unir documentos para simplificar a vida dos seus habitantes e melhorar a integração entre instituições governamentais é antiga. A iniciativa pioneira da Polícia Científica em adotar o CPF como número único de identificação ocorreu em novembro de 2021 e representa um enorme avanço para a sociedade brasileira.

Número Único de Identificação



Polícia Científica
Foto: Divulgação (PCI)

Polícia Científica em Números

| |
|---|
| 704 servidores |
| 376.253 carteiras de identidade confeccionadas |
| 106.976 perícias realizadas |
| 8 ações sociais desenvolvidas na confecção de carteiras de identidade de moradores de rua para identificação de pessoas desaparecidas |
| 7 novos postos para confeccionar carteiras de identidade, com localização em centros comerciais para facilitar o acesso da população |

Fonte: Polícia Científica

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Ao longo do ano de 2021, o Estado, por meio da Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), realizou várias ações na área de Administração Prisional e Socioeducativa. Entre elas está a criação da Polícia Penal, por meio da Lei Complementar Estadual nº 774, de 2021, a nomeação de concursados, ações de combate à pandemia de Covid-19, políticas de reabilitação social e econômica, SAP Ciência (programa de concessão de bolsas de especialização, mestrado e doutorado) e SAP Têxtil (fabricação de produtos têxteis).

O ano de 2021 foi de grandes desafios e de conquistas para a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa. A criação da Polícia Penal Catarinense, modelada por servidores de carreira, foi sem dúvida um marco para o sistema prisional.



Polícia Penal Catarinense
Foto: Jaqueline Nocetti (SAP)

PROCEDIMENTOS NA PANDEMIA

O enfrentamento da pandemia de Covid-19 se deu por meio da gestão de dados e de ações efetivas coordenadas pela Central Covid, Sala de Situação e Centro de Operações de Emergência em Saúde (Coes), e contou com o envolvimento de todos os profissionais que atuam na SAP. Do isolamento das unidades até a abertura gradual do sistema foi preciso mobilizar e capacitar servidores para atuar numa situação completamente desconhecida. Testagem de internos e de servidores, acompanhamento de saúde, abastecimento das unidades com equipamentos de proteção, materiais de higiene, ampla vacinação e adoção de novas rotinas foram alguns desafios enfrentados no âmbito da SAP. A expertise desenvolvida pela equipe multiprofissional foi fundamental para que a SAP não ficasse paralisada.

FORMAÇÃO DE PESSOAL

Com procedimentos especiais, manteve-se o calendário de cursos de formação e capacitação da Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (Acaps), a nomeação de servidores dos concursos de 2019 (Departamento de Polícia Penal – DPP) e de 2016 (Departamento de Administração Socioeducativa – Dease) para atuar no sistema prisional e socioeducativo. Também foram adquiridos uniformes e modernizados equipamentos como armamento e viaturas. No tocante à qualificação dos servidores dos sistemas prisional e socioeducativo, um exemplo de grande ação é o SAP Ciência, programa de concessão de bolsas de especialização, mestrado e doutorado, totalmente financiado pela SAP.

PARCERIAS

A parceria com outras forças de segurança como Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal tem sido fundamental para o compartilhamento de experiências e de conhecimento.

TECNOLOGIA

O investimento em tecnologia também foi ampliado, visto que a demanda por serviços em meio digital teve um expressivo crescimento com o aumento da circulação de todos os documentos em meio digital, a realização de visitas virtuais, audiências e parlatório virtual para advogados, entre outras inovações.

REABILITAÇÃO SOCIAL

Na busca pela reabilitação social e econômica dos internos, a SAP mantém um extenso programa com capacitação profissional, resgate da escolaridade, atendimento ao egresso e oferta de vagas de trabalho. Um exemplo disso é o SAP Têxtil, indústria onde serão fabricados produtos têxteis.



Inauguração do primeiro galpão do novo polo industrial têxtil do Presídio Feminino de Chapecó

Foto: Divulgação (SAP)

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA EM NÚMEROS

Quantitativo de Capital Humano que Atua na Área

| Capital humano | Efetivos | Temporários |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Agentes penitenciários | 2.796 | 623 |
| Agentes de segurança socioeducativos | 450 | 265 |
| Profissionais de reintegração social | 50 | 271 |
| Demais servidores | 61 | 219 |
| TOTAL | 3.357 | 1.378 |

Fonte: SAP

| Tipos de unidades prisional e socioeducativa | "O que é?" |
|--|---|
| Penitenciária | Unidades destinadas aos internos com condenação penal |
| Presídio | Unidades destinadas aos internos provisórios |
| Colônia Penal | Unidade de caráter industrial e agrícola |
| Centros Socioeducativos | Centros destinados aos adolescentes em conflito com a lei |
| Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico | Unidade destinada aos internos com problemas psiquiátricos |
| Casa do Albergado | Unidade destinada a prisão civil, violência doméstica e crime de trânsito |

| Tipo/Regional (Estrutura) | Grande Florianópolis | Sul | Norte | Vale do Itajaí | Região Serrana e Meio-Oeste | Oeste | Médio Vale do Itajaí | Total de unidades | Total de vagas | Número de internos |
|--|----------------------|----------|----------|----------------|-----------------------------|-----------|----------------------|-------------------|----------------|--------------------|
| Presídio | 4 | 4 | 3 | 2 | 3 | 5 | 2 | 23 | 6.771 | 9.569 |
| Unidade Prisional Avançada | | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 2 | 15 | 1.809 | 2.049 |
| Casa do Albergado | 1 | | | | | | | 1 | 84 | 30 |
| Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico | 1 | | | | | | | 1 | 72 | 74 |
| Colônia Penal Agrícola | 1 | | | | | | | 1 | 682 | 621 |
| Penitenciária Agrícola | | | | | 1 | 1 | | 2 | 1.989 | 2.249 |
| Penitenciária Industrial | 2 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 10 | 7.889 | 9.331 |
| Unidade de Segurança Máxima | | | | | 1 | | | 1 | 106 | |
| TOTAL | 9 | 9 | 6 | 6 | 9 | 10 | 5 | 54 | 19.402 | 23.923 |

Fonte: SAP

| Unidades Socioeducativas | Nº de unidades | Vagas | Nº de internos |
|---|----------------|------------|----------------|
| Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) | 7 | 267 | 214 |
| Centros de Atendimento Socioeducativo Provisórios (CASEP) | 12 | 179 | 67 |
| Casas de Semiliberdade | 4 | 48 | 42 |
| TOTAL | 23 | 494 | 323 |

| | | |
|---------------------------------------|--|---------------------------|
| População Prisional | Número de internos | Regime fechado: 12.887 |
| | | Regime semiaberto: 6.465 |
| | | Presos provisórios: 4.564 |
| | Número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: 334 | |
| | Número de presos monitorados com o uso de tornozeleira eletrônica: 2.152 | |
| | Número de internos estudando: 8.677 | |
| | Número de internos inscritos no ENEM: 3.128 | |
| Número de internos trabalhando: 5.260 | | |

Fonte: SAP

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS), tem como objetivo assegurar os direitos sociais às pessoas em situação de vulnerabilidade, de risco e de violação de direitos sociais. Também efetua a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando técnica e financeiramente os municípios para a oferta dos serviços socioassistenciais, com capacitações, monitoramento, reuniões técnicas e orientações, a fim de promover a garantia dos direitos e proteção social a todos os que dela necessitarem.



DESTAQUES NO ANO DE 2021

- *Atendimento pela proteção social básica, de forma on-line, aos 16 municípios que possuem comunidades quilombolas no território: Abdon Batista, Araquari, Araranguá, Balneário Camboriú, Campos Novos, Capivari de Baixo, Florianópolis, Garopaba, Joinville, Monte Carlo, Fraiburgo, Paulo Lopes, Porto Belo, Praia Grande, Santo Amaro da Imperatriz e São Francisco do Sul.*
- *Foram identificados 203 municípios sem CREAS no Estado, os quais possuem os maiores índices de violação de direitos e não dispõem de equipes exclusivas de Proteção Social Especial.*
- *Realização de quatro podcasts – divulgados nos 295 municípios catarinenses – com o seguinte tema: “O trabalho infantil como questão cultural em Santa Catarina”.*
- *Elaboração de relatórios técnicos contendo dados quantitativos do trabalho infantil em Santa Catarina e nos 29 municípios cofinanciados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).*



DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM NÚMEROS

Estrutura da Rede de Assistência Social em 2021:



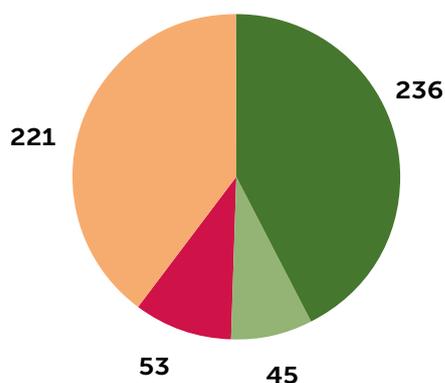
Fonte: Sistemas da rede SUAS (Sistema Único de Assistência Social), relatórios internos da Gerência/SDS/SC de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Gerência Social Especial de Média Complexidade e Gerência de Proteção Especial Básica

COFINANCIAMENTO

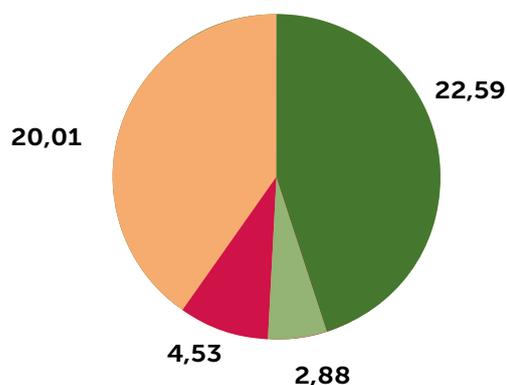
O repasse do cofinanciamento estadual do SUAS acontece na modalidade Fundo a Fundo, ou seja, diretamente do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS). Os recursos repassados serão utilizados pelos municípios para o financiamento dos seguintes blocos:

- *Serviços de Proteção Social Básica: apoiam as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas;*
- *Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: oferecem atendimento socioassistencial a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções especializadas;*
- *Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: garantem proteção integral (serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos) a indivíduos e famílias que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário até que seja possível retornar a esses núcleos; e*
- *Benefícios Eventuais: são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública.*

Quantidade de Municípios Aderidos por Tipo de Cofinanciamento - 2021



Valores Repassados aos Municípios por Tipo de Cofinanciamento - 2021 (R\$ milhões)



Fonte: Relatórios Internos da Gestão do Fundo de Assistência Social - GFAS/SDS/SC

Conforme informado no plano de trabalho elaborado pelos municípios, os recursos podem ser repassados nas modalidades de custeio ou investimento. Em 2021 foi pago pelo cofinanciamento estadual um total de R\$ 50 milhões, valor este distribuído para todos os 295 municípios do Estado.

SC MAIS RENDA

SC MAIS RENDA

AUXÍLIO EMERGENCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Em decorrência das dificuldades causadas pela pandemia de Covid-19, o Estado criou o programa de transferência de renda SC Mais Renda. O auxílio emergencial visa auxiliar famílias em vulnerabilidade social ou que perderam o emprego e sua fonte de renda durante a pandemia.

Os cidadãos atendidos pelo SC Mais Renda receberam três parcelas de R\$ 300,00. O pagamento foi feito através de um cartão magnético entregue diretamente para que o beneficiário pudesse utilizar em despesas com alimentação e despesas essenciais da família.



GESTAÇÃO MÚLTIPLA

O Programa Geração Múltipla foi instituído pela Lei Estadual nº 17.201, de 2017, e refere-se a um benefício assistencial de caráter financeiro pago mensalmente às famílias cuja mãe tenha gestação múltipla com três ou mais nascituros. O benefício era pago até que as crianças completassem 12 anos. A partir de 1º de janeiro de 2022, por meio da Lei nº 18.327, de 2022, a idade dos beneficiários foi ampliada de 12 para 18 anos.

| | |
|---|-----------------------------|
| Benefício Geração Múltipla em 2021 | 366 crianças beneficiadas |
| | R\$ 2,04 milhões repassados |

IMIGRANTES EM SANTA CATARINA

Os imigrantes que chegam ao Estado são acolhidos e orientados sobre como elaborar documentação de permanência, sendo posteriormente encaminhados para o mercado de trabalho e inseridos no Cadastro Único. Esse atendimento ao imigrante em Santa Catarina ocorre de forma integrada na rede de assistência social dos municípios por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop), além de unidades de acolhimento conveniadas com os municípios.

Número de imigrantes em SC no ano de 2021 (dados do Cadastro Único)



10 municípios catarinenses que mais receberam imigrantes cadastrados em 2021

10 países de onde se originou o maior número de imigrantes

| |
|---------------------------|
| República do Haiti: 8.745 |
| Venezuela: 8.530 |
| Argentina: 1.048 |
| Paraguai: 648 |
| Uruguai: 451 |
| Cuba: 267 |
| Chile: 185 |
| Colômbia: 161 |
| Peru: 160 |
| Portugal: 159 |

| Município | Número de imigrantes |
|--------------------|----------------------|
| Florianópolis | 3.391 |
| Joinville | 2.441 |
| Chapecó | 2.136 |
| São José | 871 |
| Balneário Camboriú | 768 |
| Palhoça | 723 |
| Itajaí | 667 |
| Blumenau | 633 |
| Itapema | 580 |
| Criciúma | 412 |

Fonte: Cadastro Único - Governo Federal - base de dados até setembro de 2021

SEGURANÇA ALIMENTAR

A SDS, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN) e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), gerencia o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade de compra com doação simultânea. Esse programa apresentou os seguintes números em 2021:

Programa de Aquisição de Alimentos em 2021



Fonte: SDS

INVESTIMENTO EM OBRAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para atender as crianças e os adolescentes em situação de risco pessoal e social, que estejam sob medida protetiva por determinação judicial, é necessário construir uma nova Unidade de Acolhimento Institucional na cidade de Guaramirim.

Em 2021 foi investido na obra o valor de R\$ 120.740,79 de recursos do Estado. A previsão de entrega do bem público é para 2022.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SUSTENTÁVEL

O Estado de Santa Catarina apresenta a gestão das políticas públicas ligadas ao meio ambiente, à ciência, à tecnologia, à inovação e ao desenvolvimento econômico na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE).

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Ainda sob a vigência da pandemia de Covid-19, Santa Catarina apresentou um crescimento de 9,8% do PIB (últimos 12 meses até setembro, em relação ao mesmo período anterior). Na geração de emprego, o Estado manteve saldo positivo em todos os meses do ano. Através da inovação, simplificou processos tanto na abertura de empresas como também na área ambiental com a automatização para as outorgas de água.

SC MAIS EMPREGO

O Sistema Público de Emprego (SINE) oferece serviços gratuitos em 143 postos por todo o Estado de Santa Catarina com a finalidade de contribuir na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, garantindo a qualidade e a excelência na prestação de serviços. O SINE tem focado em ações pontuais para fomento da empregabilidade, tais como melhoria das estruturas físicas das unidades estaduais e ampliação do número de postos em parceria com municípios.

Em conjunto com outros órgãos privados e governamentais, o SINE também tem atuado em programas como SC Mais Renda e Gente Catarina, e também na realocação de apenados no mercado de trabalho em parceria com o sistema prisional.

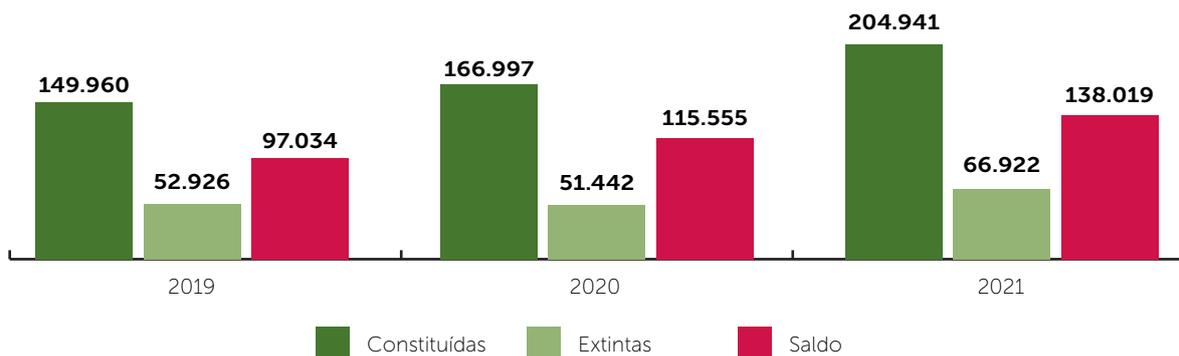
JUCESC - 12 MESES: MAIS DE 138 MIL NOVOS NEGÓCIOS EM SC



Indicador da continuidade do crescimento econômico, o número de abertura de empresas no território catarinense aumentou de maneira constante ao longo de 2021, mesmo diante de um cenário pandêmico.

A alta foi de 19,44% em novos negócios em comparação com 2020. Já se compararmos 2021 com 2019, o crescimento foi de 42,23%. Até o final de 2021, Santa Catarina contava com 1.095.711 empresas ativas.

Saldo de Constituição de Empresa em Santa Catarina



Fonte: SDE/SC

DESEMPENHO DO SISTEMA DE OUTORGA DE ÁGUA EM SANTA CATARINA (SIOUT/SC)

O SIOUT/SC implantado pelo Estado diminuiu a burocracia e permitiu a emissão de atos regulatórios (autorização do Governo do Estado para utilização da água por um período determinado) totalmente autodeclaratórios. A própria ferramenta conclui o atendimento, emitindo autorização, declaração ou dispensa caso o preenchimento das informações esteja de acordo.

O SIOUT/SC foi lançado em 22 de março de 2021, modernizando o gerenciamento das concessões e a administração de atos inerentes às outorgas de uso de água. Fiscalizações são realizadas a partir de denúncias ou solicitações de órgãos externos.

| Atos Regulatórios Emitidos - SIOUT/SC | 2021 |
|---|--------------|
| Autorização de perfuração de poço | 2.247 |
| Dispensas de outorga | 139 |
| Ofícios | 182 |
| Usos insignificantes (inferiores aos estabelecidos na legislação) | 1.454 |
| Publicações | 839 |
| TOTAL DE ATOS EMITIDOS ATÉ 17/12/21 | 4.861 |

Fonte: SDE - SIOUT/SC

Com a implantação do sistema, até 17 de dezembro de 2021 cerca de 4.861 atos regulatórios sobre uso de recursos hídricos foram emitidos em Santa Catarina.

O número é bem superior em relação ao total emitido no ano de 2020 (totalizando 1.298 atos), conforme dados do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (Cnarh), mantido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

No âmbito da gestão climática do Estado foram levantadas ações dos órgãos da administração direta e indireta alinhadas aos 17 compromissos da Carta dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente pelo Clima. Esse levantamento foi destacado na 3ª edição da Conferência Brasileira de Mudança do Clima.

Cabe enfatizar que a articulação com entidades nacionais e internacionais culminou na assinatura do Compromisso com a Aliança pela Ação Climática (ACA Brasil) e na Carta de Compromisso dos Governadores pelo Clima, na participação do Estado na criação do Consórcio Brasil Verde e na COP26, em Glasgow, quando houve a adesão ao ICLEI – Governos Locais para a Sustentabilidade, visando o fortalecimento do desenvolvimento sustentável e da ação climática.



Esses compromissos estão alinhados com a neutralização das emissões de carbono para alcançar sustentabilidade, criação de empregos, conservação dos recursos naturais, redução das desigualdades e ampliação do progresso social, com atenção às populações mais vulneráveis.

O Estado de Santa Catarina participou do 3º ciclo no CDP States and Regions, ampliando o engajamento das diferentes pastas. Também incentivou os municípios a participarem do Programa CDP Cities e convidou os seus fornecedores e as empresas instaladas no Estado a participarem do 2º ciclo no Programa CDP Supply Chain, todos com as finalidades de identificação e de gerenciamento dos riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas.

Na gestão da qualidade do ar destacam-se a atualização dos inventários de emissões de poluentes atmosféricos das fontes veiculares, industriais e queima de biomassa, a elaboração do inventário de emissões naturais, a análise da poluição do ar em relação às condições meteorológicas e a avaliação da qualidade do ar por sensoriamento remoto.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA (ZEE)



No ano de 2021, a Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SEMA), por meio da Coordenadoria Técnica de Integração e Planejamento Ambiental (CEIPA), avançou na implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) em Santa Catarina. Foram apresentados os primeiros resultados para os representantes dos municípios da Região Hidrográfica 3 (RH3), que ficam no Vale do Rio do Peixe, com vistas ao fortalecimento da municipalidade através da integração e da articulação com o Estado e na busca da construção conjunta de um planejamento do território.

Ainda no aspecto de planejamento do território, a SEMA, através da Coordenadoria Técnica de Integração e Planejamento Ambiental (CEIPA), preside a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla de Santa Catarina, responsável pela análise, pelo acompanhamento e pela aprovação dos Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima (PGIs) do Estado de Santa Catarina.

Em 2021 foram analisados os seguintes PGIs: Araranguá, Florianópolis: Setor 3 e Setor 6, Balneário Camboriú, Itajaí, Itapema e Penha.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, compondo uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico.



Esse cadastro é pré-requisito para regularização ambiental e acesso a crédito rural.



Total de 371.500 cadastros realizados até 2021, o que corresponde a 98,4% dos imóveis rurais do Estado.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA CATARINENSE (PRODEC)

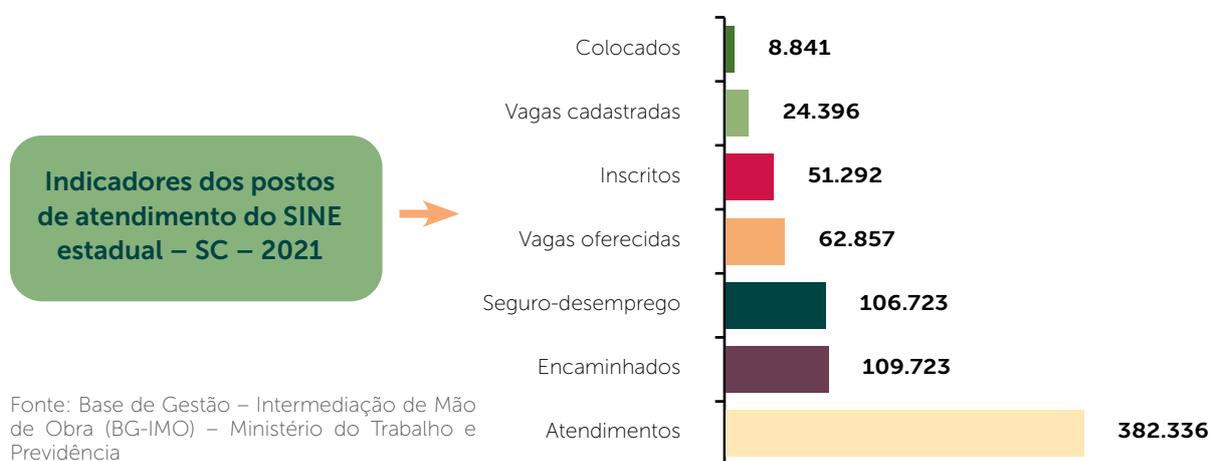
O PRODEC promove a competitividade e a melhoria no ambiente de negócios catarinense. Com ele, o Estado concede incentivo à implantação e/ou expansão de empreendimentos industriais, gerando mais emprego e renda.

| Município | Investimentos habilitados (R\$ milhões) | Empregos a serem gerados |
|---------------|---|--------------------------|
| Anchieta | 3,43 | 10 |
| Maravilha | 112,89 | 59 |
| Garuva | 14,00 | 49 |
| Joinville | 22,90 | 150 |
| Itapiranga | 4,50 | 25 |
| Blumenau | 5,52 | 6 |
| Chapecó | 4,14 | 28 |
| Vargem Bonita | 455,56 | 10 |
| São José | 85,00 | 45 |
| Campo Alegre | 1,20 | 14 |
| Siderópolis | 9,68 | 50 |
| Pomerode | 35,00 | 60 |
| TOTAL | 753,83 | 506 |

Fonte: SDE – Diretoria de Empreendedorismo e Competitividade (DIEC)

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE)

O SINE realiza a intermediação de mão de obra entre trabalhadores e empregadores a partir da oferta de vagas, além de recepcionar os requerimentos de seguro-desemprego dos empregados desligados sem justa causa.



Fonte: Base de Gestão – Intermediação de Mão de Obra (BG-IMO) – Ministério do Trabalho e Previdência

Elaboração: DIER-SDE/SC

PROGRAMA JURO ZERO



Presente em 100% do Estado, o programa Juro Zero é voltado ao microempreendedor individual (MEI) com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, apoiando a base da economia catarinense com juro zero.

Em novembro de 2021, o programa Juro Zero completou 10 anos no apoio ao microempreendedor individual, disponibilizando empréstimos de até R\$ 5 mil para pequenos negócios, com a isenção da última prestação no caso de o devedor manter os pagamentos das parcelas do empréstimo em dia.

Em 2021, mais de R\$ 84 milhões em empréstimos para microempreendedores individuais foram apoiados pelo Programa Juro Zero. No período foram realizadas 18.257 operações, representando um aumento de 41,4% no valor disponibilizado e 26,4% no número de operações quando comparado com 2020. Em mais de 10 anos de existência, o Programa já realizou 129.768 operações totalizando R\$ 420 milhões em crédito.

BOLSAS FAPESC – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SC

Financiar pesquisadores é uma das funções da FAPESC, e um dos principais instrumentos para isso são as bolsas. Elas são destinadas para diversos beneficiados como graduandos e pós-graduandos, mas também para profissionais que atuam em empresas, instituições e no governo.

| Bolsas | 2021 | | |
|----------------------------|--------------|------------------|--|
| | Beneficiados | Valores Pagos | |
| Cotas mestrado FAPESC | 301 | R\$ 4,11 milhões | } → FAPESC: 71,2% R\$ 5,83 milhões |
| Cotas doutorado FAPESC | 85 | R\$ 1,65 milhão | |
| Cotas pós-doutorado FAPESC | 4 | R\$ 65,60 mil | |
| Cotas mestrado CAPES | 75 | R\$ 295,50 mil | } → Governo Federal (CAPES): 28,8% R\$ 2,36 milhões |
| Cotas doutorado CAPES | 101 | R\$ 2,05 milhões | |
| Cotas pós-doutorado CAPES | 1 | R\$ 16,40 mil | |

Foram pagos R\$ 8,20 milhões em bolsas acadêmicas por meio da FAPESC e da CAPES:

Fonte: SDE/SC

Outras 155 bolsas de pesquisa e Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia, Informação e Graduação (DTI) foram pagas em 2021 com recursos de outras secretarias do Estado descentralizados para a FAPESC, além de parceiros externos. Os valores passaram dos R\$ 3,66 milhões, conforme mostra a tabela seguinte:

| Bolsas | 2021 | |
|--|--------------|------------------|
| | Beneficiados | Valores Pagos |
| Outras bolsas de financiamento externo via parceiros (DTI e pesquisa) ⁸ | 55 | R\$ 1,43 milhão |
| Outras bolsas FAPESC e de descentralização (DTI) ⁹ | 100 | R\$ 2,23 milhões |

Fonte: SDE/SC

As unidades gestoras que descentralizaram recursos para bolsas DTI foram:

| Entidade | Valor das Bolsas | Quantidade de Bolsas |
|--|-------------------------|----------------------|
| Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável | R\$ 971,17 mil | 43 |
| Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social | R\$ 389,00 mil | 14 |
| Casa Civil | R\$ 312,00 mil | 13 |
| Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural | R\$ 88,00 mil | 7 |
| Secretaria de Estado da Saúde | R\$ 168,00 mil | 5 |
| Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade | R\$ 160,00 mil | 4 |
| Secretaria de Estado da Administração | R\$ 64,00 mil | 2 |
| Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina | R\$ 40,00 mil | 1 |
| Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa | R\$ 40,00 mil | 1 |
| TOTAL | R\$ 2,23 MILHÕES | 90 |

Fonte: SDE/SC

8 Bolsas pagas pela FAPESC com recursos oriundos de parceiros.

9 Descentralizações pagas via FAPESC, repassadas pelas secretarias de Estado.

TURISMO

Durante o ano de 2021, a Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Santur) conduziu os trabalhos com foco na melhoria e na ampliação da infraestrutura turística no Estado, no incentivo à inovação e na promoção de serviços e produtos para impulsionar as atividades do setor em todas as regiões.

INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

Programa de Sinalização Turística

Em 2021 foi executada a primeira etapa de implantação da nova sinalização turística em rodovias estaduais, contemplando as seguintes regiões turísticas de Santa Catarina: Caminho dos Canyons, Caminhos do Contestado, Caminhos da Fronteira, Encantos do Sul, Vale das Águas e Vale dos Imigrantes. A segunda etapa será executada em 2022 e vai atender outras regiões turísticas. O investimento total previsto para o programa é de R\$ 7,1 milhões.



Nova sinalização na região turística da Serra Catarinense
Foto: Banco de imagens da Santur

Balizamento Náutico e Programa SC Acessível

Investimento de R\$ 1,4 milhão na aquisição de equipamentos (poitas, boias e demais componentes) para o balizamento náutico de 150 cadeiras de rodas anfíbias e 19 mil estrados para promover a acessibilidade em praias e balneários do Estado.



Equipamentos para o balizamento náutico
Foto: Banco de imagens da Santur

Convênios com Municípios

A Santur firmou o convênio com a prefeitura de Blumenau para o investimento de R\$ 38,00 milhões na construção do Centro de Eventos de Blumenau. O empreendimento terá 11,5 mil metros quadrados, distribuídos em seis pavimentos, com áreas para eventos, espaços para serviços de alimentação, auditórios, salas de reunião, sala de imprensa e estacionamento para 110 automóveis e 100 bicicletas.

Principais Convênios:

| | |
|--|-------------------|
| Construção do Centro de Eventos de Blumenau | R\$ 38,00 milhões |
| Revitalização do Caminho Turístico Vila Canto Grande, em Bombinhas | R\$ 1,08 milhão |
| Construção de trapiche na Praia do Embrulho, em Bombinhas | R\$ 868,57 mil |
| Reforma da Praça Coberta de Rancho Queimado | R\$ 290 mil |
| Construção do Complexo Turístico de Urupema | R\$ 6 milhões |
| Reforma, revitalização e adequações do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, em Chapecó | R\$ 625 mil |

Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para Implantação de Complexo Turístico na Serra do Rio do Rastro

O PMI, lançado pela Santur em parceria com a SCPar, selecionou a proposta de implantação de um complexo turístico na Serra do Rio do Rastro.

O próximo passo será a seleção de propostas de construção, operação e manutenção do equipamento, em cooperação com a iniciativa privada.

INCENTIVO À INOVAÇÃO NO TURISMO

Programa Inovatur II

Para a segunda edição do Programa Inovatur, realizado em parceria com a FAPESC, foram investidos R\$ 900 mil, sendo R\$ 600 mil da Santur e R\$ 300 mil da FAPESC. Foram selecionadas 16 propostas de inovação no turismo que terão apoio financeiro de até R\$ 60 mil cada, além de tutorias especializadas para alavancar os novos negócios.

Programa TEI@

O Programa Tei@, realizado em parceria com a FAPESC, contempla a geração de dados e inovação no setor turístico para o aprimoramento da ferramenta Almanach e do Programa Inovatur. Entre outras coisas, visa a melhoria nos processos de transparência na gestão pública, a tomada de decisão baseada em conhecimento e o fomento às iniciativas inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável.

PROMOÇÃO DO TURISMO

Programa Viaje+SC: +900 Empreendimentos Participantes

Programa de incentivo ao turismo interno, destinado a ampliar a visibilidade da oferta de produtos e serviços turísticos do Estado ao mesmo tempo que promove o turismo seguro, uma vez que a adesão ao programa está condicionada ao atendimento dos protocolos sanitários de prevenção à Covid-19.

Retomada da Participação em Feiras e Eventos de Turismo

Participação em oito grandes eventos de promoção turística e negócios do turismo: 48ª ABAV Expo & Collab; EBS – Eventos Business Show; Transcatarina; Festuris Gramado; SP Boat Show; RoadShow Maravilhas do Sul/Nordeste; Abeta Summit; e Festival das Cataratas – Foz do Iguaçu/PR.

Almanach: Dados sobre o Turismo Catarinense

Almanach é uma ferramenta utilizada para apresentar dados sobre o turismo catarinense. Reúne informações como o número de empresas, registros no Cadastur, empregos gerados, tipos de negócios e arrecadação de ICMS. O total da arrecadação do ICMS Turístico em 2021 foi de R\$ 210 milhões, enquanto em 2020 foram arrecadados R\$ 159 milhões. Categorias das atividades características do turismo (ACTs):

| | |
|--|--|
| Atividades características do turismo | Alimentação: R\$ 172 milhões |
| | Transporte: R\$ 25 milhões |
| | Hospedagem: R\$ 9,4 milhões |
| | Atividades culturais, desportivas e recreativas: R\$ 2,9 milhões |
| | Agências organizadoras de viagem: R\$ 635 mil |
| Estimativa de empregos ativos | Alimentação: 57 mil |
| | Hospedagem: 15 mil |
| | Transporte: 7,4 mil |
| | Atividades culturais, desportivas e recreativas: 3,5 mil |
| | Agências organizadoras de viagem: 2,2 mil |

Fonte: Almanach Santur/2021



MOVIMENTAÇÃO DE TURISTAS



- Oferta de assento: 2,3 milhões
- Assentos ocupados: 1,89 milhão
- Taxa de ocupação: 79,1%
- Aeroportos: Florianópolis, Navegantes, Chapecó, Joinville, Jaguaruna, Lages, Correia Pinto e São Miguel do Oeste



- Número de veículos: 63,4 milhões (registrados nas cinco praças de pedágio da Autopista Litoral Sul, em Santa Catarina, no ano de 2021)



- Na temporada 2020/2021 não houve movimentação de cruzeiros marítimos em decorrência da pandemia de Covid-19

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), busca disponibilizar uma infraestrutura de transportes, de mobilidade e de obras hidráulicas e civis moderna e que atenda as necessidades da sociedade.

OBRAS EM ANDAMENTO

O ano de 2021 foi de muito trabalho, tendo sido finalizado com cerca de 30 obras em andamento nas rodovias de todas as regiões catarinenses e outras dezenas em fase de licitação, com ordens de serviço prestes a serem assinadas. Estavam em elaboração cerca de 100 projetos de engenharia para implantação (pavimentação) e restauração de rodovias.

Em 2020, o número não chegava a 10 projetos. Ainda assim, somente em 2021 cerca de 10 demandas históricas dos catarinenses saíram do papel para se tornar realidade, entre elas a obra de contenção da SC-390, na Serra do Rio do Rastro, sendo considerada a maior obra desse tipo no Estado.

RECUPERAÇÃO DAS PONTES PEDRO IVO CAMPOS E COLOMBO SALLES

Em 2021 foi realizada a recuperação das pontes de acesso à Capital, Pedro Ivo Campos e Colombo Salles, que estavam a um passo da interdição.

MELHORIAS NAS ESTRADAS NO ESTADO

A SIE investiu mais de R\$ 91 milhões em serviços de recapeamento, tapa-buracos, sinalização e roçada em estradas catarinenses. Foram mais de 250 processos licitatórios realizados em 2021. Com uma gestão focada no respeito aos recursos dos contribuintes, o Estado economizou R\$ 103,5 milhões nos processos licitatórios em 2021. Trata-se da diferença entre o valor orçado e o valor contratado nos mais de 250 editais lançados no ano. A própria adaptação da pasta à pandemia resultou em redução de despesas, pois as licitações deixaram de ser presenciais. O pregão eletrônico, por exemplo, foi a modalidade que mais gerou economia aos cofres públicos: 39,5% em relação à economia nos processos licitatórios.



Obras de pavimentação na Rodovia da Imigração Italiana

Foto: Julio Cavalheiro (Secom)



Contenção na Serra do Rio do Rastro

Foto: Maurício Vieira (Secom)



Restauração emergencial das pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles – Florianópolis (Imagem da ponte Pedro Ivo)

Foto: Ricardo Wolfenbüttel (Secom)

DESCENTRALIZAÇÃO PARA MUNICÍPIOS

O investimento se deu de modo intenso nos municípios. Por meio de transferências às prefeituras e aos consórcios municipais, R\$ 523,64 milhões destinados a obras como recuperação de rodovias, pavimentação, aquisição de equipamentos, manutenção, construção de pontes e elevados, praças, entre outros, foram descentralizados.

PROGRAMAS RECUPERAR E SC MAIS ASFALTO



O Programa Recuperar visa promover ações voltadas à recuperação e à manutenção rotineira das rodovias estaduais de Santa Catarina, previstas no Plano Rodoviário Estadual. Já o Programa SC Mais Asfalto facilita a aquisição asfáltica para vias municipais com serviços de pavimentação, tapa-buracos, recapeamento de vias, execução de meio-fio e sarjeta, entre outros, disponibilizando equipamentos e insumos para compor uma usina de asfalto.

Só no programa SC Mais Asfalto foi repassado a cinco consórcios (Mampituba, Conder, Amurel, Cidarius e Cisama) o valor total de R\$ 44,81 milhões.

Obras mais Relevantes Conveniadas no Ano de 2021

| Obras | Investimentos (R\$ milhões) |
|---|-----------------------------|
| Duplicação da Rua Tancredo de Almeida Neves, ligando a BR-153 ao centro da cidade, em Concórdia | 34 |
| Elevado da Bandeira, em Chapecó | 30 |
| Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e pontes de concreto armado na Rodovia Municipal Félix Simon, em Treze de Maio | 10 |
| Execução de obra de implantação do Eixo K, via duplicada que ligará a Rodovia Hans Dieter Schmidt à Rua Dona Francisca, em Joinville | 12 |
| Desassoreamento da Barra do Camacho, no município de Jaguaruna | 10 |
| Pavimentação da Rodovia da Imigração, que liga o centro da cidade de Pedras Grandes ao Distrito de Azambuja, com extensão total de 7,6 km | 15 |
| Execução de infraestrutura viária da Avenida Beira-Rio Forquilhas, em São José | 48 |
| TOTAL | 159 |

Fonte: SIE

INVESTIMENTOS NAS RODOVIAS FEDERAIS EM SOLO CATARINENSE

Santa Catarina garantiu R\$ 465 milhões de auxílio para obras nas seguintes rodovias federais em solo catarinense: BRs 470 (Vale), 280 (Norte), 163 (Oeste) e 285 (Extremo Sul). Já foram desembolsados mais de R\$ 70 milhões.



Obras de contenção na BR-285

Foto: DNIT/Divulgação

REGULARIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL

Em 2021 foi regularizado o transporte coletivo intermunicipal de passageiros nos modais rodoviário, aquaviário e semiurbano. Depois do Distrito Federal, que também tomou providências para a regularização do seu transporte coletivo intermunicipal (porém com abrangência territorial reduzida), Santa Catarina é o estado pioneiro a enfrentar, numa solução inédita e negociada com os atores, o problema no Brasil.

SC MAIS MOBILIDADE



É um conjunto de ações e projetos de mobilidade da SIE em todo o território catarinense, em diferentes estágios de execução e modais. Reflete, na sua concepção, a Política Estadual de Mobilidade, constituída pela Resolução do Conselho Estadual de Transporte de Passageiros (CTP) nº 1.359, de 8 de julho de 2021.

O planejamento inclui iniciativas em diferentes estágios e em todos os modais de transporte.

SC MAIS MOBILIDADE:

<http://scmaismobilidade.sie.sc.gov.br/>

PRÊMIOS DA ÁREA

Todos esses resultados só foram possíveis graças a uma gestão focada, mas que não deixa de fazer a parte interna também com excelência. Em novembro de 2021, o Núcleo de Projetos da SIE foi considerado o segundo melhor escritório de projetos de Santa Catarina no Prêmio PMI, categoria Melhor PMO (Escritório de Projetos). Atendendo critérios como organização, metodologia utilizada, volume de trabalho, quantidade de pessoas dedicadas à gestão de projetos, ferramentas, treinamentos e maturidade, o escritório da SIE ficou atrás apenas da multinacional Bunge Alimentos.

Infraestrutura e Mobilidade em Números

| Malhas viárias | Extensão (km) | Investimentos |
|---|---|--------------------|
| Pavimentadas | 5.056,1 | R\$ 505,84 milhões |
| Não pavimentadas | 1.107,1 | |
| Investimentos em conservação e manutenção rodoviária | Conservação, sinalização e segurança rodoviária: R\$ 111,70 milhões | |
| | Tratamento de pontos críticos e passivos ambientais: R\$ 363,71 mil | |
| | Manutenção, conservação e recuperação de obras de artes correntes e obras de arte especiais: R\$ 4,76 milhões | |
| | Execução de obras emergenciais: R\$ 4,82 milhões | |
| | Conservação de rodovias por convênios com consórcios de municípios – Projeto Recuperar: R\$ 53,77 milhões | |
| Reabilitação e aumento de capacidade de rodovias | Reabilitação e aumento de capacidade de rodovias estaduais: R\$ 76,78 milhões | |
| | Apoio a obra federal em SC - duplicação da BR-470: R\$ 69,47 milhões | |
| | Apoio a obra federal em SC - aumento de capacidade da BR-163: R\$ 17,13 milhões | |
| | Apoio a obra federal em SC - duplicação da BR-280: R\$ 12,60 milhões | |
| | Apoio a obra federal em SC - pavimentação da BR-285: R\$ 15,00 milhões | |

Fonte: SIE

OUTROS INVESTIMENTOS



Fonte: SIE

Ciclovias e Ciclofaixas Concluídas

| Descrição | Extensão (km) | Valor |
|--|---------------|-------------------------|
| Ciclovias na SC-441 – Jaguaruna | 3,178 | R\$ 1,05 milhão |
| Execução do remanescente da obra de reabilitação da Rodovia Jorge Lacerda (SC-412) – Trecho: BR-101-Gaspar | 2,220 | R\$ 737,34 mil |
| Ciclovias na Ponte Pedro Ivo – Florianópolis | 1,251 | R\$ 252,68 mil |
| TOTAL | 6,649 | R\$ 2,04 MILHÕES |

Fonte: SIE

Ações em Obras Civas

| Atividades | Quantitativos |
|---|---------------|
| Análise de projetos e orçamentos | 1.091 |
| Fiscalização de projetos e orçamentos | 980 |
| Análise de aditivo | 52 |
| Análise de convênios | 486 |
| Análise de cadastro de fornecedores | 457 |
| Contratos de obras em andamento (fiscalização) | 135 |
| Contratos de obras concluídas (fiscalização) | 69 |
| Contratos de projetos em andamento (fiscalização) | 184 |
| Contratos de projetos concluídos (fiscalização) | 12 |
| Convênios em andamento (fiscalização) | 245 |
| Convênios concluídos (fiscalização) | 31 |
| Vistorias e pareceres | 213 |
| Elaboração de projetos | 63 |
| Elaboração de orçamento | 68 |
| Assessoria em projetos de obras hidráulicas | 2 |
| Elaboração de termo de referência para contratação de projetos | 102 |
| Elaboração de termo de referência para contratação de obras | 40 |
| Elaboração de termo de referência para plano de manutenção | 3 |
| Elaboração de termo de referência para plano de manutenção de sistema de drenagem | 8 |
| Contratos de manutenção contínua | 2 |
| Atas de manutenção – contratos/lotes | 40 |
| Atas de topografia – contratos/lotes | 40 |
| Atas de layout – contratos/lotes | 40 |
| Atas de sondagem – contratos/lotes | 40 |
| Atas de revitalização de fachadas – contratos/lotes | 31 |
| Licitação de projetos e de obras civis | 36 |
| Termo de referência de demolição | 1 |
| Termo de referência de sondagem | 1 |

Fonte: SIE

Portos, Aeroportos, Dutovias e Ferrovias de Santa Catarina





Centro de Eventos Balneário Camboriú
Foto: Mauricio Vieira (Secom)



Serra do Corvo Branco, em Grão-Pará
Foto: Júlio Cavalheiro



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

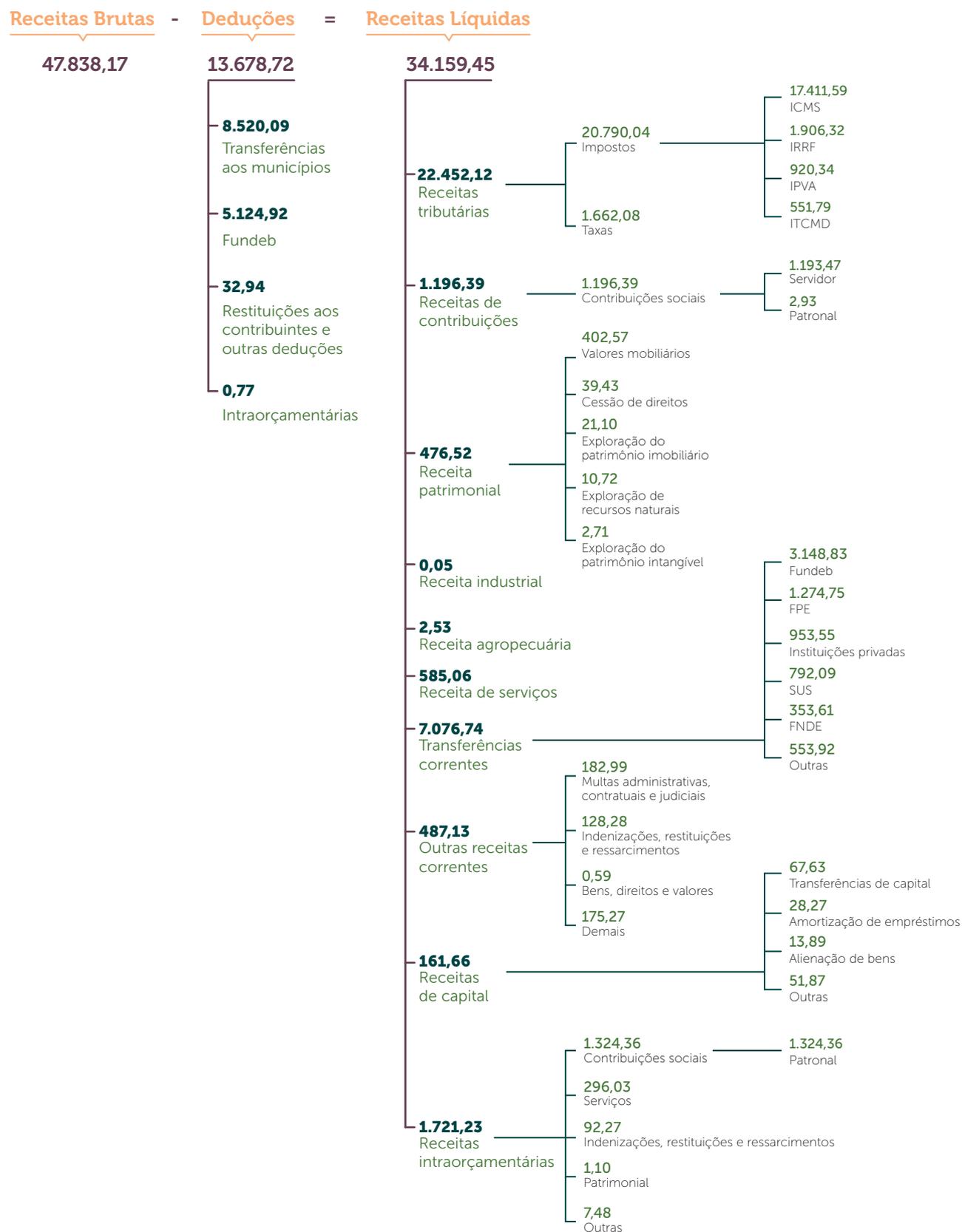
Este capítulo apresenta os resultados alcançados por meio da gestão orçamentária do Estado em 2021. Santa Catarina obteve o total de R\$ 47,84 bilhões de receita bruta nesse ano. Desse valor, R\$ 13,68 bilhões são deduções obrigatórias, o que resulta em uma receita líquida de R\$ 34,16 bilhões.

No tocante à despesa, o Estado finalizou o exercício com um montante de R\$ 33,75 bilhões de despesas realizadas (empenhadas).

Comparando-se a receita líquida com o total das despesas do ano, ocorreu um superavit orçamentário de R\$ 413,67 milhões em 2021, ou seja, as receitas arrecadadas no ano foram superiores às despesas nele reconhecidas.

Na sequência, serão detalhadas as principais origens dos recursos arrecadados em 2021 e a forma como foram aplicados. Em conjunto com os números, originários do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), salvo quando houver informação específica, apresenta-se a análise da gestão orçamentária do Estado de Santa Catarina.

De Onde Vieram os Recursos de 2021 (R\$ milhões)



Para Onde Foram os Recursos em 2021 (R\$ milhões)**Despesas Empenhadas**

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O planejamento orçamentário de Santa Catarina, que teve como base o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estimou o total das receitas e despesas para o ano de 2021.

Com base nesses instrumentos, foram previstas as receitas totais e fixadas as despesas nas diversas áreas de atuação do Estado.

Os instrumentos de planejamento orçamentário estadual para o ano de 2021 foram estruturados da seguinte forma:



As receitas e despesas do ano de 2021 fixadas na Lei Orçamentária Anual foram as seguintes:

| Receita Prevista | | Valor | Despesa Fixada | |
|------------------|--|-------------------|----------------|-------------------|
| Receita bruta | | R\$ 44,34 bilhões | | R\$ 31,75 bilhões |
| (-) Deduções | | R\$ 12,59 bilhões | | |
| Receita líquida | | R\$ 31,75 bilhões | | |

Além da despesa fixada inicialmente na LOA, no total de R\$ 31,75 bilhões, houve a previsão de mais R\$ 1,23 bilhão referente a despesas com inativos do Fundo Financeiro do IPREV sem cobertura pelas receitas orçamentárias, gerando um déficit orçamentário inicial nesse montante, registrado na conta de controle específica 8.9.9.9.1.03.01.01 - Déficit Orçamentário, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 40.

RECEITAS

As receitas estaduais correspondem aos ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar as suas necessidades de investimentos públicos. Elas são de origens diversas: recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos por outros entes, exploração do patrimônio estadual ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

¹ As metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias são apresentadas no capítulo de Indicadores Fiscais deste Balço.

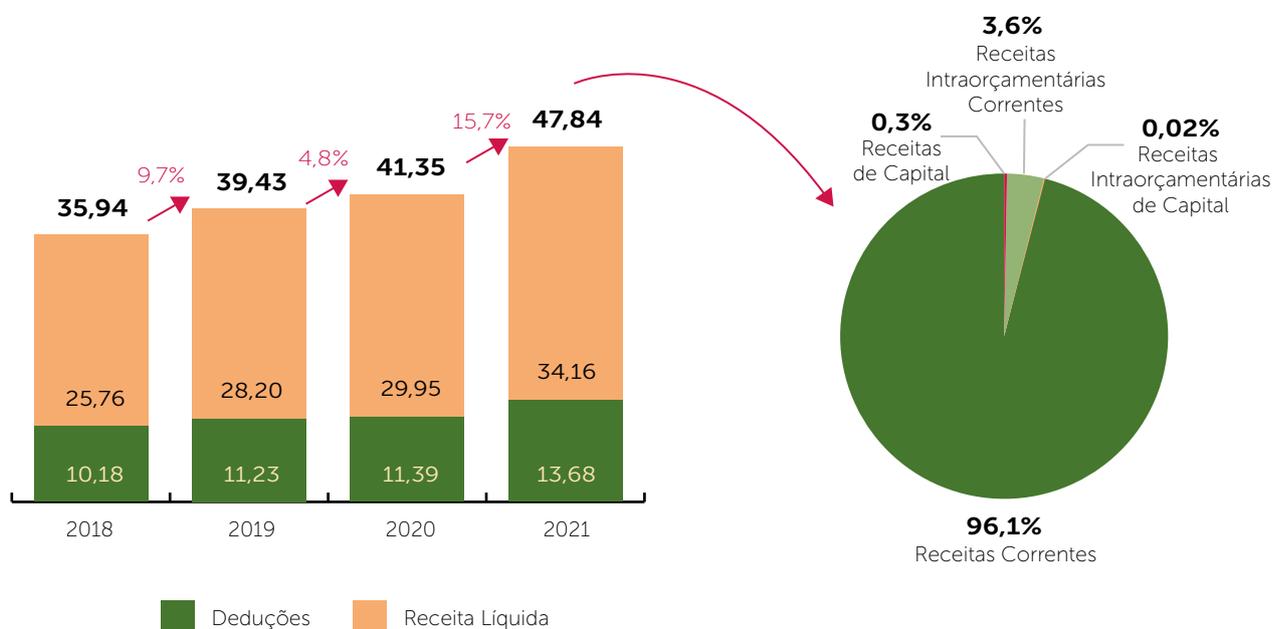
A partir da receita bruta, excluem-se as deduções para se obter a receita líquida, valor que o Estado efetivamente poderá gastar. Consideram-se deduções da receita as transferências constitucionais aos municípios, os repasses ao Fundeb e as restituições aos contribuintes.

A receita bruta de 2021 estimada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R\$ 44,34 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A arrecadação bruta do ano foi de R\$ 47,84 bilhões, valor que superou o previsto na LOA em R\$ 3,5 bilhões. Com relação à receita líquida arrecadada, a previsão era de R\$ 31,75 bilhões, e o valor do ano foi de R\$ 34,16 bilhões, atingindo 107,6% do previsto.

Receita Prevista X Receita Arrecadada em 2021 (R\$ bilhões)

| Descrição | Receita Prevista | Receita Arrecadada | % da Receita Arrecadada em Relação à Receita Prevista |
|--|------------------|--------------------|---|
| RECEITA BRUTA | 44,34 | 47,84 | 107,9% |
| Receitas Correntes | 41,01 | 45,95 | 112,1% |
| Receitas de Capital | 1,69 | 0,16 | 9,6% |
| Receitas Intraorçamentárias Correntes | 1,64 | 1,71 | 104,5% |
| Receitas Intraorçamentárias de Capital | 0,005 | 0,008 | 150,2% |
| (-) Deduções | (12,59) | (13,68) | 108,7% |
| RECEITA LÍQUIDA | 31,75 | 34,16 | 107,6% |

Evolução da Receita Bruta (R\$ bilhões)



A tabela seguinte apresenta o comparativo das receitas do exercício de 2021 com as de 2020 por categoria econômica e por origem.

Receita Arrecadada por Categoria Econ3mica e Origem (R\$ milh3es)

| Receitas | 2021 | | | 2020 | | | Variaç3o da Arrecadaç3o Bruta |
|---|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|------------------|---------------------|-------------------------------|
| | Arrecadaç3o Bruta | Deduç3es | Arrecadaç3o L3quida | Arrecadaç3o Bruta | Deduç3es | Arrecadaç3o L3quida | |
| Receitas Correntes | 45.954,29 | 13.677,74 | 32.276,55 | 39.326,51 | 11.393,32 | 27.933,19 | 16,9% |
| Impostos, Taxas e Contribuiç3es de Melhoria | 35.619,58 | 13.167,46 | 22.452,12 | 29.596,64 | 10.982,22 | 18.614,43 | 20,4% |
| Contribuiç3es | 1.200,87 | 4,48 | 1.196,39 | 1.079,57 | 18,36 | 1.061,21 | 11,2% |
| Receita Agropecu3ria | 2,53 | - | 2,53 | 2,48 | - | 2,48 | 2,2% |
| Receita de Serviç3os | 585,61 | 0,55 | 585,06 | 624,04 | 0,19 | 623,85 | -6,2% |
| Receita Industrial | 0,05 | - | 0,05 | 0,03 | - | 0,03 | 87,6% |
| Receita Patrimonial | 483,62 | 7,10 | 476,52 | 267,22 | 10,72 | 256,51 | 81,0% |
| Transfer3ncias Correntes | 7.570,71 | 493,97 | 7.076,74 | 7.357,99 | 380,06 | 6.977,93 | 2,9% |
| Outras Receitas Correntes | 491,32 | 4,19 | 487,13 | 398,54 | 1,78 | 396,76 | 23,3% |
| Receitas de Capital | 161,88 | 0,21 | 161,66 | 362,16 | - | 362,16 | -55,3% |
| Alienaç3o de Bens | 13,89 | - | 13,89 | 10,21 | - | 10,21 | 36,0% |
| Amortizaç3o de Empr3stimos | 28,29 | 0,01 | 28,27 | 18,83 | - | 18,83 | 50,2% |
| Operaç3es de Cr3dito | - | - | - | 145,64 | - | 145,64 | -100,0% |
| Transfer3ncias de Capital | 67,83 | 0,20 | 67,63 | 42,25 | - | 42,25 | 60,5% |
| Outras Receitas de Capital | 51,87 | - | 51,87 | 145,22 | - | 145,22 | -64,3% |
| Receitas Intraorçament3rias Correntes | 1.714,49 | 0,72 | 1.713,77 | 1.646,95 | 0,05 | 1.646,90 | 4,1% |
| Receita de Contribuiç3es | 1.324,58 | 0,22 | 1.324,36 | 1.270,17 | 0,05 | 1.270,12 | 4,3% |
| Receita de Serviç3os | 296,03 | - | 296,03 | 284,48 | - | 284,48 | 4,1% |
| Receita Patrimonial | 1,10 | - | 1,10 | 1,40 | - | 1,40 | -21,1% |
| Transfer3ncias Correntes | 0,50 | 0,50 | - | 11,00 | - | 11,00 | -95,5% |
| Outras Receitas Correntes | 92,29 | - | 92,29 | 79,90 | - | 79,90 | 15,5% |
| Receitas Intraorçament3rias de Capital | 7,51 | 0,05 | 7,46 | 10,29 | 0,000004 | 10,29 | -27,0% |
| Transfer3ncias de Capital | 0,05 | 0,05 | - | 1,39 | 0,000004 | 1,39 | -96,4% |
| Alienaç3o de Bens | - | - | - | 8,90 | - | 8,90 | -100,0% |
| Outras Receitas de Capital | 7,46 | - | 7,46 | - | - | - | 100,0% |
| TOTAL | 47.838,17 | 13.678,72 | 34.159,45 | 41.345,91 | 11.393,37 | 29.952,53 | 15,7% |

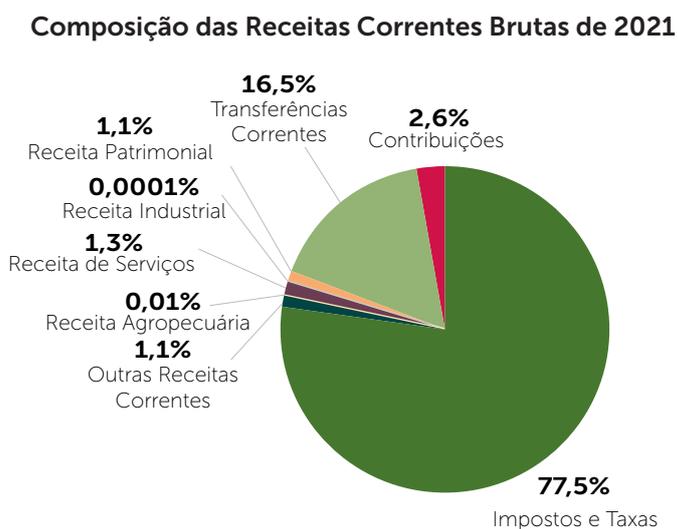
Em 2021 o Estado n3o captou recursos por meio de operaç3es de cr3dito

A receita bruta de 2021 cresceu 15,7%, e a receita l3quida 14%

Do valor arrecadado, as receitas tributárias correspondem a 74,5% da receita bruta total, e as transferências correntes equivalem a 15,8%, sendo, portanto, as principais fontes de receitas do Estado.

RECEITAS CORRENTES

Em 2021, a arrecadação bruta das receitas correntes foi de R\$ 45,95 bilhões, o que corresponde a 96,1% do total das receitas.



Na sequência serão detalhadas as receitas tributárias e as transferências correntes, principais origens de receitas correntes do Estado.

Receita Tributária

A maior arrecadação do Estado é de origem tributária, composta por impostos e taxas. Do total da receita tributária bruta arrecadada (R\$ 35,62 bilhões), R\$ 33,95 bilhões são provenientes de impostos (ICMS², IPVA³, IRRF⁴ e ITCMD⁵).

As taxas cobradas pelo Estado, sejam elas derivadas do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviços, somaram R\$ 1,67 bilhão.

Após todas as deduções, a receita tributária líquida foi de R\$ 22,45 bilhões.

O Estado de Santa Catarina encerrou o ano de 2021 com o maior índice de crescimento da arrecadação de impostos desde o início da série histórica em 2005.

2 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

3 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

4 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

5 Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.



Esse expressivo aumento na arrecadação  resultado de inúmeros fatores, sendo os principais a retomada da atividade econômica, o aumento da inflação e a melhoria da eficiência da administração tributária estadual, o que impulsiona um crescimento real da receita tributária acima da inflação e do PIB, sem majoração da alíquota de tributos. A melhoria contínua dos processos, a aplicação da inteligência e da tecnologia na fiscalização, a inovação na gestão, a automatização dos serviços e a modernização da legislação contribuem para que a arrecadação real se aproxime da arrecadação ideal, reduzindo a sonegação e promovendo a justiça fiscal.

Composição da Receita Tributária, incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa (R\$ milhões)

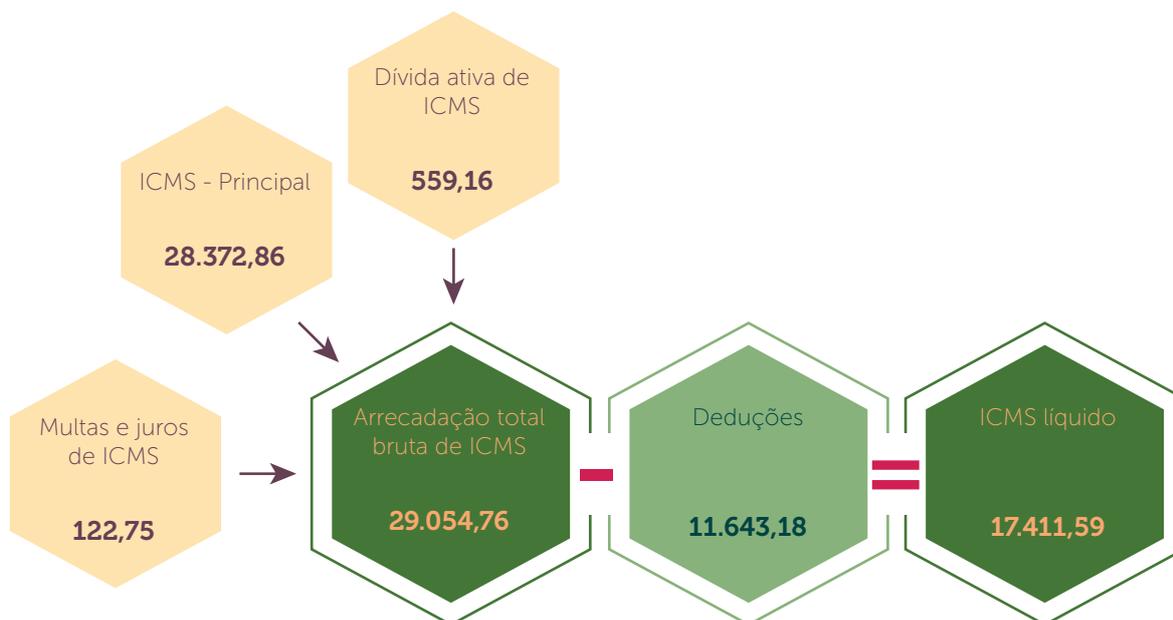
| Receita Tributária | 2021 | | 2020 | | Variação da Receita Bruta 2021/2020 | Variação da Receita Líquida 2021/2020 |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|
| | Receita Bruta | Receita Líquida | Receita Bruta | Receita Líquida | | |
| Impostos | 33.954,37 | 20.790,04 | 28.214,64 | 17.235,32 | 20,3% | 20,6% |
| ICMS | 29.054,76 | 17.411,59 | 23.959,56 | 14.331,08 | 21,3% | 21,5% |
| IRRF | 1.906,34 | 1.906,32 | 1.751,77 | 1.751,76 | 8,8% | 8,8% |
| IPVA | 2.301,99 | 920,34 | 2.122,29 | 848,67 | 8,5% | 8,4% |
| ITCMD | 691,28 | 551,79 | 381,02 | 303,81 | 81,4% | 81,6% |
| Taxas | 1.665,21 | 1.662,08 | 1.382,00 | 1.379,10 | 20,5% | 20,5% |
| Exercício do Poder de Polícia | 1.078,30 | 1.078,17 | 942,78 | 942,60 | 14,4% | 14,4% |
| Prestação de Serviços | 586,91 | 583,92 | 439,23 | 436,50 | 33,6% | 33,8% |
| TOTAL | 35.619,58 | 22.452,12 | 29.596,64 | 18.614,43 | 20,4% | 20,6% |

ICMS

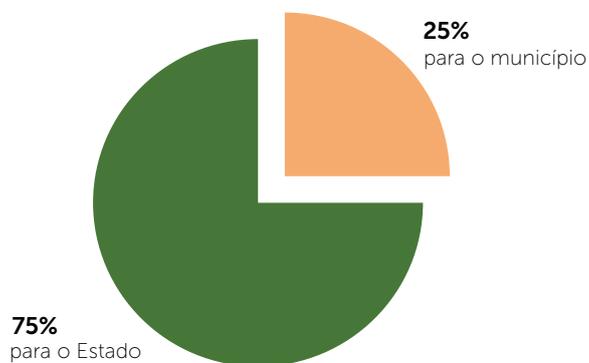
A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações Relativas  Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), somando-se  arrecadação com multas, juros e dívida ativa desse imposto, atingiu o montante de R\$ 29,05 bilhões em 2021, o equivalente a 60,7% da receita bruta total. Houve um incremento na arrecadação bruta de ICMS no valor de R\$ 5,10 bilhões (21,3%) quando comparado ao ano de 2020.



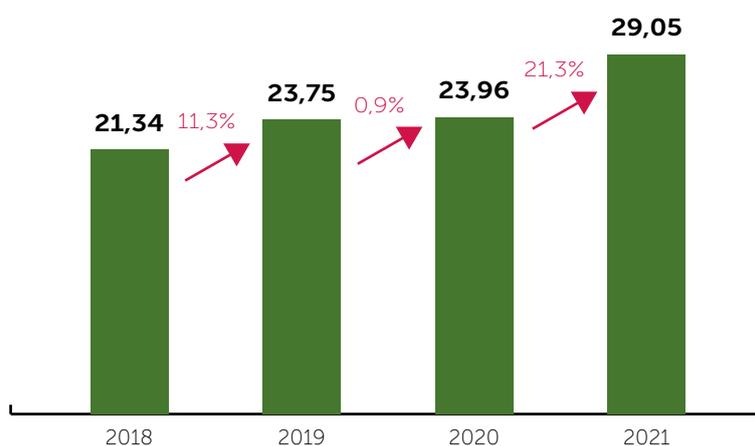
Arrecadação de ICMS em 2021 (R\$ milhões)



Do valor arrecadado com ICMS, 20% vão diretamente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que serve para redistribuição de recursos destinados à educação básica. Do valor restante (80% do que foi arrecadado), 75% ficam para o Estado, e 25% são divididos com os municípios catarinenses.

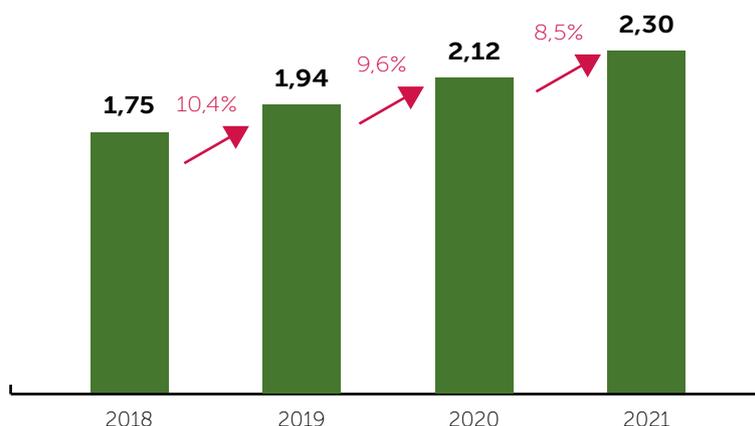


Evolução da Receita Bruta de ICMS (R\$ bilhões)

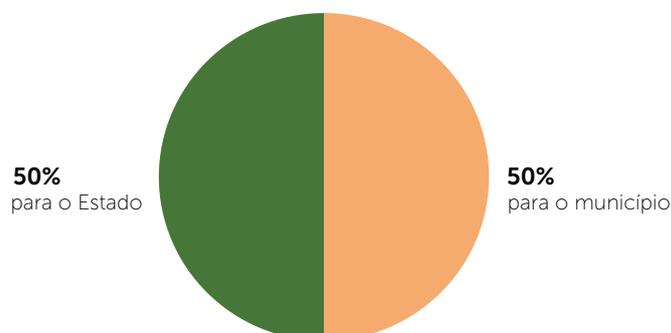


IPVA

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) foi o segundo imposto com a maior arrecadação bruta no ano de 2021 e totalizou R\$ 2,30 bilhões. Quando comparada ao ano anterior, a receita com o IPVA de Santa Catarina aumentou 8,5%.

Evolução da Receita Bruta de IPVA (R\$ bilhões)

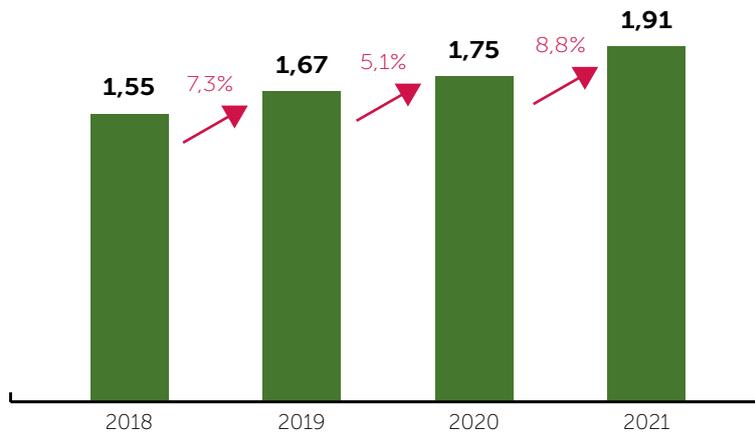
Do valor arrecadado com IPVA, 20% vo diretamente para o Fundeb, que financia a educação básica. Da diferença de 80% que resta da arrecadação com o imposto, metade fica com o Estado, e a outra metade  repassada para o município onde o veículo está licenciado.

**IRRF**

A arrecadação bruta do IRRF em 2021 chegou a R\$ 1,91 bilhão. Do total, R\$ 1,87 bilhão refere-se ao IRRF sobre rendimentos salariais retidos na fonte, e R\$ 31,98 milhões provm de retenções sobre serviços prestados.

De acordo com o artigo 157, inciso I, da Constituição Federal de 1988, pertence ao Estado o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF) quando incidir na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e manter.

Evolução da Receita Bruta de Imposto de Renda (R\$ bilhões)



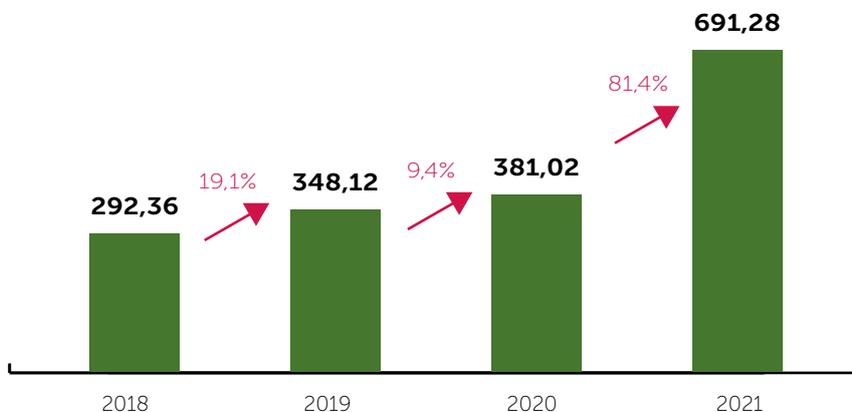
O acréscimo percentual desse imposto em relação a 2020 foi de 8,8%, representando 5,6% da receita total de impostos.

ITCMD

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança. Em 2021, esse imposto atingiu o montante de R\$ 691,28 milhões de arrecadação bruta, incluídos nesse valor as multas, os juros e a dívida ativa.

O valor arrecadado nesse ano foi 81,4% superior a 2020. A implementação da tabela FIPE para os imóveis como referência para a base de cálculo do ITCMD contribuiu para esse aumento expressivo de receita. Trata-se de uma forma de trabalho inédita entre as administrações tributárias do Brasil.

Evolução da Receita Bruta de ITCMD (R\$ milhões)



Taxas

Em 2021, a arrecadação bruta com as taxas, considerando a cobrança também de multas, juros e dívida ativa, foi de R\$ 1,67 bilhão (R\$ 1,38 bilhão em 2020), o equivalente a 4,7% da receita tributária bruta e 3,5% da receita bruta total. Em relação ao ano de 2020, a arrecadação com taxas cresceu 20,5%.

As principais taxas que figuram hoje na arrecadação estadual são provenientes do exercício do poder de polícia e da prestação de serviços públicos.

Composição da Receita Bruta Arrecadada com Taxas em 2021 (R\$ milhões)

| Taxa | Valor | % |
|---|-----------------|---------------|
| Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | 1.078,30 | 64,8% |
| Atos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão | 948,97 | 57,0% |
| Selos de Fiscalização de Atos Registrais | 61,99 | 3,7% |
| Taxa de Fiscalização Ambiental | 23,37 | 1,4% |
| Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Saneamento Básico | 9,16 | 0,6% |
| Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Gás Canalizado | 5,73 | 0,3% |
| Taxa de Fiscalização do Transporte Intermunicipal de Passageiros | 11,31 | 0,7% |
| Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal | 3,97 | 0,2% |
| Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | 13,80 | 0,8% |
| Taxas pela Prestação de Serviços | 586,91 | 35,2% |
| Taxas Judiciais | 230,18 | 13,8% |
| Taxas Extrajudiciais | 263,16 | 15,8% |
| Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental | 29,75 | 1,8% |
| Taxa de Registro Contrato de Veículo | 61,16 | 3,7% |
| Outras Taxas de Prestação de Serviços | 2,65 | 0,2% |
| TOTAL | 1.665,21 | 100,0% |

Transferências Correntes

As transferências correntes⁶ brutas (orçamentárias e intraorçamentárias) representaram 15,8% da receita bruta de 2021 e totalizaram R\$ 7,57 bilhões.

O valor bruto total das transferências recebidas por Santa Catarina em 2021 ficou muito próximo do valor recebido em 2020 (R\$ 7,37 bilhões). No entanto, houve uma redução significativa das transferências da União (18,4%), uma vez que em 2020 o Estado recebeu o auxílio financeiro do Governo Federal para enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, conforme previsto na Lei Complementar nº 173/2020 e na Medida Provisória nº 938/2020. Em 2021 não ocorreram auxílios financeiros dessa natureza.

Uma outra transferência que teve queda no ano de 2021 foi a CIDE, apresentando redução de 35,9%.

Entre as principais transferências correntes que tiveram acréscimo em 2021 destacam-se a Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais (20,1%), a Transferência para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (20,2%), a Cota-Parte do FPE (33,2%), a Cota-Parte do IPI (22,9%), além das receitas de convênios.

Outro montante representativo das transferências correntes provém do Fundeb, que totalizou R\$ 3,15 bilhões. Esse valor representa o retorno que Santa Catarina recebeu para aplicação na rede estadual de ensino e ficou acima em 24,9% do valor recebido em 2020 (R\$ 2,52 bilhões) em função do aumento da arrecadação estadual.

Cabe destacar também a transferência da União que o Estado começou a receber em 2021, oriunda da aplicação da Lei Complementar Federal nº 176/2020, como medida para compensar as perdas da Lei Kandir. No ano o valor recebido foi de R\$ 177,20 milhões, e a Lei prevê esse tipo de transferência obrigatória aos estados até 2037.

Quanto às Transferências Correntes de Instituições Privadas, 67,1% (R\$ 641,53 milhões) referem-se à fonte de recursos 0261 - Receitas FUNDOSOCIAL e 20,5% (R\$ 195,83 milhões) são provenientes da fonte 0265 - Manutenção do Ensino Superior.

⁶ As transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

Transfer3ncias Correntes (R\$ milh3es)

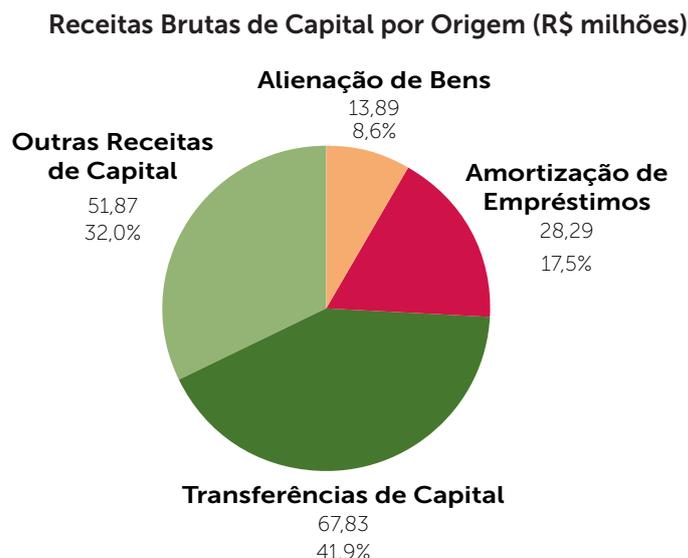
| Transfer3ncias Correntes | 2021 | | 2020 | | Variaç3o Bruta 2021/2020 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------------|
| | Valor Bruto | Valor L3quido | Valor Bruto | Valor L3quido | |
| INTERGOVERNAMENTAIS | 6.615,16 | 6.123,07 | 6.762,08 | 6.382,10 | -2,2% |
| Un3o | 3.458,42 | 2.966,33 | 4.236,41 | 3.856,43 | -18,4% |
| Cota-parte FPE | 1.593,43 | 1.274,75 | 1.196,32 | 957,06 | 33,2% |
| Cota-parte IPI | 411,32 | 246,79 | 334,56 | 200,73 | 22,9% |
| Cota-parte CIDE | 16,55 | 12,41 | 25,83 | 19,37 | -35,9% |
| Cota-parte IOF Ouro | 0,0001 | 0,0001 | - | - | 100,0% |
| Compensaç3o Financeira para Exploraç3o de Recursos Naturais | 27,31 | 25,67 | 22,73 | 22,73 | 20,1% |
| Transfer3ncias de Recursos – Sistema 3nico de Sa3de (SUS) | 795,20 | 792,09 | 808,81 | 808,38 | -1,7% |
| Transfer3ncias de Recursos – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaç3o (FNDE) | 353,61 | 353,61 | 294,18 | 294,18 | 20,2% |
| Transfer3ncias de Recursos – Fundo Nacional de Assist3ncia Social (FNAS) | 0,18 | 0,18 | 0,15 | 0,15 | 22,5% |
| Conv3nios | 44,98 | 44,98 | 28,28 | 28,07 | 59,0% |
| Outras Transfer3ncias | 215,84 | 215,84 | 1.525,54 | 1.525,54 | -85,9% |
| Munic3pios | 7,88 | 7,88 | 4,39 | 4,39 | 79,6% |
| Conv3nios – Munic3pios | 7,27 | 7,27 | 0,90 | 0,90 | 704,2% |
| Outras Transfer3ncias – Munic3pios | 0,61 | 0,61 | 3,48 | 3,48 | -82,5% |
| Multigovernamentais | 3.148,86 | 3.148,86 | 2.521,28 | 2.521,28 | 24,9% |
| Fundeb | 3.148,83 | 3.148,83 | 2.521,28 | 2.521,28 | 24,9% |
| Outras Instituiç3es P3blicas | 0,03 | 0,03 | - | - | 100,0% |
| INSTITUIÇ3ES PRIVADAS | 955,42 | 953,55 | 595,48 | 595,40 | 60,4% |
| Transfer3ncias Instituiç3es Privadas | 955,42 | 953,55 | 595,48 | 595,40 | 60,4% |
| PESSOAS | 0,13 | 0,13 | 0,43 | 0,43 | -69,6% |
| INTRAORÇAMENT3RIAS | 0,50 | - | 11,00 | 11,00 | -95,5% |
| TOTAL | 7.571,21 | 7.076,74 | 7.368,99 | 6.988,93 | 2,7% |

Do valor total recebido das transfer3ncias correntes (FPE, CIDE, IPI e ICMS – desoneraç3o), uma parte (R\$ 380,38 milh3es) 3 destinada aos munic3pios e ao Fundeb.

RECEITAS DE CAPITAL

As receitas orçamentárias de capital totalizaram R\$ 161,88 milhões em 2021, representando 0,5% do total da receita líquida realizada pelo Estado (R\$ 34,16 bilhões). Essas receitas diminuíram 55,3% quando comparadas ao exercício anterior, considerando a ausência de operações de crédito no exercício.

As receitas decorrentes de transferências de capital, de amortização de empréstimos concedidos e de depósitos de terceiros - EC nº 94/2016 (Outras Receitas de Capital) foram as principais origens das receitas de capital em 2021.



Do valor total de transferências de capital (R\$ 67,83 milhões), R\$ 63,38 milhões foram decorrentes de transferências da União, sendo que as transferências de convênios da União e de suas entidades representam 71,2% (R\$ 48,30 milhões). Já as outras receitas de capital, no valor de R\$ 51,87 milhões, são decorrentes de saques de depósitos judiciais de terceiros que têm por base a Emenda Constitucional nº 94/2016. Esse valor foi utilizado no pagamento de precatórios devidos pelo Estado.

PARTICIPAÇÃO DOS PODERES E ÓRGÃOS NAS RECEITAS DO ESTADO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estadual – Lei nº 17.966/2020 – estabeleceu limites percentuais para a fixação de despesas em relação à Receita Líquida Disponível (RLD)⁷ para a elaboração e execução do orçamento de 2021 dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Além disso, o Poder Executivo também deve efetuar repasses em montante equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) da RLD ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

⁷ A RLD é o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de: taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; transferências voluntárias ou doações recebidas; compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores; cota-parte do Salário-Educação; cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); e cota-parte da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundeb.

O valor repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2021 totalizou R\$ 4,96 bilhões com base na RLD apurada de dezembro de 2020 a novembro de 2021, valor 23,2% superior ao repassado em 2020.

Repases da Receita Líquida Disponível aos Poderes e Órgãos (R\$ milhões)

| Entidade | Percentuais de Distribuição da Receita Líquida Disponível | Repasso | |
|---|---|-----------------|-----------------|
| | | 2021 | 2020 |
| Tribunal de Justiça | 9,41% | 2.114,90 | 1.716,08 |
| Assembleia Legislativa | 4,34% | 975,42 | 791,47 |
| Ministério Público | 3,98% | 894,51 | 725,82 |
| Udesc | 2,49% | 559,63 | 454,09 |
| Tribunal de Contas | 1,66% | 373,09 | 302,73 |
| Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina | 0,17% | 38,21 | 31,00 |
| TOTAL | 22,05% | 4.955,74 | 4.021,20 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Lei nº 17.996/2020.

Dos valores repassados em 2021, foram devolvidos ao Estado R\$ 579,18 milhões a título específico de devolução de duodécimo, sendo R\$ 433,68 milhões por meio da Emenda Constitucional nº 109/2021. Segundo a predita Emenda, o saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma do caput do artigo 168 deve ser restituído ao caixa único do Tesouro do ente federativo, ou terá seu valor deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte (art. 168, §2º, da CF/88).

Valores Devolvidos de Duodécimo em 2021 (R\$ milhões)

| Órgão | Valor Devolvido |
|------------------------|-----------------|
| Assembleia Legislativa | 387,50 |
| Ministério Público | 114,42 |
| Tribunal de Justiça | 77,26 |
| TOTAL | 579,18 |

Os saldos financeiros do Tribunal de Contas (R\$ 95,36 milhões) e da Udesc (R\$ 141,22 milhões), por ocasião do art. 168, §2º, da Constituição Federal, foram restituídos ao Tesouro Estadual em janeiro de 2022.

DESPESAS

Em 2021, o valor autorizado para a execução das despesas foi de R\$ 39,39 bilhões, conforme as leis e os instrumentos que regem a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

Esse montante é composto pela despesa fixada inicialmente na LOA, no total de R\$ 31,75 bilhões, acrescidos dos créditos adicionais⁸ ao orçamento, no valor de R\$ 7,64 bilhões. Importante registrar que o montante dos créditos adicionais abertos engloba o deficit orçamentário previsto na LOA de R\$ 1,23 bilhão, referente às despesas com inativos do Fundo Financeiro do IPREV sem cobertura pelas receitas orçamentárias, registrado na conta de controle específica 8.9.9.9.1.03.01.01 - Deficit Orçamentário, conforme se pode verificar de forma detalhada na Nota Explicativa nº 40.

Destaca-se também que após a publicação da LOA foram aprovadas e sancionadas as emendas não impositivas, todavia, sem a atualização no texto da Lei, nos quadros e tabelas das dotações no Anexo I. Sendo assim, os valores das emendas impositivas foram incorporados à dotação inicial, conforme o quadro apresentado na sequência.

R\$ milhões

| Despesas | Demonstrativo das Despesas na LOA - Art. 4º | Dotação Inicial - SIGEF | Diferença |
|----------------------------|---|-------------------------|-----------------|
| Correntes | 26.672,38 | 26.527,08 | 145,30 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 16.687,63 | 16.687,63 | - |
| Juros e Encargos da Dívida | 969,79 | 969,79 | - |
| Outras Despesas Correntes | 9.014,95 | 8.869,65 | 145,30 |
| Capital | 5.075,72 | 5.221,02 | (145,30) |
| Investimentos | 2.551,23 | 2.706,53 | (155,30) |
| Inversões Financeiras | 414,10 | 404,10 | 10,00 |
| Amortização da Dívida | 2.110,39 | 2.110,39 | - |
| Reserva de Contingência | 1,00 | 1,00 | - |
| Deficit Orçamentário | 1.232,02 | - | 1.232,02 |
| TOTAL | 32.981,11 | 31.749,09 | 1.232,02 |

8 Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses créditos podem ser:

I – suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;

II – especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou

III – extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:

I – superavit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;

II – excesso de arrecadação;

III – operações de crédito; ou

IV – anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

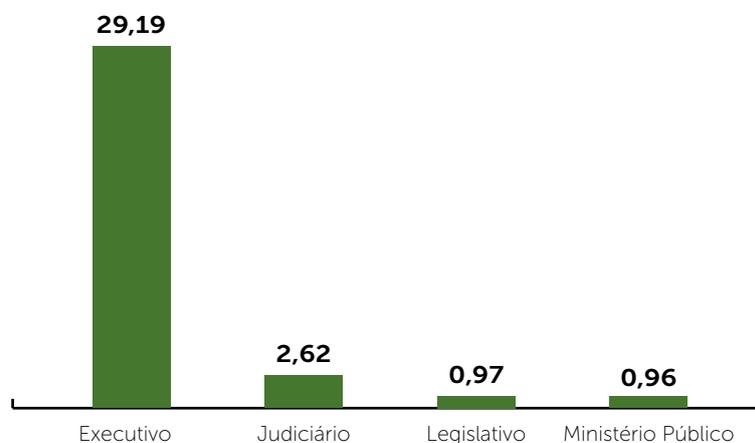
Abaixo, o comparativo entre a despesa autorizada e a executada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em 2021.

Despesa Autorizada x Despesa Executada em 2021 (R\$ milhões)

| Despesas | Fixada a | Créditos Adicionais b | Autorizada c = (a + b) | Execução d | % Executado d/c | % Composição da Despesa Total Executada |
|----------------------------|------------------|-----------------------------|---------------------------|------------------|--------------------|---|
| Correntes | 26.527,08 | 5.265,38 | 31.792,45 | 29.584,38 | 93,1% | 87,7% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 16.687,63 | 3.134,06 | 19.821,69 | 19.341,49 | 97,6% | 57,3% |
| Juros e Encargos da Dívida | 969,79 | (26,61) | 943,18 | 831,54 | 88,2% | 2,5% |
| Outras Despesas Correntes | 8.869,65 | 2.157,92 | 11.027,58 | 9.411,35 | 85,3% | 27,9% |
| Capital | 5.221,02 | 2.373,87 | 7.594,88 | 4.161,40 | 54,8% | 12,3% |
| Investimentos | 2.706,53 | 1.781,59 | 4.488,12 | 2.317,93 | 51,6% | 6,9% |
| Inversões Financeiras | 404,10 | (40,07) | 364,03 | 336,20 | 92,4% | 1,0% |
| Amortização da Dívida | 2.110,39 | 632,35 | 2.742,74 | 1.507,26 | 55,0% | 4,5% |
| Reserva de Contingência | 1,00 | - | 1,00 | - | 0,0% | - |
| TOTAL | 31.749,09 | 7.639,24 | 39.388,33 | 33.745,78 | 85,7% | 100,0% |

Do montante das despesas autorizadas no orçamento de Santa Catarina, foram executados 85,7%, o que equivale a R\$ 33,75 bilhões. Desse valor, o Poder Executivo aplicou R\$ 29,19 bilhões, e os demais Poderes e o Ministério Público R\$ 4,55 bilhões.

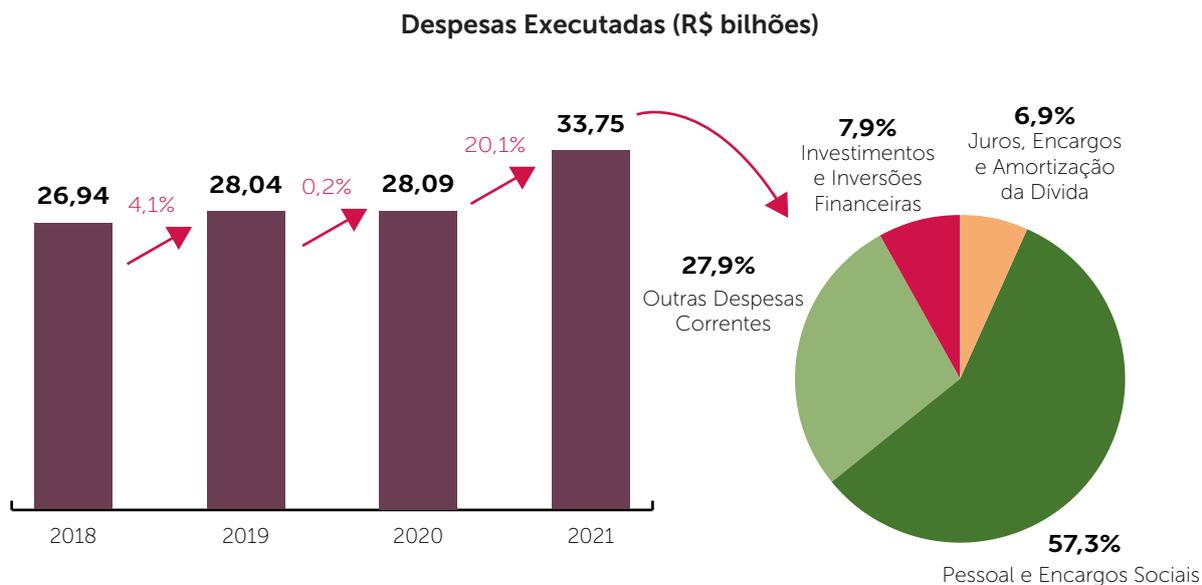
Despesas por Poder e Órgão (R\$ bilhões)



Do total da despesa executada consolidada (R\$ 33,75 bilhões), 57,3% referem-se a despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Foram destinados às despesas com a manutenção dos serviços públicos 27,9%, seja de forma direta ou por meio de transferências para outras instituições, públicas e privadas.

Os investimentos públicos⁹ somaram 7,9% do total das despesas do Estado no ano.

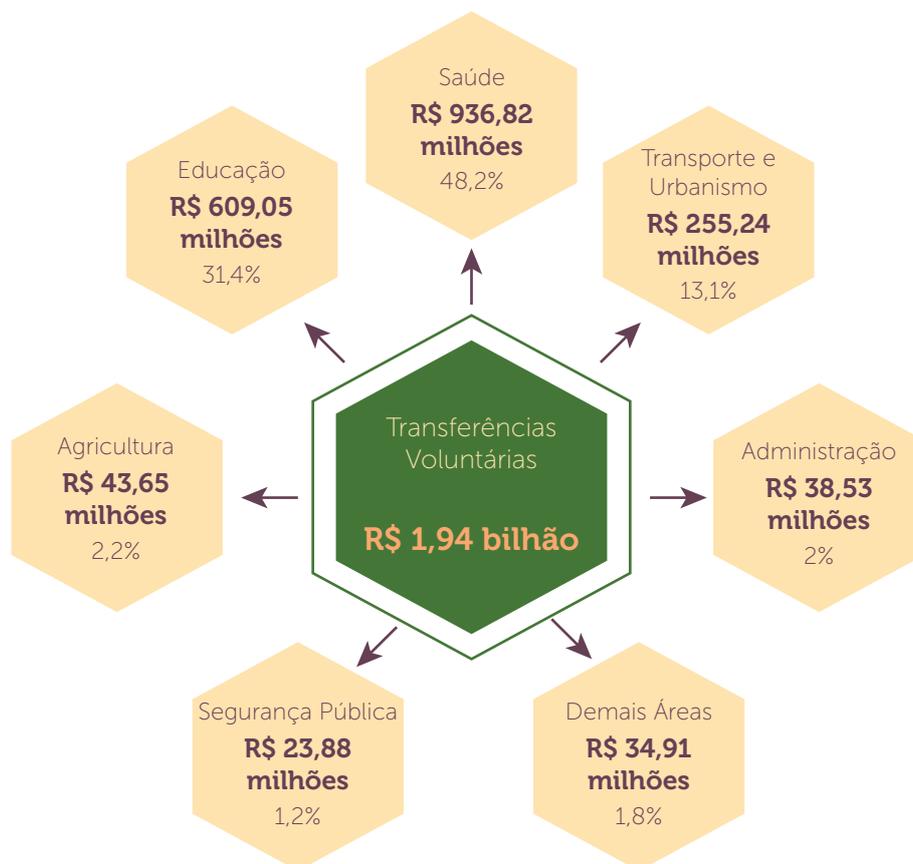
O valor da despesa total com a dívida pública chegou a 6,9%, sendo 64,4% referentes à amortização do valor principal e 35,6% referentes a juros e encargos de empréstimos tomados pelo Estado.



Do montante total das despesas, a soma de R\$ 1,94 bilhão foi executada por meio de transferências voluntárias¹⁰, realizadas pelo Estado para instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, incluindo as emendas impositivas no valor de R\$ 348,66 milhões. As transferências voluntárias representaram 5,8% da despesa executada (empenhada) em 2021.

⁹ Corresponde à soma das despesas de investimentos e inversões financeiras.

¹⁰ As Transferências Voluntárias são definidas no art. 25 da LRF como a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde. No entanto, embora as transferências de recursos para as entidades privadas sem fins lucrativos, denominadas Organizações não Governamentais (ONGs), não estejam inseridas no conceito legal da LRF, elas também são realizadas por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria.



Do total repassado pelo Estado nas modalidades de transferências voluntárias¹¹, que podem ser convênios ou instrumentos similares, R\$ 1,19 bilhão (61,5%) destinou-se a entidades sem fins lucrativos, e R\$ 747,28 milhões (38,5%) foram transferidos para os municípios.

Do valor de R\$ 936,82 milhões transferidos na função Saúde, 92% (R\$ 861,70 milhões) destinaram-se às entidades privadas sem fins lucrativos, tais como hospitais, fundações, institutos, associações hospitalares, entre outras, 8% (R\$ 74,78 milhões) foram para os municípios, e R\$ 0,34 milhão foi para o Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Esses recursos foram transferidos nas subfunções Assistência Hospitalar e Ambulatorial (R\$ 812,42 milhões) e Administração Geral (R\$ 124,40 milhões).

Além do valor das transferências voluntárias acima detalhado, em 2021 também foram pagos R\$ 50 milhões pelo cofinanciamento estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), valor este distribuído para todos os 295 municípios catarinenses, conforme detalhado na página 98 deste Balço. O repasse do cofinanciamento estadual do SUAS acontece na modalidade Fundo a Fundo, ou seja, diretamente do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de Assistência Social, e não está considerado no valor total de R\$ 1,94 bilhão de transferências voluntárias.

11 Foram consideradas as modalidades de aplicação 20 - Transferências à União, 40 - Transferências a municípios e 50 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

A análise das despesas por função apresenta quanto o Governo do Estado aplicou em suas áreas de atuação, como educação, saúde, segurança pública, entre outras, assim como na previdência social de seus servidores.

Despesa Executada por Área de Atuação Governamental

Despesa Total: 33,75 bilhões

(R\$ milhões)



PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

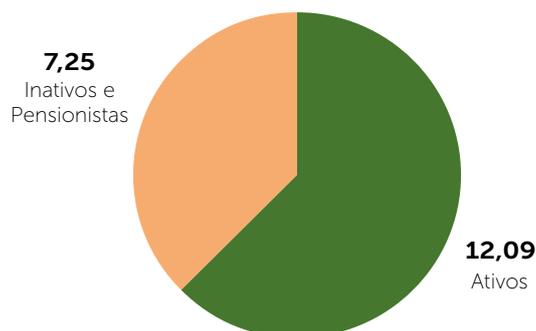
A maior e mais significativa despesa do Estado é com pessoal¹². Em 2021, esse valor representou 57,3% das despesas executadas e totalizou R\$ 19,34 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 10,1% em relação ao ano de 2020.

Do valor das despesas com pessoal e encargos sociais executado em 2021, R\$ 12,09 bilhões (62,5%) referem-se ao pessoal ativo, e R\$ 7,25 bilhões (37,5%) ao pessoal inativo e aos pensionistas.

É importante lembrar que o servidor público é o elo entre o Governo e a população, tornando-se parte fundamental para a organização política do Estado e para a execução das políticas públicas. Sem o servidor não existiria educação pública, pesquisas científicas, saúde pública, infraestrutura, serviços judiciários, arrecadação tributária para financiar os gastos públicos, entre inúmeros outros serviços oferecidos à população.

¹² São despesas com pessoal os gastos com ativos, inativos e pensionistas, classificados no grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais. Há ainda outros gastos relacionados à folha de pagamento, mas que, de acordo com as normas que regem a classificação da despesa no orçamento, são classificados como outras despesas correntes, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte próprio, plano de saúde, vale-transporte, etc.

Despesas com Pessoal em 2021 (R\$ bilhões)



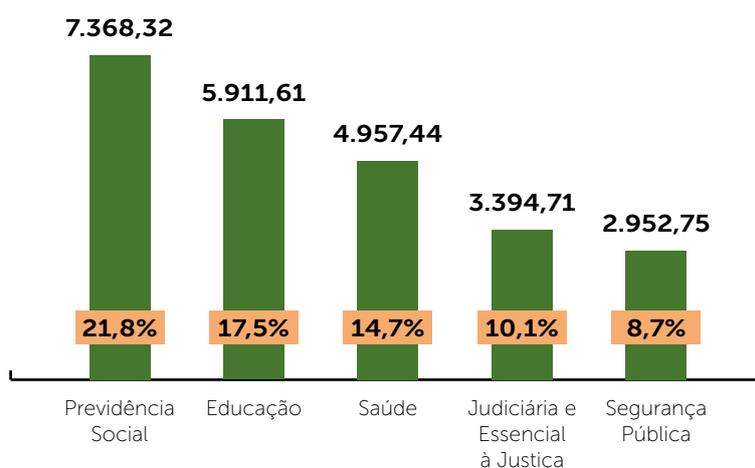
Nos últimos anos, o Regime de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS) e dos demais entes federativos vem apresentando um elevado valor de insuficiência financeira, e essa é uma das maiores limitações do Estado de Santa Catarina.

As despesas previdenciárias vêm crescendo ao longo dos anos pelo fato de grande parte dos servidores já usufruir de benefícios previdenciários e de outros já preencherem os requisitos de aposentadoria, o que tem agravado a situação financeira do Estado.

Com o objetivo de amenizar o impacto financeiro a longo prazo, em 2021 foi sancionada a Lei Complementar nº 773/2021, a qual trata da previdência dos servidores estaduais que integram o RPPS. As alterações visam o equilíbrio financeiro do regime e adequam as regras de concessão de benefícios previdenciários ao aumento da expectativa de vida, às relações de trabalho e à capacidade do Estado em honrar os pagamentos atuais e futuros dos servidores ativos e inativos.

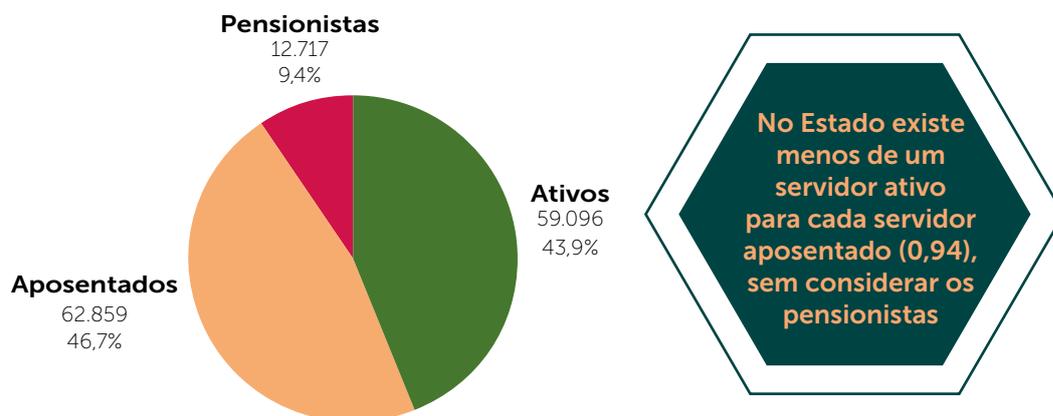
Para demonstrar a dimensão das despesas com inativos e pensionistas em relação a outras áreas de atendimento à sociedade, foram selecionadas as áreas com maiores gastos em 2021.

Despesas Previdenciárias x Despesas das Maiores Áreas de Atendimento à Sociedade (R\$ milhões)



Considerando-se o elevado número de servidores que já estão aposentados em Santa Catarina, conforme números apresentados no relatório atuarial de 2021, a proporção é de 0,94 servidor ativo para cada servidor aposentado, sem levar em conta os pensionistas, de acordo com o detalhamento a seguir.

Relação de Ativos para Inativos



As informações sobre o Resultado Previdenciário estão detalhadas no capítulo Indicadores Fiscais.

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A prestação dos serviços públicos só é possível a partir da existência dos servidores públicos (despesas com pessoal) e também das despesas com manutenção dos serviços públicos, as quais compreendem apoio administrativo, energia elétrica, consumo de água, telefone, material de consumo, locação de imóveis, etc., aplicados diretamente pelos órgãos e pelas entidades estaduais, ou por meio de transferências a instituições públicas e privadas.

Os gastos com a manutenção dos serviços públicos em 2021 foram de R\$ 9,41 bilhões e representaram 27,9% das despesas totais executadas.

Gastos com Manutenção dos Serviços Públicos por Função (R\$ milhões)

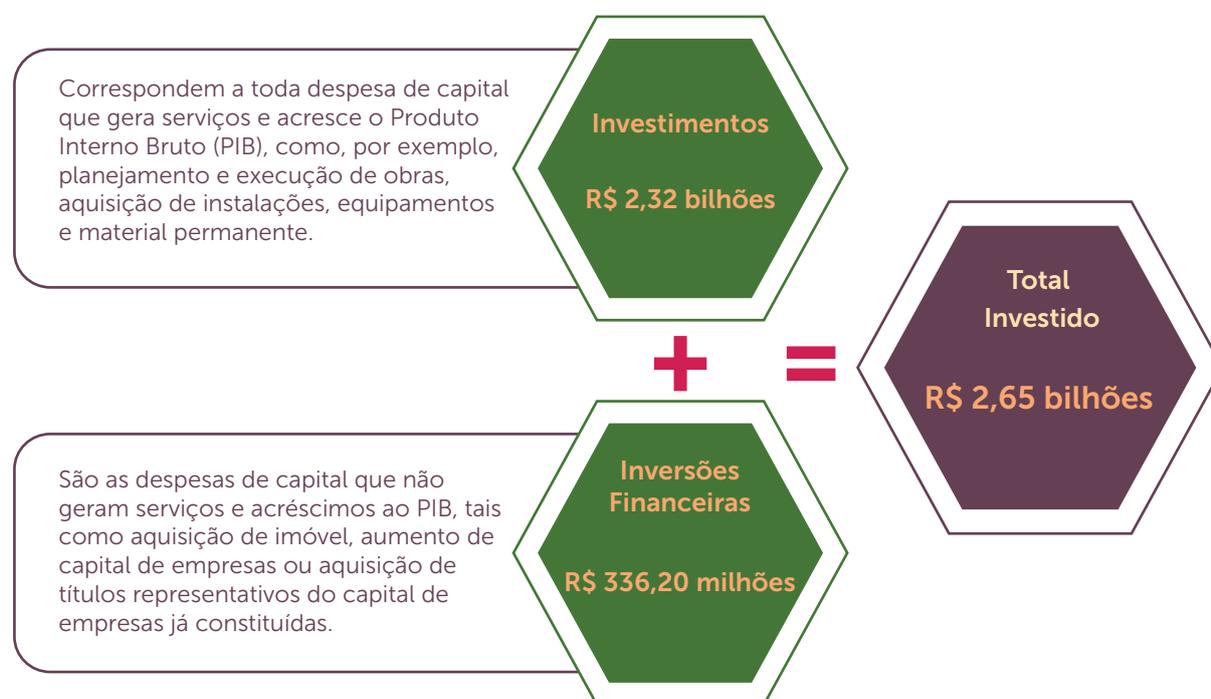
| Função | 2021 | 2020 | Varição |
|-----------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Saúde | 3.285,47 | 2.801,05 | ↑ 17,3% |
| Educação | 1.694,82 | 1.092,25 | ↑ 55,2% |
| Administração | 1.318,53 | 1.079,87 | ↑ 22,1% |
| Segurança Pública | 645,77 | 708,17 | ↓ -8,8% |
| Judiciária | 579,43 | 539,02 | ↑ 7,5% |
| Direitos da Cidadania | 460,51 | 467,80 | ↓ -1,6% |
| Encargos Especiais | 339,45 | 204,17 | ↑ 66,3% |
| Essencial à Justiça | 238,65 | 197,44 | ↑ 20,9% |
| Legislativa | 208,77 | 197,49 | ↑ 5,7% |
| Agricultura | 146,53 | 107,78 | ↑ 36,0% |
| Demais funções | 493,42 | 414,32 | ↑ 19,1% |
| TOTAL | 9.411,35 | 7.809,35 | ↑ 20,5% |

Do valor total das despesas com manutenç3o dos serviços p3blicos, 34,9% destinaram-se 3 funç3o Sa3de (R\$ 3,29 bilh3es), o que representa um acr3scimo de 17,3% quando comparado a 2020. O enfrentamento da pandemia de Covid-19 e a regionalizaç3o dos serviços de sa3de para que as pessoas pudessem ser tratadas em instituiç3es pr3ximas 3s suas resid3ncias foram algumas das aç3es do Governo nesse sentido.

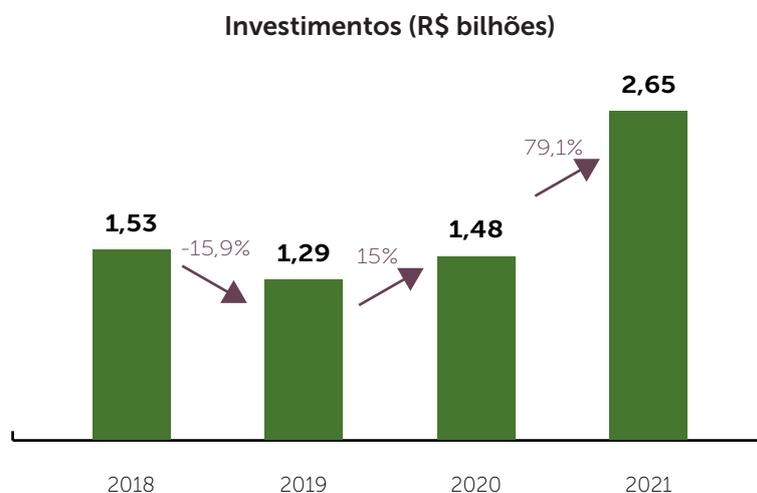
Destaque tamb3m para o aumento de 55,2% das despesas com a funç3o Educaç3o, que passaram de R\$ 1,09 bilh3o em 2020 para R\$ 1,69 bilh3o em 2021. A ampliaç3o das despesas de custeio nessa funç3o 3 reflexo dos investimentos em infraestrutura e tecnologia que objetivaram ampliar a qualificaç3o do ensino catarinense no atendimento a mais de 540 mil alunos da rede estadual, distribu3dos nas 1.064 unidades escolares do Estado.

INVESTIMENTOS

O ano de 2021 foi marcado pelos investimentos realizados em todo o Estado, totalizando R\$ 2,65 bilh3es, o que representa uma elevaç3o de 79,1% no que se refere a 2020.

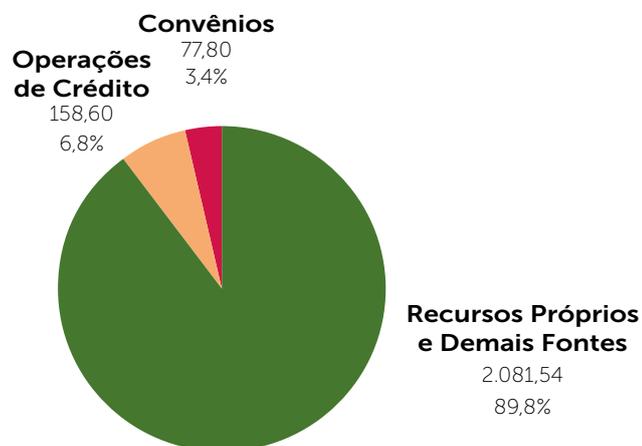


Esse valor representa 7,9% do total das despesas estaduais, o que é considerado um marco na história de Santa Catarina, principalmente porque grande parte dos investimentos foi realizada com recursos próprios.



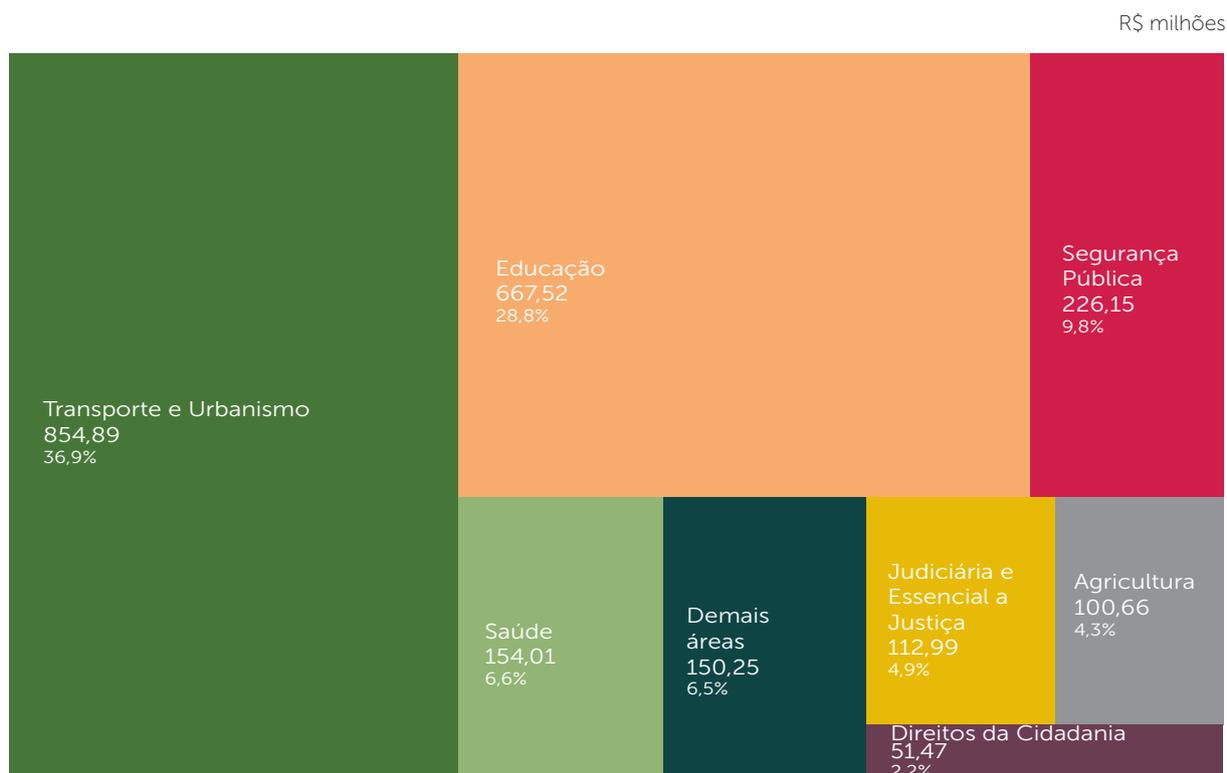
Não considerando as inversões financeiras, os investimentos do Estado em 2021 totalizaram R\$ 2,32 bilhões. Desse valor, 89,8% foram investimentos com recursos próprios, o equivalente a R\$ 2,08 bilhões. Os demais valores tiveram origem em operações de crédito contratadas em anos anteriores (R\$ 158,60 milhões) e em convênios (R\$ 77,80 milhões).

Origem dos Recursos Investidos em 2021 (R\$ milhões)



Do valor aplicado em investimentos públicos, a parcela mais significativa (32,2%) destina-se à área de transporte e urbanismo, a qual corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura do sistema de transporte do Estado. Os principais investimentos estaduais realizados em 2021 na referida área estão detalhados no capítulo Desempenho das Principais Áreas de Governo deste Balanço.

Investimentos de R\$ 2,32 bilhões em 2021

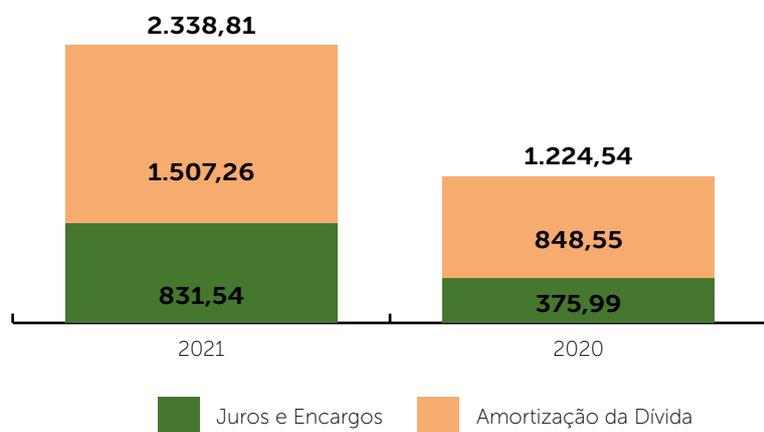


DÍVIDA PÚBLICA

No ano de 2021, o Estado retomou o pagamento da dívida pública, suspenso parcialmente em 2020, conforme autorização do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus previsto na Lei Complementar nº 173/2020. Tal suspensão ocasionou uma diminuição considerável no pagamento da dívida pública de Santa Catarina.

Em 2021, o valor da dívida pública pago foi de R\$ 2,34 bilhões (R\$ 1,22 bilhão em 2020). Desse valor, R\$ 1,51 bilhão (64,4%) refere-se à amortização da dívida, e R\$ 831,54 milhões (35,6%) referem-se aos juros e encargos.

Despesa com a Dívida Pública (R\$ milhões)

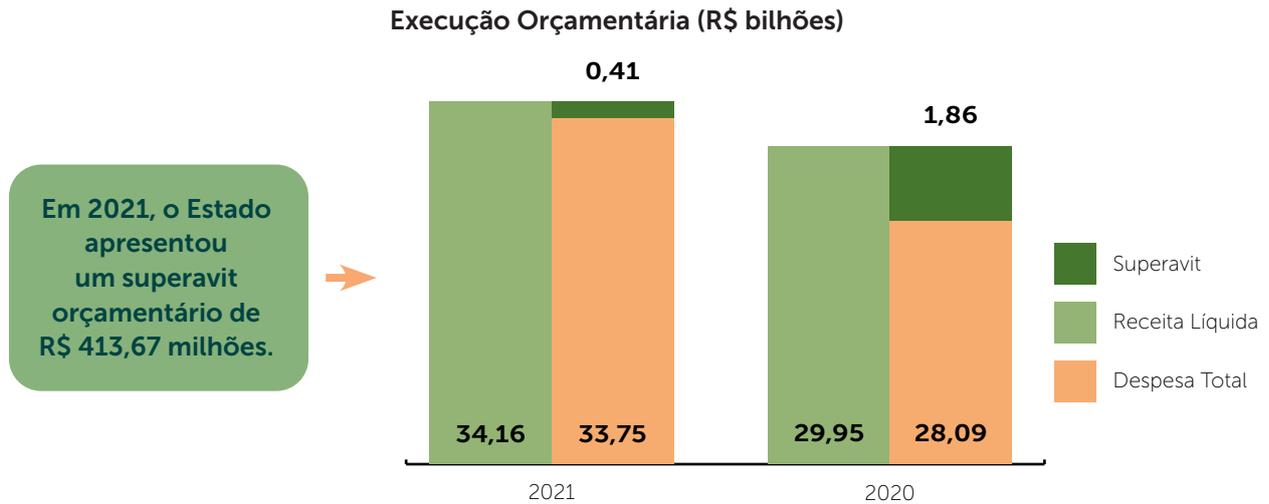


Em 2021 foram pagos R\$ 2,34 bilhões de dívida pública.

O valor corresponde a 6,9% da despesa total do Estado no ano.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

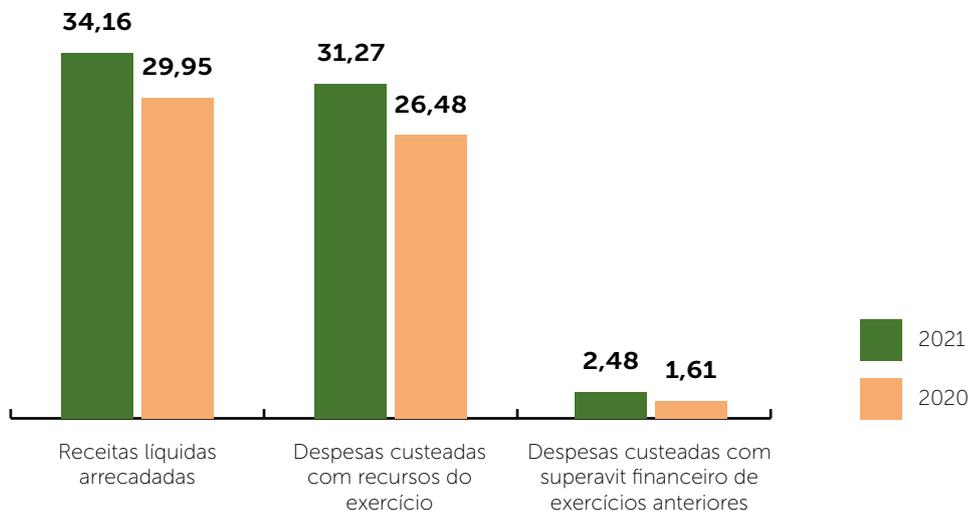
Considerando-se as receitas líquidas¹³ realizadas menos o total das despesas empenhadas em 2021, chega-se a um resultado da execução orçamentária superavitário na soma de R\$ 413,67 milhões. Isso indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período.



UTILIZAÇÃO DE RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2021, R\$ 2,48 bilhões do valor das despesas realizadas foram financiados com recursos do superavit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas no exercício financeiro de 2021 foi custeada com recursos que sobraram em caixa de exercícios passados. Essas sobras de caixa servem como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento estadual.

Despesas Custeadas com Recursos de Exercícios Anteriores e do Exercício de 2021 (R\$ bilhões)

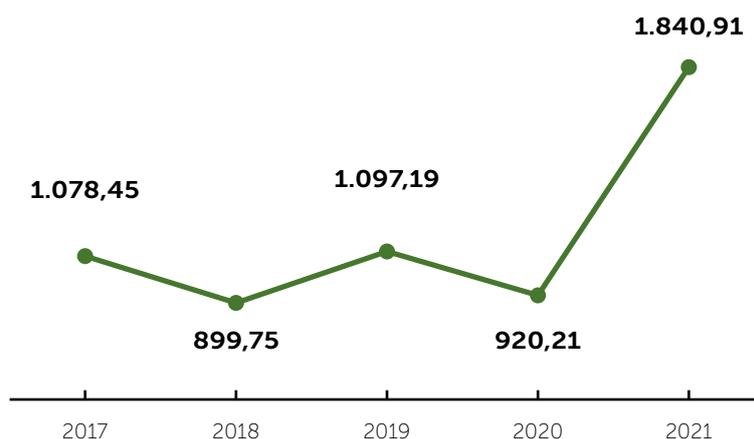


¹³ Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO DE 2021

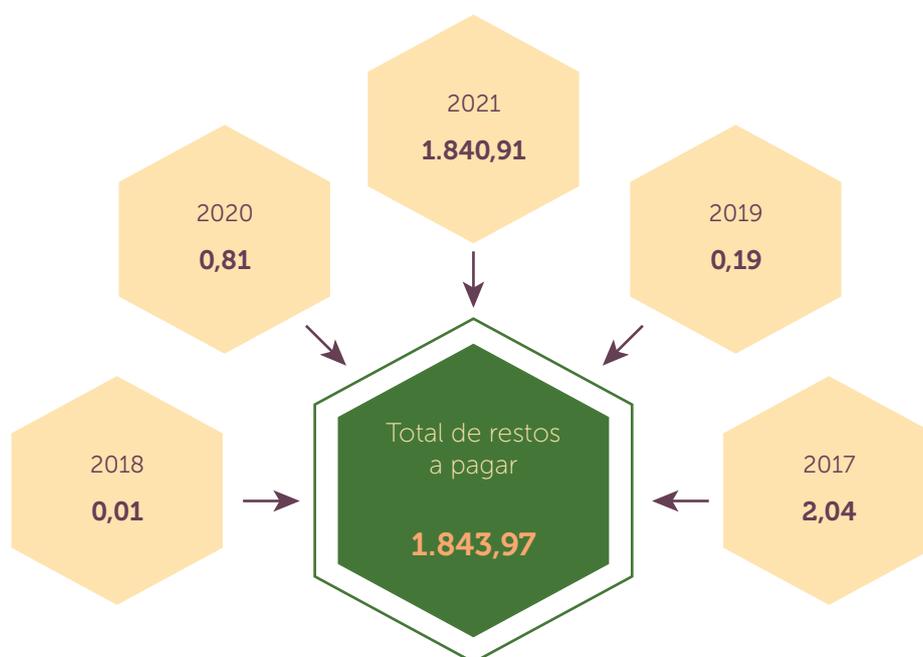
Ao final do exerc3cio de 2021, o Estado inscreveu em restos a pagar despesas no valor total de R\$ 1,84 bilh3o. Desse montante, R\$ 1,39 bilh3o (75,3%) enquadra-se como restos n3o processados, e R\$ 454,14 milh3es (24,7%) s3o restos processados. Os restos a pagar inscritos em 2021 correspondem a 5,5% da soma total das despesas executadas no ano.

Despesas n3o Pagas e Inscritas em Restos a Pagar¹⁴ (R\$ milh3es)



Al3m dos valores de 2021, tamb3m foram considerados os saldos de restos a pagar dos exerc3cios de 2017 a 2020, que somam R\$ 3,05 milh3es.

Composiç3o do Saldo Total de Restos a Pagar por Ano de Inscriç3o (R\$ milh3es)



Mais informaç3es sobre a inscriç3o de restos a pagar e sobre a disponibilidade de caixa s3o apresentadas no cap3tulo Indicadores Fiscais deste Balço.

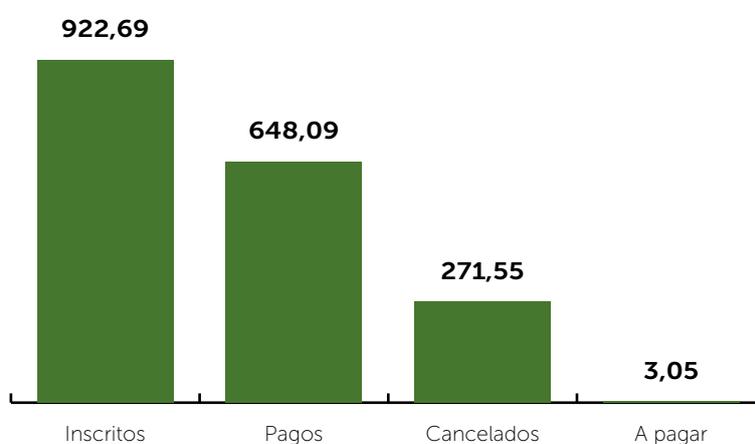
¹⁴ O valor das despesas n3o pagas e inscritas em restos a pagar n3o considera o saldo de restos a pagar de anos anteriores.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES – 2017 A 2020

Ao findar o exercício de 2020, o Estado inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 920,21 milhões, sendo R\$ 228,15 milhões processados (despesas liquidadas e não pagas no exercício) e R\$ 692,06 milhões não processados (despesas não liquidadas no exercício). Esse valor, somado ao saldo de restos a pagar processados inscritos nos anos de 2017 (R\$ 2,08 milhões), 2018 (R\$ 0,05 milhão) e 2019 (R\$ 0,35 milhão), totalizou R\$ 922,69 milhões.

Do valor total de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e executados no exercício de 2021, foram pagos R\$ 648,09 milhões e cancelados R\$ 271,55 milhões, restando R\$ 3,05 milhões a pagar.

Execução dos Restos a Pagar em 2021 (R\$ milhões)



Mais informações sobre a execução de restos a pagar em 2021 estão disponíveis no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Anexo 7, que integra o Volume 2 deste Balanço e demonstra os valores por Poder e Órgão.

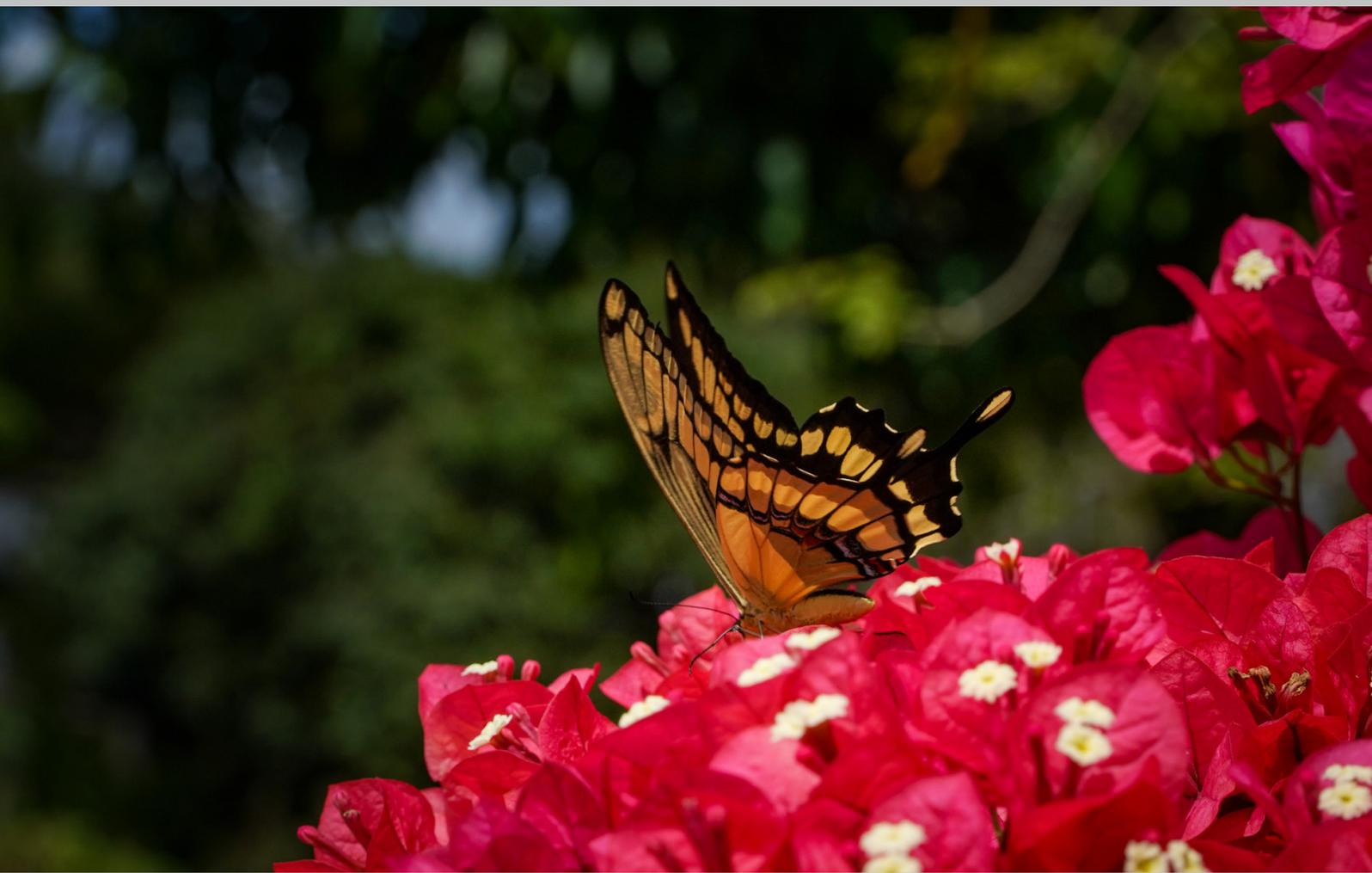


Foto: Ricardo Wolfenbüttel (Secom)



São Francisco do Sul
Foto: Gustavo Camargo



INDICADORES FISCAIS

INDICADORES FISCAIS

A retomada econômica catarinense, iniciada no terceiro trimestre de 2020, consolidou-se em 2021. De acordo com estimativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), o PIB catarinense alcançou uma alta de 9,8% nos 12 meses analisados até setembro de 2021, percentual que deve se confirmar como o maior do País. Além do crescimento do PIB, o saldo positivo de empresas abertas em Santa Catarina (21,4% a mais que em 2020), a excelente movimentação portuária (65,7 milhões de toneladas que representam um aumento de 26,8% em relação ao ano anterior, quase 5 vezes maior que a média nacional¹ (4,75%)) e o saldo acumulado de empregos (167.854) com o melhor resultado da série histórica do CAGED² corroboram a retomada econômica e ajudam a justificar o maior índice de crescimento (21,15%) de arrecadação de receitas tributárias próprias³ desde o início da série histórica em 2005.

Em 2021, a arrecadação de receitas tributárias próprias alcançou a marca de R\$ 33,70 bilhões, 21,15% a mais que em 2020. Além da retomada econômica, contribuíram para o crescimento histórico da arrecadação o aumento da inflação (10,06%)⁴ e a melhoria da eficiência da Administração Tributária do Estado, a qual torna possível um crescimento real da arrecadação de receita tributária acima da inflação e do PIB, sem majoração da alíquota de tributos. A constante busca pela melhoria dos processos, o uso da inteligência e tecnologia na fiscalização, inovação na gestão, automatização dos serviços e modernização da legislação fazem com que a arrecadação efetiva se aproxime da ideal, com redução dos níveis de sonegação, promovendo justiça fiscal.

A arrecadação de receitas tributárias próprias representa mais de 70% das receitas correntes totais arrecadadas pelo Estado, e o seu comportamento, portanto, influencia diretamente a Receita Corrente Líquida, a qual fechou 2021 com crescimento nominal de 15,60% em relação a 2020.

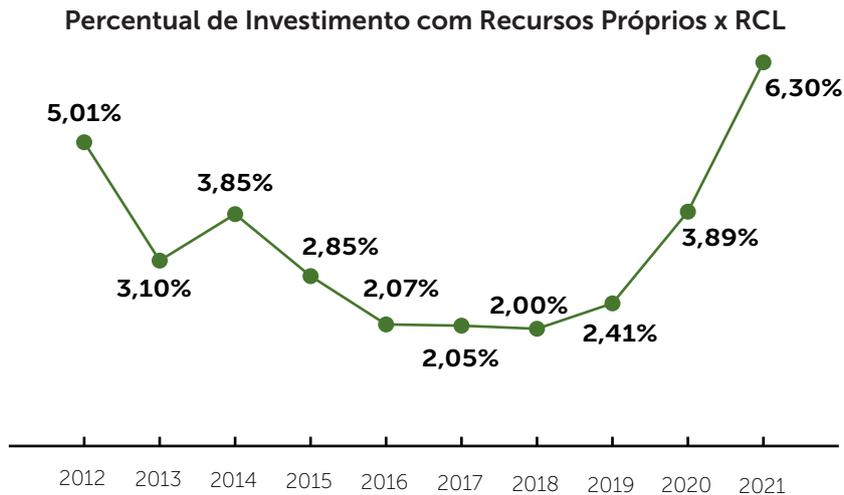
Soma-se ao crescimento da receita o controle rígido das despesas e das contas públicas ocorrido nos últimos anos, com destaque para o superavit financeiro das Fontes do Tesouro de 2020, no valor de R\$ 943,41 milhões. Essa combinação de fatores permitiu ao Governo do Estado a maior destinação de recursos próprios para investimentos dos últimos 10 anos. Em 2021 foi aplicado pelo Poder Executivo R\$ 1,96 bilhão, representando 6,30% da RCL.

1 Anuário ANTAC. Disponível em: <http://anuario.antaq.gov.br>. Acesso em: 18 fev. 2022.

2 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Série histórica obtida no site do Ministério do Trabalho e Previdência.

3 A Receita Tributária Própria corresponde à arrecadação do Imposto Sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço (ICMS), Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e taxas.

4 Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



O total de investimentos públicos com recursos próprios é um excelente indicativo de ajuste fiscal. No entanto, Santa Catarina ainda precisou desembolsar mais em 2021, com o pagamento do serviço da dívida (R\$ 2,34 bilhões) e com a cobertura da insuficiência financeira previdenciária⁵ (R\$ 4,80 bilhões) do que conseguiu investir.

O controle das contas públicas é evidenciado continuamente pela melhora dos indicadores fiscais desde 2019. Em 2021, todos os indicadores fiscais e mínimos constitucionais foram cumpridos, incluídas as emendas parlamentares e o limite máximo de 95% da relação entre despesas e receitas correntes, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional Federal nº 109/2021, o qual o Estado cumpriu com 86,42%.

Do mesmo modo, foram cumpridas as metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), e pela primeira vez desde a criação do indicador Capacidade de Pagamento (CAPAG⁶), Santa Catarina obteve nota B, o que torna o Estado elegível para contratar operações de crédito com a garantia da União. Ambos os indicadores, avaliados em 2021, correspondem aos resultados apurados no exercício de 2020.

No Volume 2 deste Balço Geral são apresentados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, nos quais é possível evidenciar e acompanhar os mínimos constitucionais em saúde e educação, além dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁷. Também estão disponíveis no Volume 2 os demonstrativos específicos de acompanhamento dos mínimos constitucionais e legais do Estado.

⁵ Aqui está incluído o valor da insuficiência financeira do Sistema de Proteção Social dos Militares.

⁶ A Capacidade de Pagamento (CAPAG) é um indicador criado pela Secretaria do Tesouro Nacional e tem como objetivo padronizar os critérios de avaliação dos entes federados que pleiteiam garantia ou aval da União, além de definir os níveis de exposição creditícia do Governo Federal a cada ente de acordo com sua situação fiscal e com uma estimativa de sua capacidade de honrar compromissos futuros. São três os indicadores econômico-financeiros considerados no cálculo da CAPAG: endividamento (Dívida Consolidada Bruta/RCL), poupança corrente (Despesa Corrente/Receita Corrente ajustada) e liquidez (obrigações financeiras/disponibilidade de caixa bruta).

⁷ Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios decorrentes de determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, as contribuições dos servidores públicos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas.

Em 2021, a RCL totalizou R\$ 31,05 bilhões, 13,7% acima da previsão da LOA e 15,60% a mais do que em 2020, enquanto que a inflação do período somou 10,06%.

Em valores nominais, as receitas correntes cresceram R\$ 6,65 bilhões no comparativo com 2020, sendo que desse total R\$ 5,88 bilhões (90,78%) correspondem às receitas tributárias próprias do Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e taxas).

Logicamente, a inflação contribuiu de forma direta para o aumento nominal da arrecadação, tendo em vista que o ICMS, principal tributo de Santa Catarina, incide sobre o valor adicionado de mercadorias e serviços. Desse modo, é natural que o aumento do preço reflita diretamente na arrecadação.

No entanto, é importante ressaltar que a cada ano a administração tributária fica mais eficiente em termos arrecadatórios, o que torna possível um crescimento real da receita tributária própria, acima da inflação e do PIB, sem majoração da alíquota de tributos.

A eficiência da administração tributária catarinense pode ser avaliada também por meio da arrecadação do Simples Nacional⁸. No ranking entre os estados, Santa Catarina ocupa a 6ª posição em termos de PIB e a 2ª posição no que se refere à arrecadação do Simples Nacional, perdendo apenas para São Paulo.

Para a verificação do cumprimento dos limites é utilizada a RCL efetivamente arrecadada, com alguns ajustes. Para o cálculo dos limites de endividamento são deduzidos os valores relativos às emendas individuais⁹, e para o cálculo do limite da despesa com pessoal, deduzem-se os valores relativos às emendas individuais e de bancada¹⁰.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2021

⁸ Todas as empresas do país enquadradas no Simples Nacional estão sujeitas à mesma forma de tributação (Lei Complementar nº 123/2006). Assim, eliminam-se quaisquer particularidades existentes nas legislações estaduais, permitindo o comparativo.

⁹ Constituição Federal, art. 166-A, § 1º.

¹⁰ Constituição Federal, art. 166, § 16.

DESPESA COM PESSOAL

Para fins de verificação do limite máximo, a LRF conceituou a despesa total com pessoal como o que se segue: o somatório dos gastos com quaisquer espécies remuneratórias de ativos, inativos e pensionistas, os contratos de terceirização relacionados à substituição de servidores ou empregados públicos, relativos ao mês em referência, bem como o somatório dos onze meses imediatamente anteriores, deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração.

Dessa forma, embora integrem o contracheque dos servidores e empregados públicos de empresas dependentes, não são consideradas, para fins de limite da LRF, as despesas de natureza indenizatória, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gastos do servidor ou empregado público em função do seu ofício, e os benefícios assistenciais, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte, plano de saúde, vale-transporte, etc.

O crescimento da RCL acima da inflação e os controles rígidos da despesa com pessoal, combinados com as proibições de aumento da despesa com pessoal imposta pelo art. 8º da LC nº 173/2020, impactaram na redução do percentual de comprometimento da RCL com as despesas com pessoal, que passaram de 54,24% em 2020 para 51,54% em 2021, no consolidado, e de 44,92% em 2020 para 43,14%, no Poder Executivo, estando inclusa nesse indicador a implantação, em 2021, da remuneração mínima garantida aos integrantes da carreira do magistério público estadual por meio da Emenda à Constituição do Estado nº 083/2021.

Representatividade das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida por Poderes e Órgãos com Poder de Autogoverno

| Especificação | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | Limite Legal | Limite Prudencial | Limite de Alerta |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------------|------------------|
| Poder Executivo | 43,14% | 44,92% | 45,75% | 48,76% | 49,00% | 46,55% | 44,10% |
| Defensoria Pública | 0,20% | 0,23% | 0,24% | 0,21% | - | - | - |
| Demais Órgãos | 42,94% | 44,69% | 45,51% | 48,55% | - | - | - |
| Poder Legislativo | 2,19% | 2,51% | 2,60% | 2,72% | 3,00% | 2,85% | 2,70% |
| Assembleia Legislativa | 1,46% | 1,70% | 1,77% | 1,88% | 2,10% | 2,00% | 1,89% |
| Tribunal de Contas | 0,73% | 0,81% | 0,83% | 0,84% | 0,90% | 0,85% | 0,81% |
| Poder Judiciário | 4,54% | 5,16% | 5,37% | 5,36% | 6,00% | 5,70% | 5,40% |
| Ministério Público | 1,67% | 1,65% | 1,73% | 1,65% | 2,00% | 1,90% | 1,80% |
| CONSOLIDADO GERAL | 51,54% | 54,24% | 55,45% | 58,49% | 60,00% | 57,00% | 54,00% |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA



A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada (DC) menos as disponibilidades de caixa bruta e equivalentes de caixa, representadas pelo somatório de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

A Resolução do Senado nº 40/2001 definiu o limite de 200% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida. Em 2021, o percentual da DCL sobre a RCL foi de 53,10%, quando em 2020 era de 70,85%.

Além do limite de endividamento, definido por Resolução do Senado, a Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que o Estado deve estabelecer no Anexo de Metas Fiscais¹¹, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, meta fiscal para o montante da dívida pública. Em 2021, a meta para a DC e para a DCL era de R\$ 24,54 bilhões e de R\$ 24,12 bilhões, respectivamente.

O valor apurado no encerramento do exercício para a DC foi de R\$ 22,97 bilhões e para a DCL foi de R\$ 16,48 bilhões, o que resultou no cumprimento das metas.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos através de financiamento, empréstimo ou mútuo. Todavia, o conceito da LRF é mais amplo, englobando as operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações de derivativos financeiros, inclusive as operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras.

Em 2021, Santa Catarina não captou recursos por meio de operações de crédito.

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo Estado na contratação de operações de créditos pelos garantidos.

O saldo de garantias concedidas pelo Estado de Santa Catarina ao final de 2021 foi de R\$ 1,68 bilhão, representando 5,42% da RCL e atendendo ao limite máximo de 22%¹². As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 1,78 bilhão ao final de 2021.

Essas garantias e contragarantias concedidas decorrem de contratos de financiamento firmados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Agence Française de Développement (AFD), sendo que esses contratos se referem a financiamentos para a realização de intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios de Santa Catarina. Inclui-se também um contrato de financiamento entre as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado a múltiplas obras para garantir a eficiência dos serviços prestados pela Celesc.

11 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, § 1º.

12 Resolução do Senado nº 43/2001, art. 9º.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA E INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Visando dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de recursos em caixa, bem como ao equilíbrio entre a inscrição em restos a pagar não processados e a disponibilidade de caixa, a LRF¹³ determinou a elaboração de demonstrativos anexos ao Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre. As informações são apresentadas no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Anexo 5 do RGF, por todos os Poderes e Órgãos com poder de autogoverno, além do demonstrativo consolidado.

O demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras, os restos a pagar processados e não processados, a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, assim como os recursos não vinculados.

A disponibilidade de caixa bruta é composta por ativos de alta liquidez, como caixa, bancos e aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa¹⁴. Já as obrigações financeiras são compostas por depósitos judiciais¹⁵, despesas sem empenho¹⁶ e consignações a pagar¹⁷, entre outras obrigações.

Apuração da Disponibilidade de Caixa Líquida (R\$ milhões)

| | 2021 | | 2020 | |
|---|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | Consolidado | Poder Executivo | Consolidado | Poder Executivo |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 13.363,67 | 5.628,02 | 11.070,88 | 4.184,94 |
| (-) Restos a Pagar | 1.843,96 | 1.680,96 | 922,69 | 831,33 |
| Processados inscritos | 454,14 | 452,95 | 228,15 | 224,32 |
| Não processados inscritos | 1.386,77 | 1.225,25 | 692,06 | 604,75 |
| Processados de anos anteriores | 3,05 | 2,76 | 2,48 | 2,26 |
| (-) Obrigações Financeiras | 6.948,63 | 439,31 | 6.316,09 | 250,92 |
| (=) Disponibilidade de Caixa Líquida | 4.571,08 | 3.507,75 | 3.832,10 | 3.102,69 |
| Recursos não vinculados | 2.304,10 | 1.902,25 | 1.888,10 | 1.590,22 |
| Recursos vinculados | 2.266,98 | 1.605,50 | 1.944,00 | 1.512,47 |

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2020 e 2021

A avaliação da suficiência de disponibilidade deve ser realizada por fonte de recursos vinculados e não vinculados versus as obrigações financeiras e os restos a pagar de cada fonte. Nesse ínterim, quando se compara a disponibilidade financeira detalhada por fontes de recursos com as obrigações financeiras e os restos a pagar, verifica-se a ocorrência de superavit financeiro em todas as fontes de

13 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 55, III.

14 Não foram considerados os valores dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS/SC, contabilizados nas contas contábeis 1.1.4.

15 Contabilizadas pelo Poder Judiciário na conta contábil 2.1.8.8.1.03.01 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (F).

16 Contabilizadas nas contas contábeis 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária (P), 2.1.3.1.1.01.01 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais (P) e 2.2.3.1.1.01 - Fornecedores Nacionais (P).

17 Contabilizadas na conta contábil 2.1.8.8.1.01 - Consignações (F).

recursos¹⁸, tanto do Poder Executivo quanto no Consolidado, com destaque para a disponibilidade de recursos não vinculados no exercício de 2021.

Dessa forma, descontando todas as obrigações financeiras a pagar, o Poder Executivo terminou 2021 com R\$ 3,51 bilhões em caixa, 13,06% a mais que em 2020. No consolidado, a disponibilidade de caixa líquida somou R\$ 4,57 bilhões, valor que é 19,28% superior ao do ano de 2020.

RESULTADO PRIMÁRIO



O resultado primário é um indicador fiscal que mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida. Trata-se do resultado obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias (não financeiras) de um dado período que impactam efetivamente a dívida do Estado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal reforçou a importância do resultado primário para o controle do endividamento e definiu que se o ente da Federação ultrapassar o respectivo limite de endividamento ao final de um quadrimestre, entre outras restrições, deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite.

A meta do resultado primário é estabelecida anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e utiliza, desde 2018, a metodologia "acima da linha", a qual se baseia no comportamento das receitas primárias e despesas primárias pagas (inclui restos a pagar pagos). Dessa forma, o resultado primário possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação, observada a continuidade do fluxo.

As receitas de operações de crédito, bem como os rendimentos de aplicações financeiras dessas fontes, não constituem receitas primárias, no entanto, de maneira geral, as despesas executadas com esses recursos constituem despesas primárias, o que pode colaborar, por vezes, para um resultado primário negativo. Em 2021 foram executadas despesas com recursos de operações de crédito no valor de R\$ 158,47 milhões.

O resultado primário apurado em 2021 foi de R\$ 3,65 bilhões, 169% maior do que a meta fiscal estabelecida, que era de R\$ 1,35 bilhão.

¹⁸ No demonstrativo publicado pelo Poder Executivo é evidenciado um saldo negativo de R\$ 79,68 milhões nos recursos vinculados ao RPPS, no entanto esse valor está coberto pelo saldo das aplicações financeiras contabilizadas do RPPS, as quais, conforme já mencionado, não compõem saldo da disponibilidade de caixa bruta.

RESULTADO NOMINAL



O resultado nominal é um indicador fiscal que mede a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos), metodologia conhecida como “acima da linha”. Esse resultado pode também ser obtido “abaixo da linha” pela comparação entre os estoques da DCL em momentos diferentes. A meta de resultado nominal determinada anualmente na LDO utiliza, desde 2018, a metodologia “acima da linha”.

O resultado nominal apurado em 2021 foi de R\$ 1,70 bilhão, 209% maior do que a meta fiscal estabelecida, que era de R\$ 551,34 milhões.

RECEITAS E DESPESAS

Além das metas de resultado primário e nominal e da Dívida Consolidada Líquida, a LRF¹⁹ também impôs a definição de metas para receitas e despesas.

A arrecadação líquida de Santa Catarina em 2021 foi de R\$ 34,16 bilhões, R\$ 2,41 bilhões a mais que a meta estabelecida. Já as despesas executadas somaram R\$ 33,75 bilhões, R\$ 2,00 bilhões a mais que a meta definida. Observa-se, portanto, um superavit orçamentário de R\$ 413,67 milhões.

Vale observar que no montante total de despesas executadas estão contidos R\$ 2,48 bilhões de despesas custeadas com superavit financeiro de exercícios anteriores, despesas estas não previstas na meta fiscal.

O detalhamento da execução orçamentária das receitas e despesas pode ser conferido no capítulo Gestão Orçamentária deste Balço Geral.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que as receitas e despesas previdenciárias deverão ser apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos²⁰, além de incluir um demonstrativo próprio²¹ no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com publicação bimestral.

O demonstrativo tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do Regime Previdenciário, além de evidenciar os repasses recebidos para cobertura de insuficiência financeira e deficit atuarial, quando houver.

Santa Catarina instituiu em 2008²² o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS/SC), de caráter contributivo, solidário e de filiação obrigatória a todos os servidores de cargo efetivo, neles incluídos os militares²³, os magistrados, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e os inativos.

19 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, § 1º.

20 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 50, inciso IV.

21 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 53, inciso II.

22 Lei Complementar nº 412/2008.

23 Lei Complementar nº 412/2008, art. 92.

Em dezembro de 2019 foi criado nacionalmente o Sistema de Proteção Social dos Militares²⁴ (SPSM), ao qual não se aplica a legislação do RPPS. No entanto, pode a unidade gestora do RPPS se responsabilizar pela gestão do SPSM, devendo as receitas e as despesas serem segregadas²⁵.

Assim, desde 2020, a unidade gestora do RPPS/SC, por meio do Fundo Financeiro, continuou a gerenciar e pagar as pensões militares e os inativos militares, bem como a arrecadar as receitas de contribuição sobre a remuneração dos militares ativos e inativos e sobre pensões militares.

Indicadores Previdenciários – Fundo em Capitalização (R\$ milhões)

| Indicadores | 2021 | 2020 | Variação 2021/2020 | |
|---------------------------------------|------------|------------|--------------------|--------|
| | Executado | Executado | Valor | % |
| Receita Previdenciária | 2.359,71 | 2.227,46 | 132,25 | 5,94% |
| Despesa Previdenciária (empenhada) | 5.824,15 | 5.588,79 | 235,36 | 4,21% |
| Resultado Previdenciário | (3.464,44) | (3.361,33) | 103,11 | 3,07% |
| Cobertura da Insuficiência Financeira | 3.418,30 | 3.422,81 | (4,51) | -0,13% |

Indicadores Previdenciários – Sistema de Proteção Social dos Militares (R\$ milhões)

| Indicadores | 2021 | 2020 | Variação 2021/2020 | |
|---|------------|------------|--------------------|--------|
| | Executado | Executado | Valor | % |
| Receita de Contribuição dos Militares | 241,32 | 208,74 | 32,58 | 15,61% |
| Despesa com Inativos e Pensionistas Militares (empenhada) | 1.623,06 | 1.534,19 | 88,87 | 5,79% |
| Resultado do SPSM | (1.381,74) | (1.325,45) | 56,29 | 4,25% |
| Cobertura da Insuficiência Financeira | 1.368,50 | 1.305,33 | 63,17 | 4,84% |

Em 2021, o RPPS/SC recebeu, a título de cobertura da insuficiência financeira, o valor total de R\$ 4,80 bilhões, 1,24% a mais que em 2020.

Também em 2021 foi sancionada uma nova Reforma da Previdência do Estado²⁶, a qual, entre diversas alterações, principalmente no que se refere à concessão dos benefícios previdenciários, alterou a base de cálculo da contribuição previdenciária do servidor inativo e dos pensionistas, com alíquota de contribuição de 14%. Os impactos financeiros dessa alteração nas contas públicas, em especial na cobertura da insuficiência financeira do RPPS/SC, passarão a ser visualizados mais precisamente a partir de 2022, pois a lei entrou em vigor em novembro de 2021. No entanto, já é possível fazer um comparativo entre as receitas de contribuição do servidor arrecadadas pelo RPPS/SC nos três últimos meses dos anos de 2020 e 2021.

24 Lei Federal nº 6.880/1980, art. 50-A, incluído pela Lei nº 13.954/2019.

25 Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 05/2020, art. 18, § 2º.

26 Lei Complementar nº 773/2021, que alterou a Lei Complementar nº 412/2008.

Comparativo da Arrecadação da Contribuição do Servidor Inativo e Pensionista – Fundo em Capitalização (R\$ milhões)

| Mês da Arrecadação | 2021 | 2020 | Variação 2021/2020 | |
|--------------------|-------|-------|--------------------|---------|
| | | | Valor | % |
| Outubro | 15,86 | 15,80 | 0,06 | 0,40% |
| Novembro | 38,09 | 17,36 | 20,73 | 119,41% |
| Dezembro | 87,36 | 30,85 | 56,51 | 183,19% |

LIMITES CONSTITUCIONAIS FEDERAIS

A Constituição Federal determina aplicações mínimas para saúde²⁷ (12%) e educação²⁸ (25%), e limite máximo para a relação entre despesas e receitas correntes (95%)²⁹.

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS

Para verificar a aplicação dos mínimos constitucionais em saúde e educação, utiliza-se como parâmetro a Receita Resultante de Impostos (RRI).

A RRI soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas.

No exercício de 2021, a RRI foi de R\$ 27,44 bilhões, 21,44% a mais que em 2020.

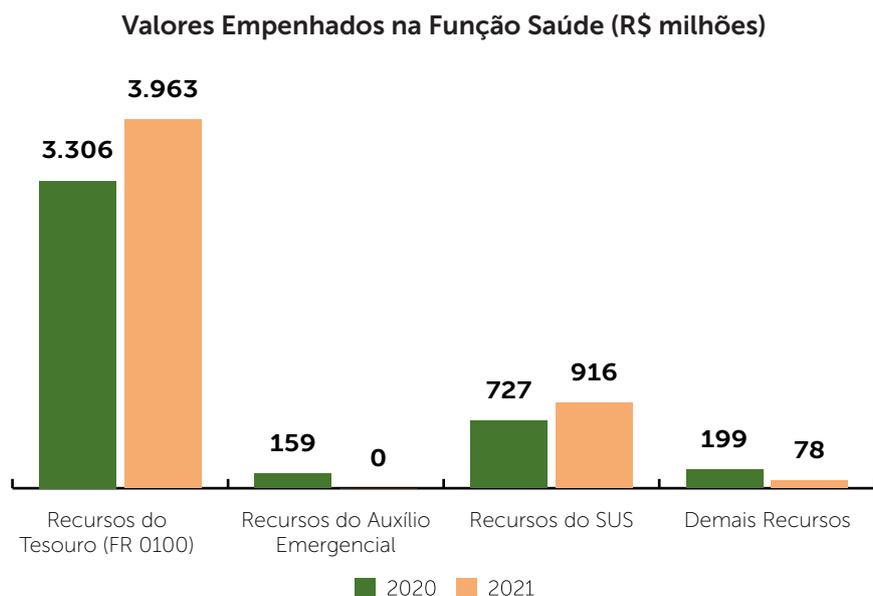
SAÚDE

Em 2021, Santa Catarina aplicou em saúde R\$ 4,96 bilhões, 12,87% a mais que em 2020. No entanto, para fins de verificação do mínimo constitucional em saúde, são consideradas apenas as despesas executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União, ou seja, fonte 0.100 - Recursos Ordinários do Tesouro, deduzidas aquelas despesas inscritas em restos a pagar não processados sem suficiente disponibilidade de caixa. Dessa forma, os recursos recebidos do SUS e demais recursos vinculados à saúde não contam para fins de cumprimento do mínimo constitucional.

27 Constituição Federal, art. 198, § 3º.

28 Constituição Federal, art. 212.

29 Constituição Federal, art. 167-A.



Para fins de verificação do mínimo constitucional em saúde foram considerados R\$ 3,96 bilhões (valores empenhados na fonte 0.100³⁰), R\$ 670,83 milhões a mais que o mínimo exigido, o que representa 14,45% da RRI.

Todas as despesas executadas na função Saúde e não pagas no exercício foram inscritas em restos a pagar com a suficiente disponibilidade de caixa.



EDUCAÇÃO

Em 2021, Santa Catarina aplicou (empenhou) em educação R\$ 5,91 bilhões, 45,88% a mais que em 2020.

No ano houve a valorização dos profissionais da educação, com destaque para a remuneração mínima garantida aos profissionais do magistério, aprovada em 2021 por meio da Emenda Constitucional nº 83/2021, com efeitos a partir de fevereiro e pagamento a partir do mês de agosto de 2021.

Além disso, o Estado obteve um resultado negativo nas transferências ao Fundeb no valor de R\$ 1,96 bilhão.

³⁰ Lei Complementar Federal nº 141/2012, art. 24, incisos I e II.

Para fins de verificaço do mínimo constitucional em educaço são consideradas as despesas com manutenço e desenvolvimento do ensino executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União, ou seja, fonte 0.100 - Recursos Ordinários do Tesouro, e as despesas executadas com recursos do Fundo de Manutenço e Desenvolvimento da Educaço Básica e de Valorizaço dos Profissionais da Educaço (Fundeb), acrescido o resultado líquido das transferências do Fundeb³¹. Dessa forma, os recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educaço (FNDE) e demais recursos vinculados à educaço não contam para fins de cumprimento do mínimo constitucional.

Aplicaço em Manutenço e Desenvolvimento do Ensino (MDE) por Fonte de Recursos (R\$ milhões)

| Fonte de Recurso | Empenhado | Liquidado | Pago |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| Despesas na fonte Tesouro | 2.326,76 | 2.182,83 | 1.923,28 |
| Despesas na fonte Fundeb | 3.232,35 | 3.227,98 | 3.218,24 |
| Resultado Líquido das Transferências do Fundeb | 1.957,21 | 1.957,21 | 1.957,21 |
| DESPESAS CONSIDERADAS EM MDE | 7.516,32 | 7.368,02 | 7.098,73 |
| % DA RRI | 27,40% | 26,85% | 25,87% |

A partir de 2021, com a promulgaço da Emenda Constitucional não 108/2020, ficou vedado o uso dos recursos destinados à aplicaço do mínimo constitucional de 25% para pagamento de aposentadorias e pensões. Dessa forma, para fins de verificaço do mínimo constitucional em educaço foram consideradas as despesas empenhadas no valor de R\$ 7,52 bilhões, o que representou 27,40% da RRI.

Todas as despesas executadas na funço Educaço e não pagas no exercício foram inscritas em restos a pagar com a suficiente disponibilidade de caixa.



RELAÇO DESPESAS E RECEITAS CORRENTES

Instituido pela Emenda Constitucional não 109, de 2021, este indicador mede a relaço entre despesas e receitas correntes, a qual não deve ser superior a 95%. Constitui-se, portanto, em uma nova regra fiscal  medida que incentiva o controle dos gastos públicos.

³¹ Refere-se à diferença entre o valor transferido ao Fundeb e o valor recebido deste fundo, comumente chamada de "perda do Fundeb". Em 2021 foram repassados R\$ 5,11 bilhões e recebidos R\$ 3,15 bilhões.

Em 2021, Santa Catarina permaneceu de abril a novembro abaixo do limite de alerta (85%). A relação foi impactada principalmente pelo crescimento da receita corrente maior que o crescimento da despesa corrente. No mês de dezembro, a relação ficou em 86,42%.

Para o acompanhamento bimestral do limite máximo são consideradas as despesas correntes liquidadas nos últimos 12 (doze) meses e as despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, referentes ao mês de dezembro que integra esses 12 meses. A base móvel dos últimos 12 (doze) meses também é aplicada às receitas correntes. O Tribunal de Contas Estadual é responsável por apurar e atestar o percentual da relação entre despesas e receita correntes. Essa apuração coincide com a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS CATARINENSES

A Constituição do Estado de Santa Catarina, além de confirmar os limites mínimos para saúde e educação estabelecidos pela Constituição Federal, determinou mínimos para educação superior³² (5% do mínimo constitucional para educação), ciência e tecnologia³³ (2% das receitas correntes) e emendas individuais parlamentares³⁴ (1% da Receita Corrente Líquida prevista).

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Santa Catarina deve prover, anualmente, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino³⁵. Ou seja, 1,25% da RRI.

Faz-se necessário esclarecer que a Constituição Estadual determina o valor que deve ser aplicado (5% do mínimo constitucional) sem vincular esse valor a nenhuma fonte de receita.

Em 2021, Santa Catarina destinou R\$ 360,52 milhões à assistência financeira dos alunos de educação superior, 34,41% a mais que em 2020, e R\$ 92,29 milhões a mais que o mínimo exigido constitucionalmente, representando 1,31% da Receita Resultante de Impostos.

Recursos Destinados à Assistência Financeira dos Alunos de Educação Superior (art. 170 da CE) (R\$ milhões)

| Fonte de Recurso | Valor Empenhado |
|--|-----------------|
| Despesas na fonte Tesouro | 329,23 |
| Despesas na fonte Fumdes | 31,29 |
| DESPESAS CONSIDERADAS (ART. 170 CE) | 360,52 |
| % DA RRI | 1,31% |

32 Constituição Estadual, art. 170.

33 Constituição Estadual, art. 193.

34 Constituição Estadual, art. 120, §§ 9º e 10º.

35 Constituição Estadual, art. 170, regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº 281/2005.

Destaca-se que, além desses recursos de assistência financeira a estudantes de instituições de educação superior, Santa Catarina mantém a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

A Udesc é uma instituição pública de educação, sem fins lucrativos, que possui dependência do Estado. Mensalmente são repassados pelo Tesouro Estadual duodécimos³⁶. Em 2021 foram repassados R\$ 559,63 milhões.

Ainda em relação ao ensino superior, a Constituição de Santa Catarina (CE), no seu art. 171, determina que as empresas privadas que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do poder público estadual deverão apoiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino superior na forma da lei³⁷. Observa-se, portanto, que a Constituição Estadual, para o art. 171, não definiu nenhum mínimo a ser aplicado anualmente.

A Lei Complementar Estadual, que regulamentou o art. 171 da CE, com obviedade também não o fez. O que a legislação regulamentou foi a forma de apoio, que se dará por intermédio de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para os alunos que se enquadrarem nos critérios por ela estabelecidos, e para isso instituiu o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (Fumdes).

Deve-se, portanto, assegurar que os recursos destinados ao Fumdes sejam aplicados efetivamente nas bolsas de estudos, garantindo recursos financeiros ao longo de todo o período necessário à conclusão dos estudos bem como das pesquisas e extensões universitárias.

Em 2021, o Fumdes recebeu das empresas privadas R\$ 175,97 milhões, executou despesas no valor de R\$ 76,78 milhões, inscrevendo R\$ 5,81 milhões em restos a pagar não processados, e pagou R\$ 6,19 milhões de restos a pagar inscritos em 2020, fechando o ano com R\$ 151,25 milhões de saldo na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CE, ART. 193)



No mínimo 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicados em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta³⁸, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional foram considerados os valores executados pela Epagri e pela FAPESC, incluindo aqueles valores descentralizados por elas, deduzidos os restos a pagar de 2020 cancelados em 2021.

Na apuração da base de cálculo são consideradas as receitas correntes líquidas, valor que em 2021 foi de R\$ 32,28 bilhões. Desse total, deduz-se o valor da desvinculação de receita³⁹, resultando, portanto, no valor a aplicar de R\$ 451,87 milhões.

36 Constituição Estadual, art. 39, e Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 17.996/2020, art. 26, inciso V.

37 Lei Complementar Estadual nº 407/2008.

38 Lei Complementar Estadual nº 741/2019, art. 66, § 1º, e art. 81, § 3º.

39 Decreto Estadual nº 812/2020, art. 2º, § 3º.

Foram aplicados em pesquisa científica e tecnológica R\$ 487,06 milhões, o que representa 2,16% das receitas correntes arrecadadas e 7,79% a mais que o mínimo exigido.

EMENDAS INDIVIDUAIS DE PARLAMENTARES (CE, ART. 120, § 9º, E ART. 120-C)

As emendas individuais de parlamentares ao projeto da LOA, também chamadas de emendas impositivas, são aprovadas no limite de 1% da Receita Corrente Líquida prevista no projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, conforme estabelecido na Constituição Catarinense.

A RCL prevista no projeto da LOA 2021 foi de R\$ 27,31 bilhões. Para 2021, a LOA aprovou dotação inicial de R\$ 515,99 milhões, consignada em seis subações orçamentárias: 14.203 - Emendas parlamentares impositivas do Fundam (R\$ 128,78 milhões); 14.227 - Emendas parlamentares impositivas da Educação (R\$ 112,14 milhões); 14.240 - Emendas parlamentares impositivas da Saúde (R\$ 178,69 milhões); 15.097 - Emendas parlamentares impositivas da Agricultura (R\$ 22,86 milhões); 15.098 - Emendas parlamentares impositivas da Infraestrutura e Mobilidade (R\$ 59,01 milhões); e 15.100 - Emendas parlamentares impositivas da Segurança Pública (R\$ 14,51 milhões). No entanto, o Parlamento catarinense apresentou emendas no montante de R\$ 409,99 milhões⁴⁰, conforme demonstrado na parte 5 da LOA, Emendas Parlamentares - Detalhamento.

A Constituição Estadual definiu que a execução orçamentária e financeira das emendas impositivas é obrigatória, salvo em casos de impedimento técnico para tal⁴¹. Em 2021 foram empenhados R\$ 379,93 milhões nas seis subações destinadas à execução das emendas parlamentares, R\$ 136,06 milhões a menos que o orçamento inicial.

A Emenda Constitucional nº 78/2020 trouxe regramento para as emendas parlamentares impositivas destinadas aos municípios catarinenses ao incluir o artigo 120-C da Constituição Estadual, o qual determina que, a partir da Lei Orçamentária Anual de 2018, as emendas parlamentares impositivas⁴² serão consideradas transferências especiais⁴³, dispensando a celebração de convênio e a apresentação de plano de trabalho ou de instrumento congênere, devendo ser pagas diretamente aos municípios até o final de cada exercício financeiro.

O art. 120-C da Constituição Estadual também deu prazo para que as emendas parlamentares impositivas destinadas aos municípios nas Leis Orçamentárias Anuais de 2018 e 2019 fossem integralmente repassadas até o final do exercício financeiro de 2021 e 2020, respectivamente.

Em 2021, o Poder Executivo repassou aos municípios catarinenses, por meio de transferências especiais, R\$ 295,92 milhões referentes às emendas parlamentares dos anos de 2021, 2020 e 2018. Foram R\$ 295,37 milhões para 1.601 emendas do exercício de 2021⁴⁴, R\$ 0,40 milhão para três emendas do exercício de 2020⁴⁵ e R\$ 0,15 milhão para uma emenda do exercício de 2018 enquadrada na função Educação⁴⁶.

40 O montante original de emendas constante na parte 5 da LOA foi de R\$ 410,01 milhões. No entanto, a Lei nº 18.260, de 17 de novembro de 2021, alterou emendas parlamentares impositivas constantes do Anexo I da Lei nº 18.055, de 2020, uma vez que foram apresentadas com impedimento de ordem técnica insuperável. A Emenda nº 2.276, no montante inicial de R\$ 2,97 milhões, foi desmembrada em 19 emendas, totalizando R\$ 2,95 milhões.

41 Constituição Estadual, art. 120, §§ 10 e 11.

42 Constituição Estadual, art. 120, § 9º.

43 Nos termos que dispõe o inciso I do art. 166-A da Constituição Federal.

44 Do total de transferências especiais do exercício de 2021, 5 emendas (R\$ 1,62 milhão) foram canceladas.

45 Emendas constantes do Anexo I da Lei nº 17.875, de 26 de dezembro de 2019, classificadas como impedimento de ordem técnica, alteradas pela Lei nº 18.260, de 17 de novembro de 2021. As demais transferências especiais foram integralmente repassadas no exercício financeiro de 2020.

46 Considerando a inclusão dos Anexos IV e VI da Lei Estadual nº 18.033/2020, no Anexo I da Lei Estadual nº 17.875/2019, em substituição parcial das emendas parlamentares impositivas anexas à Lei nº 17.447/2017. As demais transferências especiais de 2018 e todas as transferências especiais de 2019 foram integralmente repassadas no exercício financeiro de 2020.

Dessa forma, Santa Catarina atendeu o compromisso estabelecido com o Parlamento catarinense de repassar aos municípios, no ano de 2021, os recursos destinados às emendas parlamentares impositivas consideradas transferências especiais.

No site da Secretaria de Estado da Fazenda⁴⁷, é possível acompanhar, de forma detalhada, a execução de todas as emendas parlamentares impositivas por exercício (2018 a 2021), considerando as transferências para municípios, entidades, consórcios ou aplicações diretas realizadas por meio de instrumentos de transferências voluntárias (convênios) ou transferências especiais. Nos painéis constam os dados das emendas (autor, município, esfera de aplicação etc.) e o detalhamento dos pagamentos (valores instituídos na LOA, valores pagos, pagamentos parciais, valores a pagar e emendas não executadas por impedimento técnico ou canceladas).

EDUCAÇÃO ESPECIAL (LEI Nº 13.334/2005, ART. 8, § 1º)

Santa Catarina deve repassar, anualmente, às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) situadas em território catarinense 16,7% da contribuição de pessoas jurídicas contribuintes do ICMS ao FundoSocial⁴⁸, compensados em conta gráfica até o limite de 6% do imposto devido, na forma regulamentada pela Lei nº 17.172/2017⁴⁹. Essa lei estabeleceu que o valor a ser repassado anualmente não poderá ser inferior ao valor obtido pela média dos valores repassados nos anos de 2014, 2015 e 2016, atualizado todos os anos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com cobertura financeira do Tesouro Estadual caso a receita do FundoSocial seja inexistente ou insuficiente.

A média dos valores repassados nos anos de 2014, 2015 e 2016 corresponde ao valor nominal de R\$ 27,04 milhões, que atualizado passa para R\$ 34,61 milhões em dezembro de 2021.

A receita líquida da conta gráfica ICMS FundoSocial⁵⁰ em 2021 foi de R\$ 7,00 milhões. Aplicando-se as deduções e o percentual legal a esse valor, prevalece a média atualizada dos repasses para fins de mínimo anual.

O valor repassado⁵¹ às APAEs em 2021 foi de R\$ 65,24 milhões, R\$ 30,63 milhões a mais que o mínimo legal exigido.

47 Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/servicos/assunto/88/Emendas_Parlamentares_Estaduais.

48 Lei Estadual nº 13.334/2005, art. 8º, § 1º, II.

49 A Lei Estadual nº 17.172/2017 incluiu o § 6º na Lei nº 13.334/2005, com a citada regulamentação.

50 Natureza de receita 1.1.1.8.02.11.11 - ICMS - FundoSocial Estadual.

51 Conforme as subações orçamentárias nº 11.097 - Apoio financeiro às APAEs e nº 14.118 - Cooperação Técnico-Pedagógica com APAEs.



Município de Frei Rogério
Foto: Ricardo Wollfenbüttel



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2021

R\$ milhares

| Receitas Orçamentárias | Nota Explicativa | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (b) | Receitas Realizadas (c) | Saldo d = (c - b) |
|--|------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 41 | 30.058.081 | 30.058.081 | 33.990.325 | 3.932.244 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 20.649.542 | 20.649.542 | 22.452.120 | 1.802.578 |
| Receitas de Contribuições | | 2.347.208 | 2.347.208 | 2.520.752 | 173.544 |
| Receita Patrimonial | | 247.919 | 247.919 | 477.622 | 229.704 |
| Receita Agropecuária | | 1.458 | 1.458 | 2.531 | 1.073 |
| Receita Industrial | | 23 | 23 | 49 | 26 |
| Receita de Serviços | | 790.258 | 790.258 | 881.090 | 90.831 |
| Transferências Correntes | | 5.571.104 | 5.571.104 | 7.076.743 | 1.505.639 |
| Outras Receitas Correntes | | 450.569 | 450.569 | 579.417 | 128.848 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 41 | 1.691.011 | 1.691.011 | 169.123 | (1.521.888) |
| Operações de Crédito | | 1.545.662 | 1.545.662 | - | (1.545.662) |
| Alienação de Bens | | 23.649 | 23.649 | 13.893 | (9.756) |
| Amortização de Empréstimos | | 28.999 | 28.999 | 28.274 | (724) |
| Transferências de Capital | | 87.701 | 87.701 | 67.627 | (20.074) |
| Outras Receitas de Capital | | 5.000 | 5.000 | 59.329 | 54.329 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | | 31.749.092 | 31.749.092 | 34.159.448 | 2.410.356 |
| Operações de Crédito/Refinanciamento (IV) | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Internas | | - | - | - | - |
| Mobiliária | | - | - | - | - |
| Contratual | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Externas | | - | - | - | - |
| Mobiliária | | - | - | - | - |
| Contratual | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | | 31.749.092 | 31.749.092 | 34.159.448 | 2.410.356 |
| DEFICIT (VI) | | - | - | - | - |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | | 31.749.092 | 31.749.092 | 34.159.448 | 2.410.356 |
| Saldos de Exercícios Anteriores | | - | 3.926.645 | 2.475.843 | - |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores | | - | - | - | - |
| Superavit Financeiro | 42 | - | 3.926.645 | 2.475.843 | - |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | - | - | - | - |

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2021

R\$ milhares

| Despesas Orçamentárias | Nota Explicativa | Dotação Inicial (e) | Dotação Atualizada (f) | Despesas Empenhadas (g) | Despesas Liquidadas (h) | Despesas Pagas (i) | Saldo da Dotação (j) = (f - g) |
|---|------------------|---------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------------------|
| Despesas Correntes (VIII) | 41 | 26.527.075 | 31.792.452 | 29.584.379 | 28.735.809 | 28.534.523 | 2.208.073 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 16.687.630 | 19.821.691 | 19.341.487 | 19.334.233 | 19.272.209 | 480.204 |
| Juros e Encargos da Dívida | | 969.792 | 943.183 | 831.542 | 831.542 | 831.542 | 111.642 |
| Outras Despesas Correntes | | 8.869.653 | 11.027.578 | 9.411.350 | 8.570.035 | 8.430.772 | 1.616.228 |
| Despesas de Capital (IX) | 41 | 5.221.017 | 7.594.882 | 4.161.396 | 3.623.199 | 3.370.340 | 3.433.486 |
| Investimentos | | 2.706.528 | 4.488.119 | 2.317.933 | 1.779.895 | 1.527.037 | 2.170.186 |
| Inversões Financeiras | | 404.101 | 364.026 | 336.199 | 336.039 | 336.039 | 27.828 |
| Amortização da Dívida | | 2.110.388 | 2.742.736 | 1.507.265 | 1.507.265 | 1.507.265 | 1.235.472 |
| Reserva de Contingência (X) | | 1.000 | 1.000 | - | - | - | 1.000 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X) | | 31.749.092 | 39.388.334 | 33.745.775 | 32.359.008 | 31.904.863 | 5.642.559 |
| Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII) | | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) | | 31.749.092 | 39.388.334 | 33.745.775 | 32.359.008 | 31.904.863 | 5.642.559 |
| SUPERAVIT (XIV) | 38-43 | - | - | 413.673 | - | - | - |
| TOTAL (XV) = (XIII + XIV) | | 31.749.092 | 39.388.334 | 34.159.448 | 32.359.008 | 31.904.863 | 5.642.559 |
| RESERVA DO RPPS | | - | - | - | - | - | - |

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2021

Execução dos Restos a Pagar não Processados

R\$ milhares

| Restos a Pagar não Processados | Inscritos | | Liquidados (c) | Pagos (d) | Cancelados (e) | Saldo a Pagar (f) = (a + b - d - e) |
|--------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|--|
| | Em exercícios anteriores (a) | Em 31 de dezembro de 2020 (b) | | | | |
| Despesas Correntes | - | 561.737 | 351.713 | 351.635 | 210.024 | 78 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | 3.082 | 1.314 | 1.314 | 1.768 | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | - | 558.655 | 350.399 | 350.321 | 208.255 | 78 |
| Despesas de Capital | - | 130.320 | 69.125 | 69.125 | 61.195 | - |
| Investimentos | - | 128.374 | 67.259 | 67.259 | 61.115 | - |
| Inversões Financeiras | - | 1.946 | 1.866 | 1.866 | 80 | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | - | 692.057 | 420.838 | 420.760 | 271.219 | 78 |

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2021

Execução dos Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

| Restos a Pagar Processados | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo a Pagar (e) = (a + b - c - d) |
|----------------------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------|-------------------|--|
| | Em exercícios anteriores (a) | Em 31 de dezembro de 2020 (b) | | | |
| Despesas Correntes | 2.467 | 220.018 | 219.402 | 127 | 2.956 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 167 | 60.212 | 60.141 | - | 237 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 2.300 | 159.806 | 159.261 | 127 | 2.718 |
| Despesas de Capital | 11 | 8.134 | 7.924 | 200 | 21 |
| Investimentos | 11 | 8.056 | 7.846 | 200 | 21 |
| Inversões Financeiras | - | 79 | 79 | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 2.478 | 228.152 | 227.326 | 327 | 2.976 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO FINANCEIRO

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

| Ingressos | Nota Explicativa | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|--|------------------|-------------------------|-------------------------|
| Receita Orçamentária (I) | | 34.159.448 | 29.952.534 |
| Ordinária | | 24.287.000 | 20.074.891 |
| Vinculada | | 9.872.448 | 9.877.642 |
| Recursos Vinculados à Educação | | 3.672.327 | 2.900.461 |
| Recursos Vinculados à Saúde | | 801.521 | 832.139 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social | | 2.586.964 | 2.404.644 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | | 640.868 | 406.959 |
| Recursos Vinculados à Segurança Pública | | 718.083 | 627.158 |
| Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos | | 21.960 | 21.400 |
| Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes | | 259.799 | 227.021 |
| Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública | | 8.229 | 222.206 |
| Recursos Vinculados à Alienação de Bens | | 14.707 | 19.546 |
| Recursos Vinculados a Operações de Crédito | | 18.050 | 133.333 |
| Outras Vinculações de Recursos | | 1.129.942 | 2.082.775 |
| Transferências Financeiras Recebidas (II) | | 101.787.060 | 86.046.398 |
| Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária | | 26.112.016 | 20.831.199 |
| Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária | | 70.888.244 | 60.487.059 |
| Transferências Recebidas - Aportes RPPS | | 3.418.297 | 4.728.141 |
| Transferências Recebidas - Aportes de Pensões Militares | | 1.368.502 | - |
| Recebimentos Extraorçamentários (III) | | 20.773.264 | 20.770.282 |
| Inscrição de Restos a Pagar não Processados | | 1.386.767 | 692.057 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | | 454.144 | 228.152 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 16.281.399 | 17.009.311 |
| Aplicações do RPPS | | 2.650.953 | 2.840.760 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | | - | 2 |
| Saldo do Exercício Anterior (IV) | | 11.226.180 | 9.476.792 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 36-44 | 11.226.180 | 9.476.792 |
| TOTAL (V) = (I + II + III + IV) | | 167.945.951 | 146.246.006 |

BALANÇO FINANCEIRO

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

| Dispêndios | Nota Explicativa | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|--|------------------|-------------------------|-------------------------|
| Despesa Orçamentária (VI) | | 33.745.775 | 28.088.985 |
| Ordinária | | 24.299.697 | 18.656.182 |
| Vinculada | | 9.446.078 | 9.432.803 |
| Recursos Vinculados à Educação | | 3.575.210 | 2.711.330 |
| Recursos Vinculados à Saúde | | 921.662 | 732.207 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social | | 2.564.714 | 2.363.434 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | | 374.315 | 357.135 |
| Recursos Vinculados à Segurança Pública | | 724.593 | 623.907 |
| Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte | | 14 | 1.304 |
| Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos | | 15.581 | 14.754 |
| Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes | | 283.450 | 184.498 |
| Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública | | 13.110 | 216.552 |
| Recursos Vinculados à Alienação de Bens | | 11.846 | 11.563 |
| Recursos Vinculados a Operações de Crédito | | 158.240 | 201.324 |
| Outras Vinculações de Recursos | | 803.343 | 2.014.795 |
| Transferências Financeiras Concedidas (VII) | | 101.787.060 | 86.046.398 |
| Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária | | 26.112.016 | 20.831.199 |
| Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária | | 70.888.244 | 60.487.059 |
| Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS | | 3.418.297 | 4.728.141 |
| Transferências Concedidas para Aportes de Pensões Militares | | 1.368.502 | - |
| Pagamentos Extraorçamentários (VIII) | | 19.049.442 | 20.884.443 |
| Pagamento de Restos a Pagar não Processados | | 420.760 | 526.655 |
| Pagamento de Restos a Pagar Processados | | 227.326 | 463.189 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 15.719.374 | 17.010.293 |
| Restos a Pagar - Retenções a Pagar | | - | - |
| Aplicações do RPPS | | 2.671.756 | 2.881.729 |
| Perdas - Aplicação Financeira RPPS | | 10.225 | 2.577 |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários | | - | 1 |
| Saldo para o Exercício Seguinte (IX) | | 13.363.674 | 11.226.180 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 36-44 | 13.363.674 | 11.226.180 |
| TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX) | | 167.945.951 | 146.246.006 |

BALANÇO FINANCEIRO

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

| Especificação | Janeiro a dezembro/2021 | | | Janeiro a dezembro/2020 | | |
|--|-----------------------------|---|------------------------|-----------------------------|---|------------------------|
| | Receita Orçamentária (a) | Deduções da Receita Orçamentária (b) | Saldo (c) = (a - b) | Receita Orçamentária (d) | Deduções da Receita Orçamentária (e) | Saldo (f) = (d - e) |
| Ordinária | 37.935.852 | 13.648.853 | 24.287.000 | 31.428.704 | 11.353.813 | 20.074.891 |
| Vinculada | 9.902.318 | 29.870 | 9.872.448 | 9.917.202 | 39.559 | 9.877.642 |
| Recursos Vinculados à Educação | 3.672.539 | 212 | 3.672.327 | 2.900.535 | 73 | 2.900.461 |
| Recursos Vinculados à Saúde | 804.631 | 3.110 | 801.521 | 832.573 | 434 | 832.139 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social | 2.598.197 | 11.233 | 2.586.964 | 2.432.503 | 27.859 | 2.404.644 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 642.369 | 1.502 | 640.868 | 407.002 | 43 | 406.959 |
| Recursos Vinculados à Segurança Pública | 718.178 | 95 | 718.083 | 627.229 | 71 | 627.158 |
| Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos | 23.326 | 1.366 | 21.960 | 21.402 | 2 | 21.400 |
| Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes | 267.829 | 8.030 | 259.799 | 235.146 | 8.125 | 227.021 |
| Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública | 8.229 | - | 8.229 | 222.206 | - | 222.206 |
| Recursos Vinculados à Alienação de Bens | 14.707 | - | 14.707 | 19.546 | - | 19.546 |
| Recursos Vinculados a Operações de Crédito | 18.050 | - | 18.050 | 133.338 | 4 | 133.333 |
| Outras Vinculações de Recursos | 1.134.265 | 4.322 | 1.129.942 | 2.085.723 | 2.948 | 2.082.775 |
| TOTAL | 47.838.171 | 13.678.723 | 34.159.448 | 41.345.906 | 11.393.372 | 29.952.534 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

| Ativo | Nota Explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|-------------------|-------------------|
| Ativo Circulante | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 10 | 13.363.674 | 11.226.180 |
| Créditos a Curto Prazo | | 4.748.825 | 2.876.590 |
| Créditos Tributários a Receber | 11 | 4.353.676 | 2.460.018 |
| Clientes | 12 | 10.160 | 38.105 |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 13 | 17.359 | 22.564 |
| Dívida Ativa Tributária | 14 | 394.401 | 955.303 |
| Dívida Ativa não Tributária | 15 | 38.194 | 32.635 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo | 16 | (64.965) | (632.034) |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 17 | 4.373.328 | 3.141.874 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 18 | 626.699 | 606.055 |
| Estoques | 19 | 616.157 | 287.444 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | 20 | 18.921 | 20.073 |
| Total do Ativo Circulante | | 23.747.605 | 18.158.216 |
| Ativo não Circulante | | | |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | | 2.214.019 | 2.110.979 |
| Créditos a Longo Prazo | | 1.744.070 | 1.594.212 |
| Créditos Tributários a Receber | 11 | 1.462.530 | 1.387.764 |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 13 | 247.640 | 170.494 |
| Dívida Ativa Tributária | 14 | 21.344.210 | 19.871.311 |
| Dívida Ativa não Tributária | 15 | 723.250 | 663.912 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo | 16 | (20.033.560) | (20.499.269) |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 17 | 206.119 | 247.083 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | | 50 | 50 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | 20 | 263.779 | 269.633 |
| Investimentos | 21 | 4.114.395 | 3.546.874 |
| Imobilizado | 22 | 31.679.665 | 32.074.812 |
| Intangível | 23 | 390.832 | 359.679 |
| Total do Ativo não Circulante | | 38.398.911 | 38.092.344 |
| TOTAL DO ATIVO | | 62.146.515 | 56.250.560 |

BALANÇO PATRIMONIAL

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

| Passivo e Patrimônio Líquido | Nota Explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------------|---------------------|----------------------|
| Passivo Circulante | | | |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 24 | 849.008 | 677.670 |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 25 | 1.718.091 | 2.032.216 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 26 | 523.454 | 353.503 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 27 | 20.142 | 17.520 |
| Transferências Fiscais a Curto Prazo | | 231.704 | - |
| Provisões a Curto Prazo | 28 | 3.416.907 | 1.389.460 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 29 | 7.123.316 | 6.727.549 |
| Total do Passivo Circulante | | 13.882.622 | 11.197.919 |
| Passivo não Circulante | | | |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo | 24 | 1.860.692 | 540.734 |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | 25 | 17.900.819 | 18.797.687 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | 26 | 353.017 | 1.605.277 |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 27 | 208.218 | 221.785 |
| Transferências Fiscais a Longo Prazo | | 84.979 | - |
| Provisões a Longo Prazo | 28 | 87.348.055 | 217.851.415 |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | 29 | 1.045.555 | 1.167.553 |
| Resultado Diferido | 30 | 1.931.703 | 1.866.659 |
| Total do Passivo não Circulante | | 110.733.037 | 242.051.110 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Patrimônio Social e Capital Social | | 5.395 | 5.395 |
| Reservas de Capital | | 368 | 368 |
| Demais Reservas | | 94.310 | 8.088 |
| Resultados Acumulados | 31 | (62.569.217) | (197.012.320) |
| Total do Patrimônio Líquido | | (62.469.144) | (196.998.468) |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 62.146.515 | 56.250.560 |

BALANÇO PATRIMONIAL

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

| Especificação | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---------------------|----------------------|
| ATIVO | | |
| Ativo Financeiro | 14.347.395 | 12.221.056 |
| Ativo Permanente | 47.799.120 | 44.029.504 |
| Total do Ativo (I) | 62.146.515 | 56.250.560 |
| PASSIVO | | |
| Passivo Financeiro | 8.793.615 | 7.331.601 |
| Passivo Permanente | 117.208.809 | 246.609.485 |
| Total do Passivo (II) | 126.002.424 | 253.941.085 |
| SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II) | (63.855.908) | (197.690.525) |

BALANÇO PATRIMONIAL

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

| Especificação | Nota Explicativa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|-------------------|-------------------|
| Atos Potenciais Ativos | | | |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | | 7.191.896 | 6.754.961 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | | 592 | 592 |
| Direitos Contratuais em Execução | | - | - |
| Outros Atos Potenciais Ativos | | 24.082 | 24.082 |
| TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | | 7.216.570 | 6.779.635 |
| Atos Potenciais Passivos | | | |
| Garantias e Contragarantias Concedidas | | 1.682.764 | 1.307.231 |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | | 559.633 | 305.460 |
| Obrigações Contratuais | | 22.489.242 | 22.521.183 |
| Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes | 32 | - | 12.060.697 |
| Outros Atos Potenciais Passivos | | - | - |
| TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | | 24.731.638 | 36.194.572 |

BALANÇO PATRIMONIAL

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro do Superavit/Deficit Financeiro

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

| Fontes de Recursos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| 0.100 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD | 1.001.324 | 1.329.728 |
| 0.101 - Recursos ordinários - diversos | 7.958 | 18.858 |
| 0.103 - Recursos ordinários - Desvinculação de Receitas do Estado (DREM) | 15.972 | 11.432 |
| 0.111 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente | 56.124 | 55.090 |
| 0.119 - Outras taxas vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente | 2.255 | 5.072 |
| 0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercício corrente | 123.282 | 163.320 |
| 0.121 - Cota-parte contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE estadual - recursos do tesouro - exercício corrente | 8.682 | 7.890 |
| 0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercício corrente | 4.339 | 5.182 |
| 0.124 - Convênio - programas de educação - recursos do tesouro - exercício corrente | 22.949 | 27.353 |
| 0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do tesouro - exercício corrente | 33.273 | 927 |
| 0.129 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente | 14.515 | 6.317 |
| 0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União | 9.775 | 75.235 |
| 0.132 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercício corrente | 1.522 | 5.588 |
| 0.135 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - recursos do tesouro - exercício corrente | 5.709 | - |
| 0.140 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente | 5.840 | 247 |
| 0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente | 14.316 | 34.456 |
| 0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente | 6 | 6 |
| 0.169 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente | 27.448 | 29.637 |
| 0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente | 6.339 | 11.664 |
| 0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do tesouro - exercício corrente | 18.903 | 10.131 |
| 0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb | 533 | 2.687 |
| 0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação | 9.976 | 2.269 |
| 0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE | 591 | 426 |
| 0.191 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercício corrente | 4.553 | 106.921 |
| 0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente | 44 | 42 |
| 0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente | - | 23 |

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| Fontes de Recursos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| 0.212 - Selos de fiscalização de atos notariais e registrais - recursos de outras fontes - exercício corrente | 7.649 | 2.627 |
| 0.219 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício corrente | 354.255 | 221.091 |
| 0.223 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente | 130.800 | 236.321 |
| 0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente | 178 | 145 |
| 0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercício corrente | 13.802 | 21.886 |
| 0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente | 38.026 | 65.518 |
| 0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade | 14 | 14 |
| 0.233 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde | 5.379 | 17.991 |
| 0.234 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com Poderes | 1.318 | - |
| 0.235 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios | 211 | - |
| 0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente | 223.643 | 313.499 |
| 0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente | 192.717 | 190.884 |
| 0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente | 25.694 | 9.603 |
| 0.261 - Receitas diversas - Fundo Social - recursos de outras fontes - exercício corrente | 332.244 | 125.435 |
| 0.262 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente | - | 114 |
| 0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego | 0,08 | 3 |
| 0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior | 136.170 | 48.266 |
| 0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR | 16.587 | 29.141 |
| 0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente | 196.932 | 106.557 |
| 0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente | 305 | 134 |
| 0.281 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo | 10.190 | 2.071 |
| 0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente | 28.958 | 21.711 |
| 0.283 - Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça | 37.200 | 10.783 |
| 0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos de outras fontes - exercício corrente | 11.660 | 2.735 |
| 0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes - exercício corrente | 53.844 | 24.984 |
| 0.289 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV | 14.192 | 29.137 |

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| Fontes de Recursos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| 0.298 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente | 8.986 | 9.178 |
| 0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente | 5.549 | 7.955 |
| 0.300 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 356.492 | 85.910 |
| 0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do tesouro - exercícios anteriores | 5.394 | 4.954 |
| 0.309 - Superavit financeiro - recursos convertidos - recursos do tesouro - receitas primárias | 1.103 | 4.019 |
| 0.310 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 2.588 | 2.588 |
| 0.311 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 3.988 | 2.898 |
| 0.319 - Outras taxas vinculadas - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 1.109 | 916 |
| 0.320 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 124.849 | 29.229 |
| 0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE Estadual | 3.184 | 2.865 |
| 0.322 - Cota-parte da compensação dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercício anterior | 420 | - |
| 0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores | 71.569 | 60.326 |
| 0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores | 1 | 1 |
| 0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores | 3.729 | 3.729 |
| 0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores | 8.589 | 24.213 |
| 0.329 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 4.214 | 945 |
| 0.340 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 934 | 1.127 |
| 0.360 - Recursos patrimoniais - primários | 819 | 972 |
| 0.361 - Receitas diversas - Fundo Social - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 1.408 | 1.408 |
| 0.362 - Receitas diversas - SEITEC | 1.385 | 1.392 |
| 0.369 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 1.225 | 1.347 |
| 0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 0,5 | 23 |
| 0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo | 0,1 | 0,1 |
| 0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores | 71.736 | 82.540 |
| 0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados | 82.368 | 126.119 |
| 0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação | 958 | 217 |
| 0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 197 | 49 |
| 0.391 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercícios anteriores - superavit | 139.302 | 113.744 |

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| Fontes de Recursos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| 0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores | 1.430 | 201 |
| 0.398 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores | 319 | 319 |
| 0.610 - Recursos de outras fontes - exercício anterior - taxa judiciária | 1.088 | 1.868 |
| 0.612 - Recursos de outras fontes - exercício anterior - selos de fiscalização de atos notariais e registrais | 0,4 | - |
| 0.619 - Recursos de outras fontes - outras taxas vinculadas | 218.356 | 69.461 |
| 0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 75.461 | 51.940 |
| 0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 2.994 | 3.081 |
| 0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 45.147 | 52.615 |
| 0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes | 44.750 | 9.880 |
| 0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores | 175 | 175 |
| 0.633 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (SUS) | 17.387 | 974 |
| 0.634 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com poderes - demais receitas de fontes detalhadas - exercício anterior | 481 | - |
| 0.640 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 49.796 | 11.053 |
| 0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 174 | 174 |
| 0.650 - Contribuição previdenciária | 136.014 | 124.559 |
| 0.659 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 65 | 65 |
| 0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores | 22.697 | 19.152 |
| 0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 102.906 | 32.063 |
| 0.662 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | - | 6 |
| 0.663 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercício anterior | - | 272 |
| 0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior - exercícios anteriores | 19.997 | 1.219 |
| 0.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - exercícios anteriores | 14.159 | 6.144 |
| 0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 144.241 | 88.134 |
| 0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 252 | 118 |
| 0.681 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Legislativo | 2.429 | 358 |
| 0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário | 40.571 | 18.860 |
| 0.683 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário | 51.164 | 40.381 |

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| Fontes de Recursos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| 0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores | 14.358 | 16.079 |
| 0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores | 207.802 | 196.956 |
| 0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores | 138.798 | 124.587 |
| 0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores | 9.693 | 7.995 |
| 0.699 - Não primárias - outras receitas | 8.213 | 9.261 |
| 2.300 - Contrapartida BID - recursos do tesouro - exercícios anteriores | - | 12 |
| 7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercício corrente | 16.467 | 2.559 |
| 7.111 - Contrapartida de convênios - taxa da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente | 1.696 | 1.272 |
| 7.219 - Contrapartida de convênios - outras taxas vinculadas - exercício corrente | 655 | 1.696 |
| 7.228 - Contrapartida de convênios - outros convênios e acordos administrativos - exercício corrente | 439 | 1.000 |
| 7.240 - Contrapartida de convênios - receita de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente | 18 | - |
| 7.261 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - Recursos de outras fontes - exercício corrente | 147 | - |
| 7.266 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - receitas diversas - receita agroindustrial - FDR | - | 1.881 |
| 7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - recursos de outras fontes | 450 | - |
| 7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 4.726 | 6.240 |
| 7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 1.214 | 576 |
| 7.319 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício anterior - demais receitas | 162 | 162 |
| 7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores | 67 | 3 |
| 7.362 - Contrapartida de convênios - recursos do tesouro - exercício anterior - receitas diversas - SEITEC | - | 2 |
| 7.385 - Contrapartida de convênios - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados | 54 | 161 |
| 7.619 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - exercício anterior | 1.791 | 368 |
| 7.628 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - exercício anterior - outros convênios, ajustes e acordos administrativos | 29 | 24 |
| 7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes | 35 | 35 |

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| Fontes de Recursos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| 7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores | 133 | 211 |
| 7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores | 2 | 2 |
| 7.661 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 65 | 65 |
| 7.662 - Contrapartida de convênios - recursos diversos - SEITEC - exercícios anteriores | 62 | 62 |
| 7.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - contrapartida de convênios - exercícios anteriores | 126 | - |
| 7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores | 625 | 1.082 |
| 7.685 - Contrapartida de convênios - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - exercício anterior | 4 | - |
| TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS | 5.530.182 | 4.865.179 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

| Especificação | Nota Explicativa | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|--|------------------|-------------------------|-------------------------|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 33 | 37.590.799 | 31.777.465 |
| Impostos | 33 | 35.922.163 | 30.385.742 |
| Taxas | 33 | 1.668.636 | 1.391.723 |
| Contribuições | | 1.194.600 | 1.059.946 |
| Contribuições Sociais | | 1.194.600 | 1.059.946 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | | 685.424 | 734.455 |
| Venda de Mercadorias | | 13.634 | 13.487 |
| Venda de Produtos | | 1.532 | 2.538 |
| Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços | | 670.257 | 718.430 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | | 1.896.710 | 1.596.662 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | | 3.619 | 2.289 |
| Juros e Encargos de Mora | | 865.704 | 207.138 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 657.505 | 1.211.376 |
| Descontos Financeiros Obtidos | | - | 18 |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | | 369.882 | 175.840 |
| Transferências e Delegações Recebidas | | 8.393.145 | 8.090.834 |
| Transferências Intergovernamentais | | 6.676.874 | 6.803.604 |
| Transferências das Instituições Privadas | | 954.684 | 596.843 |
| Transferências do Exterior | | - | - |
| Transferências de Pessoas Físicas | | 131 | 431 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | | 761.456 | 689.955 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | | 1.442.338 | 1.262.336 |
| Reavaliação de Ativos | | 1.184 | 364.103 |
| Ganhos com Alienação | | 4.070 | 3.047 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | 642.368 | 666.129 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | | 794.716 | 220.160 |
| Reversão de Redução a Valor Recuperável | | - | 8.896 |

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| Especificação | Nota Explicativa | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|--|------------------|-------------------------|-------------------------|
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | | 152.517.497 | 34.448.865 |
| Resultado Positivo de Participações | | 420.133 | 236.546 |
| Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas | | 151.288.984 | 33.490.580 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | | 808.380 | 721.739 |
| Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I) | | 203.720.513 | 78.970.562 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | | |
| Pessoal e Encargos | 34 | 11.036.022 | 9.420.751 |
| Remuneração a Pessoal | 34 | 9.438.964 | 8.277.011 |
| Encargos Patronais | 34 | 618.709 | 457.470 |
| Benefícios a Pessoal | 34 | 508.520 | 484.231 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 34 | 469.829 | 202.038 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 34 | 7.362.991 | 7.089.748 |
| Aposentadorias e Reformas | | 6.152.816 | 5.937.845 |
| Pensões | | 1.181.265 | 1.123.972 |
| Outros Benefícios Assistenciais | | 28.910 | 27.931 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | | 5.886.812 | 5.315.540 |
| Uso de Material de Consumo | | 990.253 | 1.122.763 |
| Serviços | | 3.786.601 | 3.320.125 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | | 1.109.958 | 872.652 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | | 3.367.843 | 3.838.832 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | | 845.903 | 474.878 |
| Juros e Encargos de Mora | | 9.897 | 9.245 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 2.509.605 | 3.353.406 |
| Descontos Financeiros Concedidos | | 659 | 387 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras | | 1.779 | 916 |
| Transferências e Delegações Concedidas | | 16.264.754 | 13.356.660 |
| Transferências Intergovernamentais | | 15.590.919 | 12.390.980 |
| Transferências a Instituições Privadas | | 210.813 | 754.966 |
| Execução Orçamentária Delegada | | 136.291 | 35.023 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | | 326.731 | 175.691 |

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| Especificação | Nota Explicativa | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|---|------------------|-------------------------|-------------------------|
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | | 2.520.601 | 3.492.865 |
| Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas | | 1.786.708 | 2.768.346 |
| Perdas com Alienação | | 38 | - |
| Perdas Involuntárias | | 392 | 8 |
| Incorporação de Passivos | | 57.079 | 232.643 |
| Desincorporação de Ativos | | 676.386 | 491.867 |
| Tributárias | | 338.096 | 287.475 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 6.008 | 5.241 |
| Contribuições | | 332.088 | 282.233 |
| Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | | 147 | 177 |
| Custo das Mercadorias Vendidas - CMV | | 147 | 177 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | | 22.324.264 | 251.352.942 |
| Premiações | | 28.969 | 29.635 |
| Resultado Negativo de Participações | | 46.956 | 262.249 |
| Incentivos | | 58.146 | 48.367 |
| Subvenções Econômicas | | 25.642 | 22.170 |
| VPD de Constituição de Provisões | | 21.315.734 | 250.251.048 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | | 848.817 | 739.473 |
| Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II) | | 69.101.530 | 294.154.989 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II) | 35 | 134.618.983 | (215.184.427) |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Consolidado Geral

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

| | Nota Explicativa | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|---|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Ingressos | | 137.264.256 | 116.622.365 |
| Receita Tributária | | 22.452.120 | 18.614.427 |
| Receita de Contribuições | | 2.520.752 | 2.331.328 |
| Receita Patrimonial | | 107.745 | 82.994 |
| Receita Agropecuária | | 2.531 | 2.476 |
| Receita Industrial | | 49 | 26 |
| Receita de Serviços | | 881.090 | 908.331 |
| Remuneração das Disponibilidades | | 369.878 | 174.910 |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | | 579.417 | 476.663 |
| Transferências Recebidas | | 7.144.370 | 7.032.575 |
| Outros Ingressos Operacionais | 37 | 103.206.305 | 86.998.634 |
| Desembolsos | | 132.928.715 | 113.341.583 |
| Pessoal e Demais Despesas | | 25.041.749 | 22.452.469 |
| Juros e Encargos da Dívida | | 831.542 | 375.987 |
| Transferências Concedidas | | 3.890.187 | 3.519.882 |
| Outros Desembolsos Operacionais | 37 | 103.165.238 | 86.993.246 |
| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I) | | 4.335.541 | 3.280.781 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Ingressos | | 42.167 | 37.938 |
| Alienação de Bens | | 13.893 | 19.108 |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos | | 28.274 | 18.829 |
| Outros Ingressos de Investimentos | | - | - |
| Desembolsos | | 1.295.479 | 922.716 |
| Aquisição de Ativo não Circulante | | 1.075.450 | 819.481 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | | 100.845 | 19.880 |
| Outros Desembolsos de Investimento | | 119.184 | 83.355 |
| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II) | | (1.253.312) | (884.779) |

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Consolidado Geral

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| | Nota Explicativa | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|--|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Ingressos | | 59.329 | 290.866 |
| Operações de Crédito | | - | 145.642 |
| Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes | | 7.460 | - |
| Outros Ingressos de Financiamentos | | 51.869 | 145.224 |
| Desembolsos | | 1.507.265 | 848.553 |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida | | 1.507.265 | 844.156 |
| Outros Desembolsos de Financiamentos | | - | 4.397 |
| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III) | | (1.447.935) | (557.687) |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III) | 36-37-38 | 1.634.293 | 1.838.315 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial | | 5.620.660 | 3.782.345 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Final | | 7.254.953 | 5.620.660 |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Consolidado Geral

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

R\$ milhares

| | Nota Explicativa | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|--|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS | | | |
| Intergovernamentais | | 3.040.697 | 3.902.778 |
| da União | | 3.029.511 | 3.896.163 |
| de Estados e Distrito Federal | | - | - |
| de Municípios | | 11.186 | 6.616 |
| Intragovernamentais | | - | 12.392 |
| Outras Transferências Correntes Recebidas | | 4.103.673 | 3.117.405 |
| Total das Transferências Recebidas | | 7.144.370 | 7.032.575 |
| TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS | | | |
| Intergovernamentais | | 924.912 | 847.644 |
| à União | | 154 | - |
| a Estados e Distrito Federal | | - | - |
| a Municípios | | 924.757 | 847.644 |
| Intragovernamentais | | 1.729.929 | 1.662.919 |
| Outras Transferências Correntes Concedidas | | 1.235.347 | 1.009.319 |
| Total das Transferências Concedidas | | 3.890.187 | 3.519.882 |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Consolidado Geral

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

R\$ milhares

| | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Legislativa | 570.152 | 544.774 |
| Judiciária | 1.977.910 | 1.827.727 |
| Essencial à Justiça | 910.506 | 779.898 |
| Administração | 1.669.493 | 1.476.560 |
| Defesa Nacional | - | - |
| Segurança Pública | 2.434.654 | 2.311.392 |
| Relações Exteriores | - | - |
| Assistência Social | 53.504 | 44.389 |
| Previdência Social | 7.357.425 | 7.109.031 |
| Saúde | 3.308.438 | 2.988.492 |
| Trabalho | 4.751 | 3.414 |
| Educação | 4.209.467 | 2.948.246 |
| Cultura | 52.506 | 52.724 |
| Direitos da Cidadania | 967.560 | 1.029.920 |
| Urbanismo | - | - |
| Habitação | 6.857 | 7.799 |
| Saneamento | 128 | 168 |
| Gestão Ambiental | 64.191 | 64.388 |
| Ciência e Tecnologia | 22.180 | 17.104 |
| Agricultura | 630.331 | 595.605 |
| Organização Agrária | - | - |
| Indústria | - | - |
| Comércio e Serviços | 36.663 | 26.436 |
| Comunicações | - | - |
| Energia | - | - |
| Transporte | 170.004 | 160.566 |
| Desporto e Lazer | 5.864 | 367 |
| Encargos Especiais | 589.164 | 463.470 |
| Reserva de Contingência | - | - |
| TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO | 25.041.749 | 22.452.469 |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Consolidado Geral

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

R\$ milhares

| | Janeiro a dezembro/2021 | Janeiro a dezembro/2020 |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| Juros e Correção Monetária da Dívida Interna | 737.696 | 238.328 |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Externa | 70.319 | 117.596 |
| Outros Encargos da Dívida | 23.527 | 20.063 |
| TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 831.542 | 375.987 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/64

Exercício 2021

R\$ milhares

| Especificação | Nota Explicativa | Patrimônio Social/ Capital Social | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social | Reserva de Capital | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Reservas de Reavaliação | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ações/ Cotas em Tesouraria | Total do Patrimônio Líquido |
|------------------------------------|------------------|-----------------------------------|--|--------------------|----------------------------------|-------------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Saldos Iniciais | 39 | 5.395 | - | 368 | - | 5.815 | - | 2.274 | (197.012.320) | - | (196.998.468) |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 31 | - | - | - | - | - | - | - | (175.880) | - | (175.880) |
| Redução do Capital Social | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de Capital | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | 35 | - | - | - | - | - | - | - | 134.618.983 | - | 134.618.983 |
| Juros sobre Capital Próprio | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição/ Reversão de Reservas | | - | - | - | - | 86.221 | - | - | - | - | 86.221 |
| Dividendos a Distribuir | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos Finais | 39 | 5.395 | - | 368 | - | 92.036 | - | 2.274 | (62.569.217) | - | (62.469.144) |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Mirante Santo Antônio, em Abdon Batista
Foto: Mauricio Vieira



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

| Relação de Notas Explicativas | | Página |
|---|---|--------|
| BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | | |
| 1. | Contexto Operacional | 200 |
| 2. | Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina | 200 |
| 3. | Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2021 | 202 |
| 3.1 | Relação Nominal dos Órgãos, das Entidades e dos Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo | 203 |
| 3.2 | Unidades Administrativas | 205 |
| 4. | Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações | 206 |
| 5. | Base para a Elaboração | 206 |
| 5.1 | Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais | 206 |
| 6. | Moeda Funcional e de Apresentação | 209 |
| 7. | Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas | 209 |
| 8. | Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis | 210 |
| 9. | Resumo das Principais Políticas Contábeis | 210 |
| BALANÇO PATRIMONIAL | | |
| 10. | Caixa e Equivalentes de Caixa | 217 |
| 11. | Créditos Tributários a Receber | 220 |
| 12. | Clientes | 221 |
| 13. | Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 222 |
| 14. | Dívida Ativa Tributária | 225 |
| 15. | Dívida Ativa não Tributária | 227 |
| 16. | Ajuste de Perdas de Créditos | 228 |
| 17. | Demais Créditos e Valores | 229 |
| 18. | Investimentos e Aplicações Temporárias | 236 |
| 19. | Estoques | 237 |
| 20. | Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente | 239 |
| 21. | Investimentos | 240 |
| 22. | Imobilizado | 242 |
| 23. | Intangível | 248 |
| 24. | Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar | 251 |
| 25. | Empréstimos e Financiamentos | 254 |
| 26. | Fornecedores e Contas a Pagar | 254 |
| 27. | Obrigações Fiscais | 258 |

| Relação de Notas Explicativas | | Página |
|--|---|--------|
| 28. | Provisões | 259 |
| 29. | Demais Obrigações | 263 |
| 30. | Resultado Diferido | 268 |
| 31. | Ajustes de Exercícios Anteriores | 269 |
| 32. | Riscos Fiscais e Passivos Contingentes | 270 |
| DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | | |
| 33. | Tributos | 273 |
| 34. | Benefícios a Empregados | 274 |
| 35. | Resultado Patrimonial | 275 |
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | |
| 36. | Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações | 277 |
| 37. | Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais | 278 |
| 38. | Resultado Orçamentário e Geração Líquida de Caixa | 278 |
| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| 39. | Variação do Patrimônio Líquido no Período | 279 |
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | |
| 40. | Despesas Previdenciárias não Suportadas pelas Receitas Previstas na LOA | 279 |
| 41. | Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias | 279 |
| 42. | Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente | 280 |
| 43. | Resultado Orçamentário | 280 |
| BALANÇO FINANCEIRO | | |
| 44. | Resultado Financeiro | 281 |
| OUTRAS NOTAS RELEVANTES | | |
| 45. | Renúncia de Receita | 282 |
| 46. | Transações entre Partes Relacionadas | 284 |
| 47. | Eventos Subsequentes | 289 |

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Governo do Estado de Santa Catarina é uma pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na Rodovia SC-401, Km 15, nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2021 foram amparadas pela Lei Estadual nº 18.055, de 29 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2021. As competências de cada órgão do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2021 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria nº 42/1999 do então Ministério de Estado do Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais¹.

As demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2021, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2. RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA

São controladas diretamente por Santa Catarina as empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, aquelas ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes² e não dependentes. No exercício de 2021, são elas:

1 Na função Encargos Especiais foram realizadas as despesas de Precatórios e o Serviço da Dívida Interna e Externa.

2 Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00).

a. Empresas Estatais Dependentes:

Em funcionamento:

- I. *Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)*
- II. *Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)*

Em processo de liquidação³:

- I. *Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)*
- II. *Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)*

b. Empresas não Dependentes⁴:

Em funcionamento:

- I. *Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)*
- II. *Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)⁵*
- III. *Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)*
- IV. *Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz (HIDROCALDAS)⁶*
- V. *Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC)*
- VI. *Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)*
- VII. *Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)*
- VIII. *Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)⁷*
- IX. *Sapiens Parque S.A.⁸*
- X. *SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)*
- XI. *Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (Iazpe)*

Em processo de liquidação⁹:

- I. *BESC S.A. Corretora de Seguros (BESCOR)*
- II. *Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC)*

3 Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

4 As demonstrações contábeis das empresas não dependentes não estão consolidadas neste Balço.

5 Controle conjunto com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

6 O Estado passou a ter o controle direto da Hidrocaldas durante o processo de liquidação da CODESC.

7 A INVESC não possui atividades operacionais e cumpre apenas as obrigações acessórias previstas na legislação vigente para sua existência, em virtude da impossibilidade de baixa decorrente de demandas judiciais.

8 O Estado passou a ter o controle direto do Sapiens Parque S.A. durante o processo de liquidação da CODESC.

9 Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

3. RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2021



3.1. Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo

a. Secretarias e Órgãos

Casa Civil
 Controladoria-Geral do Estado
 Corpo de Bombeiros Militar
 Defesa Civil
 Departamento Estadual de Trânsito¹⁰
 Instituto Geral de Perícias¹¹
 Polícia Civil
 Polícia Militar
 Secretaria de Estado da Administração
 Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
 Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural
 Secretaria de Estado da Educação
 Secretaria de Estado da Fazenda
 Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
 Secretaria de Estado da Saúde
 Secretaria de Estado da Segurança Pública¹²
 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

b. Defensoria Pública

c. Procuradoria-Geral do Estado

d. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

e. Fundações

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
 Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)
 Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)
 Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
 Fundação Escola de Governo (ENA)
 Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

¹⁰ A partir de 2022, o Departamento Estadual de Trânsito será transformado em autarquia pela Lei Complementar nº 789/2021.

¹¹ O Instituto Geral de Perícias teve o nome alterado para Polícia Científica, conforme a Emenda Constitucional nº 84/2021.

¹² Também a partir de 2022, as atividades da Secretaria de Estado da Segurança Pública serão absorvidas pelo Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial, em função da sua extinção prevista na Lei Complementar nº 789/2021.

f. Autarquias

Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Santur)
 Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
 Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)
 Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)
 Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)
 Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)
 Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)

g. Empresas Estatais Dependentes¹³

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) – Em liquidação
 Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
 Santa Catarina Turismo S.A. (Santur) – Em liquidação

h. Fundos Especiais

Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas (FMUC)
 Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (InvestSaúde)
 Fundo de Acesso à Justiça (FAJ)
 Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (FADEP-SC)
 Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)
 Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC)
 Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial)
 Fundo Financeiro
 Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
 Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais (FMPIO)
 Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF)
 Fundo de Melhoria da Polícia Civil (FUMPC)
 Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM)
 Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (FUMCBM)
 Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina (FUNDO DE TERRAS)
 Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (SCSAÚDE)
 Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento (FUNJURE)
 Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA)

¹³ Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na prestação de contas do exercício de 2021. A participação do Estado nas empresas não dependentes é incorporada neste Balço Geral pelo método da equivalência patrimonial.

Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
 Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM)
 Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)
 Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
 Fundo Estadual de Defesa Civil (FUNDEC)
 Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR)
 Fundo Estadual de Educação (Feduc)
 Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
 Fundo Estadual de Sanidade Animal (FUNDESA)
 Fundo Estadual de Saúde (FES)
 Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC)
 Fundo Estadual do Idoso (FEI)
 Fundo Estadual do Trabalho (FET-SC)
 Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)
 Fundo para Melhoria da Segurança Pública (FSP)
 Fundo Patrimonial
 Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)
 Fundo Pró-Emprego
 Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó
 Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba
 Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis
 Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville
 Fundo Rotativo da Penitenciária Sul
 Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis

i. Unidades Gestoras Especiais

Diretoria do Tesouro Estadual
 Encargos Gerais do Estado

3.2. Unidades Administrativas

As unidades administrativas criadas conforme o art. 142, § 1º, III, da Lei Complementar nº 741/2019 estão consolidadas nas suas respectivas unidades gestoras. Ao final de 2021, a relação de unidades administrativas do Estado de Santa Catarina era a seguinte:

a. Assembleia Legislativa:

Escola do Legislativo
 Diretoria de Comunicação Social

b. Casa Civil:

Secretaria Executiva de Articulação Nacional¹⁴

Secretaria Executiva de Comunicação¹⁵

Secretaria Executiva da Casa Militar

4. CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES

Encontram-se em fase de liquidação: a BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR); a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC); a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC); e a Santa Catarina Turismo S.A. (Santur).

5. BASE PARA A ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, a qual observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP quando aplicáveis).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, denominadas "intra". O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida em 25 de agosto de 2008 pelo então Ministério da Fazenda, a qual ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

14 A unidade administrativa Secretaria Executiva de Articulação Nacional será desativada em 2022, pois foi transformada em unidade gestora pela Lei Complementar nº 789/2021.

15 A unidade administrativa Secretaria Executiva de Comunicação será desativada em 2022, pois a Lei Complementar nº 789/2021 criou a Secretaria de Estado da Comunicação.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem adotando uma série de providências para acompanhar todo o processo de convergência. Prova disso é que em 2013 o novo PCASP foi implantado, com base no PCASP estabelecido para os entes da Federação, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas ao novo padrão de contas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços agora vêm sendo concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPcps). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

Nessa linha, entre as ações promovidas pelo Estado de Santa destacam-se o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a avaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis) bem como o reconhecimento de ativos de infraestrutura e de provisões.

Atendimento dos Prazos dos PCPs Determinados pela Portaria nº 548/2015

| Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) | Prazo para Estados e Distrito Federal | Santa Catarina |
|--|--|----------------|
| 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas | 2020 | Implantado |
| 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas | 2020 | Implantado |
| 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas | 2017 | Implantado |
| 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas | 2015 | Implantado |
| 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência | 2019 | Implantado |
| 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas | 2019 | Implantado |
| 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura) | 2019 | Implantado |
| 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável | 2022 | Implantado |
| 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBCs TSP e o MCASP) | 2022 | Não iniciado |
| 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias | 2019 | Implantado |
| 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.) | 2017 | Implantado |
| 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores públicos civis e militares | 2015 | Implantado |
| 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência | 2016 | Implantado |
| 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência | A ser definido em ato normativo específico | Não iniciado |
| 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais, amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável | 2020 | Implantado |
| 16. Outros ativos intangíveis e eventuais, amortização e redução ao valor recuperável | A ser definido em ato normativo específico | Não iniciado |
| 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável | 2019 | Implantado |
| 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques | 2021 | Implantado |
| 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBCs TSP e no MCASP | A ser definido em ato normativo específico | Não iniciado |

6. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos das notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a.** a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição;
- b.** no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos dos últimos três anos para os valores de longo prazo. Para os valores inscritos em dívida ativa de curto prazo, não houve ajustes para perdas, uma vez que a estimativa estadual considera como ajustes a diferença entre o valor a arrecadar previsto na lei orçamentária anual na rubrica da dívida ativa e o total de dívida ativa a curto prazo a arrecadar estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF, e o valor deste último foi maior que o previsto na LOA;
- c.** na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, foi adotado inicialmente para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes, bem como os critérios definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, então revogada. A partir de 2021, conforme prevê o Decreto Estadual nº 1.479/2021, cabe à comissão técnica específica, constituída no âmbito da entidade, realizar procedimento de reavaliação no qual deverá ser determinada a vida útil remanescente do bem. No caso dos ativos intangíveis, o Decreto Estadual nº 1.142/2021 instituiu a política de gestão dos intangíveis e atribuiu ao órgão ou à entidade a responsabilidade de avaliação da vida útil do ativo intangível, podendo ser definida ou indefinida (quando não existe um limite previsível para sua vida útil). No caso dos ativos de infraestrutura, a vida útil está definida no anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001/2015;
- d.** os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A Nota Explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial; e
- e.** os riscos fiscais, tais como cíveis e trabalhistas, são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como provisão. A Portaria GAB/PGE nº 102/2021 estabelece os critérios e procedimentos a serem observados pela Procuradoria-Geral do Estado na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas em face do Estado de Santa Catarina e de suas autarquias ou fundações públicas que

possam representar riscos fiscais. A classificação das ações quanto à probabilidade de perda deverá observar os seguintes critérios: risco provável; risco possível; e risco remoto.

8. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 28/2/2022 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b. Estoques

O Decreto nº 1.479/2021 estabelece a forma de mensuração dos estoques do Estado. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 005/2021 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda orienta quanto aos procedimentos contábeis relacionados ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos estoques do ativo circulante.

Os bens de almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Os demais estoques, conforme o art. 15 do Decreto nº 1.479/2021, são mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto:

- I. os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação, que são mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição; e*
- II. materiais para distribuição gratuita ou por valor irrisório ou consumidos no processo de produção de materiais para distribuição gratuita ou por valor irrisório, que são mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor.*

c. Participações em Empresas

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo a data-base do último balanço de cada entidade especificada no Relatório de Participação Acionária do Estado, apresentado no Volume 2 desta prestação de contas

governamental. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

d. Propriedade para Investimentos

As propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

e. Imobilizado

No Estado de Santa Catarina, a gestão patrimonial está regulamentada atualmente pelo Decreto Estadual nº 1.479/2021, que instituiu a Política de Modernização da Gestão Patrimonial aplicável à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado, inclusive seus fundos, e, no que couber, às empresas estatais dependentes. As Notas Técnicas de Procedimentos Contábeis nºs 04/2021 e 06/2021 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda orientam quanto ao reconhecimento, à mensuração, à evidenciação, à depreciação, à amortização ou à exaustão, à reavaliação, à redução ao valor recuperável e ao desreconhecimento dos bens móveis e dos bens imóveis, respectivamente, do ativo imobilizado.

Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo, e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento tecnicamente válido ou no valor patrimonial definido nos termos da doação quando esse último for representativo de seu valor justo.

No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial quanto aos bens de uso especial e aos dominicais. Quanto aos bens de infraestrutura, a gestão e o controle patrimonial ficam a cargo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

f. Intangível

A política de Gestão dos Ativos Intangíveis do Estado, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, foi instituída pelo Decreto nº 1.142/2021. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 002/2021 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda esclarece as formas de reconhecimento, de mensuração, de avaliação e de evidenciação dos ativos intangíveis.

Para fins deste Balço e em consonância com o Decreto Estadual nº 1.142/2021, são considerados ativos intangíveis do Estado de Santa Catarina os bens que não possuam existência física ou financeira mas que constituam valor para a atividade pública, podendo ser reconhecidos contabilmente, e que representem benefício futuro, direto ou indireto para o Estado, sendo fundamentais para o bom desempenho gerencial e operacional da Administração Pública estadual.

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis do Estado são mensurados pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta pela administração do órgão ou da entidade. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

g. Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Todos os bens adquiridos no período anterior a 1º/1/2010, segundo o disposto no Decreto Estadual nº 3.486/2010, revogado pelo Decreto nº 1.479/2021, necessariamente deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução ao valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal. A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução ao valor recuperável para os bens registrados no patrimônio em período anterior a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, visto tratar-se de bens com valor objetivamente mensurado a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender a norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

Atualmente, o art. 32 do Decreto Estadual nº 1.479/2021 estabelece que o modelo de mensuração dos bens imóveis após o reconhecimento inicial no Estado de Santa Catarina é o de reavaliação¹⁶.

Para os bens móveis, após o reconhecimento inicial, é aplicado o modelo do custo¹⁷, conforme o inciso XIX do art. 2º do Decreto nº 1.479/2021, admitindo-se o modelo da reavaliação para os grupos veículos, aeronaves e embarcações.

Em virtude da reavaliação, a partir do ano de 2021, havendo aumento do valor contábil de uma classe do ativo, esse acréscimo será reconhecido à conta de reserva de reavaliação, salvo quando se tratar de uma reversão de decréscimo do valor contábil da classe anteriormente reconhecido no resultado. Havendo diminuição no valor contábil de uma classe do ativo, o reconhecimento se dará nas contas de resultado, exceto em se tratando de reversão de acréscimo do valor contábil da classe com saldo em reserva de reavaliação.

Já os ativos intangíveis, após o seu reconhecimento inicial, são mensurados também pelo modelo de custo.

h. Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 e dos bens reavaliados foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 1.479/2021, a depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação deve utilizar o método das cotas constantes¹⁸, como determina o art. 46 desse decreto.

16 O modelo da reavaliação estabelece que o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.

17 O modelo do custo consiste na apresentação do ativo imobilizado pelo custo inicial menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

18 O método das cotas constantes utiliza taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo caso o seu valor residual não se altere.

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidência dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo estadual obedecem à NBC TSP nº 07/2017, a qual apresenta que, uma vez atendidos os critérios para reconhecimento, os ativos de infraestrutura devem ser mensurados pelo valor de custo.

O Estado de Santa Catarina adota o método linear para amortização de intangíveis quando for possível determinar a vida útil. Os intangíveis com vida útil indefinida não serão amortizados.

i. Depósitos Judiciais

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo Demais Obrigações a Longo Prazo e segue o entendimento da Nota Técnica do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN).

Os depósitos judiciais dos quais Santa Catarina não é parte, previstos na Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e na Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, foram registrados como outras receitas de capital, com reconhecimento do passivo no grupo Demais Obrigações de Longo Prazo, e seguem a Instrução de Procedimento Contábil (IPC) nº 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais.

Com base nos entendimentos e nas normas acima explanados, em 2020 a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais publicou a NTPC nº 003/2020, que trata do roteiro da contabilização dos recursos repassados ao Estado, oriundos dos depósitos judiciais dos quais o ente seja parte bem como dos depósitos de terceiros.

j. Custos dos Empréstimos

Reconheceram-se os custos dos empréstimos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

k. Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício anterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar processados.

Em 2020, o Estado de Santa Catarina passou a adotar a política de considerar as retenções de restos a pagar como pagas no momento da retenção, para fins dos controles contábeis orçamentários desses restos a pagar.

Os restos a pagar processados inscritos a partir do ano de 2017 que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício permaneceram registrados no passivo financeiro.

l. Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

m. Registro da Receita Orçamentária

Santa Catarina adota como política contábil o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta do Poder Executivo na unidade gestora que representa o Tesouro do Estado. Também têm registro de receita orçamentária os Poderes e Órgãos autônomos, os fundos especiais, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.

n. Distinção entre Circulante e não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados em sua maioria como circulante. Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2024.

o. Receita de Transações sem Contraprestação

O ICMS e o ITCMD lançados por homologação passaram a ser registrados pelo regime de competência a partir de 2018. O ICMS e o ITCMD, lançados de ofício e parcelados, são reconhecidos pelo regime de competência. O IPVA é integralmente registrado pelo regime de competência.

p. Receita de Transações com Contraprestação

As receitas de prestação de serviços e de vendas de mercadorias bem como os dividendos e distribuições similares são reconhecidos pelo regime de competência. Royalties são reconhecidos pelo regime de caixa.

q. Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)

O Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes.

Dessa forma, os decretos que aprovaram a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais estabeleceram a desvinculação das receitas do Estado relativas a impostos, taxas e multas dos seus respectivos órgãos e fundos. No entanto, essa desvinculação da receita deveria observar as exceções previstas no parágrafo único do art. 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

r. Renúncia de Receita

A política contábil para reconhecimento da renúncia de receita foi fixada pela NTPC nº 004/2018.

Em resumo, é necessária a distinção da renúncia de receita em dois tipos: despesa paga por meio do sistema tributário e gasto tributário. No caso da despesa paga pelo sistema tributário, o benefício está disponível aos recebedores, independentemente de serem ou não contribuintes de tributos. Já o gasto tributário refere-se aos benefícios que estão disponíveis apenas para os contribuintes.

Dessa forma, os gastos tributários não estão sujeitos a registros contábeis na natureza da informação patrimonial, pois não geram ativos, passivos ou receitas e despesas ao Governo. Já as despesas pagas por meio do sistema tributário devem ser contabilizadas, sob o aspecto patrimonial, como despesas (variação patrimonial diminutiva). Em ambos os casos, a renúncia não deverá ser contabilizada na natureza de informação orçamentária por não completar o estágio da arrecadação (art. 35, I, Lei nº 4.320/1964).

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e registrados na natureza de informação típica de controle e, conforme o caso, na natureza de informação patrimonial. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando mensurados com segurança (vide Nota Explicativa nº 45).

s. Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP e ao art. 31, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 1.506/2021.

t. Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador quando não reportado de forma diversa.

u. Sequestros Judiciais

Os registros contábeis dos sequestros judiciais tomam como base a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2018, que dispõe sobre o registro do ativo financeiro pelo sequestro e, após a identificação da natureza do sequestro, sobre a regularização orçamentária, com a consequente baixa do ativo financeiro.

Os valores sequestrados nas contas bancárias das quais o Estado de Santa Catarina é o titular são controlados e registrados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Já os valores sequestrados nas contas bancárias de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva unidade gestora.

v. Provisão Matemática Previdenciária

Em 2020, com a edição da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2020, Santa Catarina passou a apresentar as Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) de acordo com o regramento e as contas contábeis aplicados ao Plano Previdenciário, sendo que o resultado atuarial passou a impactar o patrimônio do Estado.

w. Aquisição Financiada de Bens

Santa Catarina adota como política para o registro orçamentário das aquisições financiadas de bens a opção em que no momento da aquisição não há registro orçamentário, conforme admitido pelo MCAPS, 8ª edição. Desse modo, ao serem pagas as parcelas, há registro de despesa orçamentária com amortizações e encargos do financiamento, não sendo registradas receitas orçamentárias porque não há previsão de efetivo ingresso nos cofres públicos.

x. Remuneração de Depósitos Bancários

O Estado adota como política reconhecer os rendimentos dos seus depósitos bancários, especialmente para identificar a vinculação de cada depósito, por meio do mecanismo da destinação, controlando as disponibilidades financeiras por fonte de recursos, conforme opção prevista no MCASP.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

ATIVOS

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R\$ milhares

| Caixa e Equivalentes de Caixa | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Conta Única - Tesouro | 14 | 291 |
| Banco do Brasil | 4.600.561 | 3.375.244 |
| Caixa Econômica Federal | 0,06 | 0,65 |
| (-) Aplicações Financeiras da Conta Única | (4.600.547) | (3.374.953) |
| Conta Única - RPPS | - | - |
| Bancos Conta Movimento - Plano Financeiro | - | 583.368 |
| Bancos Conta Movimento - Plano Previdenciário | 588.629 | - |
| Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração | 38.070 | 22.527 |
| (-) Aplicações Financeiras - Fundo Financeiro | - | (583.368) |
| (-) Aplicações Financeiras - Fundo Previdenciário | (588.629) | - |
| (-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração | (38.070) | (22.527) |
| Outras Contas | 28.091 | 23.705 |
| Conta Arrecadação - Banco Brasil | - | - |
| Banco do Brasil - Outras Contas | 2.177.232 | 1.753.377 |
| Caixa Econômica Federal | 6.567.188 | 6.080.148 |
| (-) Aplicações Financeiras - Outros Bancos | (8.716.330) | (7.809.821) |
| Arrecadação Indireta | 18.693 | 17.410 |
| Aplicações Financeiras | 13.316.876 | 11.184.774 |
| Poupança | 40.501 | 53.733 |
| Fundos | 13.095.574 | 11.061.310 |
| Outras Aplicações | 180.802 | 69.731 |
| TOTAL | 13.363.674 | 11.226.180 |

Conta Única – Tesouro

A administração financeira do Estado observa o princípio da unidade de tesouraria e é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, abrangendo todas as fontes de recursos dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual, exceto aquelas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência, aos recursos arrecadados pelo Fundo para a Infância e Adolescência e pelo Fundo Estadual do Idoso, bem como os recursos com vinculação de aplicação, junto ao agente financeiro atual (Banco do Brasil). A utilização do Sistema Financeiro de Conta Única tem o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual poderão ser aplicadas em instituições financeiras oficiais, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos. Os tipos de aplicações financeiras em que o Estado pode aplicar os seus recursos são:

- a. títulos públicos federais;*
- b. operações compromissadas lastreadas em títulos da dívida pública federal;*
- c. operações compromissadas lastreadas em títulos de responsabilidade de instituições financeiras oficiais que possuam classificação de risco equivalente aos títulos da dívida pública federal;*
- d. demais títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira oficial que possuam classificação de risco equivalente aos títulos da dívida pública federal; ou*
- e. fundos de investimento com lastro predominante em títulos públicos federais, constituídos das demais modalidades de investimento previstas acima.*

Além disso, o sistema de conta única também tem como objetivo prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, com vistas ao atendimento dos Encargos Gerais do Estado e para utilizar eventual disponibilidade que garanta a liquidez de obrigações estaduais, a fim de reduzir o custo da dívida pública (art. 132, § 2º, da LC nº 741/2019).

Para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras da Conta Única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo Aplicações Financeiras.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro” e “(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração” demonstram os recursos financeiros aplicados do RPPS. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme a Nota Explicativa nº 18.

Outras Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios e de operações de crédito.

Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. São os valores recolhidos pelos contribuintes e que ainda não foram repassados aos cofres públicos. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, e que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e de operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R\$ milhares

| 31/12/2021 | | | | |
|------------------------------|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Aplicações Financeiras | Poupança | Fundos | Outras Aplicações | TOTAL |
| Executivo | 39.370 | 5.543.527 | 0,00063 | 5.582.896 |
| Judiciário | 1.131 | 7.288.129 | - | 7.289.260 |
| Legislativo | - | 28.583 | - | 28.583 |
| Tribunal de Contas do Estado | - | - | 180.802 | 180.802 |
| Ministério Público | - | 235.335 | - | 235.335 |
| TOTAL | 40.501 | 13.095.574 | 180.802 | 13.316.876 |

Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 7,29 bilhões aplicados em fundos, R\$ 6,27 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide Nota Explicativa nº 29 - Depósitos Judiciais de Curto Prazo).

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

O crédito tributário é um direito do Estado decorrente da cobrança de tributos.

Em 2021, o valor dos créditos tributários a receber, após o ajuste de perdas, totalizou R\$ 5,77 bilhões, registrando um aumento de 51,6% quando comparado a 2020. Esses créditos são predominantemente contabilizados no Tesouro Estadual.

R\$ milhares

| Créditos Tributários a Receber | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Impostos | 3.564.159 | - | 3.564.159 | 1.730.453 | - | 1.730.453 |
| Taxas | 47.343 | - | 47.343 | 44.535 | - | 44.535 |
| Créditos Tributários Parcelados | 742.174 | - | 742.174 | 685.030 | - | 685.030 |
| Créditos Tributários PRODEC | - | 1.462.530 | 1.462.530 | - | 1.387.764 | 1.387.764 |
| Total Antes do Ajuste de Perdas | 4.353.676 | 1.462.530 | 5.816.206 | 2.460.018 | 1.387.764 | 3.847.782 |
| Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber | (45.703) | - | (45.703) | (40.242) | - | (40.242) |
| TOTAL | 4.307.972 | 1.462.530 | 5.770.503 | 2.419.776 | 1.387.764 | 3.807.540 |

Impostos

Os impostos são “transações sem contraprestação” que se referem à obrigatoriedade de transferência de recursos pelos contribuintes ao Governo sem o devido retorno de forma direta e imediata.

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto, todavia, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir tal situação e em decorrência dos princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo, que encerrou o exercício com o montante de R\$ 1,92 bilhão, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões.

Taxas

Esta conta registra os valores a receber decorrentes de prestação de serviços que apresentam como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na unidade gestora do Tesouro Estadual. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb são provisionados nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo.

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

O valor registrado na conta refere-se ao somatório das parcelas fruídas pelas empresas beneficiárias reduzidas pelo valor da receita das parcelas pagas após a carência contratual do PRODEC, observadas as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses já efetuados aos municípios. Os registros são efetuados com base em relatórios mensais emitidos pelo FADESC.

12. CLIENTES

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas, em geral receitas provenientes de transações e eventos com contraprestação.

R\$ milhares

| Valores a Receber por Tipo de Receita | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------|---------------|
| Faturas/Duplicatas a Receber sobre Vendas | 374 | 303 |
| Faturas/Duplicatas a Receber sobre Prestação de Serviços | 9.786 | 37.802 |
| TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 10.160 | 38.105 |
| (-) Ajuste de Perdas de Clientes | (4.438) | (2.623) |
| TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 5.722 | 35.482 |

Em 2021, do saldo registrado na conta Clientes antes do ajuste de perdas, 96,3% referem-se a valores a receber sobre a prestação de serviços. Evidenciou-se uma redução de 73,3% no total de valores a receber antes do ajuste de perdas na comparação com 2020. Se for considerado o valor de ajuste de perdas de clientes, o saldo registrado na conta Clientes reduziu 83,9% na comparação com 2020.

Na tabela a seguir são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

R\$ milhares

| Unidade Gestora | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------|---------------|
| 520099 - Diretoria do Tesouro Estadual (Setorial Financeira) | 4.185 | 2.513 |
| 440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina | 4.058 | 1 |
| 470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais | 773 | 33.741 |
| 440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina | 684 | 1.201 |
| 540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville | 258 | 201 |
| 540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis | 92 | - |
| 540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis | 77 | 49 |
| 410009 - Fundação Catarinense de Cultura | 17 | - |
| 540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó | 8 | 399 |
| 260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina | 8 | - |
| 450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina | 1 | 0,5 |
| 540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul | 0,0005 | 0,00005 |
| TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 10.160 | 38.105 |
| (-) Ajuste de Perdas de Clientes | (4.438) | (2.623) |
| TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 5.722 | 35.482 |

Destaque para a redução de 97,7% no saldo a receber do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais, que se refere à regularização de faturas/duplicatas a receber sobre a prestação de serviços lançadas a maior em exercícios anteriores para adequação à Norma Brasileira de Contabilidade, Interpretação Técnica Geral (ITG 2000 – R1), a qual estabelece que a escrituração contábil deve ser executada com base em documentos ou em elementos que comprovem ou evidenciem os fatos contábeis.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São registrados nesta conta os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos. O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos registrou um aumento de 40,3% após o ajuste de perdas quando comparado a 2020.

Na tabela a seguir são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

R\$ milhares

| Unidades Gestoras | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina | 14.047 | 813 | 14.861 | 16.341 | 813 | 17.154 |
| Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina | - | 8.040 | 8.040 | - | 7.791 | 7.791 |
| Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural | 3.311 | 194.716 | 198.027 | 6.223 | 106.382 | 112.605 |
| Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina | - | 14.493 | 14.493 | - | 14.493 | 14.493 |
| Encargos Gerais | - | 29.578 | 29.578 | - | 41.014 | 41.014 |
| TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 17.359 | 247.640 | 264.999 | 22.564 | 170.494 | 193.059 |
| (-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | (13.709) | - | (13.709) | (13.909) | - | (13.909) |
| TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 3.650 | 247.640 | 251.291 | 8.656 | 170.494 | 179.150 |

Destaque para as unidades gestoras Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina e Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR), que juntas são detentoras de 77,8% do valor total registrado na conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos antes do ajuste de perdas, totalizando R\$ 206,07 milhões, distribuídos nos projetos listados a seguir.

R\$ milhares

| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 31/12/2021 | | |
|---|--------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina | - | 8.040 | 8.040 |
| FINSOCIAL Infraestrutura - F. Terras | - | 349 | 349 |
| Crédito Fundiário - F. Terras | - | 4.231 | 4.231 |
| Infraestrutura - F. Terras | - | 3.460 | 3.460 |
| Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural | 3.311 | 194.716 | 198.027 |
| Projeto Terra Boa - Forrageiras - FDR | 2.502 | - | 2.502 |
| Projeto Água para o Campo - CISTERNAS - FDR | 809 | - | 809 |
| Fomento CM Geral - FDR | - | 153.683 | 153.683 |
| Crédito de Emergência - FDR | - | 16.313 | 16.313 |
| Projeto Florestal Geração de Trabalho e Renda - FDR | - | 20.021 | 20.021 |
| Projeto Água para o Campo - CISTERNAS - FDR | - | 4.491 | 4.491 |
| Empréstimos Concedidos a Receber | - | 208 | 208 |
| TOTAL | 3.311 | 202.756 | 206.067 |

14. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

R\$ milhares

| Dívida Ativa Tributária | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| ICMS | 338.421 | 20.527.063 | 20.865.484 | 883.801 | 19.070.871 | 19.954.672 |
| IPVA | 43.157 | 561.201 | 604.358 | 48.387 | 555.027 | 603.414 |
| ITCMD | 10.821 | 125.665 | 136.486 | 21.880 | 117.814 | 139.695 |
| Outros Créditos | 2.002 | 130.289 | 132.291 | 1.234 | 127.607 | 128.842 |
| TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 394.401 | 21.344.218 | 21.738.619 | 955.303 | 19.871.320 | 20.826.622 |
| (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária | - | (21.311.440) | (21.311.440) | (568.259) | (19.836.524) | (20.404.783) |
| TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 394.401 | 32.778 | 427.179 | 387.044 | 34.796 | 421.840 |

Em 2021, o saldo da dívida ativa tributária, que é composto pelos créditos tributários a receber com prazo de pagamento vencido, foi de R\$ 21,74 bilhões, gerando um aumento de 4,4% quando comparado a 2020 (R\$ 20,83 bilhões). O ICMS, principal tributo que compõe esse saldo, representa 96% do total da dívida ativa tributária antes do ajuste de perdas, seguido pelo IPVA (2,8%) e pelo ITCMD (0,6%).

Cabe destacar que, em 2021, não houve ajustes para perdas no que se refere aos valores inscritos em dívida ativa de curto prazo, uma vez que a estimativa estadual considera como ajustes a diferença entre o valor a arrecadar previsto na Lei Orçamentária Anual na rubrica da dívida ativa e o total de dívida ativa a curto prazo a arrecadar estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF. O valor deste último foi maior que o previsto na LOA.

A metodologia utilizada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária está detalhada na Nota Explicativa nº 16.

Evolução do Saldo do Estoque da Dívida Ativa Tributária

A evolução do saldo do estoque da dívida ativa tributária nos últimos quatro anos é apresentada a seguir.

R\$ milhares

| Estoque da Dívida Ativa Tributária | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| ICMS | 20.865.484 | 19.954.672 | 18.084.601 | 15.765.410 |
| IPVA | 604.358 | 603.414 | 631.498 | 481.714 |
| ITCMD | 136.486 | 139.695 | 119.965 | 115.238 |
| Outros Créditos | 132.291 | 128.842 | 123.115 | 115.497 |
| TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 21.738.619 | 20.826.622 | 18.959.179 | 16.477.859 |
| (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária | (21.311.440) | (20.404.783) | (18.622.541) | (16.230.522) |
| TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 427.179 | 421.840 | 336.639 | 247.337 |

Outros Créditos

Em 2021, estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber (R\$ 71,32 milhões) pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça referentes aos registros de custas judiciais – civis e penais.

Também estão sendo considerados na composição do saldo da dívida ativa tributária os créditos previdenciários parcelados (R\$ 0,23 milhão) registrados no Fundo Financeiro, relativos a parcelamentos feitos pelas prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina, no período em que os servidores municipais contribuíam para o RPPS. Parte do saldo foi reclassificada para o circulante (conta contábil 1.1.3.6.5.02 - Contribuições Previdenciárias Parceladas). Tais créditos são oriundos de parcelamentos feitos em 20 anos, o que fez com que as parcelas mensais se tornassem pequenas em relação ao saldo devedor. Esse valor não está sendo considerado no quadro Cobrança da Dívida Ativa Tributária.

Cobrança da Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

| Cobrança da Dívida Ativa Tributária | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|
| Estoque da Dívida Ativa Tributária | 21.738.387 | 20.826.119 | 18.958.405 |
| Cobrança no Exercício | 603.283 | 318.002 | 365.163 |

Fonte: Diretoria do Tesouro Estadual/SEF

De acordo com o Relatório de Dívida Ativa do Estado, expedido pela Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, o trabalho desenvolvido por especialistas possibilitou realizar 290.828 contatos com contribuintes inadimplentes durante o ano de 2021. Esse trabalho resultou em uma recuperação de R\$ 383,70 milhões pagos à vista e em R\$ 971,95 milhões em novos parcelamentos.

A íntegra com as informações sobre a dívida ativa tributária está contida no Relatório de Dívida Ativa do Estado, acostado ao Volume 2 do Balço Geral do Estado.

15. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas, como a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, o Fundo de Reaparelhamento da Justiça, a CIDASC, entre outros, em função de suas atividades-fins. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide Nota Explicativa nº 16).

R\$ milhares

| Dívida Ativa não Tributária | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Dívida Ativa não Tributária Antes do Ajuste de Perdas | 38.194 | 723.250 | 761.444 | 32.635 | 663.912 | 696.546 |
| (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária | (1.115) | (722.129) | (723.243) | (7.001) | (662.754) | (669.755) |
| TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 37.080 | 1.121 | 38.201 | 25.633 | 1.158 | 26.791 |

Destaque para o registro de reclassificação realizado em dezembro de 2021 na unidade gestora 520099 - Diretoria do Tesouro Estadual. Por meio da Nota de Lançamento nº 2021NL213618, foi realizada a reclassificação de créditos a receber em Dívida Ativa não Tributária no montante de R\$ 12,57 milhões para o Ativo Circulante, como previsto na Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2022, conforme relatórios encaminhados pela Gerência de Arrecadação Tributária à Gerência de Contabilidade do Tesouro, ambas da SEF.

R\$ milhares

| Cobrança da Dívida Ativa não Tributária | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Estoque da Dívida Ativa não Tributária | 761.444 | 696.546 |
| Cobrança no Exercício | 47.238 | 34.440 |

Fonte: Diretoria do Tesouro Estadual/SEF

16. AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS

O saldo da conta Ajuste de Perdas de Créditos é detalhado a seguir.

R\$ milhares

| Ajuste de Perdas de Créditos | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber | 45.703 | - | 45.703 | 40.242 | - | 40.242 |
| (-) Ajuste de Perdas de Clientes | 4.438 | - | 4.438 | 2.623 | - | 2.623 |
| (-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 13.709 | - | 13.709 | 13.909 | - | 13.909 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária | - | 21.311.440 | 21.311.440 | 568.259 | 19.836.524 | 20.404.783 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária | 1.115 | 722.129 | 723.243 | 7.001 | 662.754 | 669.755 |
| TOTAL | 64.965 | 22.033.569 | 22.098.534 | 632.034 | 20.499.277 | 21.131.312 |

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária e não Tributária

A 8ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 877/2018, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário (vide Nota Explicativa nº 17):

1. *média percentual de recebimentos passados; e*
2. *saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.*

No que tange à dívida ativa de longo prazo, a metodologia utiliza a média percentual dos recebimentos passados, sendo calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e o número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

No tocante à dívida ativa de curto prazo, o cálculo é realizado pela diferença entre o valor estimado de recebimento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF. Em 2021, não houve registro de ajuste para perdas de dívida ativa de curto prazo.

17. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES

R\$ milhares

| Demais Créditos e Valores | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Adiantamentos Concedidos a Pessoal | 1.909 | - | 1.909 | 14.945 | - | 14.945 |
| Suprimento de Fundos/Diárias | 28.683 | - | 28.683 | 26.821 | - | 26.821 |
| Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros) | 3.539.241 | - | 3.539.241 | 2.327.011 | - | 2.327.011 |
| Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais | 163.522 | - | 163.522 | 114.968 | - | 114.968 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 1.200 | - | 1.200 | - | - | - |
| Tributos a Recuperar/Compensar | 7.691 | - | 7.691 | 9.990 | - | 9.990 |
| Créditos por Danos ao Patrimônio | 290.848 | 419 | 291.267 | 228.363 | - | 228.363 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 190.921 | 94.502 | 285.423 | 252.774 | 103.546 | 356.320 |
| Outros Créditos e Valores a Receber | 248.215 | 112.705 | 360.920 | 221.587 | 147.687 | 369.274 |
| TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 4.472.230 | 207.626 | 4.679.856 | 3.196.460 | 251.233 | 3.447.693 |
| (-) Ajuste de Perdas | (98.902) | (1.506) | (100.408) | (54.587) | (4.150) | (58.736) |
| TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 4.373.328 | 206.119 | 4.579.447 | 3.141.874 | 247.083 | 3.388.956 |

Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Em 2021, o grupo Adiantamentos Concedidos a Pessoal, em que consta registrado o adiantamento a pessoal referente a 1/3 de férias, encerrou o exercício com um saldo de R\$ 1,90 milhão, o que representa uma redução de 87,2% quando comparado a 2020 (R\$ 14,95 milhões).

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação dos saldos por tipo de transferência.

R\$ milhares

| Adiantamentos de Transferências Voluntárias | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|------------------|
| Convênios | 2.276.872 | 1.795.535 |
| Contratos de Gestão | 704.183 | 191.781 |
| Termos de Fomento ou Colaboração | 283.640 | 149.403 |
| Contrato de Apoio Financeiro - PF e PJ | 91.935 | 94.122 |
| Contrato de Apoio à Pesquisa | 98.962 | 54.245 |
| Subvenções Sociais | 58.198 | 19.903 |
| Subvenções Econômicas | 16.963 | 16.010 |
| Termos de Parceria | 8.488 | 6.012 |
| TOTAL | 3.539.241 | 2.327.011 |

As unidades gestoras com maiores saldos de convênios transferidos são as seguintes:

R\$ milhares

| Unidades Gestoras | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------------|------------------|
| Fundo Estadual de Saúde | 978.871 | 656.348 |
| Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade | 569.282 | 399.123 |
| Fundo Estadual de Apoio aos Municípios | 357.470 | 378.754 |
| Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC | 117.247 | 116.747 |
| Secretaria de Estado da Educação | 67.572 | 67.014 |
| Fundo Pró-Emprego | 53.708 | 52.526 |
| Fundação Catarinense de Esporte | 24.743 | 21.935 |
| Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina | 22.090 | 20.128 |
| Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural | 20.714 | 20.541 |
| Demais Unidades Gestoras | 65.174 | 62.420 |
| TOTAL | 2.276.872 | 1.795.535 |

Em 2021, o montante de convênios repassado às unidades gestoras foi de R\$ 2,28 bilhões, 26,8% superior se comparado ao exercício de 2020. Destaque para o Fundo Estadual de Saúde, que concedeu R\$ 978,87 milhões, registrando um aumento de 49,1% na comparação com 2020 (R\$ 656,35 milhões).

Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais

Constam registrados nesta conta os valores referentes à antecipação de repasse constitucional do PRODEC aos municípios. Em 2021, o saldo registrado foi de R\$ 163,52 milhões, 42,2% maior se comparado ao exercício de 2020 (R\$ 114,97 milhões).

Créditos por Danos ao Patrimônio

Conta que registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, bem como outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

R\$ milhares

| Créditos por Danos ao Patrimônio | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|----------------|----------------|
| Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE | 72.660 | 46.137 |
| Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados | 61.011 | 60.356 |
| Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos | 54.130 | 41.874 |
| Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico - TCE | 45.185 | 17.121 |
| Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas | 36.023 | 37.617 |
| Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - TCE | 19.365 | 22.743 |
| Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário | 1.652 | 1.663 |
| Créditos a Receber Decorrentes de Danos de Terceiros Causados em Rodovias Estaduais | 762 | 777 |
| Demais Créditos por Danos ao Patrimônio | 478 | 75 |
| TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 291.267 | 228.363 |
| (-) Ajuste de Perdas | (2.417) | (2.442) |
| TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 288.850 | 225.921 |

Em 2021, o saldo de créditos por danos ao patrimônio (R\$ 291,27 milhões) teve um aumento de 27,6% quando comparado ao exercício de 2020 (R\$ 228,36 milhões). Destaque para a conta Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico - TCE (R\$ 45,19 milhões), que teve um acréscimo de 163,9% na comparação com 2020 (R\$ 17,12 milhões). Grande parte desse acréscimo ocorreu devido à reclassificação de saldo proveniente de registros em responsabilidade na conta Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE.

Em relação ao saldo registrado na conta Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos, a maior parte corresponde ao registro da inscrição em responsabilidade na unidade gestora 480091, em virtude do procedimento adotado para a aquisição de 200 respiradores pulmonares destinados às ações contra a Covid-19 pelo Fundo Estadual de Saúde, em 2020, por meio do qual foram liquidados e pagos R\$ 33 milhões de forma antecipada. Contudo, os equipamentos não foram recebidos.

Visando apurar o ocorrido, foram abertos os seguintes processos:

- *Processo SES nº 57.000/2020 – inscrição em responsabilidade e registro da doação de equipamentos;*
- *Processo SES nº 49.615/2020 – apuração das supostas irregularidades;*
- *Processo CGE nº 306/2020 – avocação da sindicância pela CGE;*
- *Processo RLI nº 20/00179260 – autuação pelo TCE-SC; e*
- *Processo SEF nº 13.272/2020 – recuperação judicial de parte do valor.*

Cumprе ressaltar que ainda não foi feita qualquer devolução de recurso ao Estado e que os valores são os vinculados às Ações de nºs 5034167-45.2020.8.24.0023, 5033754-32.2020.8.24.0023 e 5077245-55.2021.8.24.0023, que atualmente remontam à quantia de R\$ 19.007.184,14, de acordo com a Informação NAG/PGE nº 57/2021, de 3 de dezembro de 2021. Dessa quantia, conforme relatado na referida informação, R\$ 4.899.859,17 estão atrelados à ação nº 5077245-55.2021.8.24.0023, que está sob sigilo e que se refere apenas às constrições judiciais de dinheiro, sendo que em outros bens e créditos o valor total já indisponibilizado dos réus supera R\$ 34 milhões.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias em virtude de litígios judiciais e de pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

R\$ milhares

| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias | 118.347 | - | 118.347 | 130.861 | - | 130.861 |
| Conta Especial Precatórios | 72.574 | - | 72.574 | 121.914 | - | 121.914 |
| Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções | - | 83.402 | 83.402 | - | 78.002 | 78.002 |
| Depósitos Judiciais | - | 8.969 | 8.969 | - | 9.365 | 9.365 |
| Depósitos para Interposição de Recursos | - | 1.210 | 1.210 | - | 6.271 | 6.271 |
| Valores Apreendidos por Decisão Judicial | - | 916 | 916 | - | 9.572 | 9.572 |
| Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | - | 6 | 6 | - | 336 | 336 |
| TOTAL | 190.921 | 94.502 | 285.423 | 252.774 | 103.546 | 356.320 |

Segue tabela com os valores por unidade gestora.

R\$ milhares

| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Fundo para Melhoria da Segurança Pública | - | 127 | 127 | - | 127 | 127 |
| Fundo Estadual de Saúde | 68.193 | - | 68.193 | 66.737 | 330 | 67.067 |
| Diretoria do Tesouro Estadual | 48.415 | - | 48.415 | 139.164 | - | 139.164 |
| Encargos Gerais do Estado | 72.574 | 83.429 | 156.003 | 38.801 | 78.030 | 116.831 |
| Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina | - | 901 | 901 | 245 | 14.592 | 14.837 |
| Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina | - | 5.267 | 5.267 | - | 5.899 | 5.899 |
| Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina | 1.661 | 4.025 | 5.686 | 1.605 | 3.815 | 5.420 |
| Fundo Financeiro | - | - | - | 4.581 | - | 4.581 |
| Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade | - | - | - | 1.518 | - | 1.518 |
| Demais Unidades Gestoras | 78 | 752 | 830 | 123 | 752 | 875 |
| TOTAL | 190.921 | 94.502 | 285.423 | 252.774 | 103.546 | 356.320 |

Em 2021, o somatório dos valores de depósitos restituíveis e dos valores vinculados registrados no Fundo Estadual de Saúde, na Diretoria do Tesouro Estadual e na unidade gestora Encargos Gerais representa 95,5% do valor total do Estado. Destaque para a unidade gestora Encargos Gerais, que apresenta o saldo de R\$ 156 milhões, registrando um aumento de 33,5% na comparação com 2020 (R\$ 116,83 milhões). Parte desse montante (46,5%) refere-se a precatórios (R\$ 72,57 milhões), inscritos no Ativo Circulante, para possibilitar a execução orçamentária por essa unidade gestora, conforme estabelecido na ITC nº 13/2020 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. No Ativo não Circulante, encontram-se registrados os Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções (R\$ 83,40 milhões).

Outros Créditos e Valores a Receber

R\$ milhares

| Outros Créditos e Valores a Receber | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores | 25.846 | - | 25.846 | 24.629 | - | 24.629 |
| Multas de Trânsito a Receber | 76.097 | - | 76.097 | 33.677 | - | 33.677 |
| Dividendos Propostos a Receber | 31.986 | - | 31.986 | 31.986 | - | 31.986 |
| Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens | 39.606 | 9.021 | 48.627 | 28.319 | 14.544 | 42.864 |
| Créditos a Receber Decorrentes de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha Pagamento | 34.989 | - | 34.989 | - | - | - |
| Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores | - | - | - | 26.998 | - | 26.998 |
| Créditos a Receber de Empresas Estatais | 18.000 | - | 18.000 | 18.000 | - | 18.000 |
| Demais Créditos e Valores a Receber | 21.690 | 103.684 | 125.375 | 57.978 | 133.142 | 191.121 |
| TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 248.215 | 112.705 | 360.920 | 221.587 | 147.687 | 369.274 |
| (-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores | (96.485) | (1.458) | (97.943) | (52.145) | (4.150) | (56.295) |
| TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 151.729 | 111.247 | 262.977 | 169.442 | 143.537 | 312.979 |

O saldo da conta Multas de Trânsito a Receber encerrou o exercício com R\$ 76,10 milhões, registrando um aumento de 126% quando comparado a 2020 (R\$ 33,68 milhões). Desse montante, 99,8% está registrado na unidade gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (R\$ 75,94 milhões). Em 2021, foi efetuado o registro da provisão para perdas na conta Multas de Trânsito a Receber no curto prazo, no valor de R\$ 35,64 milhões, cujo montante foi calculado levando em conta os valores por ano de emissão da multa. Para o cálculo dos valores, consideram-se os débitos de todos os exercícios.

O saldo total da conta Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens (R\$ 48,60 milhões), que são valores a receber pela utilização de faixas de domínio em rodovias, teve um aumento de 13,4% em 2021 se comparado a 2020 (R\$ 42,86 milhões), sendo motivado pela reclassificação de saldo do Ativo não Circulante para o Ativo Circulante, bem como pela atualização de valores registrados na referida conta. A maior parte desse saldo está registrada na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que é detentora de 99,98% do valor, conforme pode ser identificado a seguir.

R\$ milhares

| Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Fundação Catarinense de Cultura | 23 | - | 23 | 6 | - | 6 |
| Assembleia Legislativa do Estado | 4 | - | 4 | 4 | - | 4 |
| Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade | 39.579 | 9.021 | 48.600 | 28.310 | 14.544 | 42.854 |
| TOTAL | 39.606 | 9.021 | 48.627 | 28.319 | 14.544 | 42.864 |

Destacam-se em demais créditos e valores a receber no longo prazo: a reclassificação para o Ativo Circulante de R\$ 33,25 milhões a receber decorrentes do direito de exploração de serviços bancários junto ao Banco do Brasil S.A., referentes à operacionalização da folha de pagamento, e o saldo de R\$ 85,19 milhões em incentivos fiscais no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina.

Também estão incluídos em demais créditos e valores a receber no longo prazo R\$ 15,65 milhões referentes à contribuição patronal antecipada. A lei que criou a Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina (SCPREV) determinou que o Estado, por meio da unidade gestora Encargos Gerais, antecipasse a contribuição patronal, conforme o art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 661/2015 e o inciso III do art. 2º do Decreto Estadual nº 553/2015. Assim, Santa Catarina aportará recursos na SCPREV até o limite de R\$ 20 milhões, destinados à cobertura das despesas administrativas e aos benefícios de risco, a título de adiantamento de contribuições futuras.

18. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

Os investimentos e as aplicações temporárias registrados no Ativo Circulante abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS) e que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção da conta Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento, são considerados caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (vide Nota Explicativa nº 36).

Permanece no Ativo não Circulante o saldo de R\$ 57.829,39 em ações, registrado na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

R\$ milhares

| Investimentos e Aplicações Temporárias | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Fundos de Investimento em Renda Fixa | 588.629 | - | 588.629 | 583.368 | - | 583.368 |
| Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS | 38.070 | - | 38.070 | 22.527 | - | 22.527 |
| Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento | - | - | - | 160 | - | 160 |
| Ações | - | 58 | 58 | - | 58 | 58 |
| TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS | 626.699 | 58 | 626.757 | 606.055 | 58 | 606.113 |
| (-) Ajuste de Perdas em Títulos, Valores Mobiliários e Imóveis | - | (8) | (8) | - | (8) | (8) |
| TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS | 626.699 | 50 | 626.749 | 606.055 | 50 | 606.106 |

Em 2021, houve um aumento de 69% no saldo registrado em Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS quando comparado ao exercício de 2020 (R\$ 22,53 milhões).

19. ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2021, o saldo registrado foi de R\$ 616,16 milhões, com um acréscimo de 114,4% se comparado a 2020 (R\$ 287,44 milhões).

R\$ milhares

| Estoques | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Circulante |
| Almoxarifado | 579.119 | 266.038 |
| Produtos e Serviços Acabados | 704 | - |
| Mercadorias para Revenda | 688 | 931 |
| Produtos e Serviços em Elaboração | 477 | - |
| Matérias-Primas | 63 | - |
| Outros Estoques | 35.108 | 20.476 |
| (-) Ajustes para Perdas com Estoques | (1) | (1) |
| TOTAL | 616.157 | 287.444 |

Destaque para o saldo da conta Almojarifado, que em 2021 teve um aumento de 117,7% quando comparado ao exercício de 2020. Do montante registrado (R\$ 579,12 milhões), 76,8% pertencem à unidade gestora Fundo Estadual de Saúde. Segundo o processo SES nº 144937/2021, o valor registrado na conta Almojarifado nessa unidade gestora encontra-se em verificação em virtude de ajustes que estão sendo realizados no sistema informatizado.

R\$ milhares

| Estoque por Unidade Gestora | Saldo em 31/12/2020 | Varição Positiva em 2021 | Varição Negativa em 2021 | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|
| Fundo Estadual de Saúde | 184.524 | 957.073 | 696.832 | 444.766 |
| Secretaria de Estado da Educação | 12.113 | 309.914 | 263.598 | 58.429 |
| Secretaria de Estado da Saúde | 28.698 | 3.510 | 2.785 | 29.424 |
| Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina | 16.061 | 29 | 29 | 16.061 |
| Fundo de Melhoria da Polícia Militar | 12.022 | 67.696 | 66.430 | 13.287 |
| Tribunal de Justiça do Estado | 9.094 | 29.099 | 27.846 | 10.347 |
| Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó | 840 | 9.842 | 3.981 | 6.700 |
| Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville | 2.666 | 3.250 | 69 | 5.848 |
| Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC) | 3.780 | 66.232 | 64.456 | 5.557 |
| Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar | 703 | 14.290 | 10.509 | 4.484 |
| Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis | 2.208 | 305 | - | 2.513 |
| Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina | 978 | 17.025 | 15.754 | 2.249 |
| Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina | 1.990 | 12.522 | 12.459 | 2.053 |
| Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina | 1.672 | 5.673 | 5.538 | 1.808 |
| Ministério Público do Estado de Santa Catarina | 1.197 | 4.429 | 3.941 | 1.685 |
| Fundo de Melhoria da Polícia Civil | 1.617 | 14.251 | 14.511 | 1.357 |
| Fundação Catarinense de Esporte | 784 | 3.001 | 2.513 | 1.272 |
| Demais Unidades Gestoras | 6.497 | 54.573 | 52.753 | 8.317 |
| TOTAL | 287.444 | 1.572.715 | 1.244.001 | 616.157 |

Em 2021, três unidades gestoras encerraram o exercício com mercadorias em estoque para revenda. Do valor total registrado (R\$ 687.756,97), 89,5% pertencem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (R\$ 615.789,48).

R\$ milhares

| Mercadorias para Revenda por Unidade Gestora | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| | Circulante | Circulante |
| Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina | 616 | 774 |
| Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural | 68 | 68 |
| Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina | 4 | 89 |
| TOTAL | 688 | 931 |

20. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPDS) PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. As VPDs incluem no ativo não circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R\$ milhares

| Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|--|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 2.225 | - | 2.225 | 7.448 | - | 7.448 |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar | 16.644 | - | 16.644 | 3.791 | - | 3.791 |
| Outras VPDs a Apropriar | 52 | - | 52 | 8.834 | - | 8.834 |
| Subvenções Econômicas Concedidas | - | 262.425 | 262.425 | - | 268.279 | 268.279 |
| Ressarcimento de Despesas Concedidas | - | 1.354 | 1.354 | - | 1.354 | 1.354 |
| TOTAL | 18.921 | 263.779 | 282.700 | 20.073 | 269.633 | 289.706 |

A conta Assinaturas e Anuidades a Apropriar apresentou uma variação positiva de R\$ 12,85 milhões em relação ao ano de 2020. Desse valor, 93,6% referem-se a gastos pagos antecipadamente com serviços e/ou locação de software por meio do Tribunal de Justiça do Estado (R\$ 7,09 milhões) e do Fundo de Reparelhamento da Justiça (R\$ 4,94 milhões).

21. INVESTIMENTOS

Os investimentos são as aplicações de longo prazo que devem produzir benefícios pela sua permanência no patrimônio do ente público. São representados principalmente pela participação do Estado no capital das empresas públicas e sociedades de economia mista, por meio de ações ou quotas dessas entidades.

R\$ milhares

| Investimentos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|------------------|
| Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial | 4.050.312 | 3.483.136 |
| Participação em Empresas | 3.633.160 | 3.235.410 |
| Adiantamento para Aumento de Capital | 417.153 | 247.727 |
| Participação – Método do Custo | 643 | 312 |
| Propriedade para Investimento | 63.439 | 63.426 |
| TOTAL | 4.114.395 | 3.546.874 |

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais superavitárias quanto em empresas estatais dependentes¹⁹, além das participações em outras empresas.

O Método da Equivalência Patrimonial (MEP) reflete o percentual de participação da investidora no capital social da investida, e sobre o patrimônio líquido desta é calculada a proporção do investimento. No exercício atual, a conta Participações em Empresas apresentou um aumento de 12,3% em relação a 2020, sendo essa variação resultante, em sua maior parte, dos registros de atualização positiva do MEP sobre o patrimônio líquido da Celesc (Processo SEF nº 03269/2020), da CASAN (Processo SEF nº 03268/2020) e do BRDE²⁰ (Processo SEF nº 03267/2020), apurados em 31/12/2020 e 30/9/2021, e nos valores de R\$ 152,90 milhões²¹, R\$ 125,07 milhões e R\$ 88,06 milhões, respectivamente.

Em 2021, também ocorreu reclassificação de saldo na participação societária do Estado de Santa Catarina junto ao Plaza Caldas da Imperatriz Resort & SPA. O reconhecimento na participação foi alterado do Método de Equivalência Patrimonial para o Método de Custo, pois o percentual de participação de 5,23% nessa empresa está abaixo dos 20% estabelecidos no Item II do art. 5º da Instrução CVM nº 247/1996.

Essa reclassificação refletiu em uma diminuição no saldo da conta Participações Societárias - Método de Equivalência Patrimonial no montante de R\$ 3,33 milhões e de um aumento de R\$ 337,60 mil no saldo da conta Participação - Método de Custo. A diferença, considerada em 2020 como variação positiva de equivalência patrimonial, foi lançada na conta Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ 2,99 milhões), diminuindo a referida conta, conforme o Processo SEF nº 03270/2020.

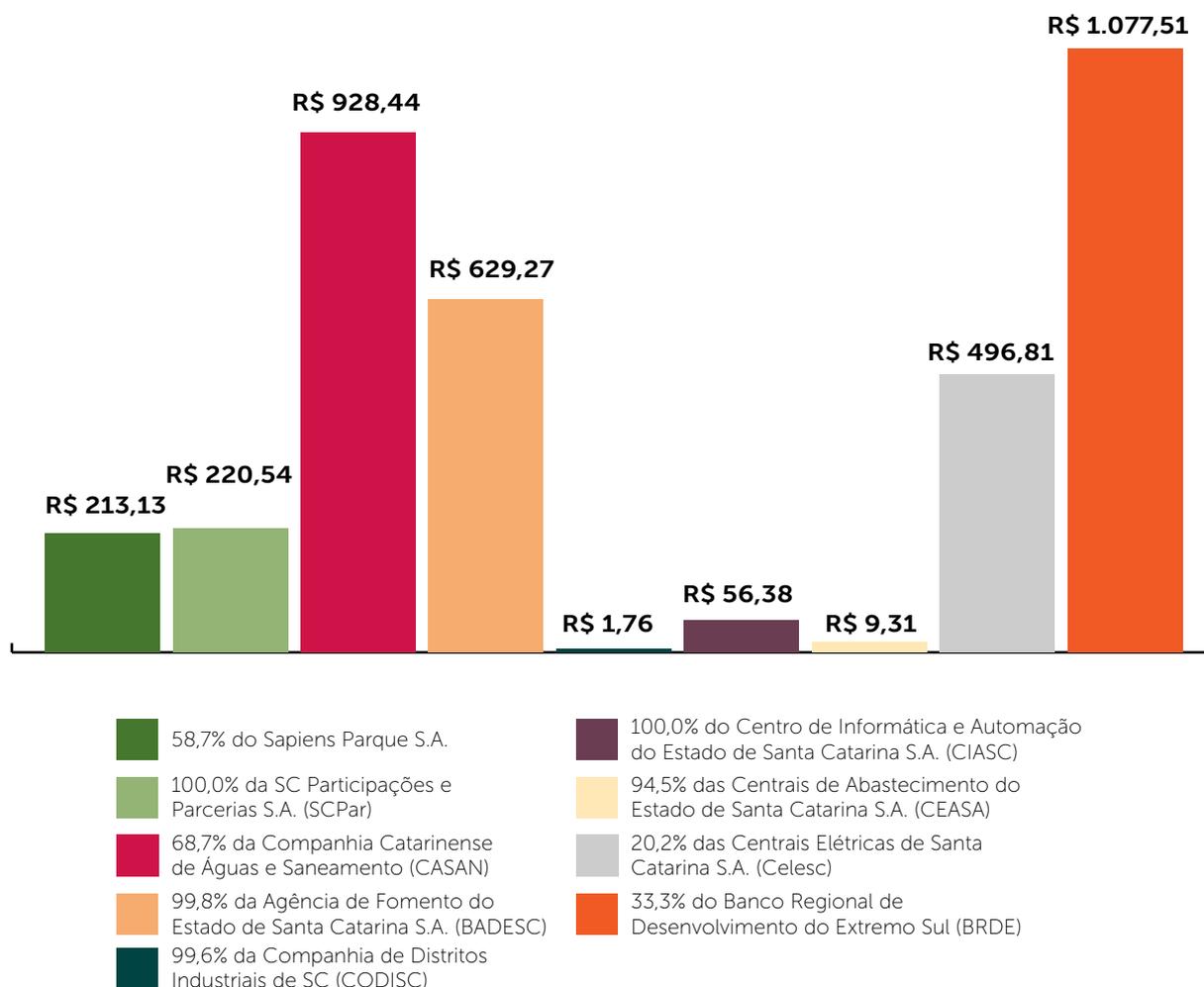
19 Epagri, Santur, COHAB e CIDASC (os valores de participações nas empresas estatais dependentes são classificados como intraorçamentários e computados de forma consolidada, ou seja, não são considerados nessa nota).

20 O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) é uma autarquia especial interestadual criada pelos estados da Região Sul, portanto não tem o seu capital dividido em ações. A participação é 100% do resultado da agência do BRDE em Florianópolis/SC.

21 Em relação à Celesc, foi debitado na conta contábil 1.2.2.1.1.01.01.00 o valor de R\$ 162,82 milhões referente ao resultado positivo pelo MEP e foi creditado o valor de R\$ 9,92 milhões de dividendos a receber do exercício de 2020, conforme o Ofício GAEGE nº 278/2021 e o Processo SEF nº 03269/2020.

Na sequência são apresentados os percentuais de participações societárias do Estado nos capitais sociais das empresas investidas e os respectivos valores dos investimentos correspondentes pelo MEP.

Participação Societária do Estado nas Empresas e Valor do Investimento pelo MEP (R\$ milhões)



Para mais detalhes referentes à participação acionária do Estado, consultar o Volume 2 deste Balanço Geral.

Adiantamento para Aumento de Capital

A conta Adiantamento para Aumento de Capital (1.2.2.1.1.01.03.00) representa os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital. Em 2021, houve uma variação positiva de 68,4% em relação ao exercício de 2020.

Os maiores valores aportados nessa conta contábil foram para o BADESC (R\$ 82,00 milhões) e para a CASAN (R\$ 127,83 milhões). O primeiro decorre do Decreto Estadual nº 906, de 26 de outubro de 2020, e refere-se ao Fundo de Aval do Estado de Santa Catarina (FAE/SC), prevendo aportes do Estado no total de R\$ 164,00 milhões, em 24 parcelas, a partir de outubro de 2020. O segundo saldo é relativo ao programa Planejamento Hídrico, conforme o Processo SEF nº 9977/2021.

Até o prazo-limite para os registros contábeis na contabilidade do Estado, as empresas acima mencionadas não haviam publicado as demonstrações contábeis referentes a 31/12/2021, motivo pelo qual os valores ainda constam registrados como adiantamento de capital no Estado.

Propriedades para Investimento

Estão registrados na conta Propriedades para Investimento os imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado (Fundo Financeiro). Alguns desses imóveis são mantidos para aluguel a órgãos do próprio Estado e estão sendo utilizados nas atividades-fins dos órgãos locatários, o que os caracteriza como ativo imobilizado quando se analisa de forma consolidada o patrimônio estadual. A Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais optou por não reclassificar o ativo no balanço consolidado e por evidenciá-lo conforme a classificação original no Fundo Financeiro.

R\$ milhares

| Propriedades para Investimento | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Edifícios | 25.176 | 25.176 |
| Terrenos | 38.263 | 38.250 |
| TOTAL | 63.439 | 63.426 |

22. IMOBILIZADO

São os itens tangíveis utilizados na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, ou usados para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, os quais serão utilizados por mais de um exercício.

R\$ milhares

| Imobilizado | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|--|-----------------|------------------------------------|---------------|-----------------|------------------------------------|---------------|
| | Custo Corrigido | Depreciação/ Amortização Acumulada | Valor Líquido | Custo Corrigido | Depreciação/ Amortização Acumulada | Valor Líquido |
| Bens Móveis | 3.202.745 | (1.449.746) | 1.752.999 | 2.868.906 | (1.286.620) | 1.582.287 |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 1.146.428 | (475.218) | 671.210 | 1.024.782 | (423.300) | 601.482 |
| Equipamentos de Tecnologia da Informação | 597.103 | (294.515) | 302.588 | 482.352 | (250.429) | 231.923 |
| Móveis e Utensílios | 421.278 | (177.328) | 243.949 | 385.190 | (158.219) | 226.971 |
| Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação | 118.661 | (2.163) | 116.498 | 117.896 | (1.769) | 116.127 |
| Veículos | 836.812 | (463.255) | 373.556 | 779.508 | (420.153) | 359.355 |
| Armamentos | 67.748 | (34.194) | 33.554 | 61.222 | (28.682) | 32.540 |
| Semoventes | 1.028 | (574) | 454 | 971 | (498) | 473 |

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

| Imobilizado | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|-------------------|------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------------------------|-------------------|
| | Custo Corrigido | Depreciação/ Amortização Acumulada | Valor Líquido | Custo Corrigido | Depreciação/ Amortização Acumulada | Valor Líquido |
| Demais Bens Móveis | 13.688 | (2.499) | 11.189 | 16.986 | (3.570) | 13.415 |
| Bens Imóveis | 34.747.897 | (4.821.226) | 29.926.671 | 34.465.241 | (3.972.709) | 30.492.531 |
| Bens de Uso Especial | 10.268.979 | (831.345) | 9.437.634 | 10.055.853 | (628.765) | 9.427.088 |
| Bens Dominicais | 2.069 | - | 2.069 | 2.089 | - | 2.089 |
| Bens de Uso Comum do Povo | 22.449.994 | (3.982.174) | 18.467.820 | 21.700.938 | (3.337.265) | 18.363.673 |
| Bens Imóveis em Andamento | 1.992.000 | - | 1.992.000 | 2.671.233 | - | 2.671.233 |
| Instalações | 18.807 | (2.133) | 16.674 | 15.557 | (1.836) | 13.721 |
| Benfeitorias em Propriedades de Terceiros | 15.517 | (5.574) | 9.943 | 15.075 | (4.844) | 10.231 |
| Demais Bens Imóveis | 530 | - | 530 | 4.496 | - | 4.496 |
| SUBTOTAL | 37.950.642 | (6.270.972) | 31.679.670 | 37.334.147 | (5.259.329) | 32.074.818 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado | (6) | - | (6) | (6) | - | (6) |
| TOTAL | 37.950.637 | (6.270.972) | 31.679.665 | 37.334.141 | (5.259.329) | 32.074.812 |

Em 2021, o saldo de Demais Bens Imóveis (conta contábil 1.2.3.2.1.99.04.00 - Bens Imóveis a Classificar) refere-se a dois imóveis lançados na contabilidade do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA). Um deles, no valor de R\$ 226,65 mil, diz respeito a terrenos em áreas de preservação que foram indenizados e que posteriormente serão registrados como imóveis pertencentes ao IMA, após a regularização do registro do imóvel, conforme o Processo IMA nº 62659/2019. O outro, no valor de R\$ 303,81 mil, é relativo ao imóvel com matrícula nº 25.309, indenizado por desapropriação amigável, com respaldo no art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e também na Instrução Normativa IMA nº 79, de acordo com o processo IMA nº 20948/2020.

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

O Decreto nº 1.479, de 21 de setembro de 2021, instituiu a Política de Modernização da Gestão Patrimonial, sendo aplicado à Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, incluindo os seus fundos, e, no que couber, às empresas estatais dependentes, as quais são regidas por legislação específica.

Esse decreto apresentou os conceitos e procedimentos referentes à mensuração inicial, à reavaliação e ao inventário de bens móveis e imóveis, conforme resumo a seguir.

Bens Móveis

No reconhecimento inicial, os bens móveis são mensurados pelo custo ou valor justo, e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração, como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável, que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Já para os bens obtidos a título gratuito, deve ser considerado o valor resultante de avaliação por procedimento tecnicamente válido ou o valor definido nos termos da doação quando esse for representativo de seu valor justo.

Após o reconhecimento inicial, o modelo de mensuração será, via de regra, o de custo, admitindo-se o modelo da reavaliação para os veículos, as aeronaves e as embarcações.

O inventário anual de bens móveis é obrigatório e subsidiará a prestação de contas do gestor do órgão ou da entidade integrante da Administração Pública estadual.

Bens Imóveis

No reconhecimento inicial, os bens imóveis serão mensurados pelo custo ou valor justo e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração, como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável, que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Caso o imóvel tenha sido obtido a título gratuito, deve ser considerado o valor resultante de avaliação por procedimento tecnicamente válido ou o valor definido nos termos da doação quando o valor do imóvel estabelecido no termo de doação for representativo do seu valor justo.

Para os bens imóveis, o modelo de mensuração após o reconhecimento é o de reavaliação²². A reavaliação será necessária quando o valor justo de um ativo diferir significativamente de seu valor contábil registrado.

Anualmente, o responsável pelos bens imóveis do órgão ou da entidade emitirá documento arrolando todos os imóveis do órgão ou da entidade, indicando os valores bruto, da depreciação acumulada e líquido, com vistas a subsidiar os registros contábeis e a prestação de contas.

Para orientar as unidades gestoras (UGs) da Administração Pública estadual quanto aos procedimentos que devem ser observados para o tratamento contábil a ser dado aos bens do subgrupo Bens Móveis e Imóveis do Ativo Imobilizado, foram publicadas pela Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da Secretaria de Estado da Fazenda as respectivas Notas Técnicas de Procedimento Contábil nº 004/2021 e nº 006/2021.

²² § 1º do art. 32 do Decreto nº 1.479/2021: em casos excepcionais, mediante autorização expressa em processo administrativo para esse fim, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da SEF, em conjunto com a DGPA da SEA, quando se tratar de bens imóveis da Administração Pública direta, ou o dirigente máximo da entidade, quando se tratar de bens imóveis de entidades da Administração Pública indireta de que trata o parágrafo único do art. 1º deste decreto, poderão autorizar a adoção do modelo de custo para a mensuração após o reconhecimento de imóveis.

Depreciação/Amortização

A depreciação se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

Bens Móveis

R\$ milhares

| Bens Móveis – Depreciação Acumulada | | | | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Tipo de Consolidação | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Poder Executivo | 1.275.897 | 1.134.366 | 985.927 | 917.885 |
| Poder Judiciário | 129.774 | 119.943 | 107.336 | 93.132 |
| Poder Legislativo | 7.886 | 4.547 | 7.489 | 5.911 |
| Ministério Público | 36.189 | 27.764 | 19.907 | 12.716 |
| CONSOLIDADO GERAL | 1.449.746 | 1.286.620 | 1.120.659 | 1.029.644 |

Tendo como base a materialidade e o custo associado ao processamento dos dados, a partir de 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Essa metodologia atende o equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição às informações contábeis na NBC TSP Estrutura Conceitual.

Do saldo da depreciação acumulada de bens móveis no Poder Executivo, 49,7% são compostos pela Secretaria de Estado da Educação (R\$ 255,59 milhões), pela Polícia Militar (R\$ 234,26 milhões) e também pela Secretaria de Estado da Saúde (R\$ 144,13 milhões). Já no Poder Legislativo, 79,7% do saldo da depreciação acumulada de bens móveis apresenta-se no Tribunal de Contas do Estado, com R\$ 6,28 milhões.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 e dos bens reavaliados foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 1.479/2021, a depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação deve utilizar o método das cotas constantes²³, conforme determina o art. 46 desse decreto.

²³ O método das cotas constantes utiliza-se de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo caso o valor residual desse ativo não se altere.

Bens Imóveis

R\$ milhares

| Bens Imóveis – Depreciação Acumulada | | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Tipo de Consolidação | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Poder Executivo | 4.734.370 | 3.894.588 | 2.493.237 | 1.724.416 |
| Poder Judiciário | 30.678 | 25.063 | 19.268 | 13.809 |
| Poder Legislativo | 177 | 5.176 | 2.928 | - |
| Ministério Público | 44.526 | 38.189 | 31.157 | 23.377 |
| CONSOLIDADO GERAL | 4.809.751 | 3.963.015 | 2.546.589 | 1.761.602 |

Do saldo da depreciação acumulada dos bens imóveis do Estado, 82,8% estão registrados na conta 1.2.3.8.1.02.03.00 (-) Dep. Acumulada Bens de Uso Comum do Povo, na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, totalizando R\$ 3,98 bilhões em 2021.

Bens de Infraestrutura/Bens de Uso Comum do Povo

Os bens de uso comum do povo normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens do ativo imobilizado. E para serem classificados como ativos de infraestrutura, esses bens de uso comum deverão ser parte de um sistema ou de uma rede especializados por natureza e não possuir usos alternativos.

R\$ milhares

| Contas de Registro | Saldo em 31/12/2021 | Saldo em 31/12/2020 | Varição |
|----------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------|
| Ruas/Estradas/Rodovias | 16.941.655 | 16.573.957 | 367.699 |
| Pontes e Viadutos | 4.411.090 | 4.029.733 | 381.357 |
| Túneis | 1.000.000 | 1.000.000 | - |
| Barragens | 71.303 | 71.303 | - |
| Outros Bens de Uso Comum do Povo | 25.946 | 25.946 | - |
| TOTAL | 22.449.994 | 21.700.938 | 749.056 |

Os bens de uso comum do povo estão registrados na conta 1.2.3.2.1.03.00.00 - Bem de Uso Comum do Povo, sendo as rodovias pavimentadas, as não pavimentadas, as pontes e os viadutos e túneis lançados no ativo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), e as Barragens e Outros Bens de Uso Comum do Povo lançados na Defesa Civil (DC).

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo estadual obedecem à NBC TSP nº 07, de 22 de setembro de 2017, a qual apresenta que, uma vez atendidos os critérios para reconhecimento, os ativos de infraestrutura devem ser mensurados pelo valor de custo.

No Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, é apresentada a vida útil estimada dos ativos de infraestrutura.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

A Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (DCIF/SEF) optou por seguir o padrão estabelecido pela STN, promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes do seu patrimônio (ou avaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção.

A partir de 2021, o reconhecimento das reavaliações positivas passou a ser registrado no patrimônio líquido, a título de reserva de reavaliação, enquanto as reavaliações negativas seguem sendo registradas nas contas de resultado como variações patrimoniais diminutivas (VPD). Nos casos em que a reavaliação positiva tenha ocorrido em bens pertencentes a uma mesma classe do ativo que tenha sofrido reavaliação negativa, configurando reversão de decréscimo, esse aumento foi reconhecido nas contas de resultado como variações patrimoniais aumentativas. Da mesma forma, em se tratando de reversão de acréscimo de bens pertencentes à mesma classe do ativo, essa reversão foi reconhecida diretamente no saldo da reserva de reavaliação no passivo.

A redução ao valor recuperável foi reconhecida nas contas de resultado do período como variação patrimonial diminutiva. Já a reversão da redução ao valor recuperável foi reconhecida como variação patrimonial aumentativa.

Em 2021, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R\$ 214,58 mil, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R\$ milhares

| Contas de Registro | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|---------------|
| 3.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis – VPD | (438) | (19.014) |
| 3.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis – VPD | (189) | - |
| 3.6.1.5.1.02 Redução a Valor Recuperável de Bens Imóveis | (342) | (302.008) |
| 4.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis – VPA | 513 | 287 |
| 4.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis – VPA | 671 | 338.352 |
| TOTAL | 215 | 17.617 |

Cabe destacar que, a partir de 2021, o reconhecimento das reavaliações positivas (nos casos de bens não pertencentes a uma mesma classe do ativo que tenha sofrido reavaliação negativa) passou a ser registrado no patrimônio líquido, a título de reserva de reavaliação, não impactando o resultado patrimonial, conforme explicado anteriormente. Assim, em 2021, houve o registro de reavaliação positiva de bens imóveis, no valor de R\$ 48,23 milhões, na conta contábil 2.3.6.1.1.01.01.00 - Reserva de Reavaliação - Bens de Uso Especial. Esse valor é composto pelo registro das seguintes reavaliações positivas: R\$ 32,07 milhões lançados no Fundo Patrimonial, conforme o Processo SEA nº 2147/2021, e R\$ 16,16 milhões lançados no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme o PSEI nº 21.0.000001997-3.

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes sujeitam-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, estão impedidas de efetuar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2021, consta na contabilidade das empresas o valor de R\$ 7,29 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro a seguir:

R\$ milhares

| Saldo da Reserva de Reavaliação por Empresa Estatal Dependente | 31/12/2021 |
|---|-------------------|
| Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (em Liquidação) | 2.452 |
| Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina | 4.834 |
| TOTAL | 7.286 |

Cabe ressaltar que em 2021 foi efetuado lançamento de ajuste de R\$ 1,47 milhão na conta 2.3.6.1.1.03.01.00 - Reserva de Reavaliação - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas na Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Esse lançamento refere-se à recomposição da Reserva de Reavaliação, por depreciação realizada a maior em exercícios anteriores, conforme o documento da contabilidade comercial da CIDASC nº 3.355, de 30 de dezembro de 2008, e as contas analítica 26301 e sintética 3050.

23. INTANGÍVEL

Em 2021 foi publicado o Decreto Estadual nº 1.142/2021, que institui a Política de Gestão dos Ativos Intangíveis em Santa Catarina, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional. São considerados bens intangíveis do Estado os bens que não possuem existência física ou financeira mas constituem valor para a atividade pública, podendo ser reconhecidos contabilmente, e que representem um benefício futuro, direto ou indireto, sendo fundamentais para o bom desempenho gerencial e operacional da administração direta, autárquica e fundacional.

Objetivando orientar os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual quanto aos procedimentos que devem ser observados para o tratamento contábil a ser dado aos bens do subgrupo Intangível do Ativo, foi publicada pela DCIF a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 002/2021.

R\$ milhares

| Intangível | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|-----------------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | Custo | Amortização Acumulada | Valor Líquido | Custo | Amortização Acumulada | Valor Líquido |
| Softwares | 336.912 | (141.210) | 195.702 | 343.993 | (121.131) | 222.862 |
| Softwares em Desenvolvimento | 194.932 | - | 194.932 | 136.634 | - | 136.634 |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 279 | (81) | 198 | 264 | (81) | 183 |
| TOTAL ANTES DA REDUÇÃO | 532.123 | (141.291) | 390.832 | 480.891 | (121.212) | 359.679 |
| Redução a Valor Recuperável do Intangível | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL APÓS A REDUÇÃO | 532.123 | (141.291) | 390.832 | 480.891 | (121.212) | 359.679 |

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo valor de aquisição ou desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta pela administração do órgão ou da entidade. No Estado de Santa Catarina, o modelo de mensuração para ativos intangíveis, após o reconhecimento, é o de custo.

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem especialmente softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender necessidades específicas do Estado.

Um resumo da evolução do saldo das contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento durante o exercício é apresentado a seguir.

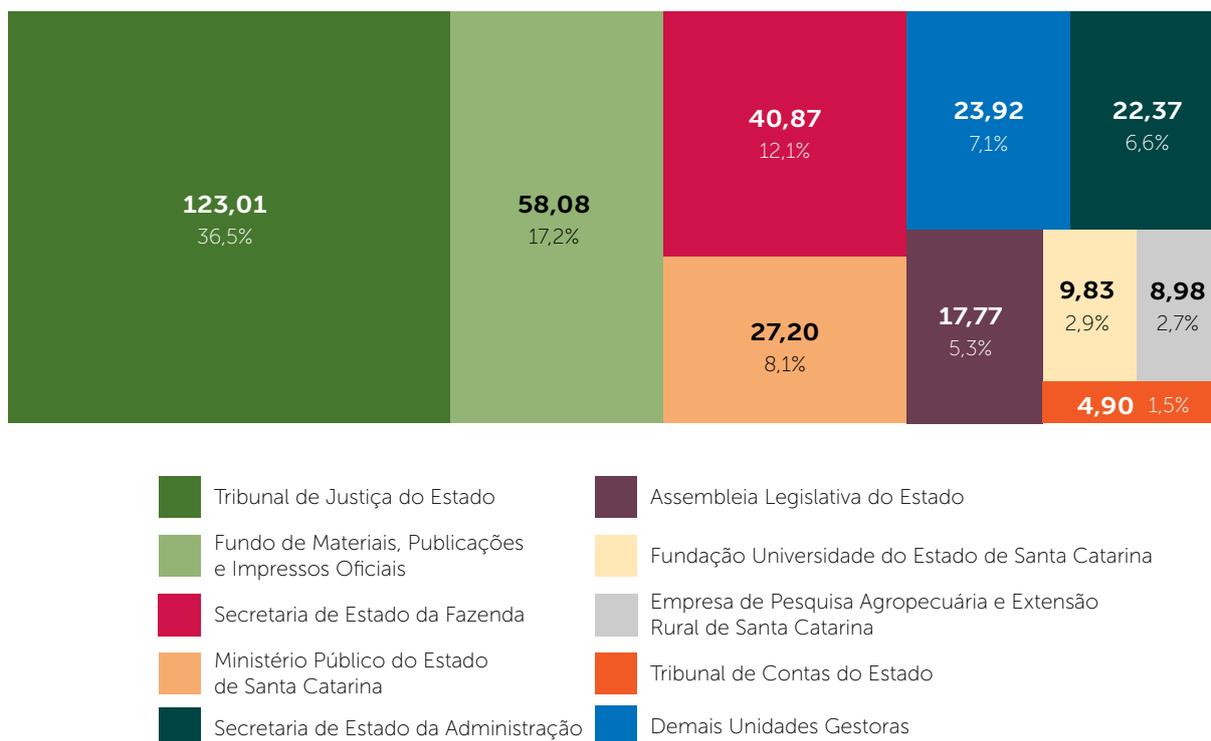
Evolução do Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares

| | Softwares | Softwares em Desenvolvimento | Total |
|---------------------|-----------|------------------------------|---------|
| Saldo em 31/12/2020 | 343.993 | 136.634 | 480.627 |
| Adições | 85.268 | 107.948 | 193.216 |
| Baixas | 92.349 | 49.650 | 141.999 |
| Saldo em 31/12/2021 | 336.912 | 194.932 | 531.844 |

O saldo da conta Softwares sofreu uma variação negativa de 2,1% em relação a 2020, sendo o Tribunal de Justiça do Estado a unidade gestora que apresentou o maior saldo final em 2021 – R\$ 123,01 milhões.

SalDOS das Unidades Gestoras na Conta Softwares (R\$ milhões)



Já no saldo da conta Softwares em Desenvolvimento, houve uma variação positiva de 42,7% em relação ao exercício anterior. A Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade apresentou variação positiva de R\$ 77,26 milhões em 2021.

SalDOS das Unidades Gestoras na Conta Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhões

| Unidade Gestora | Valor | % |
|--|---------------|-------------|
| Secretaria de Estado da Fazenda | 109,59 | 56,2% |
| Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade | 77,26 | 39,6% |
| Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina | 7,36 | 3,8% |
| Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento | 0,29 | 0,2% |
| Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina | 0,28 | 0,1% |
| Assembleia Legislativa do Estado | 0,10 | 0,1% |
| Fundo de Melhoria da Polícia Militar | 0,05 | 0,02% |
| TOTAL | 194,93 | 100% |

Impacto da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R\$ milhares

| Contas de Registro | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|----------------|---------------|
| 3.6.1.6.1.01 - Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis | (5.312) | (3.356) |
| 4.6.1.2.1.01 - Reavaliação de Ativos Intangíveis | - | 13.658 |
| TOTAL | (5.312) | 10.302 |

PASSIVOS

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR

R\$ milhares

| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|-------------------|------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Pessoal a Pagar | 670.196 | 1.476.512 | 2.146.708 | 442.803 | 253.908 | 696.711 |
| Salários | 219 | - | 219 | 240 | - | 240 |
| Férias | 408.191 | - | 408.191 | 294.478 | - | 294.478 |
| Décimo Terceiro Salário | - | - | - | 25 | - | 25 |
| Licença-Prêmio | 36.887 | - | 36.887 | - | - | - |
| Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores | 1.910 | - | 1.910 | 33.365 | - | 33.365 |
| Precatórios de Pessoal – A partir de 5/5/2000 | 197.934 | 1.476.512 | 1.674.446 | 105.526 | 253.908 | 359.433 |
| Precatórios de Pessoal do Exercício | 25.000 | - | 25.000 | 9.000 | - | 9.000 |
| Outras Obrigações de Pessoal a Pagar | 56 | - | 56 | 171 | - | 171 |
| Benefícios Previdenciários a Pagar | 97.221 | 110.774 | 207.996 | 162.540 | 13.663 | 176.203 |
| Benefícios Previdenciários | 2.983 | - | 2.983 | 2.351 | - | 2.351 |
| Décimo Terceiro Salário | 3.538 | - | 3.538 | 24 | - | 24 |

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|-------------------|------------------|----------------|-------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Precatórios de Benefícios Previdenciários – A partir de 5/5/2000 | 90.700 | 110.774 | 201.474 | 142.164 | 13.663 | 155.828 |
| Precatórios de Benefícios Previdenciários do Exercício | - | - | - | 18.000 | - | 18.000 |
| Benefícios Assistenciais a Pagar | 18 | - | 18 | 45 | - | 45 |
| Benefícios Assistenciais a Pagar | 18 | - | 18 | 45 | - | 45 |
| Encargos Sociais a Pagar | 81.572 | 273.406 | 354.978 | 72.281 | 273.163 | 345.444 |
| FGTS sobre a Folha de Pagamento | 8.198 | - | 8.198 | - | - | - |
| Entidades de Previdência Privada e Complementar | 2.413 | - | 2.413 | 3.248 | - | 3.248 |
| Contribuição ao Regime Próprio de Previdência | - | - | - | - | - | - |
| Contribuição ao Plano de Saúde | 3.836 | - | 3.836 | 656 | - | 656 |
| INSS a Pagar | 67.007 | 273.406 | 340.412 | 68.274 | 273.163 | 341.437 |
| PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento | 119 | - | 119 | 103 | - | 103 |
| TOTAL | 849.008 | 1.860.692 | 2.709.700 | 677.670 | 540.734 | 1.218.403 |

Férias

O saldo de férias corresponde ao reconhecimento por competência das obrigações decorrentes do período aquisitivo e que será pago durante o exercício de 2022.

Precatórios de Pessoal

R\$ milhares

| Precatórios de Pessoal | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|----------------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Assembleia Legislativa do Estado | 1.622 | 3.255 | 4.877 | 1.066 | 3.755 | 4.820 |
| Tribunal de Justiça do Estado | 2.611 | 4.821 | 7.431 | 55 | 6.505 | 6.560 |
| Tribunal de Contas do Estado | 299 | - | 299 | 299 | 548 | 847 |
| Ministério Público | 23 | 113 | 136 | 23 | 98 | 122 |
| Poder Executivo | 218.379 | 1.468.323 | 1.686.702 | 113.083 | 243.001 | 356.084 |
| TOTAL | 222.934 | 1.476.512 | 1.699.446 | 114.526 | 253.908 | 368.433 |

Em 2020 foi alterada a forma de repasse de recursos do Tesouro Estadual ao Tribunal de Justiça do Estado (TJSC) para o pagamento dos precatórios, passando a ser realizada por meio da execução orçamentária da despesa (empenho/liquidação/pagamento) no próprio Poder Executivo, UG 520002 (Encargos Gerais), em favor do TJSC, conforme Informação Técnica Contábil nº 013/2020, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. Segue quadro comparativo sobre a mudança de metodologia adotada.

| | 2019 | 2020 |
|-----------------------------|--|---|
| Forma de Repasse | Repasse extraorçamentário ao TJSC, gerando um ativo no Tesouro Estadual. Esse ativo é baixado na regularização do pagamento pela execução orçamentária | Execução orçamentária da despesa em favor do TJSC pela UG 520002 |
| Baixa do Passivo "P" | Pelo módulo de precatórios com base na informação do TJSC (arquivos) referente aos pagamentos de precatórios | Na execução orçamentária da despesa, ou seja, no repasse efetuado pelo Tesouro Estadual ao TJSC |

O saldo de precatórios de pessoal referente ao Poder Executivo está concentrado na unidade gestora Encargos Gerais do Estado e, ao final de 2021, era de R\$ 1,69 bilhão a pagar.

Em 2021, o saldo de precatórios de benefícios previdenciários do Estado está concentrado no Fundo Financeiro e totalizou o montante de R\$ 201,47 milhões a pagar.

25. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R\$ milhares

| Empréstimos e Financiamentos | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Internos | 768.771 | 16.034.751 | 16.803.522 | 1.407.057 | 16.037.837 | 17.444.894 |
| Externos | 835.267 | 1.864.867 | 2.700.134 | 623.511 | 2.659.363 | 3.282.873 |
| Financiamentos | 801 | 1.201 | 2.002 | 1.648 | 1.596 | 3.245 |
| Juros e Encargos de Empréstimos | 113.252 | - | 113.252 | - | 98.891 | 98.891 |
| TOTAL | 1.718.091 | 17.900.819 | 19.618.910 | 2.032.216 | 18.797.687 | 20.829.904 |

Em 2021, o saldo total de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 19,62 bilhões, o que representa uma redução de 5,8% em relação a 2020. Destaque para o Circulante do grupo Externos, que apresentou um saldo de R\$ 835,27 milhões, um aumento de 34,0% quando comparado com 2020, oriundo de reclassificação do saldo de longo prazo para o curto prazo, já que em 2021 não foram contraídas operações de créditos.

Outros detalhes sobre empréstimos e financiamentos são encontrados no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2021, incluído no Volume 2 deste Balanço Geral.

26. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos, com vencimento no curto e no longo prazo, com os seus respectivos credores nacionais e internacionais tanto no que se refere ao fornecimento de mercadorias e de outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade quanto às obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, como energia elétrica, água, entre outros, aos entes públicos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

R\$ milhares

| Fornecedores e Contas a Pagar | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício | 122.779 | 322 | 123.100 | 98.369 | 598 | 98.967 |
| Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores | 2.772 | - | 2.772 | 2.177 | - | 2.177 |
| Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - A partir de 5/5/2000 | 333.103 | 352.659 | 685.762 | 171.935 | 1.592.978 | 1.764.913 |
| Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício | 14.532 | - | 14.532 | 4.609 | - | 4.609 |
| Precatórios de Fornecedor Repassados ao TJSC | 34.651 | - | 34.651 | 38.722 | - | 38.722 |
| Contas Parceladas a Pagar | 15.617 | 36 | 15.652 | 37.690 | 11.701 | 49.391 |
| TOTAL | 523.454 | 353.017 | 876.471 | 353.503 | 1.605.277 | 1.958.779 |

Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores por Devedor

R\$ milhares

| Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Assembleia Legislativa do Estado | 52 | - | 52 | 1.683 | - | 1.683 |
| Tribunal de Contas do Estado | 15 | 220 | 235 | - | 220 | 220 |
| Poder Executivo | 141.101 | 138 | 141.238 | 136.553 | 12.079 | 148.632 |
| Fundo Estadual de Saúde | 62.687 | 0,11 | 62.687 | 80.317 | 11.629 | 91.946 |
| Secretaria de Estado da Educação | 58.848 | 86 | 58.934 | 2.195 | 86 | 2.282 |
| Departamento Estadual de Trânsito | 4.101 | - | 4.101 | 31 | - | 31 |
| Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina | 3.429 | - | 3.429 | 7.643 | - | 7.643 |
| Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina | 2.871 | 4 | 2.875 | 1.881 | 24 | 1.905 |
| Demais Unidades Gestoras | 9.165 | 47 | 9.212 | 8.469 | 339 | 8.809 |
| TOTAL | 141.168 | 358 | 141.525 | 138.236 | 12.299 | 150.535 |

Em 2021, o Fundo Estadual de Saúde (FES) e a Secretaria de Estado da Educação (SED) juntos representaram 85,9% do saldo total de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores. Ao final do exercício, o FES apresentou como obrigações o total de R\$ 62,69 milhões e a SED R\$ 58,93 milhões.

Do saldo total a pagar da Secretaria de Estado da Educação (SED), R\$ 20,98 milhões são relativos à parceria do Estado com os municípios catarinenses pela adesão à ata de registro de preço do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de 300 veículos de transporte escolar, sendo 75 do modelo ORE1, 75 do modelo ORE2 e 150 do modelo ORE3, conforme o Processo SED nº 93381/2021. Além disso, R\$ 20,45 milhões do saldo devedor referem-se à aquisição de 15.000 notebooks para atender a Secretaria de Estado da Educação, o Conselho Estadual de Educação, as Coordenadorias Regionais de Educação, os Núcleos de Tecnologia Educacional, os Centros de Educação Profissional, os Centros de Educação de Jovens e Adultos, as unidades escolares e as salas de recursos, através do FNDE, conforme o Processo nº SED 42031/2021.

Já no que tange aos valores que permaneceram inscritos como Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores, a Secretaria de Estado da Saúde informou que no Fundo Estadual de Saúde permanece pendente de pagamento o montante de R\$ 2,02 milhões (empenho 2017NE006542). O valor não foi pago por determinação da Controladoria-Geral do Estado em função do Inquérito Civil nº 06.2018.00004209-3, que apurava possíveis irregularidades no contrato. Considerando que

o resultado do inquérito foi pelo arquivamento por considerar que não houve irregularidade, então foi autuado o Processo SES nº 180114/2021 solicitando orientação da Controladoria da SES para pagamento. Atualmente, os pagamentos pendentes aguardam a conclusão da Tomada de Contas Especial SEF nº 11627/2018.

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que determinam a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu à pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que em seu art. 1º, § 1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Com a vigência da Emenda Constitucional (EC) nº 109, de 15 de março de 2021, o Estado de Santa Catarina tem até 31/12/2029 para liquidar os precatórios em mora.

R\$ milhares

| Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Poder Executivo | 381.288 | 347.475 | 728.763 | 214.767 | 1.589.938 | 1.804.705 |
| Tribunal de Justiça do Estado | 541 | 998 | 1.538 | 43 | 621 | 664 |
| Ministério Público do Estado de Santa Catarina | 416 | 2.703 | 3.119 | 416 | 2.366 | 2.782 |
| Assembleia Legislativa do Estado | 42 | 779 | 821 | 41 | 10 | 50 |
| Tribunal de Contas do Estado | - | 705 | 705 | - | 43 | 43 |
| TOTAL | 382.287 | 352.659 | 734.946 | 215.266 | 1.592.978 | 1.808.245 |

Até o exercício de 2019, algumas UGs realizaram a execução orçamentária da despesa para fins de regularização do pagamento de precatórios com base nas informações do TJSC. Já em 2020, as execuções orçamentárias das despesas referentes aos precatórios do Poder Executivo foram concentradas na UG 520002 (Encargos Gerais), tendo em vista a alteração na metodologia do repasse de recursos do Tesouro Estadual para o TJSC (vide Nota Explicativa nº 24).

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição, parte III, Procedimentos Contábeis Específicos – dispõe sobre a execução orçamentária da despesa quando o ente devedor (Estado) e o Tribunal de Justiça pertencem à mesma esfera de governo:

“Se a entidade devedora pertencer à mesma esfera do Tribunal de Justiça, poderá optar por:

a. descentralização orçamentária para que o próprio Tribunal de Justiça realize a execução orçamentária do precatório; ou

b. execução orçamentária na própria entidade devedora do precatório.”

No caso de Santa Catarina, a primeira alternativa não seria possível, tendo em vista que em 2018 foi decidido que a execução orçamentária referente a precatórios não ocorreria mais no TJSC. Assim, a alternativa adotada pelo Estado foi a execução orçamentária no próprio Poder Executivo, como a entidade devedora dos precatórios.

Cabe destacar que em 2021 os precatórios devidos pelo Estado a órgãos e entidades federais e municipais foram separados nas contas contábeis 2.2.3.1.3.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - União a partir de 5/5/2000 e 2.2.3.1.5.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - Município a partir de 5/5/2000, as quais apresentaram saldos finais de R\$ 9,10 milhões e R\$ 174,11 milhões, respectivamente.

27. OBRIGAÇÕES FISCAIS

R\$ milhares

| Obrigações Fiscais | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|-----------------------------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| PIS/PASEP a Recolher do Exercício | 6.643 | - | 6.643 | 0,3 | - | 0,3 |
| Parcelamento PASEP | 13.497 | 208.218 | 221.715 | 17.503 | 221.785 | 239.288 |
| Demais Obrigações Fiscais | 2 | - | 2 | 17 | - | 17 |
| TOTAL | 20.142 | 208.218 | 228.360 | 17.520 | 221.785 | 239.306 |

PIS/PASEP a Recolher do Exercício

O valor registrado nesta conta refere-se ao recolhimento da contribuição ao PASEP, no valor de R\$ 6,46 milhões, calculada no percentual de 1% sobre o total da receita arrecadada e dos repasses efetuados no mês de dezembro de 2021, conforme o Processo IPREV nº 345/2021.

Parcelamento PASEP

Esse saldo refere-se ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e da Medida Provisória nº 574/2012.

Em 2021, houve amortização no valor de R\$ 13,50 milhões do parcelamento tributário do PASEP e uma reclassificação de longo para curto prazo no valor de R\$ 9,50 milhões, apresentando saldo final de curto prazo de R\$ 13,50 milhões, bem como uma redução de 22,9% em comparação ao exercício anterior, conforme a conta 2.1.4.1.3.12.13.00 - Parcelamento PASEP.

Esse contrato é corrigido pela Selic, acumulada do início do contrato até a data de contabilização. O índice acumulado é aplicado ao saldo devedor da dívida. Assim, junto com a amortização efetuada, em 2021 foi feito o pagamento de juros no montante de R\$ 9,18 milhões, totalizando a parcela paga de R\$ 22,68 milhões, conforme o Relatório Anual da Dívida Pública apresentado no Volume 2 deste Balço Geral.

28. PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes que possuem prazo ou valor incerto, derivadas de eventos passados cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviço.

R\$ milhares

| Provisões | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Provisão para Riscos Trabalhistas | 7.404 | 16.584 | 23.987 | 15.407 | 14.119 | 29.526 |
| Provisão para Riscos Cíveis | 4.497 | 7.396 | 11.893 | 1.909 | 8.560 | 10.469 |
| Provisão para Riscos Fiscais | 3.098 | - | 3.098 | 1.318 | - | 1.318 |
| Provisão para Repartição de Créditos | 1.916.879 | - | 1.916.879 | 1.155.109 | - | 1.155.109 |
| Provisões Matemáticas Previdenciárias | - | 87.324.075 | 87.324.075 | - | 217.828.735 | 217.828.735 |
| Outras Provisões | 1.485.029 | - | 1.485.029 | 215.717 | - | 215.717 |
| TOTAL | 3.416.907 | 87.348.055 | 90.764.961 | 1.389.460 | 217.851.415 | 219.240.875 |

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta a seguinte árvore de decisões de como evidenciar possíveis passivos, levando em conta a classificação e a evidenciação das obrigações com base no respectivo grau de risco, probabilidade de saída de recursos e estimativa de valor:

| Obrigação | Probabilidade de Saída de Recursos | Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor | Classificação | Forma de Evidenciação |
|-----------|------------------------------------|--|-------------------------|--|
| Presente | Provável | Possível | Provisão | Balanço Patrimonial e Notas Explicativas |
| Presente | Provável | Não possível | Passivo Contingente | Notas Explicativas |
| Presente | Pouco Provável | Possível ou Não Possível | Passivo Contingente | Notas Explicativas |
| Presente | Remota | Possível ou Não Possível | Passivo Contingente | Não é Divulgado |
| Possível | Provável | Possível | Passivo Não é Divulgado | Notas Explicativas |

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, p. 269.

Em 2021, o Estado de Santa Catarina, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e tendo como base os critérios adotados pela União, editou a Portaria GAB/PGE nº 102/2021 e a Informação GAB/PGE nº 007/2021, que apresentam os balizamentos para a classificação de riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais. Assim, as ações judiciais ajuizadas contra o Estado catarinense, suas autarquias e fundações públicas, e que representem riscos fiscais podem ser classificadas conforme as suas expectativas de desembolsos financeiros futuros e incertos.

Na Informação GAB/PGE nº 007/2021 são consideradas como potenciais afetações no orçamento catarinense as ações judiciais em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado, ou quando houver multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito (demandas repetitivas). Nas duas hipóteses anteriores, são consideradas afetações apenas quando um eventual impacto financeiro de ambas as hipóteses for estimado em valor igual ou superior a R\$ 50 milhões. Também são qualificados como riscos fiscais os débitos tributários ou não tributários lançados pela União, suas autarquias ou fundações, em face dos quais o Estado de Santa Catarina tenha proposto medidas judiciais que visem a desconstituição do lançamento e que haja decisão desfavorável de órgão colegiado de Tribunal Superior.

As classificações das ações judiciais quanto à probabilidade de perda estão apresentadas na Portaria GAB/PGE nº 102/2021 e, de forma resumida, podem ser consideradas como de Risco Provável, Risco Possível e Risco Remoto.

Em 2021, o saldo da provisão para riscos trabalhistas foi composto por quatro unidades gestoras (UGs): a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, com o valor de R\$ 7,40 milhões no passivo circulante, e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina e os Encargos Gerais do Estado, com os valores de R\$ 9,15 milhões, R\$ 6,40 milhões e R\$ 1,03 milhão, respectivamente, no passivo não circulante.

Já o saldo da provisão para riscos cíveis de 2021 foi composto por três UGs: a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (R\$ 4,50 milhões no passivo circulante); e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (R\$ 5,86 milhões) e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (R\$ 1,53 milhão) no passivo não circulante.

O saldo no circulante da conta Outras Provisões em 2021 foi composto pelas UGs Encargos Gerais do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Santa Catarina Turismo S.A. e Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, nos valores de R\$ 1,28 bilhão, R\$ 206,02 milhões, R\$ 821,89 mil e R\$ 4 mil, respectivamente.

O circulante da conta Outras Provisões apresentou uma variação positiva de 588,4% em relação ao ano de 2020. A maior parte dessa variação é resultante do registro de R\$ 1,25 bilhão na UG Encargos Gerais do Estado e refere-se aos lançamentos dos riscos fiscais e passivos contingentes em provisões para ações judiciais em trânsito, das letras financeiras do Tesouro, aos Sistemas de Vencimentos e aos Convênios, em atenção aos termos do Processo PGE nº 9029/2021 e anexo único, inciso I, da Informação GAB/PGE nº 007/2021.

Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2021, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.

R\$ milhares

| Impostos | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|--------------|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| | Transferências ao Fundeb | Transferências aos Municípios | Transferências ao Fundeb | Transferências aos Municípios |
| ICMS | 621.732 | 1.036.221 | 357.013 | 595.021 |
| IPVA | 35.420 | 177.100 | 28.003 | 140.016 |
| ITCMD | 46.406 | - | 35.056 | - |
| TOTAL | 703.559 | 1.213.320 | 420.072 | 735.037 |

Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

| Plano Previdenciário | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|--------------------|
| Provisão para Benefícios Concedidos | 65.591.379 | 115.508.501 |
| Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios | 80.166.832 | 132.620.467 |
| Contribuições dos Inativos | (7.956.098) | (6.391.455) |
| Contribuições dos Pensionistas | (1.218.084) | (1.002.212) |
| Compensação Previdenciária do Plano do RPPS | (5.401.271) | (9.718.299) |
| Provisão para Benefícios a Conceder | 21.732.696 | 102.320.234 |
| Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios | 49.686.730 | 145.997.333 |
| Contribuições do Ente | (11.578.401) | (14.935.478) |
| Contribuições dos Ativos | (12.949.060) | (18.495.589) |
| Compensação Previdenciária | (3.426.574) | (10.246.032) |
| TOTAL | 87.324.075 | 217.828.735 |

As Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) representam o total dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados. Os valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, em valor presente.

Em 2020, concomitantemente à edição da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2020²⁴, o cálculo atuarial²⁵ apresentou as PMPs de acordo com o regramento e com as contas contábeis aplicados ao Plano Previdenciário, ou seja, o resultado atuarial passou a impactar o patrimônio estadual.

Por conseguinte, em 2021, a evidenciação do Passivo Atuarial é representada no saldo final da conta contábil 2.2.7.2.0.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, o qual apresentou uma diminuição de 59,9% quando comparado ao ano anterior, concluindo o exercício com o valor de R\$ 87,32 bilhões.

Com base no Cálculo Atuarial de 2021, essa redução decorreu em grande parte da adoção da taxa de juros e do desconto atuarial de 4,5% ao ano, o que em cálculos anteriores era igual a 0,0%, além de outras alterações nas hipóteses atuariais, conforme a Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018. Essa portaria dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e para o equacionamento do déficit atuarial. Segue comparação dos métodos e das hipóteses utilizados em 31/12/2020 e 31/12/2021:

24 Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/orientacoes/275/NTPC_001_2020___Contabilizacao_Provisao_Matematica_RPPS.pdf.

25 As PMPs de 2020 e 2021 basearam-se na avaliação atuarial realizada pela empresa Actuarial, inscrita no CNPJ sob o número 00.767.919/0001-05.

| Hipótese/Método | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
|---|---|--|
| Método de Financiamento | IEN - Idade de Entrada Normal | PUC – Crédito Unitário Projetado |
| Taxa de Juros e Desconto Atuarial | 0,0% ao ano (Taxa Nula) | 4,5% ao ano |
| Tábua de Mortalidade Geral Válidos e Inválidos | IBGE-2018 | IBGE-2019 |
| Crescimento Real de Remunerações de Ativos | 2,03% ao ano | 2,13% ao ano |
| Estimativa de Recebimento de Compensação Previdenciária | 10% do VABF – Pessoal Civil Não Adotada – Pessoal Militar | 9% do VABF – Pessoal Civil Não Adotada – Pessoal Militar |
| Fator de Capacidade de Remunerações e Proventos | 98,22% (inflação projetada em 4% ao ano) | 100% (sem projeção de inflação) |

Fonte: Avaliação atuarial, data-base 31/12/2021, realizada pela empresa Actuarial, inscrita no CNPJ 00.767.919/0001-05.

Além disso, em atendimento aos procedimentos contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, foi utilizado no cálculo atuarial o método de financiamento Crédito Unitário Projetado²⁶ (PUC) em substituição ao método Idade de Entrada Normal (IEN), empregado anteriormente.

Também já estão contempladas nas projeções de 31/12/2021 as alterações de requisitos e forma de cálculo de benefícios promovidas pela Emenda Constitucional Estadual nº 82, de 9 de agosto de 2021, e da Lei Complementar nº 773, de 11 de agosto de 2021, que adaptaram parcialmente a legislação estadual à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

29. DEMAIS OBRIGAÇÕES

R\$ milhares

| Demais Obrigações | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Adiantamentos de Clientes | 46.974 | - | 46.974 | 71.414 | 49.031 | 120.445 |
| Consignações | 165.253 | - | 165.253 | 178.524 | - | 178.524 |
| Garantias | 7.780 | - | 7.780 | 7.677 | - | 7.677 |
| Depósitos Judiciais | 6.411.027 | - | 6.411.027 | 5.910.795 | - | 5.910.795 |
| Depósitos não Judiciais | 390.299 | - | 390.299 | 366.446 | - | 366.446 |
| Transferências Legais a Pagar | 30.459 | 84.979 | 115.438 | - | - | - |
| Outras Obrigações | 101.983 | 1.045.555 | 1.147.538 | 192.693 | 1.118.523 | 1.311.216 |
| TOTAL | 7.153.776 | 1.130.534 | 8.284.309 | 6.727.549 | 1.167.553 | 7.895.103 |

26 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, p. 406.

Adiantamentos de Clientes

Registra, sobretudo, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela cessão do direito de operacionalização dos serviços bancários no prazo de 60 meses, contabilizados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriadas as receitas (variações patrimoniais aumentativas) mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Em 2021 foi efetuada a reclassificação no valor total de R\$ 49,03 milhões da conta contábil 2.2.8.1.1.01.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo para a conta 2.1.8.1.1.01.00.00 - Adiantamentos de Clientes. Esse ajuste teve como base os itens 2.3 e 2.7 da Informação Técnica Contábil nº 027/2021 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. Esses lançamentos são referentes ao Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças nº 35/2017, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil. Dessa forma, no exercício de 2021, a conta Adiantamentos de Clientes ficou com saldo zerado no passivo não circulante.

Depósitos Judiciais a Curto Prazo

R\$ milhares

| Depósitos Judiciais a Curto Prazo | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|------------------|
| | Circulante | Circulante |
| Tribunal de Justiça do Estado | 6.265.722 | 5.766.937 |
| Diretoria do Tesouro Estadual (Setorial Financeira) | 145.303 | 143.855 |
| Fundo de Melhoria da Polícia Militar | 3 | 3 |
| TOTAL | 6.411.027 | 5.910.795 |

Do total contabilizado na conta Depósitos Judiciais, o valor de R\$ 6,27 bilhões, que equivale a 97,7%, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) e possuem disponibilidade correspondente bloqueada para tal fim (vide Nota Explicativa nº 10).

A Emenda Constitucional (EC) nº 109, de 15 de março de 2021, alterou o art. 101 da Constituição Federal e passou a informar que os estados, o Distrito Federal e os municípios que em 25 de março de 2015 se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2029, os seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período. Para tal, podem utilizar até 75% dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos nos quais o ente é parte, e 30% dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do Tribunal de Justiça (depósitos de terceiros).

Embasamento legal:

| Tipo de Depósito | Legislação e Alcance |
|---------------------------------|--|
| Depósitos em que o ente é parte | LC nº 151/2015 (até 70%) EC nº 94/2016 (até 75%) EC nº 99/2017 (até 75%) |
| Depósitos de terceiros | EC nº 94/2016 (até 20%) EC nº 99/2017 (até 30%) |

Com isso, o tratamento contábil será segregado entre os depósitos de lides nas quais o ente é parte e os depósitos de terceiros, conforme a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2020 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da SEF.

Cabe destacar que a Emenda Constitucional (EC) nº 114/2021 incluiu o § 5º ao art. 100 da Constituição Federal de 1988 (CF), que obrigou, a partir de 2022, a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais, apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Depósitos

A Medida Provisória nº 222²⁷, de agosto de 2018, alterou a Lei Estadual nº 13.342, de 2005, e a partir de agosto de 2018 o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) ficou responsável pelo recolhimento mensal ao Tesouro do Estado do valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). Tal recolhimento deve observar as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses efetuados aos municípios.

Com a mudança, os valores referentes ao PRODEC²⁸ recebidos pelo FADESC²⁹ estão sendo recolhidos ao Tesouro mensalmente e reconhecidos como receitas orçamentárias, sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ICMS, não compondo mais a conta de depósitos. Dessa forma, registram-se esses recursos no Tesouro do Estado. O registro dos valores recebidos relacionados ao PRODEC é feito na conta contábil 2.1.8.8.1.04.20.00 - Depósitos do PRODEC, e a rotina de contabilização está prevista na NTPC nº 006/2018.

Da mesma forma, com a publicação do Decreto nº 1.715, de 30 de agosto de 2018, foi alterado o art. 14 do Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, e o próprio Tesouro do Estado está repassando aos municípios o equivalente a 25% do benefício mensal de postergação do ICMS concedido pelo PRODEC.

27 A Medida Provisória nº 222/2018 alterou o art. 9º da Lei nº 13.342/2005.

28 Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

29 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14.

Outras Obrigações

Destaque para a conta Depósitos Judiciais referentes à Emenda Constitucional nº 94/2016, no não circulante. Nela foram registradas as receitas relativas aos depósitos judiciais de terceiros, a serem utilizados para pagamentos de precatórios, conforme o Processo SEF nº 1041/2021. Em 2021, o saldo final dessa conta totalizou R\$ 772,41 milhões.

Neste grupo, estão contabilizados os valores devidos ao Programa de Demissão Incentivada (PDI), sendo o saldo final em 2021 de R\$ 43,89 milhões, na conta 2.2.8.9.1.01.06.00 - Programa de Demissão Incentivada - PDI, no circulante, e R\$ 137,63 milhões, na conta 2.1.8.9.1.01.06.00 - Programa de Demissão Incentivada - PDI, no não circulante.

Também estão contabilizados os valores devidos aos municípios e ao Fundeb referentes às doações da Celesc para o FundoSocial e que foram caracterizadas pelo Tribunal de Contas do Estado como sendo de natureza tributária, assim como os valores devidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decorrentes de divergência de valores apurados pelo Fundo.

Passivo Decorrente das Doações da Celesc e do FNDE

R\$ milhares

| Outras Obrigações | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|-------------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| Fundeb - Doações | 8.413 | 37.860 | 46.273 | 15.913 | 38.774 | 54.687 |
| Fundeb - FNDE | 10.471 | 47.119 | 57.590 | 19.916 | 48.144 | 68.060 |
| TOTAL | 18.884 | 84.979 | 103.863 | 35.829 | 86.918 | 122.747 |

Neste grupo, o destaque é a atualização de contas contábeis, devido às alterações do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) - Federação 2021, referentes ao Repasse Municípios - Fundeb - FNDE e Repasse Municípios - Fundeb - Doações. Segue tabela com as alterações.

| Contas Contábeis até 2020 | Contas Contábeis a Partir de 2021 |
|--|--|
| 2.1.8.9.5.18.05.01 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações | 2.1.5.2.5.02.01.01 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações |
| 2.1.8.9.5.18.05.02 - Repasse Municípios - Fundeb - FNDE | 2.1.5.2.5.02.02.01 - Repasse Municípios - Fundeb - FNDE |
| 2.2.8.9.5.18.05.01 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações | 2.2.5.2.5.02.01.00 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações |
| 2.2.8.9.5.18.05.02 - Repasse Municípios - Fundeb - FNDE | 2.2.5.2.5.02.02.00 - Repasse Municípios - Fundeb - FNDE |

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária

O valor registrado na conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária evidencia as despesas contratadas pelo Estado sem o devido suporte orçamentário. Em 2021, esse valor alcançou o montante de R\$ 47,82 milhões, uma redução de 25,2% quando comparada a 2020.

O quadro a seguir detalha o saldo desta conta por unidade gestora.

R\$ milhares

| Unidades Gestoras | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------|---------------|
| Fundo Estadual de Saúde (FES) | 47.824 | 63.768 |
| Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC) | - | 141 |
| TOTAL DE CREDITORES SEM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 47.824 | 63.908 |

Cabe destacar que, apesar de o saldo contábil da conta 2.1.8.9.1.28.01.00 do FES em 2021 apresentar o valor de R\$ 47,82 milhões de credores sem execução orçamentária, o mesmo saldo está superavaliado em R\$ 772,36 mil, visto que em 2022 (até 22/2/2022) houve a inscrição em responsabilidade do ordenador no montante de R\$ 1,84 milhão, sendo R\$ 1,69 milhão referente ao exercício de 2021 e R\$ 153,39 mil aos exercícios de 2017, 2019 e 2020. Entretanto, apenas em 2022 (até 22/2/2022) houve a baixa de inscrição em responsabilidade do valor de R\$ 2,61 milhões, empenhados e liquidados em 2021. Com isso, o saldo ajustado do FES em 31/12/2021 é de R\$ 47,05 milhões, conforme a tabela seguinte.

R\$ milhares

| Especificação | Valor |
|--|------------------|
| SALDO CONTÁBIL DO FES EM 31/12/2021 | 47.824,42 |
| (+) Inscrição competência 2017 | 9,85 |
| (+) Inscrição competência 2019 | 10,20 |
| (+) Inscrição competência 2020 | 133,34 |
| (+) Inscrição competência 2021 | 1.687,38 |
| (-) Baixas empenhadas em 2021 | (2.613,14) |
| SALDO AJUSTADO EM 31/12/2021 | 47.052,05 |

Cabe informar que os respectivos Ordenadores de Despesas estão inscritos em responsabilidade, e também há o reconhecimento do valor a pagar a cada credor, conforme as contas contábeis 8.9.7.3.1.11 - Responsáveis Apuração por Despesas Realizadas Excedentes a Programação Financeira, 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária e 8.9.8.3.1 - Passivo sem Execução Orçamentária (por FR).

30. RESULTADO DIFERIDO

Os resultados diferidos são compostos por variações patrimoniais aumentativas que, por força da legislação, serão reconhecidas no resultado de exercícios futuros.

R\$ milhares

| Resultado Diferido | Valor |
|---|------------------|
| 2.2.9.1.1.01 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida | 469.173 |
| 2.2.9.1.1.02 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida Fruição PRODEC | 1.462.530 |
| SALDO | 1.931.703 |

O saldo de 2021 é de R\$ 1,93 bilhão e está registrado na unidade gestora Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a estrutura financeira do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), previsto na Lei Estadual nº 13.342/2005.

Desse valor, R\$ 469,17 milhões referem-se ao saldo da conta contábil Variação Patrimonial Aumentativa Diferida, registrada em decorrência das previsões da Lei nº 15.335/2005, cumulada com o Decreto nº 3.748/2005 (R\$ 206,75 milhões), e da Lei nº 13.992/2007, combinada com o Decreto nº 1.534/2013 (R\$ 262,42 milhões).

O outro montante, no valor de R\$ 1,46 bilhão, é oriundo da conta Variação Patrimonial Aumentativa Diferida Fruição PRODEC. Essa fruição consiste no uso do incentivo fiscal por empresas beneficiárias pelo PRODEC, registrado conforme previsão da Lei nº 13.342/2005 e de suas alterações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SALDO PATRIMONIAL

31. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

R\$ milhares

| Ajustes de Exercícios Anteriores por Unidade Gestora | |
|---|------------------|
| Superavits ou Deficits Acumulados | |
| Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade | (194.982) |
| Fundo de Reparelhamento da Justiça | 12.918 |
| Secretaria de Estado da Saúde | 8.788 |
| Tribunal de Justiça do Estado | 7.879 |
| Fundo Estadual de Defesa Civil | 510 |
| Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais | (30.349) |
| Encargos Gerais do Estado | (3.265) |
| Fundo Estadual de Saúde | 46.374 |
| Fundo de Melhoria da Polícia Militar | (4.492) |
| Demais Unidades Gestoras | 527 |
| Deficit Acumulado | (156.091) |
| Lucros e Prejuízos Acumulados | |
| Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina | (6.938) |
| Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina | (11.906) |
| Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina | (945) |
| Prejuízo Acumulado | (19.789) |
| TOTAL | (175.880) |

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores é movimentada pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de práticas contábeis ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Quadro-resumo do Saldo dos Valores Registrados na Conta Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$ milhares

| Ajuste de Exercícios Anteriores Decorrentes de: | Valor |
|---|------------------|
| a) Mudança de Práticas Contábeis | - |
| b) Retificação de Exercícios Anteriores | (175.880) |
| TOTAL | (175.880) |

Fonte: Unidades Gestoras

Em 2021, o saldo total de ajuste decorrente de retificação de exercícios anteriores é composto principalmente por:

- *ajustes do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feitos pelas empresas estatais dependentes devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e da pública;*
- *baixas patrimoniais (bens imóveis e obras em andamento) de uma determinada unidade gestora por estarem registrados em outra(s), como ocorreu na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, por exemplo, com os terrenos que já estavam em nome do Governo do Estado;*
- *ajustes de valores relacionados a depreciação, reavaliação e reclassificação de bens nos casos em que houve reconhecimento a maior ou a menor em exercícios anteriores pelas unidades gestoras;*
- *ajustes de valores com apropriação de prêmios de seguros, assinaturas e anuidades, como, por exemplo, ocorreu no Fundo de Melhoria da Polícia Militar;*
- *ajustes de valores a receber, a exemplo do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais; e*
- *ajustes de estoques, a exemplo do Fundo Estadual de Saúde.*

PASSIVOS CONTINGENTES

32. RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 2021, houve um importante avanço em relação ao reconhecimento e à evidenciação dos Riscos Fiscais e Passivos Contingentes em virtude da publicação da Portaria GAB/PGE nº 102/2021. Essa portaria, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.675, estabeleceu os critérios e os procedimentos a serem adotados pela PGE na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra o Estado, as autarquias ou as fundações públicas que possam representar riscos fiscais.

Os critérios adotados a partir daí para a inclusão dos riscos fiscais e passivos contingentes estão detalhados na Informação GAB/PGE nº 7/2021, inscrita no Processo PGE nº 9.029/2021.

A tabela a seguir apresenta, de forma resumida, o que consta do anexo único da Informação GAB/PGE nº 7/2021 e que foi registrado no SIGEF. Atualmente, esses são os únicos riscos fiscais e passivos contingentes registrados no sistema que atendem a Portaria GAB/PGE nº 102/2021:

| Risco | Credor | Valor (R\$) | Grau de Risco |
|------------------------|---|-------------------------|---------------|
| LFTSC | Bradesco Vida e Previdência S.A. | 270.595.389,32 | Provável |
| LFTSC | Telos Fundação Embratel de Seguridade Social | 471.178.368,72 | Provável |
| LFTSC | Divalpar Participações Societárias Ltda. | 3.264.442,99 | Provável |
| LFTSC | BBVA Serviços e Negócios Ltda. | 5.217.722,82 | Provável |
| LFTSC | Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) | 76.078.709,31 | Provável |
| LFTSC | Fundação dos Economíarios Federais (FUNCEF) | 46.863.755,42 | Provável |
| LFTSC | Lloyds TSB Bank PL | 112.329.630,47 | Provável |
| LFTSC | Serpros - Fundo Multipatrocinado | 63.751.526,03 | Provável |
| LFTSC | Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) | 7.254.726,43 | Provável |
| LFTSC | Multiplic Ltda. | A estimar | Possível |
| LFTSC | Inepar S.A. Indústria e Construções | 76.954.083,38 | Provável |
| Sistema de vencimentos | Hermano Marinho Pereira e outros | 58.713.766,22 | Provável |
| Convênios | Ministério Público do Estado de Santa Catarina | 58.743.112,93 | Provável |
| Sistema de vencimentos | Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) | A estimar | Provável |
| TOTAL | | 1.250.945.234,04 | |

Fonte: Gerência da Dívida Pública/Diretoria do Tesouro Estadual/SEF

Complementarmente, por meio do Ofício GAB/PGE nº 1889/2021, a PGE manifestou-se explicando que informações específicas acerca de ações judiciais que possam implicar em riscos fiscais serão prestadas posteriormente, acompanhadas de justificativas para a não inclusão de algumas demandas cadastradas na atualidade como riscos fiscais e passivos contingentes na Prestação de Contas do Governo de 2021 e no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), principalmente por não atenderem a nova regulamentação.

A PGE aponta ainda a necessidade de baixa dos demais riscos fiscais até então cadastrados no SIGEF e não abrangidos no anexo único da Informação GAB/PGE nº 7/2021, visto não apresentarem os critérios estabelecidos na Portaria GAB/PGE nº 102/2021.

Dessa forma, para atender os apontamentos da PGE, a Gerência da Dívida Pública (GEDIP) da Diretoria do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela manutenção do módulo de precatórios e riscos fiscais do SIGEF, efetuou a baixa dos registros no módulo e, por consequência, também dos registros contábeis, resultando no desconhecimento dos seguintes Riscos Fiscais e Passivos Contingentes:

R\$ milhares

| Riscos Fiscais e Passivos Contingentes | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|-------------------|
| INVESC | - | 7.979.303 |
| Caixa Títulos Emitidos – Letras do Tesouro – Lei nº 10.168/1997 | - | 3.102.445 |
| Udesc | - | 8.568 |
| Epagri | - | 4.948 |
| Santur | - | 143 |
| Dívida com a Celesc | - | 20.016 |
| TOTAL | - | 12.060.697 |

Em relação às debêntures emitidas pela sociedade de economia mista Santa Catarina Participações e Investimentos S.A. (INVESC), a PGE manifestou-se no sentido de que as ações judiciais atualmente em curso a respeito desse tema não se enquadram nos critérios estabelecidos na Portaria GAB/PGE nº 102/2021. No ano de 2001, propôs-se a Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 023.00.005707-2 para a cobrança das debêntures vencidas exclusivamente em face da INVESC, sendo que execução não voltou contra o Estado de Santa Catarina, mas apenas contra a companhia, visto que a empresa possui personalidade jurídica própria. Além disso, já há decisões nos tribunais superiores se manifestando pela impossibilidade de compensação desses valores com débitos tributários dos credores junto ao Tesouro Estadual.

Quanto às Letras Financeiras do Tesouro Estadual (LFTSC), derivadas da Lei nº 10.168/1996, a PGE esclarece que parte das ações que as envolvem já foram integral ou parcialmente inscritas em precatório e, portanto, não se enquadram mais como riscos fiscais, mas sim como dívidas já constituídas.

Considerando que todos os riscos com valores definidos foram apontados pela PGE como sendo de provável perda, foi lançada uma provisão no passivo da unidade gestora Encargos Gerais do Estado, na conta contábil 2.1.7.9.1.04.00.00 - Provisão para Ação Judicial em Trânsito, conforme destacado na Nota Explicativa nº 28 - Outras Provisões. Assim, após a baixa de todos os riscos fiscais e passivos contingentes registrados no SIGEF, o valor de R\$ 1.250.945.234,04 de novos riscos fiscais e passivos contingentes foi incluído na unidade gestora 520002 - Encargos Gerais do Estado por meio do documento 2021NL064641, de acordo com o entendimento da PGE.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

33. TRIBUTOS

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), de acordo com a NBC TSP nº 01 - Receita de Transações sem Contraprestação. Esses valores já consideram as deduções das receitas, sendo, portanto, líquidos.

R\$ milhares

| Tributos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | |
| Impostos | 35.922.163 | 30.385.742 |
| Taxas | 1.668.636 | 1.391.723 |
| TOTAL | 37.590.799 | 31.777.465 |

R\$ milhares

| Impostos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF | 1.906.317 | 1.751.761 |
| Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA | 2.236.431 | 2.173.245 |
| Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD e Transmissão de Bens Imóveis - ITBI | 712.849 | 460.126 |
| Sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS | 31.066.567 | 26.000.610 |
| TOTAL | 35.922.163 | 30.385.742 |

R\$ milhares

| Taxas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|------------------|
| Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária | 3.968 | 3.834 |
| Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental | 24.618 | 22.420 |
| Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado | 5.733 | 4.064 |
| Taxa de Prevenção de Sinistro | 1.464 | 1.068 |
| Taxa de Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento | 9.161 | 8.128 |
| Taxa de Serviços Gerais | 957.701 | 845.013 |
| Taxa de Fiscalização do Transporte Coletivo Intermunicipal | 10.556 | 10.799 |
| Taxa de Selos de Fiscalização de Atos Registrais | 61.984 | 51.803 |
| Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos | 1.329 | 1.077 |
| Taxa de Regularização e Controle do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros | 9.348 | 5.841 |
| Taxa de Prestação de Serviços Ambientais | 30.500 | 25.973 |
| Emolumentos e Custas Judiciais | 227.275 | 187.433 |
| Taxa de Registro de Contrato de Veículo | 61.123 | 52.421 |
| Taxa de Segurança Preventiva | 441 | 479 |
| Taxa de Defesa Sanitária | 921 | 569 |
| Taxa Extrajudicial | 262.516 | 170.800 |
| TOTAL | 1.668.636 | 1.391.723 |

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de despesas com benefícios a empregados que compõem as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), de acordo com a NBC TSP nº 15 – Benefícios a Empregados.

R\$ milhares

| Remuneração a Pessoal | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Pessoal Ativo Civil - RPPS | 5.737.707 | 5.432.889 |
| Ativo Civil - RGPS | 2.361.845 | 1.685.004 |
| Ativo Militar - RPPS | - | 1.159.118 |
| Ativo Militar | 1.339.412 | - |
| TOTAL | 9.438.964 | 8.277.011 |

R\$ milhares

| Encargos Patronais | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Encargos Patronais - RPPS | 4.436 | 3.464 |
| Encargos Patronais - RGPS | 532.482 | 375.632 |
| Encargos Patronais - FGTS | 27.574 | 24.533 |
| Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência | 40.874 | 42.060 |
| Outros Encargos Patronais | 13.343 | 11.781 |
| TOTAL | 618.709 | 457.470 |

R\$ milhares

| Benefícios a Pessoal | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Benefícios a Pessoal - RPPS | 293.694 | 281.580 |
| Benefícios a Pessoal - RGPS | 142.195 | 129.678 |
| Benefícios a Pessoal - Militar | 72.632 | 72.973 |
| TOTAL | 508.520 | 484.231 |

R\$ milhares

| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Indenizações e Restituições Trabalhistas | 459.478 | 193.162 |
| Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes | 10.350 | 8.876 |
| TOTAL | 469.829 | 202.038 |

R\$ milhares

| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| Aposentadorias e Reformas | 6.152.816 | 5.937.845 |
| Pensões | 1.181.265 | 1.123.972 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 28.910 | 27.931 |
| TOTAL | 7.362.991 | 7.089.748 |

35. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial consolidado do exercício foi de R\$ 134,62 bilhões, impactado principalmente pelo resultado das Provisões Matemáticas Previdenciárias no valor de R\$ 130,50 bilhões. Esse saldo foi positivo em virtude da reversão de parte das provisões, R\$ 150,54 bilhões no total.

Essa reversão ocorreu parcialmente porque nas últimas avaliações atuariais a taxa de juros e de desconto atuarial foi de 0% ao ano, ou taxa nula. A partir da avaliação de 2021, o atuário passou a adotar uma taxa de juros real de 4,5% ao ano, com o objetivo de atender a normatização atuarial aplicável, conforme descrito no relatório atuarial de 2021. Outras alterações nas hipóteses atuariais também esclarecem parte do valor da reversão e estão detalhadas na Nota Explicativa nº 28 - Provisões Matemáticas Previdenciárias.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações e as desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas e das despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

| Contas Contábeis | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|--------------------|----------------------|
| 4.9.7.1.1.03.00.00 - Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias | 150.544.753 | 32.969.471 |
| 3.9.7.2.1.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias | 20.040.093 | 250.210.203 |
| DIFERENÇA | 130.504.660 | (217.240.732) |

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R\$ milhares

| Contas Contábeis | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|--------------------|--------------------|
| 4.4.0.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 1.896.710 | 1.596.662 |
| 3.4.0.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 3.367.843 | 3.838.832 |
| DIFERENÇA | (1.471.133) | (2.242.170) |

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R\$ milhares

| Contas Contábeis | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|--------------------|--------------------|
| 4.5.0.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas | 8.393.145 | 8.090.834 |
| 3.5.0.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas | 16.264.754 | 13.356.660 |
| DIFERENÇA | (7.871.609) | (5.265.827) |

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R\$ milhares

| Contas Contábeis | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|----------------|-----------------|
| 4.9.2.0.0.00.00.00 - Resultado Positivo de Participações | 420.133 | 236.546 |
| 3.9.2.0.0.00.00.00 - Resultado Negativo de Participações | 46.956 | 262.249 |
| DIFERENÇA | 373.177 | (25.703) |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

36. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NAS DEMONSTRAÇÕES

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, assim como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois se trata de recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e as cauções recebidos.

Com relação ao Balço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e os equivalentes de caixa, diferindo, portanto, do saldo de caixa e dos equivalentes de caixa apresentados na DFC.

Dos valores considerados como caixa e equivalentes de caixa na DFC, a quantia de R\$ 626,70 milhões está aplicada em fundos de investimentos temporários de renda fixa pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores estaduais, tendo restrições de uso imediato por parte desse regime.

Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R\$ milhares

| Balanço Patrimonial/ Balanço Financeiro | Valor | Demonstração dos Fluxos de Caixa | Valor |
|---|-------------------|--|------------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 13.363.674 | Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária) | 6.628.254 |
| | | Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS | 588.629 |
| | | Aplicações em Taxa de Administração do RPPS | 38.070 |
| TOTAL | 13.363.674 | TOTAL | 7.254.953 |

37. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS/OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Estão contemplados na linha “Outros Ingressos Operacionais” e “Outros Desembolsos Operacionais” os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre órgãos e entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (conforme entram e saem, respectivamente), tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses. Também são consideradas nessas linhas as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, como a antecipação do repasse constitucional do PRODEC, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

38. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Para se obter a geração líquida de caixa a partir do resultado orçamentário do exercício, determinadas informações devem ser consideradas para fins de exclusão ou inclusão, pois mesmo que algumas operações afetem o resultado orçamentário, isso não significa necessariamente que tenham influenciado na geração líquida de caixa. Um exemplo dessa situação são os restos a pagar inscritos no período, que, embora tenham sido despesas consideradas no ano para fins orçamentários, ainda não foram pagos e, portanto, não reduziram o caixa. Operação inversa ocorre com os restos a pagar pagos no exercício e que foram despesas orçamentárias de exercícios anteriores. Apresenta-se, a seguir, a conciliação do resultado orçamentário com a geração líquida de caixa.

Conciliação do Resultado Orçamentário com a Geração Líquida de Caixa

R\$ milhares

| Item | 31/12/2021 |
|--|---------------------|
| 1. Resultado orçamentário (ver Nota Explicativa nº 43) | 413.672,86 |
| 2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas) | 1.840.911,68 |
| 3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores) | (648.086,65) |
| 4. Saldo de transações extraorçamentários (impactadas na DFC) | 38.020,30 |
| 5. Perdas na aplicação financeira do RPPS | (10.225,09) |
| 6. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (1 + 2 + 3 + 4 + 5) | 1.634.293,10 |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

39. VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO PERÍODO

O patrimônio líquido do Estado variou positivamente 68,3%, resultando no valor de - R\$ 62,47 bilhões ao final de 2021 (- R\$ 197 bilhões em 2020).

O item com variação significativa que impactou nesse valor foi o resultado das Provisões Matemáticas Previdenciárias, no total de R\$ 130,50 bilhões. Esse saldo positivo ocorreu por causa da reversão de parte das provisões no total de R\$ 150,54 bilhões, conforme novo cálculo atuarial detalhado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões Matemáticas Previdenciárias.

Os ajustes de exercícios anteriores, fruto de retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, reduziram o patrimônio líquido em R\$ 175,88 milhões, conforme disposto na Nota Explicativa nº 31.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

40. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS NÃO SUPOSTADAS PELAS RECEITAS PREVISTAS NA LOA

Considerando a despesa fixada inicialmente na LOA no total de R\$ 31,75 bilhões, ocorreu a previsão de mais R\$ 1,23 bilhão referente a despesas com inativos do Fundo Financeiro do IPREV sem cobertura pelas receitas orçamentárias, gerando um deficit orçamentário inicial nesse montante e que foi registrado na conta de controle específica 8.9.9.9.1.03.01.01 - Deficit Orçamentário.

41. DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As receitas intraorçamentárias líquidas do período corresponderam a R\$ 1,72 bilhão, e 99,5% delas foram arrecadadas no Poder Executivo, sendo R\$ 1,71 bilhão de receitas correntes e R\$ 7,46 milhões de receitas de capital.

Do total das receitas intraorçamentárias, 76,9% referem-se às contribuições previdenciárias do RPPS arrecadadas pelo Fundo Financeiro. Destaque também para as receitas de serviços do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, que representaram 17,2% das receitas auferidas.

Já as despesas intraorçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 1,73 bilhão. Desse valor, R\$ 1,71 bilhão refere-se às despesas correntes, e R\$ 20,92 milhões correspondem a despesas de capital.

Detalhamento da Despesa Intraorçamentária

R\$ milhares

| Despesa Intraorçamentária | | | | | |
|---------------------------|--------------------|---------------------------|---------------|---------------------|------------------|
| Poder/Órgão | Pessoal e Encargos | Outras Despesas Correntes | Investimentos | Inversão Financeira | TOTAL |
| Executivo | 1.005.813 | 317.053 | 12.779 | 7.460 | 1.343.104 |
| Legislativo | 57.223 | 4.395 | - | - | 61.618 |
| Judiciário | 227.963 | 17.598 | - | - | 245.561 |
| Ministério Público | 75.037 | 3.405 | 678 | - | 79.119 |
| CONSOLIDADO GERAL | 1.366.035 | 342.451 | 13.456 | 7.460 | 1.729.402 |

42. SUPERAVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA FINANCIAR AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO CORRENTE

R\$ milhares

| Despesas | 2021 |
|--------------------------------|------------------|
| Despesas Correntes | 1.514.939 |
| 31. Pessoal e Encargos Sociais | 558.309 |
| 32. Juros e Encargos da Dívida | 55.493 |
| 33. Outras Despesas Correntes | 901.136 |
| Despesas de Capital | 960.904 |
| 44. Investimentos | 645.745 |
| 45. Inversões Financeiras | 87.525 |
| 46. Amortização da Dívida | 227.634 |
| TOTAL | 2.475.843 |

Do total das despesas executadas no ano de 2021, o valor de R\$ 2,48 bilhões foi custeado com o superavit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em outros anos.

43. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do exercício foi superavitário em R\$ 413,67 milhões e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 34,16 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 33,75 bilhões). Mais informações sobre o resultado orçamentário estão detalhadas no capítulo Gestão Orçamentária deste Balanço.

R\$ milhares

| Resultado Orçamentário por Categoria Econômica | 2021 |
|--|--------------------|
| Receita Corrente | 33.990.325 |
| Despesa Corrente | 29.584.379 |
| Resultado Corrente | 4.405.946 |
| Receita de Capital | 169.123 |
| Despesa de Capital | 4.161.396 |
| Resultado de Capital | (3.992.273) |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | 413.673 |

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

44. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balço Financeiro (BF) foi positivo no valor de R\$ 2,14 bilhões e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 13,36 bilhões) e no início do ano (R\$ 11,23 bilhões).

A conciliação do resultado financeiro a partir do resultado orçamentário demonstra os valores que devem ser deduzidos e acrescentados para alcançar o valor do impacto financeiro real do ente no exercício.

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro

R\$ milhares

| Item | 31/12/2021 |
|--|------------------|
| 1. Resultado Orçamentário (ver Nota Explicativa nº 43) | 413.673 |
| 2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas) | 1.840.912 |
| 3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores) | (648.087) |
| 4. Saldo de transações extraorçamentários (depósitos restituíveis e valores vinculados) | 562.025 |
| 5. Resultado extraorçamentário das aplicações do RPPS | (20.803) |
| 6. Perdas na aplicação financeira do RPPS | (10.225) |
| 7. RESULTADO FINANCEIRO (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6) | 2.137.494 |

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

45. RENÚNCIA DE RECEITA

R\$ milhares

| Renúncia/Espécie | Previsão na LDO | % | Renúncia efetiva Janeiro a dezembro de 2021 | % |
|---|------------------|---------------|---|---------------|
| Crédito Presumido | 4.592.203 | 72,3% | 7.071.772 | 73,8% |
| Alteração de Alíquota ou Modificação da Base de Cálculo | 451.540 | 7,1% | 760.812 | 7,9% |
| Isenção | 820.721 | 12,9% | 946.908 | 9,9% |
| Outros Benefícios Diferenciados | 228.353 | 3,6% | 205.333 | 2,1% |
| Subsídio | 15.322 | 0,2% | 13.541 | 0,1% |
| Anistia | 241.410 | 3,8% | 588.011 | 6,1% |
| Remissão de Débitos de Pequeno Valor | 429 | 0,01% | 1.357 | 0,01% |
| TOTAL | 6.349.977 | 100,0% | 9.587.734 | 100,0% |

Fonte: Diretoria de Administração Tributária/Secretaria de Estado da Fazenda

Em 2021, a renúncia de receita efetiva do Estado totalizou R\$ 9,59 bilhões³⁰, abrangendo o período de janeiro a dezembro do ano.

A contabilização da renúncia do mês de dezembro de forma tempestiva foi uma melhoria na prestação de contas do Governo e despendeu esforços adicionais das Diretorias envolvidas (DCIF, DIAT e DITE/SEF), que criaram um grupo de trabalho (Processo SEF nº 7214/2021), constituído por meio da Portaria SEF nº 312/2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.577, com o intuito de adotar medidas para promover a contabilização das renúncias de receitas no mesmo exercício, de forma a dar a indispensável transparência às renúncias estaduais. A dificuldade de contabilização dos valores do mês de dezembro ocorre porque as declarações que servem de base para a apuração dos valores da renúncia (Declaração de ICMS e Movimentos Econômicos – DIME e Demonstrativo de Créditos Informados Previamente – DCIP) apresentam prazo de entrega posterior ao prazo de encerramento contábil do ano.

Os valores de renúncia da receita, apresentados conforme o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estão detalhados a seguir.

³⁰ Conforme Relatório de Desempenho da Arrecadação Tributária, constante no Volume 2 deste Balanço Geral.

R\$ milhares

| Renúncia/ Espécie | Valor Renunciado Conforme a LDO | | | Valor Renunciado Excedente Conforme a LDO | | | |
|---|---------------------------------|------------------------|---------------|--|------------------------|------------------|---------------|
| | Conta Contábil | Saldo em 31/12/2021 | % | Conta Contábil | Saldo em 31/12/2021 | Total | % |
| DENTRO DO ESCOPO DA LRF | | 5.594.378 | 88,8% | | 3.136.370 | 8.730.748 | 91,1% |
| Anistia | 8.9.9.8.1.01.02.01 | 241.410 | 3,8% | 8.9.9.8.2.01.02.01 | 346.602 | 588.011 | 6,1% |
| Remissão | 8.9.9.8.1.01.02.02 | 429 | 0,0% | 8.9.9.8.2.01.02.02 | 928 | 1.357 | 0,0% |
| Subsídio | 8.9.9.8.1.01.02.03 | 13.541 | 0,2% | 8.9.9.8.2.01.02.03 | - | 13.541 | 0,1% |
| Crédito presumido | 8.9.9.8.1.01.02.04 | 4.592.203 | 72,9% | 8.9.9.8.2.01.02.04 | 2.479.569 | 7.071.772 | 73,8% |
| Isenção de caráter não geral (conforme a LRF) | 8.9.9.8.1.01.02.05 | 135.869 | 2,2% | 8.9.9.8.2.01.02.05 | - | 135.869 | 1,4% |
| Alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo | 8.9.9.8.1.01.02.06 | 451.540 | 7,2% | 8.9.9.8.2.01.02.06 | 309.273 | 760.812 | 7,9% |
| Outros benefícios (conforme a LRF) | 8.9.9.8.1.01.02.07 | 159.386 | 2,5% | 8.9.9.8.2.01.02.07 | - | 159.386 | 1,7% |
| FORA DO ESCOPO DA LRF | | 703.694 | 11,2% | | 153.293 | 856.986 | 8,9% |
| Isenção | 8.9.9.8.1.02.02.05 | 657.746 | 10,4% | 8.9.9.8.2.02.02.05 | 153.293 | 811.039 | 8,5% |
| Outros benefícios | 8.9.9.8.1.02.02.07 | 45.947 | 0,7% | 8.9.9.8.2.02.02.07 | - | 45.947 | 0,5% |
| TOTAL | | 6.298.071 | 100,0% | | 3.289.663 | 9.587.734 | 100,0% |

Do total renunciado de R\$ 9,59 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2021, R\$ 8,73 bilhões são renúncias, conforme o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, valor esse que corresponde a 91,1% do total renunciado. Já o valor de R\$ 856,99 milhões refere-se a espécies de renúncia fora do escopo da LRF, o que equivale a 8,9% do valor renunciado.

O Crédito Presumido foi a espécie de renúncia de receita que apresentou o maior valor de realização em 2021, sendo R\$ 7,07 bilhões distribuídos nos benefícios apresentados a seguir.

Tipos de Benefícios de Créditos Presumidos Renunciados (R\$ milhões)

| Renúncia/Espécie | Renúncia Efetiva Janeiro a dezembro de 2021 | % |
|--|--|---------------|
| Nas saídas subsequentes de mercadorias importadas do exterior | 2.259 | 31,9% |
| Nas saídas de artigos têxteis, vestuário, artefatos de couro e seus acessórios | 1.773 | 25,1% |
| Para os produtos resultantes do abate de gado bovino, aves e suínos | 1.103 | 15,6% |
| Para a produção de leite e derivados (in natura, longa vida e em pó) | 542 | 7,7% |
| Produtos fabricados com material reciclado | 351 | 5,0% |
| Na entrada de ferro e aço (lingotes, tarugos, chapas, bobinas e tiras de chapa) | 270 | 3,8% |
| Nas saídas de peixes, crustáceos e moluscos | 226 | 3,2% |
| Nas saídas de mercadorias produzidas em território catarinense sem similar nacional | 154 | 2,2% |
| Nas saídas de alimentos industrializados (açúcar, café, arroz beneficiado, manteiga, margarina, óleo de soja, óleo de milho, bolachas, biscoitos, creme vegetal, maionese, etc.) | 126 | 1,8% |
| Para a indústria produtora de bens e serviços de informática | 107 | 1,5% |
| Na aquisição de mercadorias de indústrias optantes pelo Simples Nacional | 74 | 1,0% |
| Na saída de embarcações náuticas | 62 | 0,9% |
| Na saída de cerveja e chope artesanais | 15 | 0,2% |
| Empresas de energia elétrica e prestadoras de serviços de comunicação | 9 | 0,1% |
| Na prestação de serviço de transporte de cargas (PROCARGAS) | 0,2 | 0,003% |
| TOTAL | 7.072 | 100,0% |

Fonte: Diretoria de Administração Tributária/Secretaria de Estado da Fazenda

O detalhamento das renúncias de receitas no exercício, pelas espécies previstas no art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, é apresentado no Volume 2 deste Balanço, no Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária.

46. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em atendimento à NBC TSP 22 - Divulgação sobre Partes Relacionadas e visando melhorar o padrão de divulgação das informações financeiras do Estado, apresentam-se as principais transações financeiras ocorridas em 2021 – aumento/redução de capital, ressarcimento de pessoal requisitado, subvenções econômicas, dividendos propostos e garantias e avais – entre o Governo do Estado, ente controlador, e suas empresas controladas:

- a. BADESC
- b. BRDE
- c. BESCOR
- d. CASAN
- e. Celesc
- f. CIASC
- g. CODISC
- h. HIDROCALDAS
- i. IAZPE
- j. INVESC
- k. Sapiens Parque S.A.
- l. SCPar

Aumento de Capital

Durante o exercício de 2021, o Governo do Estado repassou R\$ 229,65 milhões para aumento de capital das seguintes empresas:

R\$ milhares

| Empresa | Valor |
|---------------------|----------------|
| BADESC | 82.000 |
| BESCOR | 42 |
| CASAN | 127.828 |
| CIASC | 2.600 |
| CODISC | 202 |
| HIDROCALDAS | 1.660 |
| IAZPE | 111 |
| INVESC | 79 |
| Sapiens Parque S.A. | 7.455 |
| SCPar | 7.674 |
| TOTAL | 229.653 |

(Valores liquidados nos subelementos de despesa 45.90.65.01 e 45.90.65.02, e acumulados até dezembro)

Mais detalhes sobre o aumento de capital são apresentados na Nota Explicativa nº 21 - Adiantamento para Aumento de Capital deste Balço Geral.

Ressarcimento de Salários de Pessoal Cedido ao Governo

No exercício de 2021, houve uma redução de 12,9% das despesas de ressarcimento de salários de pessoal cedido ao Governo em relação a 2020, o que totaliza o valor de R\$ 2,08 milhões considerando a liquidação das despesas realizadas no ano.

Do total das despesas liquidadas, 48,2% referem-se a ressarcimento de salários de pessoal cedido da CASAN, 39,2% são de ressarcimento de salários de pessoal do CIASC e 12,6% das demais empresas (SCPar e Celesc).

R\$ milhares

| Empresa | Valor |
|--------------|--------------|
| CASAN | 1.001 |
| CIASC | 814 |
| SCPar | 144 |
| Celesc | 117 |
| TOTAL | 2.076 |

(Valores liquidados no subelemento de despesa 31.90.96.01 para as partes relacionadas acumulados até dezembro)

Subvenções Econômicas

Durante o exercício de 2021, o Governo repassou o valor total de R\$ 14,55 milhões como subvenção econômica, sendo R\$ 13,42 milhões ao BADESC e R\$ 1,13 milhão ao BRDE.

R\$ milhares

| Empresa | Valor |
|--------------|---------------|
| BADESC | 13.420 |
| BRDE | 1.133 |
| TOTAL | 14.553 |

(Valores liquidados no subelemento de despesa 33.60.45.05 para as partes relacionadas acumulados até dezembro)

Do total repassado ao BADESC, R\$ 8,01 milhões são destinados ao pagamento de parcelas dos juros subsidiados pelo Governo, através da compensação dos juros sobre o capital próprio devidos pelo BADESC ao Estado para o Programa Juro Zero, conforme as Leis nºs 16.675/2015, 16.749/2015, 16.006/2013 e 15.570/2011.

Também foi repassado ao BADESC o valor de R\$ 711,93 mil para ressarcimento referente ao Programa SC Mais Renda Empresarial a microempreendedores individuais (MEI) e micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, conforme disposto na Lei nº 18.132/2021, no Decreto nº 1.341/2021 e nos termos do Processo SEF nº 7.246/2021. Além desse valor, R\$ 4,70 milhões foram

destinados ao subsídio parcial da taxa de juros remuneratórios de operações de créditos a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, tendo como objetivo o enfrentamento dos prejuízos econômicos advindos da emergência de saúde pública provocada pela Covid-19, conforme a Lei nº 17.935/2020.

Já o valor de R\$ 1,13 milhão, repassado para o BRDE, é referente ao ressarcimento do Programa SC Mais Renda Empresarial para microempreendedores individuais e micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, conforme disposto na Lei nº 18.132/2021, no Decreto nº 1.341/2021 e nos termos do Processo SEF nº 7.246/2021.

Prestação de Serviços de Partes Relacionadas

Em 2021, o Estado consumiu R\$ 212,85 milhões em serviços das empresas controladas. Os serviços tomados do CIASC foram os mais representativos (48,0% do total), e a maior parte deles englobou serviços de tecnologia da informação e comunicação contratados. A Celesc, responsável pelo fornecimento de energia elétrica, foi a segunda maior fornecedora entre as partes relacionadas do Estado (39,6% dos serviços). Os serviços de água e esgoto, fornecidos pela CASAN, representaram 12,4% do total contratado.

R\$ milhares

| Empresa | Valor |
|--------------|----------------|
| CIASC | 102.088 |
| Celesc | 84.316 |
| CASAN | 26.447 |
| TOTAL | 212.851 |

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elementos de despesa 33.90.35, 33.90.39, 44.90.39 e subelementos de despesa 33.90.40.32 e 44.90.40.32 e no campo credor o CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

Em 2021, Santa Catarina recebeu R\$ 22,77 milhões de juros sobre o capital próprio, sendo 64,8% da Celesc, 35,2% do BADESC e 0,01% de outras partes relacionadas.

R\$ milhares

| Juros sobre o Capital Próprio Recebido | Valor |
|--|---------------|
| Celesc | 14.756 |
| BADESC | 8.012 |
| OUTROS | 1 |
| TOTAL | 22.770 |

Ao final de 2021, o Estado tem registrado no seu ativo o valor de R\$ 31,99 milhões de dividendos a receber.

R\$ milhares

| Dividendos a Receber | Valor |
|-----------------------------|---------------|
| CASAN | 20.628 |
| SCPar | 9.255 |
| Celesc | 2.103 |
| TOTAL | 31.986 |

Valores a Pagar

Santa Catarina tem os seguintes valores reconhecidos como restos a pagar inscritos em 2021 pelas partes relacionadas:

R\$ milhares

| Empresa | Restos a Pagar não Processados | Restos a Pagar Processados | Total |
|----------------|---------------------------------------|-----------------------------------|---------------|
| Celesc | 10.938 | 66 | 11.004 |
| CIASC | 14.351 | 944 | 15.295 |
| CASAN | 2.724 | 802 | 3.525 |
| TOTAL | 28.014 | 1.811 | 29.825 |

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, Credor CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Avais e Garantias Concedidas

O Estado é garantidor de operações internas e externas da CASAN e da Celesc, como mostrado a seguir:

R\$ milhares

| Avais e Garantias do Estado | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| CASAN | 532.686 | 596.710 |
| Caixa Econômica Federal | 185.878 | 183.156 |
| Agence Française de Développement | 346.808 | 413.554 |
| Celesc | 1.150.078 | 710.522 |
| Banco Interamericano de Desenvolvimento | 1.150.078 | 710.522 |
| TOTAL | 1.682.764 | 1.307.231 |

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

Da data do fechamento do exercício até a data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA

DIRETORIA DE
CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS

SECRETARIA
DE ESTADO
DA FAZENDA

GOVERNO DE
SANTA 
CATARINA

